

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE - PRODEMA**

JULIANA NASCIMENTO FUNARI

**UM SERTÃO DE ÁGUAS: MULHERES CAMPONESAS E A REAPROPRIAÇÃO
SOCIAL DA NATUREZA NO PAJEÚ**

RECIFE

2016

JULIANA NASCIMENTO FUNARI

**UM SERTÃO DE ÁGUAS: MULHERES CAMPONESAS E A REAPROPRIAÇÃO
SOCIAL DA NATUREZA NO PAJEÚ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE como requisito parcial para obtenção do título de mestra.

Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Cox de Britto Pereira

Co-orientador: Prof. Dr. José Coelho de Araújo Filho

RECIFE

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

F979s Funari, Juliana Nascimento.
Um sertão de águas : mulheres camponesas e a reapropriação social da natureza no Pajeú / Juliana Nascimento Funari. – 2016.
203 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Profª. Drª. Mônica Cox de Britto Pereira.
Coorientador : Prof. Dr. José Coelho de Araújo Filho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2016.
Inclui Referências e apêndices.

1. Gestão ambiental. 2. Água. 3. Trabalhadoras rurais. 4. Feminismo. 5. Ecologia agrícola. 6. Campesinato. 7. Semiárido. I. Pereira, Mônica Cox de Britto (Orientadora). II. Araújo Filho, José Coelho de (Coorientador). III. Título.

CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-073)

JULIANA NASCIMENTO FUNARI

**UM SERTÃO DE ÁGUAS: MULHERES CAMPONESAS E A REAPROPRIAÇÃO
SOCIAL DA NATUREZA NO PAJEÚ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE como requisito parcial para obtenção do título de mestra.

Data de aprovação: 05/ 08/ 2016

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Mônica Cox de Britto Pereira (Orientadora)

Departamento de Geografia – UFPE

Prof. Dr. José Coelho de Araújo Filho (Co-orientador)

EMBRAPA – UFPE

Prof.^a Dr.^a Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (Membra externa)

Departamento de Economia Doméstica - UFC

Prof.^a Dr.^a Lorena Lima de Moraes (Membra externa)

Departamento Ciências Sociais - UFRPE

Prof.^a Dr.^a Solange Laurentino dos Santos (Membra interna)

Departamento Medicina Social - UFPE



A Maria Solidade, Alaíde, Maria Francisca, Maria Aparecida, Sueli, Cláudia e Maria Eunice, por me ensinarem a força da mulher sertaneja e a magia da Caatinga.

A todas as mulheres camponesas, indígenas e quilombolas do Sertão do Pajeú, que colhem águas e cultivam vida.

A minha mãe, irmã e avós, mulheres inspiradoras e meu exemplo de amor.

AGRADECIMENTOS

Muito amor e gratidão a vida pela oportunidade de ser e estar com tantas pessoas maravilhosas que me inspiraram, motivaram e apoiaram, de diversas formas, para a concretização dessa pesquisa que com certeza não é só minha, é nossa.

Agradeço às mulheres agricultoras que abriram suas casas, seus corações e seus agroecossistemas. Sem vocês essa pesquisa não existiria, vocês foram meu maior incentivo para continuar.

À minha família por estar sempre ao meu lado mesmo nas distâncias geográficas, por me incentivar a estudar e a acreditar em um mundo melhor. Desculpem pelas ausências e poucas visitas, meu coração está sempre com vocês.

Ao Kleiton por acreditar no nosso amor e se mudar para Recife. Obrigada pela sua sensibilidade, pelo seu sorriso, por compartilhar sonhos e utopias, pelas comidinhas que alimentam o corpo e a alma, pelas revisões, reflexões, incentivos em momentos desesperadores, e por escolher dividir comigo um caminho desconhecido, instigante e cheio de amor.

À minha querida orientadora, Mônica Cox, primeiro pelo carinho, confiança e sensibilidade aos sinais do corpo e da alma. Obrigada pelo tempo, e por compreender os desafios pessoais e coletivos desse processo de aprendizagem e criação. Sou muito grata por você ter aceitado construir essa pesquisa e ter embarcado nos desafios e descobertas dessa nossa (des)construção feminista e agroecológica. Agradeço ainda pelas valiosas contribuições em todas as etapas, apoio, paciência e dedicação na construção da educação e prática agroecológica transformadora.

Ao meu coorientador José Coelho por sua prontidão em ajudar e facilitar o bom andamento da pesquisa, pelas contribuições desde o momento do projeto até o fim do mestrado.

Aos companheiros(as) do NEPPAG-Ayni da UFPE, por estarem nesse mutirão de cultivo da agroecologia como ciência, prática e movimento transformador da relação sociedade-natureza.

À Avanildo Duque pelo tamanho de seu coração, pelas valiosas e carinhosas contribuições e revisões, por ser história viva e pela sua luta inspiradora por justiça socioambiental. Dida e Chayene, obrigada por me receberem na sua casa.

À família recifense Landim de Moraes por ser, por tanto tempo, minha própria família, me receber e acolher com carinho em Recife. Grata pelos momentos e sentimentos compartilhado/s com tanta sinceridade.

À Jéssica Barbosa e Ângela por me adotarem, pelos aprendizados, inspiração, amizade e casa. Vocês foram e são muito importantes em meio as aventuras em série na Manguetown.

À Equipe de Programas da Actionaid, muito obrigada por fazerem eu me sentir em casa em Recife, me emocionarem e fortalecerem com suas histórias pessoais e profissionais.

Às mulheres maravilhosas da equipe de Direito das Mulheres da Actionaid (Daiane, Jessica, Ingrid e Ana), por serem tão fundamentais na minha construção feminista e me motivarem na escolha dessa pesquisa. Ana Paula gratidão por apontar os caminhos ecofeministas e ser uma estrela guia.

Aos queridos amigos de SP e Recife, por contribuírem tanto para minha formação pessoal, fazerem felizes tantos momentos e estarem firmes na torcida para tudo dar certo. Babi, Nina, Pati, Mi, Ma, Rafa, Luísa, Jana, Léo: sem as energias positivas de vocês teria sido bem mais difícil.

À Thais, Luana, Mayara, e outros amigos da gestão ambiental da USP, pelas longas prosas na marginal Tietê, descobertas coletivas, vivências inesquecíveis junto as belezas da natureza, compartilhamento de inquietações e construção do pensamento ambientalista crítico.

Aos meus amigos Lucas Amorim, Uschi Silva e Mônica colombiana, por fazerem muito mais leve e amorosa essa jornada do mestrado. Obrigada por compartilharem risadas, experiências de vida, comidinhas deliciosas, sementes crioulas de um mundo melhor, e por estarem na mesma luta.

À Casa da Mulher do Nordeste e ao Centro Sabiá, em especial à Celinha, Eliane, Riva, Caio e Nicléia, por me receberem no Pajeú e na Caravana em Defesa do Rio Pajeú, dividindo suas importantes experiências e desafios.

À Lorena, Tayse, Gorete (e sua querida família), por me recepcionarem tão bem no Pajeú, ajudarem na articulação do campo, e tornarem ainda mais agradável as vivências nessa terra especial.

Ao NEPPAS principalmente as companheiras Michelly, Laeticia e Lorena, por contribuírem com a luta socioambiental no semiárido e com as reflexões dessa pesquisa, e professor Genival Barros, como um conhecedor das águas do Pajeú por suas importantes dicas e provocações.

Aos professores da banca examinadora da qualificação, Laeticia Jalil e José Nunes, que aceitaram fazer parte dessa construção, pelas importantes críticas construtivas e direcionamentos no texto.

Aos professores, funcionários e colegas do PORDEMA-UFPE pelo apoio, e pelas

oportunidades de trocas de conhecimentos e aprendizados a partir da diversidade de perspectivas.

Ao Alan Tygel por solidariamente se disponibilizar a ajudar quando os softwares me deixaram na mão.

Às professoras Gema Esmeraldo, Lorena Lima de Moraes e Solange Laurentino por aceitarem participar da banca examinadora da defesa e pelas críticas construtivas.

Às mulheres do projeto ATER Feminista e Agroecológica pela sororidade, por construir um feminismo popular, ecológico e revolucionário.

Por fim, gratidão às diversas mulheres que entrecruzaram e mudaram minha vida:
mulheres são como águas, crescem quando se encontram.

Tudo está preparado
para a vinda das águas.
Tem uma festa secreta
na alma dos seres.
O homem nos seus refolhos
pressente o desabrochar.
Caem os primeiros pingos.
Perfume de terra molhada
invade a fazenda.
O jardim está pensando...
Em florescer.

(Manoel de Barros, Vespéral)

Seres de vida e de luta
Reatores de disputas
Sonhos de um mundo melhor
Mulheres de resistência
Mulheres de inteligência
Mulheres na sua essência
Feitas de sangue e suor

Mulheres de todo canto
Mulheres de toda a cor
Desbravadoras da vida
E defensoras do amor
Ribeirinhas, quebradeiras
Quilombolas, rezadeiras,
das águas, das florestas e das cidades
De toda a diversidade

A própria mãe natureza
Pariu a mão camponesa
Em sua ancestralidade
(...)

(Maria do Socorro Silva Nascimento, Côca, mulher camponesa e poeta do Sertão do Pajeú)

RESUMO

Essa pesquisa traz um olhar complexo na perspectiva da Agroecologia, da Ecologia Política e do Ecofeminismo sobre as relações das mulheres camponesas do Sertão do Pajeú com a água. No Semiárido Brasileiro a problemática da água se engendra em meio aos conflitos socioambientais e se torna ainda mais crítica no contexto da pobreza rural. Isso não se dá apenas pelas características naturais da região e sim através de processos sociopolíticos bases do modelo de desenvolvimento, como a concentração histórica de terras e águas nas mãos de poucos, a forma hegemônica de uso e ocupação do território e a implementação de políticas de combate à seca. Dentro de um sistema capitalista-patriarcal-racista, as mulheres camponesas enfrentam esse contexto hostil de forma específica e diferente. Nosso objetivo foi analisar as contribuições das mulheres camponesas para a gestão da água no território do Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Para tanto, foi preciso analisar suas práticas de gestão da água nos trabalhos produtivos nos agroecossistemas e também nos trabalhos reprodutivos e de cuidados; identificar os espaços políticos de gestão da água nos quais estão inseridas no território; e investigar suas percepções sobre as dinâmicas sociais da gestão da água. Na direção da pesquisa participante nossos instrumentos de pesquisa foram entrevistas semiestruturadas, observação participante na Caravana em Defesa do Rio Pajeú, caminhadas exploratórias nos sítios, mapas participativos da propriedade com foco nos fluxos das águas. Observamos que as mulheres camponesas, a partir das condições sociais impostas e de uma outra racionalidade, têm desenvolvido saberes e fazeres, holísticos e complexos, com a água. Estes são estreitamente atrelados às suas experiências como mulheres nos ciclos de estiagens e nos processos de organização social, bem como às formas ecológicas de cultivo de seus agroecossistemas que envolvem práticas de conservação da água e da Caatinga. Para além das diversas opressões vividas por essas mulheres, elas vêm se fortalecendo como sujeitos políticos a partir da auto-organização em grupos, associações, redes e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR), em uma verdadeira construção feminista, ecológica e popular. Essa prática política também modifica a gestão da água realizada por elas, já que intensifica as trocas de conhecimentos de agricultora para agricultora e o diálogo com outros saberes, bem como permite o fortalecimento da sua luta por justiça ambiental. As mulheres camponesas têm construído novos processos de gestão da água como parte das mobilizações sociais para o desenvolvimento rural, realizadas por diversos sujeitos do campo da Agroecologia, Feminismo e Convivência com o Semiárido, organizados na Articulação do Semiárido Brasileiro. Entretanto, mesmo confluindo para um projeto político comum, existem muitas disputas de poder que precisam ser travadas pelas mulheres na construção dessa proposta de gestão da água e desenvolvimento rural. Valorizar e aprender com as experiências das mulheres camponesas do Pajeú é fundamental para a construção de uma convivência com o semiárido emancipatória para as mulheres e de fato transformadora da sociedade.

Palavras-chave: Água. Semiárido. Campesinato. Agroecologia. Feminismo.

ABSTRACT

This research brings a complex view from the perspective of Agroecology, Political Ecology and Ecofeminism on the peasant women's social and environmental relations with water. In the Brazilian Semi-arid Region the water issues are engendered among the social-environmental conflicts and becomes even more critical in the context of rural poverty. This doesn't happen just by the region's natural characteristics, but through social and political processes based on the development model as the historical concentration of land and water in a few hands, the hegemonic way of use and occupation of the territory, and the implementation of Fight Against Drought policies. Within a patriarchal hegemonic system the rural women face this hostile context on specific and different ways. Our objective was to analyze the contributions of peasant women to water management in the territory of the Pajeú in Pernambuco. Therefore, it was necessary to analyze their water management practices in the productive work carried out in agroecosystems and also in the reproductive and care work; identify the political spaces of water management in which they have participated in the territory; and investigate their perceptions of the social dynamics of water management. Towards the participative research approach our instruments were semi-structured interviews, participative observation in the Caravan in Defense of Pajeú River, exploratory walk into the agroecosystems, participative maps of the rural property with the focus on water flows. We observed that the peasant women, from the imposed social conditions and another rationality, have developed holistic and complex knowledge and practices with water. These are closely related to their experiences as women in the cycles of droughts and social organization process as well as the ecological ways of cultivation of their agroecosystems that involve the conservation of the water and Caatinga. Beyond the oppressions experienced by the women, they have been strengthened as political subjects from the self-organization on groups, associations, networks and on the Rural Women Workers of the Northeast Movement (MMTR), in a legitimate feminist, ecological and popular construction. This political practice also transforms the water management held by them since it intensifies the farmer to farmer exchanges, the knowledge dialogue, and also strengthens their struggle for social-environmental justice. Peasant women have built new water management processes as part of the social mobilization for rural development, carried out by various subjects in the political field of Agroecology, Feminism and Semi-arid Region Coexistence, organized on the Articulation of the Brazilian Semi-arid. However, even converging to a common political project there are many power disputes that must be waged by women on this construction process of water management and of rural development proposals. Make visible and learn from the peasant women experiences is critical to building a semi-arid region coexistence model emancipatory for women and with transformational potential of society.

Keywords: Water. Semi-arid Region. Peasantry. Agroecology. Feminism.

LISTA DE SIGLAS

ADESSU	Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
CECOR	Centro de Educação Comunitária Rural
CMDRS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMN	Casa da Mulher do Nordeste
CF8	Centro Feminista 8 de Março
COBH	Comitê de Bacias Hidrográficas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
ECO92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em 1992
FETAPE	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco
GAPA	Capacitação em Gestão da Água para Produção de Alimentos
GATS	Acordo Geral de Comércio de Serviços
GRH	Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos
IDH	Índice de desenvolvimento humano
III ENA	III Encontro Nacional de Agroecologia
IIRSA	Plano de Infraestrutura de Integração Regional Sul-América
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NAWAPA	Plano da Aliança Norte-Americana da Água e Energia
NEPPAG	Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia

NEPPAS	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organizações Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
P1+2	Programa uma terra duas águas
P1MC	Programa 1 milhão de cisternas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PPP	Plano Publa Panamá
PPPs	Parcerias público-privadas
PRODEMA	Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Rio + 10	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2002
Rio + 20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2012
SAB	Semiárido Brasileiro
SABIÁ	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
SAF	Sistema Agroflorestal
SSMA	Sistema Simplificado de Manejo da Água para a Produção de Alimentos
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Municípios do Sertão do Pajeú parte da pesquisa.....	21
Figura 2-Divulgação da caravana em defesa do Rio Pajeú	24
Figura 3-Caravana em defesa do Rio Pajeú em percurso e na Barragem da Ingazeira	25
Figura 4-Abastecimento de Água nos Domicílios Rurais do Brasil em 2014.....	46
Figura 5-Proporção de municípios, por forma de execução do serviço, segundo os tipos de serviços de abastecimento no Brasil em 2008.	47
Figura 6-Mapa Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro	65
Figura 7-Bioma Caatinga e Algumas Plantas Típicas	67
Figura 8- O Ciclo das Grandes Secas do Semiárido Brasileiro	68
Figura 9-Território Sertão do Pajeú definido pelo Programa Territórios da Cidadania.....	71
Figura 10- Climas no Estado de Pernambuco e no Sertão do Pajeú.....	72
Figura 11-Precipitação Pluviométrica Média Anual em Pernambuco e no Sertão do Pajeú	73
Figura 12-Áreas Monitoradas de Caatinga Desmatadas no Estado de Pernambuco e Sertão do Pajeú	75
Figura 13- Delimitação da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú.....	78
Figura 14- Rio Pajeú em Serra Talhada Atualmente e Enchente causada pelo Rio na mesma cidade em 1967.....	79
Figura 15-Calendário da Agricultura Camponesas em Zonas de Produção de Algodão e Cereais	90
Figura 16- Áreas Ambientalmente Suscetíveis à Desertificação no Nordeste	94
Figura 17-Imagens de Mulheres do Pajeú trabalhando nas Frentes de Emergências, em 1983	105
Figura 18-Caravana em Defesa do Rio Pajeú em 2014: Ação de Reflorestamento da Nascente do Pajeú em Brejinho	111
Figura 19-Entrevistada mostra papel fornecido pela prefeitura para autorizar envio de caminhão-pipa de água	124
Figura 20- Biofiltro Água Viva	127
Figura 21-Perda de água das fontes por evapotranspiração	130

Figura 22- Armazenamento de água da chuva ao redor de casa em tonéis de 250L, com captação por calha	143
Figura 23-Dona Alaíde e Dona Maria Solidade em seus Sistemas Agroflorestais.....	157
Figura 24-Mapa das águas de Aparecida Diniz Silva (Nenem), Sítio São José dos Pilotos no Município Santa Cruz da Baixa Verde.....	160
Figura 25- Mapa das águas de Maria Eunice, Sítio Barra no Município de Calumbi.....	164
Figura 26- Mapa das águas de Sueli, Sítio Serra dos Nogueiras no Município de Santa Cruz da Baixa Verde.....	166
Figura 27- Mapa das águas de Francisca (Pretinha), Sítio São José dos Pilotos no Município de Santa Cruz da baixa Verde	168
Figura. 28-Agricultora Nenem com tambor de 250L interligado na cisterna calçadão, para facilitar a irrigação da horta.....	175
Figura 29- Primeira formação de Mulheres Cisterneiras em 2004, Pajeú.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Áreas Preservadas e Desmatadas de Caatinga em Municípios do Sertão do Pajeú	74
Tabela 2- Histórico de Desmatamento na Caatinga 2002-2009	75
Tabela 3- Principais açudes no território Sertão do Pajeú	82
Tabela 4- Área total das propriedades rurais do Pajeú por condição de posse	93
Tabela 5- Novas fontes de água a partir da implementação de tecnologias sociais nas propriedades familiares camponesas	158
Tabela 6- Consumo de água para cultivo de hortaliças agroecológicas por famílias camponesas no semiárido	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Configuração Municipal dos Polos Sindicais do Território Sertão do Pajeú	22
Quadro 2 – Municípios e Comunidades da Pesquisa de Campo	29
Quadro 3- Tecnologias hídricas adaptadas ao Semiárido construídas e utilizadas pelas mulheres camponesas da pesquisa	131
Quadro 4- Percepções das mulheres camponesas acerca dos impactos socioambientais sobre as fontes de água	148
Quadro 5- Sistemas agroflorestais e seus benefícios socioambientais no semiárido	158
Quadro 6- Necessidade mínima de água para consumo, segurança alimentar, uso doméstico e produção camponesa	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
Caminhos para a construção do conhecimento.....	22
CAPÍTULO 1-MULHERES E ÁGUA: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA	31
1.1 A água como parte da questão ambiental.....	31
1.2 Mulheres camponesas e a transformação com a natureza	49
CAPÍTULO 2- CAMINHOS DAS ÁGUAS NO SERTÃO DO PAJEÚ: CONFIGURAÇÃO DA PROBLEMÁTICA SOCIOPOLÍTICA DA ÁGUA E AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES CAMPONESAS NA CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO	62
2.1. As águas dos sertões e as relações socioambientais no território: o que (não) aprendemos e onde chegamos	63
2.3 Uma histórica política da água contra a natureza: reforçando estruturas, despertando resistências.....	94
2.4 Contribuições dos movimentos de mulheres para reapropriação social da natureza: construindo outros olhares sobre a luta pela água no Sertão do Pajeú	106
CAPÍTULO 3- MULHERES DO PAJEÚ E SUAS RELAÇÕES HISTÓRICAS COM A ÁGUA: (DES)CONSTRUINDO PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.....	127
3.1. “Cacimba rasa na flor da terra”: aonde estão as águas que correm no Pajeú?	130
3.2. O trabalho das mulheres camponesas com a água na perspectiva agroecológica e feminista	152
3.3 Aprendizagens e desafios das mulheres nos processos sociopolíticos de gestão da água: contribuições para outros semiáridos possíveis.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	189
APÊNDICE A - MAPAS DAS ÁGUAS	199
APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	201
ANEXO A – CARTA ABERTA A FRANCISCO CAPORAL	202

INTRODUÇÃO

Prelúdio

Essa pesquisa é fruto de inquietações que foram sendo aprofundadas em minha construção como sujeito político, desde as vivências na graduação em gestão ambiental em São Paulo, até os imensuráveis aprendizados nas trocas de conhecimentos com mulheres camponesas de diversos recantos do semiárido brasileiro a partir do trabalho realizado junto a equipe da ONG Actionaid Brasil e dos processos do mestrado.

Como jovem ambientalista, nascida e criada na maior cidade da América Latina, muitos questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento e desigualdades socioambientais foram se tornando motivações para a busca individual e coletiva de mudanças. Algo estava estruturalmente errado, o fracasso daquele modelo gritava, mas poucos (inclusive poucos da área ambiental) ouviam. Trocas de conhecimentos e de práticas puderam ser vivenciadas nas prosas e reflexões as margens do saudoso Rio Tietê, encontros acadêmicos e dos movimentos ambientalistas nos anos em que estudei na Universidade de São Paulo, na aproximação com a Permacultura e depois com a Agroecologia.

Em 2013 tive o privilégio de escolher sair de São Paulo para estudar em Recife, em busca de outros olhares e outras possibilidades de vida. Será que ali onde o Rio Capibaribe ainda resiste eu poderia contribuir para outros caminhos possíveis? Essa construção não poderia vir apenas de uma atuação na universidade, era preciso estar mais próxima dos movimentos sociais e das organizações que vem trabalhando a agroecologia.

Assim, no fim de 2013 fui trabalhar na equipe de direitos das mulheres da Actionaid, onde pude mergulhar nos processos da agroecologia, acompanhar ações dos movimentos de mulheres rurais e urbanas, ao mesmo tempo em que me reconhecia como feminista. A questão da água era central na discussão sobre segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento da agroecologia no semiárido, e ao mesmo tempo era um tema estratégico para fortalecer o trabalho das mulheres rurais, suas redes e movimentos, na luta por autonomia econômica e política e superação de opressões.

Um grande desafio e aprendizado nessa caminhada foi trazer para a construção científica a abordagem feminista, tão essencial para discussão ambientalista. Como mulher não foi fácil, pois com o aprofundamento na prática feminista, individualmente e com as agricultoras e movimentos de mulheres que pude acompanhar, ia sentindo minhas próprias correntes. Ficou

evidente a necessidade de me engajar e me basear como pesquisadora na práxis feminista.

No ano seguinte (2014) ingressei no PRODEMA (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) e participei do fortalecimento do NEPPAG-Ayni (Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia) fundamental para o amadurecimento da minha perspectiva sobre a Agroecologia.

Isso possibilitou, nos últimos três anos, diversos encontros e trabalhos de campo junto as mulheres camponesas do Semiárido, inclusive no Pajeú, podendo observar as dinâmicas e desafios de seus grupos, redes e movimentos. Não foi difícil me encantar com o Pajeú, sua poesia, suas serras e seu povo.

Compartilhando sentimentos e percebendo nossos desafios, tive certeza de que a função social dessa pesquisa seria contribuir com as mulheres que lutam diariamente pela água para suas famílias, enfrentam muitas barreiras visíveis e invisíveis para o reconhecimento de seu trabalho fundamental para sociedade, e que mesmo nas adversidades gostam de conviver com a natureza do sertão com a qual profundamente se identificam.

Elas me ensinaram que o Pajeú é um território de águas, que a vida ali pulsa a partir de uma convivência histórica dos povos sertanejos com a Caatinga. Num contexto sociopolítico hostil e de conflitos socioambientais, intensificados nas estiagens de chuvas, essa convivência se configura como uma luta diária pela reapropriação social da natureza como um todo holístico e complexo.

As mulheres camponesas mesmo possuindo uma longa história de gestão da água no semiárido, experiências e estratégias de convivência, bem como saberes específicos sobre a água, possuem espaço reduzido nas tomadas de decisões sobre esse bem comum, seja no sítio da família ou em espaços públicos. A auto-organização e participação no movimento da agroecologia tem possibilitado às mulheres rurais um fortalecimento enquanto sujeitos políticos. No Pajeú essa construção tem sido significativa, abrindo caminhos para a exigência e acesso aos seus direitos, além de outros avanços em termos da segurança alimentar e nutricional, da renda, autoestima, etc.

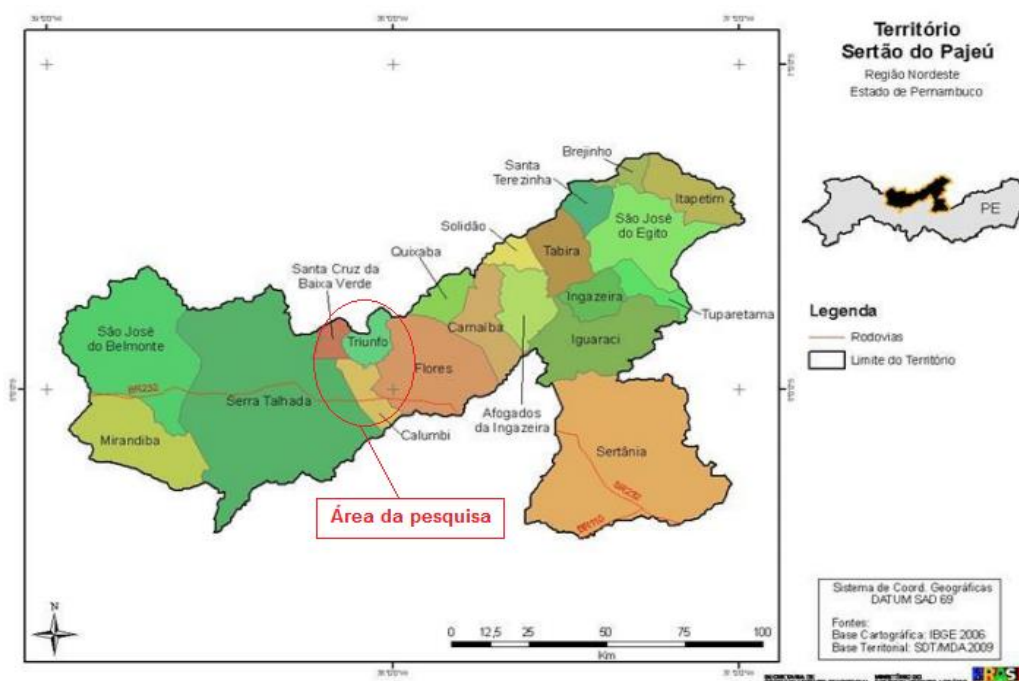
Diante do cenário de transformações no semiárido, a partir da luta social e implementação das políticas de convivência com a região, emergem questões centrais para nós: como as mulheres camponesas e suas práticas de gestão da água estão inseridas nas dinâmicas sociais de gestão da água para a convivência com o semiárido? O modelo de gestão da água implementado pelo Estado e sociedade tem integrado as práticas e saberes das mulheres camponesas?

Acreditamos que os conhecimentos e práticas de gestão da água das mulheres camponesas no Pajeú, intimamente relacionadas com o modo de vida camponês e condições socioambientais específicas das mulheres, tem potencial de transformação social na construção de um projeto político de convivência com o semiárido emancipatório, fortalecendo a urgente gestão integrada, participativa e equitativa da água no semiárido.

Na mesma direção da Política Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, acreditamos que a gestão da água deve ser participativa e descentralizada, envolvendo os diversos sujeitos nas tomadas de decisões. Entretanto, é fundamental integrar e desafiar esse modelo institucional no contexto do semiárido a partir das experiências camponesas de autogestão e descentralização da água, as quais estão atreladas a uma proposta de en-volvimento agroecológico para o território.

O **objetivo geral** da pesquisa foi analisar a gestão da água praticada pelas mulheres camponesas no território do Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Para tanto, foi preciso 1-) analisar as práticas de gestão da água das mulheres; 2-) observar suas percepções sobre as dinâmicas locais e territoriais de gestão da água; 3-) identificar os espaços de gestão da água que estão inseridas; e por fim 4-) discutir os desafios relativos à integração da gestão da água das mulheres camponesas no território estudado.

Figura 1- Municípios do Sertão do Pajeú parte da pesquisa



Fonte: BRASIL, 2011.

A pesquisa foi realizada no território Sertão do Pajeú, delimitado pelo Governo Federal a partir do Programa Territórios da Cidadania⁷ em 2008. Abrangeu ainda, sítios ou comunidades de três (3) municípios, tais quais Triunfo, Santa Cruz da Baixa Verde e Calumbi, delimitados no mapa da figura 1. Esses fazem parte da microrregião de Serra Talhada de acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú (BRASIL,2011).

No Sertão do Pajeú mesmo com a existência de, relativamente pequenas, taxas de êxodo rural, em 2010 ainda viviam na área rural 153.673 pessoas (39% da população total do território). As mulheres representam 51% d/a população, tal dado reforça a importância da participação das mulheres no processo de gestão social do território.

No âmbito da organização política, no território estão inseridos o Polo Sindical Sertão do Pajeú e uma parte do Polo Sertão Central, que se configuram de acordo com o quadro a seguir, articulados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE).

Quadro 1 - Configuração Municipal dos Polos Sindicais do Território Sertão do Pajeú

Polo Sindical	Municípios parte da organização do polo
Sertão Central	Betânia, Calumbi, Cedro, Custódia, Flores, Mirandiba, Salgueiro, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte, Serra Talhada, Serrita, Terra Nova, Triunfo, Verdejante
Sertão do Pajeú	Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Terezinha, São José do Egito, Sertania, Solidão, Tabira, Tuparetama

Fonte: FETAPE, 2016. Elaboração própria, 2016.

Caminhos para a construção do conhecimento

no es simplemente un conocimiento nuevo lo que necesitamos; necesitamos un nuevo modo de producción de conocimiento. No necesitamos alternativas, necesitamos un pensamiento alternativo de las alternativas (SOUZA SANTOS, 2006).

⁷ O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania o qual tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (BRASIL, 2011).

Como construir ciência para contribuir na construção de caminhos de emancipação social? Não temos a pretensão de responder essa pergunta, mas acreditamos que um processo de aprendizagem, como o é também a pesquisa, embasado por uma racionalidade que unifica ser humano e natureza e valoriza a diversidade de conhecimentos e modos de vida, certamente nos ajuda a avançar nessa questão.

Guzmán (2002) aborda que no processo dinâmico da pesquisa científica os métodos e as técnicas são revestidos pelo enfoque teórico, o qual os integra de tal forma que não ficam rigidamente definidos os limites de onde começa um e termina o outro. Nesse sentido, essa operacionalização em movimento vai transformando um “objeto de representação” em “objeto de conhecimento”.

Tendo em vista contribuir para a construção de um desenvolvimento, ou en-volvimento rural emancipatório, baseado na racionalidade ambiental (LEFF, 2006), acreditamos que é um ponto fundamental considerar e integrar os saberes das mulheres agricultoras nos estudos científicos. A partir da lente Ecofeminista construtivista (PULEO, 2008), da Agroecologia (ALTIERI, 2012) e Ecologia Política (ASCELRAD, 2004) buscamos, dentro dos limites dessa pesquisa, seguir um caminho de ruptura da estrutura de poder entre “sujeito-objeto” ou pesquisadora-agricultora.

O objetivo ao qual nos propusemos caracteriza essa pesquisa como explicativa, pois foram identificadas e analisadas as relações emergentes entre os elementos integrantes da questão central, através principalmente de abordagens qualitativas.

Realizada durante todo o processo do mestrado, a pesquisa bibliográfica permitiu a formulação de uma visão mais abrangente e aprofundada dos diversos caminhos já percorridos por outros(as) autores(as) acerca do tema abordado, levou ao acesso de novas fontes e permitiu o levantamento de dados secundários para a construção da análise. A pesquisa de campo para a coleta de dados primários, também foi fundamental para o estudo e será abordada detalhadamente adiante.

No início da dissertação, foi realizada uma pesquisa exploratória a qual com sua função de estudo preliminar (SEVERINO, 2013), visou o levantamento de informações sobre a gestão da água no território do Pajeú, permitindo a delimitação do campo de trabalho e identificação das condições socioambientais das mulheres camponesas. Não foi esse o primeiro contato com o território, no qual tivemos a oportunidade de acompanhar alguns processos e ações do movimento de mulheres desde 2013, entretanto, foi a primeira vez que o olhamos com foco nas

questões centrais do tema de estudo.

Esse reconhecimento prévio auxiliou, principalmente, nos seguintes aspectos: na observação e reconhecimento das características geofísicas e dinâmicas de uso e ocupação do solo no território; na construção de um primeiro olhar focado nas relações de gestão da água construídas no território; na articulação com pessoas importantes para a pesquisa.

Como parte da abordagem da pesquisa participante (BRANDÃO e BORGES, 2007), o momento escolhido para essa fase exploratória foi durante a “Caravana em Defesa do Rio Pajeú” (Figura 2), realizada entre os dias 26 e 27 de julho de 2014 e na qual atuamos com base em uma observação participante. Como parte da programação da XII Semana Nacional do Meio Ambiente, a caravana foi organizada no território do Pajeú por organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicatos rurais e universidade, atuantes na região em defesa da agricultura familiar, meio ambiente e justiça socioambiental⁸. Participaram 56 pessoas, entre equipe técnica das ONGs, pesquisadores(as), sindicalistas e agricultores(as) oriundos dos 28 municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú.

Figura 2-Divulgação da caravana em defesa do Rio Pajeú



Fonte: Acervo Pessoal, 2014

Ao longo da caravana percorreram-se trechos estratégicos para a observação do quadro socioambiental da região do alto Pajeú, que compreende da nascente no Município de Brejinho à Barragem de Brotas, localizada no Município de Afogados da Ingazeira. Visitamos os seguintes pontos ao longo do roteiro da caravana:

⁸ Participaram da Caravana as seguintes organizações: Actionaid, Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (ADESSU); Casa da Mulher do Nordeste (CMN); Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR); Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Sabiá); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Diaconia; FETAPE; Grupo Mulher Maravilha; Grupo Desbravadores; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Afogados da Ingazeira, São José do Egito e Tuparetama; Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido (NEPPAS) da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE).

- Regiões de confluência do Rio Pajeú com o afluente riacho do Cedro em sua margem esquerda;

Figura 3-Caravana em defesa do Rio Pajeú em percurso e na Barragem da Ingazeira



Fonte: Acervo Pessoal, 2014

- Comunidade de Bezerros no município de Ingazeira,
- Barragem da Ingazeira no município Ingazeira;
- Comunidade rural São Pedro no município de São José do Egito;
- Área urbana do município São José do Egito;
- Zona Rural do município de Itapetim;
- Nascente do rio Pajeú no município de Brejinho.

Essa ação possibilitou um monitoramento participativo sobre a situação socioambiental da bacia hidrográfica do rio Pajeú e o levantamento de informações. Estes serão subsídios para as estratégias e tomadas de decisões da sociedade civil organizada sobre ações ambientais, civis e jurídicas a serem implementadas em defesa da recuperação e conservação da maior bacia hidrográfica do Estado bem como da vida no vale do Pajeú (BARROS JÚNIOR, 2014).

A Caravana Agroecológica é uma metodologia pedagógica para a mobilização social e construção de análises coletivas a partir das vivências, observações e discussões no território, e tem sido construída e utilizada pelas ONGs, movimentos sociais, núcleos de agroecologia das universidades e redes de agroecologia. Estas têm possibilitado exercícios descentralizados e participativos de análise, trazendo para o centro da reflexão-ação os conflitos socioambientais e padrões do modelo de desenvolvimento, estimulando um olhar integrado e crítico sobre os

territórios. Além disso, buscam facilitar a convergência de diferentes dimensões relacionadas ao fortalecimento da agroecologia (AARJ, 2014).

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)⁹ tem um papel importante na promoção e aprimoramento dessa metodologia, principalmente a partir do processo preparatório do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que se realizou no mês de maio de 2014, em Juazeiro na Bahia. O encontro proporcionou 14 “Caravanas Agroecológicas e Culturais”, as quais mobilizaram milhares de pessoas e possibilitaram o reconhecimento e a análise de uma grande diversidade de experiências agroecológicas desenvolvidas em territórios de todas as regiões brasileiras (ANA, 2014).

A Caravana em Defesa do Rio Pajeú nasce de dinâmicas enraizadas no território a partir dos movimentos sociais locais, entretanto, também é influenciada e aprimorada a partir das experiências do movimento agroecológico no Brasil. Dessa forma, nossa vivência na Caravana possibilitou um olhar mais próximo dos desafios enfrentados pelas mulheres camponesas e pelos demais sujeitos políticos que lutam cotidianamente pelo acesso e gestão democrática da água no sertão do Pajeú. As perguntas e análises individuais, que motivaram a pesquisa inicialmente, se fortaleceram a partir das questões discutidas coletivamente na caravana.

Assim, a pesquisa exploratória auxiliou na adequação da pergunta central e objetivos da dissertação de forma mais conectada a realidade local, bem como apontou caminhos concretos para a investigação científica.

Durante aproximadamente um ano continuamos o levantamento de dados secundários, bem como as discussões e reflexões sobre o tema pesquisado, a partir das aulas das disciplinas integrantes do programa, seminários e encontros.

Em junho de 2015, foi realizado o campo da pesquisa no território do Pajeú, durante o período de dez (10) dias. Como parte da preparação para essa etapa do campo e tendo em vista nossos objetivos, estruturamos o seguinte guia de pontos-chave a serem identificados e registrados nas visitas, que teve como base a metodologia participativa Trajetória de Vida (GONÇALVES e LISBOA, 2007), estruturada da seguinte forma:

1. Percepções e experiências de mulheres que praticam a agroecologia, relativas à gestão ambiental em suas propriedades e comunidades no âmbito do manejo dos recursos naturais da Caatinga e, principalmente, acesso e gestão da água para a produção de alimentos e consumo;

⁹ Site da organização: www.agroecologia.org.br

2. Níveis de empoderamento das mulheres referentes à participação nos processos de formação, seleção, construção e manejo de tecnologias sociais ligadas à água na propriedade da família;
3. Como tem sido a participação das mulheres camponesas nas tomadas de decisões relativas à água, na comunidade e na sua região e quais são suas formas de auto-organização;
4. As histórias de convivência com a escassez de água e as mudanças das estratégias e conflitos ao longo do tempo até os dias atuais;
5. As mudanças trazidas pelas políticas públicas de convivência com o semiárido, na perspectiva das mulheres, e como essas políticas têm influenciado nas questões de gênero;

O levantamento desses pontos-chave foi o primeiro passo para pensarmos quais mulheres deveriam ser entrevistadas e quais técnicas utilizar. Os critérios básicos, usados para definir quem seriam essas mulheres, foram: serem agricultoras, trabalharem na perspectiva da agroecologia e já terem acessado alguma política da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). Esses pré-requisitos garantiriam que as mulheres já tivessem participado de algum processo de discussão coletiva e mobilização comunitária sobre a água, seja por meio da ASA ou da assessoria técnica com base na agroecologia.

Através da apresentação desses critérios e do diálogo com a ONG feminista Casa da Mulher do Nordeste (CMN)¹⁰, ONG Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (SABIÁ) e Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido (NEPPAS) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que atuam ativamente na região do Pajeú, foram indicadas as mulheres a serem visitadas na pesquisa de campo.

Destaca-se que as mulheres não foram escolhidas ao acaso e sim a partir do envolvimento, em diferentes e diversos níveis, nos processos da agroecologia no território, o que nos possibilitou fazer uma análise conectada com a construção de um projeto político específico de desenvolvimento rural. Outro destaque relevante é que essas mulheres não necessariamente seriam lideranças comunitárias, do movimento agroecológico e/ou de mulheres, o que trouxe uma maior diversidade de pontos de vista e reflexões sobre os ainda muitos desafios vivenciados pela maioria das mulheres sertanejas.

No total participaram da pesquisa de campo sete (7) mulheres camponesas e uma (1)

¹⁰ Site ASA: www.asabrasil.org.br

representante da CMN, que exerce o papel de coordenadora na organização. Esse número de mulheres se deu dentro das possibilidades da pesquisa haja vista as metodologias previamente escolhidas, que exigem tempo de campo e sistematização das informações que seriam principalmente qualitativas. Consideramos nessa escolha consciente e política, a importância de estudar pelo menos cinco (5) sítios da microrregião, por sua vez escolhida devido aos processos políticos da agroecologia ali em execução, as características climáticas específicas e importância ecológica no âmbito da diversidade de fontes de água.

Sobre o perfil das mulheres camponesas entrevistadas todas são sindicalizadas, participam de associações e grupos de mulheres, apresentam níveis diferenciados de engajamento político e responsabilidade nesses espaços coletivos, além disso, duas já participaram de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Pelo fato de nenhuma mulher camponesa indicada ter participado de espaços estaduais da ASA e Comitê de Bacias do Pajeú, sentimos a necessidade de agregar à pesquisa uma entrevista específica com uma representante da CMN¹¹, a partir de um roteiro específico para tal. A organização participa ativamente da coordenação estadual da ASA Pernambuco e do Comitê de Bacia do Rio Pajeú, e se propõe a levar as demandas e visões das mulheres agricultoras com quem trabalham.

Os espaços municipais e estaduais da ASA são fundamentais para discussão sobre gestão da água nos territórios, pois agregam importantes atores políticos que defendem a perspectiva da convivência com o semiárido, bem como do campo da agroecologia e da luta por justiça socioambiental. Em geral, nesses espaços constroem-se e decidem-se sobre estratégias e ações políticas no âmbito dessa articulação de atores sociais, tanto para os municípios quanto para incidência estadual, regional e nacional.

Além disso, são nas comissões municipais, instâncias de controle social, que se definem os rumos da implementação participativa das políticas da ASA no município (ASA, 2016). As mulheres camponesas que fazem parte dessa pesquisa participaram ou participam dessas comissões por meio dos sindicatos e associações que fazem parte.

Por sua vez, os comitês de bacias são importantes instâncias dentro do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, onde se decide sobre os Planos de Recursos Hídricos da Bacia e sobre os conflitos relacionados ao uso da água (ANA, 2011). Falaremos desses espaços de gestão da água no capítulo 2.

O campo foi realizado do dia 22 ao 01 de junho de 2015, nas seguintes comunidades:

¹¹ Site CMN: www.casadamulherdonordeste.org.br

Sítio Souto e Sítio Carnaubinha no município de Triunfo; Sítio dos Nogueiras e São José do Pilotos no município de Santa Cruz da Baixa Verde e no Sítio Barra em Calumbi. Foram entrevistadas oito (8) mulheres, sendo sete (7) agricultoras e uma (1) mulher da equipe da ONG Casa da Mulher do Nordeste em Afogados da Ingazeira, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Municípios e Comunidades da Pesquisa de Campo

Município	Comunidade	Entrevistadas
Triunfo	Sítio Carnaubinha	1
	Sítio Souto	1
Santa Cruz da Baixa Verde	Sítio São José dos Pilotos	2
	Sítio dos Nogueiras	2
Calumbi	Sítio Barra	1
Afogados da Ingazeira		1

Fonte: Elaboração própria, 2015

O trabalho de campo, realizado na propriedade das agricultoras selecionadas, foi um momento de imersão em suas realidades. Na perspectiva da pesquisa participante abordada por Brandão e Borges (2007), como um processo de educação popular, foi possível realizar análises e fazer constatações importantes para pesquisa a partir de vivências e trocas de conhecimentos junto as agricultoras.

A observação participante, um instrumento parte da abordagem, facilita a compreensão das condições e percepções das pessoas envolvidas na pesquisa, bem como um diálogo horizontal com as mesmas. Essa prática consiste em uma observação ativa e consciente realizada durante o compartilhamento de momentos cotidianos com as(os) agricultoras(res). Foi importante para a melhor compreensão dos relatos das entrevistadas, para conhecer a produção e as práticas dos trabalhos realizados por elas, para a preparação do mapeamento de propriedade e para o diálogo de saberes.

Buscando construir a pesquisa da forma participativa e dialógica, utilizamos ainda a técnica das entrevistas semiestruturadas e ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) (VERDEJO, 2010).

A entrevista semiestruturada possibilita um diálogo mais livre com as entrevistadas e indo além da descrição dos fenômenos sociais, favorece a explicação e compreensão de sua

totalidade (MANZINI, 2004). Essa técnica de pesquisa permite ainda, a presença consciente e ativa do(a) pesquisador(a) no processo da entrevista (MANZINI, 2004), o que potencializou a riqueza e qualidade das informações obtidas, já que foi possível (re)moldar cada conversa a partir dos conhecimentos e vivências expostos por cada mulher entrevistada.

A partir de questionamentos básicos relacionados ao tema central, estruturados em roteiro flexível (Apêndice B) para auxiliar a conversa, as mulheres camponesas trouxeram informações qualitativas relativas aos processos históricos de mudanças relacionadas ao acesso e práticas de manejo da água, aos seus sentimentos e visões sobre a água e construção como sujeitos políticos, bem como expressaram suas análises sobre a conjuntura atual da questão hídrica na região.

Por sua vez o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas para o planejamento e desenvolvimento de ações nas comunidades de forma participativa¹², sendo os sujeitos locais protagonistas dos processos. A abordagem do DRP é fundamentada na teoria e prática da educação popular, tendo Paulo Freire¹³ uma de suas maiores influências (VERDEJO, 2010).

O mapa da propriedade, parte das ferramentas do DRP tem o objetivo de compreender a organização da unidade produtiva da família, mostrando detalhes da produção e da infraestrutura (VERDEJO, 2010). Para adaptar a ferramenta às necessidades dessa pesquisa, auxiliamos as mulheres camponesas na construção de mapas de propriedade trazendo como tema central a água e as relações de gênero envolvidas na sua gestão. Dessa forma, realizamos o mapeamento dos sítios ilustrando as áreas de cultivo que mais necessitam de água, as fontes disponíveis, as tecnologias sociais da água e as relações de gênero nos caminhos do uso e manejo dessas águas. Foram construídos com as mulheres 6 (seis) mapas e que chamamos de Mapa das Águas (Apêndice A).

A caminhada transversal, também parte do DRP, foi realizada em forma de visitas guiadas pelas agricultoras aos agroecossistemas. Foi fundamental para identificação da diversidade de cultivos, práticas agroecológicas e de gestão da água, bem como reconhecimento das fontes de água e tecnologias utilizadas. Além disso, foi possível observar a percepção das

¹²O nível de participação ao qual o DRP se propõe é o da participação interativa na qual os membros da comunidade beneficiada pelo projeto participam ativamente de todas as fases de tomadas de decisão tais quais a análise e definição do projeto, bem como do planejamento e execução de suas ações. No DRP existem diversas ferramentas para incentivar a participação das mulheres nos projetos e pesquisas, bem como para discutir as relações de gênero. Ressalta-se que não fizemos um DRP, pois não é o objetivo dessa pesquisa, utilizamos a ferramenta do mapa da propriedade. (Verdejo, 2010).

¹³ Fazer a relação da educação popular baseada na pedagogia de Paulo Freire com os referenciais metodológicos adotado no DRP.

mulheres em relação aos agroecossistemas e natureza.

CAPÍTULO 1-MULHERES E ÁGUA: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA

Este capítulo traz elementos teóricos sobre a questão da água como parte de uma ampla questão ambiental. Assumindo uma visão complexa, olhamos para o Sertão de Pajeú como um território parte de um sistema de forças sociopolíticas que influenciam dialeticamente os processos da água na região do Semiárido Brasileiro. Assim como aqueles estão conectados a aspectos nacionais e globais de dominação e exploração dos bens naturais.

Além disso, é a partir das percepções e conhecimentos das mulheres camponesas que buscamos compreender os caminhos das águas no Pajeú, dessa forma apresentamos aqui as dimensões social, política, ambiental e cultural, que são as bases para a construção social do “ser mulher camponesa” e de suas relações com a natureza.

O capítulo está dividido em duas partes, a primeira trata das bases da discussão sobre a água e suas implicações no território pesquisado; e a segunda aborda as condições socioambientais das mulheres camponesas para transformação da natureza, trazendo também aspectos da gestão das águas na perspectiva da Agroecologia.

1.1 A água como parte da questão ambiental

Yo he optado por dedicar mis energías a la materialización de la Democracia de la Tierra en ámbitos vitales para la supervivencia. De ahí que me centre especialmente en las semillas, los alimentos y el agua. Través de esta Democracia de la Tierra en acción, reivindicamos las libertades y los derechos de todas las personas y de todos los seres. Con nuestras acciones diarias en aspectos cotidianos, estamos creando economías vivas, democracias vivas y culturas vivas. La diversidad, las alianzas, la cooperación y la persistencia son nuestros puntos fuertes. El servicio, el apoyo y la solidaridad son nuestros medios. La justicia, la libertad humana, la dignidad y la supervivencia ecológica son nuestros fines. Reclamamos la recuperación de un mundo que se halla al borde del precipicio. Emprendemos la acción no desde la arrogancia y la certeza, sino con humildad e incertidumbre. Lo que importa es lo que damos y no nuestro éxito-personal. Pero en ese ejercicio altruista de dar, también vamos obteniendo victorias. Y gracias a esas acciones cotidianas, vamos re-tejiendo la red de la vida. (Shiva, 2006b, p.173)

Como humanidade chegamos ao século XXI. Os impactos negativos gerados pelo pensamento e prática hegemônicos recaem sobre cada recanto da Terra e, por conseguinte, em nós mesmos. Cada vez mais degeneram-se as bases físicas e culturais de nossa sobrevivência e os aprendizados dos tempos em que trabalhávamos em sinergia com a natureza. Ao que parece, como espécie estamos perdendo a memória intimamente relacionada as diversidades biológicas e culturais através de fenômenos técnicos-econômicos, sociais e políticos da modernidade (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015).

Qualquer olhar atento vê a natureza e os seres a que ela pertencem sendo degradados, e a arte de viver tolhida para se enquadrar aos padrões estabelecidos. Mesmo assim, não conseguimos nos libertar da escravidão do capital a qual nós mesmos criamos e nos lançamos. As correntes que nos limitam, não nos permitem enxergar outros saberes, outras racionalidades, resgatar a sabedoria ancestral, nem nos reconhecermos como natureza, que de fato somos.

A colonização na América Latina exterminou povos e saberes, expropriou os recursos naturais e riquezas, bem como subjugou os(as) sobreviventes à cultura europeia. Vivenciamos ainda o imperialismo estadunidense e a instalação do sistema neoliberal aprofundador das desigualdades e degradação socioambiental em detrimento de uma restrita elite nacional e internacional. Em um contexto global o capitalismo se tornou o sistema hegemônico de apropriação, acumulação e transformação dos recursos naturais, e no senso comum é “destino” inevitável (PORTO-GONÇALVES, 2008; SANTOS, 2006).

O patriarcado por sua vez, sistema de dominação das mulheres e também um dos paradigmas que embasa a dominação da natureza (PULEO, 2002), continua sendo hegemônico, e os direitos das mulheres conquistados com tanto sangue e luta, por mais sólidos que possam parecer na prática são facilmente dissolvidos no ar. Direitos esses que não são permanentes já que a cada momento estão ameaçados a retroceder sem grandes comoções sociais, como por exemplo, a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres logo após o golpe jurídico-midiático orquestrado pela elite econômica e política, nacional e internacional, em 2016 no Brasil.

Frente as paralisias que o próprio sistema nos remete, acreditamos que são possíveis e impostergáveis outros caminhos. Como indivíduos, sociedade, civilização e como ecossistema planetário, estamos em um período onde os velhos paradigmas escancaram seus limites. Pra Capra (2006) e Morin (2002), são tempos de transição, de transformações culturais, trata-se em uma mudança no mundo do pensamento, no modo de pensar, e no mundo pensado, onde os núcleos organizativos das velhas estruturas culturais começam a se desorganizar.

Transformações dessa magnitude e profundidade são fundamentais para o desenvolvimento das civilizações e devem ser bem-vindas visto que, segundo Leff (2003), entender a complexidade ambiental implica em um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento.

Morin (2002) aborda que o pensamento complexo e resgate de outras matrizes de conhecimentos, nos trazem a oportunidade de entendermos a problemática socioambiental fora dos limites impostos pela racionalidade dominante, que sustenta e é sustentada por aqueles sistemas de poder opressores. Para Leff (2003), no mesmo sentido, faz-se a possibilidade de redescobrirmos as relações sociedade-natureza através de outras lentes, engendradas a partir da racionalidade ambiental, consciente da alienação e incerteza do mundo “economicizado”.

Assumimos a lente ecofeminista construtivista proposta por Alicia Puleo (2011), para a análise crítica do pensamento e prática hegemônicos baseados na separação e hierarquização no âmbito das relações sociedade-natureza, bem como na subjugação das mulheres.

A desconexão entre ser humano-natureza permitiu uma hierarquização, onde o sujeito ativo é a cultura, e o objeto passivo é a natureza. Nessa dicotomia, mecanicista e reducionista, possibilitada também através das opressões milenares do sistema patriarcal, as mulheres não são consideradas protagonistas da cultura e sim parte da própria natureza, sendo mulheres-natureza passíveis de objetificação e dominação (PULEO, 2011).

A autora explica que para uma das pioneiras do ecofeminismo, Françoise D'Eaubonne, a falocracia, ou sistema de poder baseado no androcentrismo e subjugação das mulheres, está na mesma base de uma ordem que necessariamente leva a destruição da natureza (PULEO, 2011).

Segundo Emma Siliprandi, proeminente pesquisadora do campo da agroecologia:

o ecofeminismo construtivista (expressão criada por Alicia Puleo) tenta recuperar tanto a análise das condições concretas de vida das mulheres como os condicionantes ideológicos integrantes do sistema sexo-gênero que marcam a construção das subjetividades masculina e feminina e que devem ser desmontados para poder se avançar em direção a propostas de transformação social ecologistas e com igualdade de gênero (SILIPRANDI, 2009).

Outra perspectiva chave na pesquisa é a Agroecologia, a qual se constituiu como um campo do conhecimento científico, crítico ao positivismo lógico e ao paradigma da Revolução verde¹⁴ base do desenvolvimento rural hegemônico. Emerge assim, como outro paradigma,

¹⁴ A Revolução Verde é o paradigma que embasa a modernização da agricultura. Esse paradigma atrela o desenvolvimento da agricultura às monoculturas e pacote tecnológico o qual consiste em insumos industriais, conhecimento técnico-científico, grandes extensões de terra e irrigação (PEREIRA, 2012).

holístico e sistêmico, o qual propõe a integração sinérgica dos diferentes e diversos saberes, para influenciar e redirecionar o alterado curso de coevolução de sistemas sociopolíticos e culturais com os sistemas ecológicos (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2009).

Nesse sentido, para Guzmán e Calvo (1993), os processos de mudança frente a questão ambiental e construção de outros desenvolvimentos rurais se fazem a partir da transição agroecológica nos agroecossistemas¹⁵, tendo como sujeito ativo e protagonista da transformação e luta social o campesinato em toda sua diversidade.

Os agroecossistemas são considerados unidades fundamentais nos estudos e planejamentos das ações dos diversos sujeitos individuais e coletivos para a produção de alimentos saudáveis e ao mesmo tempo para a construção das bases de desenvolvimentos rurais ecologicamente responsáveis, culturalmente adaptados, socialmente e economicamente justos e viáveis (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

Molina (2012), traz ao centro do debate a dimensão política da agroecologia, reforçando a existência das relações de poder nas tomadas de decisões coletivas para se chegar a esse projeto comum de desenvolvimento baseado na agroecologia. Segundo o autor, o princípio da *coevolução* implica no reconhecimento do poder que permeia as relações sociais, as quais determinam e são determinadas pelo meio ambiente. Dessa forma, a abordagem socioambiental deve incluir aspectos materiais e simbólicos sobre os quais funcionam os agroecossistemas, considerados como subsistemas dentro do metabolismo geral das relações sociedade-natureza, sendo produtos das relações socioambientais que emergem nesse contexto, nas quais o poder e os conflitos sempre estão presentes.

A partir dessas considerações o processo de transição agroecológica vai muito além das mudanças das práticas agrícolas, envolvendo de forma integrada e complexa múltiplas dimensões que levem a mudanças estruturais nas relações entre as pessoas e sociedade-natureza. Para tanto, como veremos no próximo item, a perspectiva feminista se faz essencial nessa transformação.

Buscando contribuir para essa outra racionalidade, complexa, dialógica e baseada na diversidade de saberes, é que começamos essa discussão sobre a questão da água no mundo, Brasil e território do Sertão do Pajeú.

¹⁵ Segundo Altieri (2012) agroecossistemas são comunidades de plantas e animais em interação com seus meio físico e químico modificado para produção de alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para o consumo e uso humanos. Caporal e Costabeber (2002) complementam essa abordagem, considerando que são o lócus onde pode-se buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto das relações das transformações socioambientais.

Quase todas as pesquisas realizadas sobre a problemática da água¹⁶, bem como as discussões sobre “desenvolvimento sustentável” vem abordando a existência da “crise da água”. Em nossa concepção a questão da água que se expressa em problemas graves de acesso, controle e gestão desse bem vital, deve ser analisada como parte da questão ambiental e a partir de uma visão crítica ao sistema hegemônico moderno colonial o qual a perpetua, aprofunda e distribui de forma desigual os ônus do “desenvolvimento” (ASCELRAD, 2004). Nesse sentido, preferimos defender a existência de uma crise civilizatória.

É importante compreender que o sistema capitalista não necessariamente está em crise devido às questões ambientais e da água, apesar de ser limitado e influenciado pelos recursos disponíveis no planeta. Os poucos que se beneficiam desse sistema, utilizam seu poder para criar mecanismos de mercado, como os provenientes da apropriação do discurso de desenvolvimento sustentável, para postergar seu fim e reinventar a roupagem capitalista. A lógica de concentração dos recursos naturais, dominação e degradação da natureza é intrínseca a esse sistema, ou seja, o sustenta:

A crise ecológica não é crise do capital ou para o capital. Decorre do sucesso e não do fracasso do modo de produção. Capitalistas individuais podem entrar em crise, mas o capital continua a se expandir de forma ampliada, independente ou até auxiliado pelo que se chama de crise ecológica. É o que se pode observar com a apropriação privada dos conhecimentos científicos, dos mecanismos de reprodução biológica e da biosfera (RODRIGUES, 2006).

Consideramos que a gestão insustentável dos bens naturais, baseada na concertação e degradação dos mesmos, sustentam o modelo de produção e consumo do capitalismo e mantém uma relação dialética com as desigualdades socioeconômicas características desse sistema. É preciso sublinhar que as guerras por água, que estão ocorrendo no mundo inteiro (SHIVA, 2006a), não são resultados de uma isolada “crise da água” e sim da forma capitalista de apropriação da natureza.

O uso insustentável da água está baseado em uma racionalidade economicista hegemônica que tem gerado problemas imensuráveis para a humanidade, sendo que ainda hoje quase 1 bilhão de pessoas não tem acesso à água de qualidade para beber (UNICEF, 2014), e

¹⁶ É relevante fazermos a distinção entre o conceito de “água” e “recursos hídricos”. Água é um bem da natureza que está no planeta há bilhões de anos, seu valor supremo é o biológico (MALVEZZI, 2005). Embora sejam indissociáveis, água e recursos hídricos, a água é um conceito muito mais amplo. Recursos hídricos podem ser considerados as parcelas de água que os seres humanos utilizam, e a expressão “recurso” tem suas raízes em uma visão da economia moderna, na qual os elementos da natureza usados nos processos produtivos são recursos econômicos, e é baseada na perspectiva utilitarista da natureza.

precisam enfrentar diversos tipos de conflitos para se (re)apropriar da água.

Na visão da ecologia política, as relações de poder em um território que envolvem as componentes de classe, gênero e raça/etnia, são determinantes no como e para quem serão disponibilizados ou não os recursos naturais ali encontrados, e como serão distribuídos os ônus socioambientais dos processos de exploração da natureza (ACSELRAD, 2004).

Nesse sentido, Costa e Ioris (2015) apontam que a gestão da água vai além da visão convencional geralmente tecnicista e exclusiva de hidrólogos, engenheiros e geólogos. Para nós essa envolve a racionalidade camponesa, tecnologias sociais, práticas agroecológicas de produção, conhecimentos e práticas das mulheres, bem como faz parte da construção das bases materiais e simbólicas para uma proposta política de desenvolvimento do semiárido baseada na agroecologia e feminismo.

As diversas gestões das águas são essenciais para o desenvolvimento das atividades humanas e do bem-estar, e no contexto de instabilidade hídrica do semiárido são processos-chave para construção de sistemas ecológicos e culturais de convivência profícua com a natureza. No meio rural são ainda uma questão de sobrevivência e saúde para as famílias camponesas, pois o saneamento básico, em especial o abastecimento de água, praticamente não existe, mesmo sendo essas áreas rurais e camponesas fundamentais para conservação e produção da água.

Em um tom otimista o documento de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)¹⁷ desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2014), aponta que a meta relacionada ao acesso à água para beber e ao saneamento básico, que buscava reduzir à metade as percentagens da população sem acesso à água e sem acesso ao saneamento até 2015, foi atingida integralmente antes mesmo do prazo (IPEA, 2014). Entretanto, o próprio documento da UNICEF (2014) aponta que as desigualdades geográficas, socioculturais e econômicas persistem no acesso à água, e em alguns casos têm aumentado.

Mesmo com avanços, observamos que até 2014 pelo menos 748 milhões de pessoas ainda não tinham acesso seguro à fontes de água potável para beber, destas mais de 90% viviam em áreas rurais (UNICEF, 2014), além disso cerca de 2,5 bilhões de pessoas (mais de um terço da população global) não tinham acesso ao saneamento básico adequado (UNICEF, 2014). Esse último dado é ainda mais preocupante ao sabermos que a cada litro de água poluída, mais 8

¹⁷ Em 2000 líderes mundiais adotaram a Declaração do Milênio da ONU com a qual se comprometeram a uma parceria global para reduzir a pobreza extrema, a partir de oito objetivos comuns até 2015. A questão da água de beber e saneamento são uma meta dentro do Objetivo “Qualidade de vida e Respeito Meio Ambiente” (Objetivo 7) (PNUD, 2015).

litros são contaminados (MELO, 2005); que diarreia, cólera e febre tifoide são doenças causadoras de alto índice de mortalidade e que têm a água como principal vetor (MELO, 2005); e que milhares de crianças morrem por dia devido a doenças causadas pelo consumo de água contaminada, principalmente na África e América Latina (MELO, 2005).

Esse cenário nos alerta para a situação de degradação humana e ambiental que o modelo hegemônico tem construído, onde predomina a lógica de concertação de riquezas e se negam os elementos básicos para sobrevivência de uma maioria pobre. Como ensinou o líder político indiano Mahatma Gandhi, “na Terra há o suficiente para satisfazer as necessidades de todos, mas não para satisfazer a ganância de alguns”.

Enquanto a população mundial cresceu três vezes desde 1950, a demanda por água cresceu seis vezes, indicando que a questão central não é tamanho da população e sim o fato de uma restrita elite encontrada tanto nos países ricos quanto nos pobres, ser consumidora da maior parte dos bens naturais, ou seja, implementar padrões predatórios de produção e consumo (PORTO-GONÇALVES, 2013). Das 06 bilhões de pessoas que habitam a Terra, apenas 1,7 bilhões fazem parte do modo consumista predador da civilização contemporânea (MALVEZZI, 2005).

A crítica da ecofeminista Françoise D'Eaubonne ao pensamento neomalthusiano nos anos 1970, já trazia para o centro da questão socioambiental a importância de se discutir o “modo de produção dominado pelos homens, que orientava os países industrializados (tanto capitalistas como socialistas) e que estava levando à humanidade ao colapso, numa clara relação entre superpopulação, devastação da natureza e dominação masculina” (PULEO, 2004 *apud* SILIPRANDI, 2009).

A dificuldade de acesso à água tem se intensificado em locais onde, pelas características naturais, já havia pouca água disponível para o uso humano, tais como no semiárido brasileiro, devido aos processos históricos de apropriação e uso dos bens naturais e mais recentemente devido os processos de desertificação. Além disso, a redução da quantidade e qualidade da água também tem surgido como uma problemática em territórios onde por muitos séculos existiu água suficiente para o desenvolvimento da vida de todos os seus habitantes. Então, como se dá a intensificação da produção de “escassez” nos dias de hoje? Precisamos nos atentar aos diferentes discursos sobre esse conceito, que hoje se apresentam e se confundem.

A água é um bem natural renovável, ou seja, o ciclo das águas repõe os mesmos volumes de água doce e salgada há milhões de anos. Entretanto, a água disponível no ambiente ao acesso humano é limitada, bem como o modo de produção e consumo atuais impactam os ciclos da

natureza de várias formas: poluindo os corpos hídricos e águas subterrâneas, poluindo a atmosfera diretamente ligada ao ciclo da água, superexplorando a água num ritmo cada vez mais acelerado, degradando o solo e as vegetações locais fundamentais no ciclo da água, para citar alguns exemplos.

Além desses impactos, é essencial abordar a desigualdade no acesso e controle da água, que pode levar à “escassez” socialmente construída, restrita a determinados grupos sociais, que são impedidos de ter água suficiente para o desenvolver da vida, como é o caso de regiões do sertão brasileiro, onde a água que existe é concentrada nas mãos de poucos. Assim, segundo Malvezzi (2005) o conceito de “escassez” de água se refere ao mesmo tempo às dimensões quantitativa, qualitativa e social.

Ao atribuímos causas sociais aos problemas ambientais, é preciso considerar como pano de fundo o sistema civilizatório hegemônico, no qual o acesso, controle e o consumo dos bens naturais são extremamente desiguais, seja em relação às pessoas pobres e ricas, ou entre as economias dos países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”. A maior parte de todo consumo de água doce hoje, ou 90% dele, é realizado pelas atividades econômicas industriais e do agronegócio (PORTO-GONÇALVES, 2008). Dessa forma, hoje o problema seria a quantidade de água que os(as) indivíduos(as) consomem, ou o modo de produção?

Mabel Faria Melo (2005) aborda que a água sempre esteve no centro do desenvolvimento socioeconômico, através da irrigação ancestral dos solos para a agricultura, viabilização da circulação de mercadorias, geração de energia desde moinhos até hidrelétricas, bem como sempre foi indissociável da qualidade de vida da humanidade. Dessa forma, ao longo da história humana vem representando vida e bem-estar e também destruição e morte.

Segundo Malvezzi (2005), hoje o uso da água é muito mais intenso do que em épocas passadas, estima-se que no mundo de toda água doce disponível, 70% destinam-se para a agricultura, 20% para a indústria e 10% para o consumo humano. O uso intenso da água principalmente na agricultura e na indústria, em alguns contextos, tem sido em um ritmo mais acelerado do que a regeneração dos sistemas de produção de água que vêm sendo degradados. Além disso, aquele tem provocado uma drástica redução na qualidade da mesma, que quase sempre é devolvida ao sistema poluída, principalmente por agrotóxicos, resíduos químicos industriais e por dejetos humanos. Essa última forma de poluição é agravada pela ausência de saneamento principalmente nos países pobres como vimos (MALVEZZI, 2005).

Sem dúvida uma das chaves da questão da água está no intenso uso agrícola e industrial e na forma como se utiliza a água nessas atividades. Nesse sentido, cabe aqui questionar que

modo de agricultura é esse que ao consumir tanta água, desequilibra o próprio ciclo das águas?

Shiva (2006a) adverte que a agricultura industrial a partir da Revolução Verde, retirou a capacidade das safras de resistências às secas observada em diversas culturas tradicionais ou nativas, levou a utilização de métodos que reduzem a retenção de água no solo e aumentam a demanda por água:

A mudança de fertilizantes orgânicos para fertilizantes químicos e a substituição de safras que utilizam pouca água para outras sedentas de água têm sido receitas para a falta geral de água, desertificação, as inundações e salinização (SHIVA, 2006 a, pg.130).

Em contrapartida a autora aponta que sistemas agrícolas ecológicos são a única forma sustentável de produção de alimentos em regiões propensas a secas ou estiagens.

Esse cenário global tem se agravado a partir dos anos de 1990, quando os grandes capitalistas, visando usos futuros privados da água, também passam a privatizá-la. Nesse sentido, observa-se uma mudança no discurso hegemônico sobre água, que de um líquido inodoro e incolor, passar a ser o “ouro azul”.

A consciência sobre os limites do planeta começou a emergir no âmbito global na década de 1960 tendo como marco a fundação do Clube de Roma, aprofundou-se nos anos 1970 referenciada pelo relatório “Limites do Crescimento” fruto da Conferência de Estocolmo, e generalizou-se nos anos 1980, principalmente a partir do relatório da ONU intitulado “Nosso Futuro Comum”. A Cúpula Mundial do Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992, ou ECO92, consagrou a questão ambiental como fundamental para o destino da humanidade (MALVEZZI, 2005). Por sua vez, a Rio + 10, 2002 em Joanesburgo e a Rio + 20, 2012 no Rio de Janeiro, apesar de mostrarem a ampla disseminação da problemática ambiental, explicitaram a lógica hegemônica mundial de mercantilização da natureza por meio de propostas neoliberais (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Somente em 2010 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), através da Resolução nº 64/292, reconheceu o direito à água potável e limpa e o direito ao saneamento como essenciais para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos. E no ano 2000 a ONU aprovou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para o período de 1990 a 2015. Entre suas oito metas constava a redução pela metade do número de pessoas que passam fome no mundo e de pessoas sem acesso à água potável e aos serviços de saneamento básico como abordado anteriormente (BRASIL, 2014).

Para Malvezzi (2005) e Porto-Gonçalves (2008), observa-se uma recente mudança no plano internacional do debate sobre a água, que passou a ganhar muito mais destaque no período

de expansão mundial do neoliberalismo. A partir da percepção em relação aos limites do planeta e do modo capitalista de produção e consumo, bem como da necessidade de prolongar ao máximo possível seus privilégios, os que se encontram no topo da pirâmide social mundial, passaram a criar mecanismos para restringir cada vez mais o acesso da maioria da população aos bens naturais:

A tomada de consciência dos limites do planeta coincide com a implantação mundial do neoliberalismo. Não foi por acaso. A elite mundial percebeu os limites do planeta e que seu *modus vivendi* não poderia jamais ser estendido a toda humanidade. Então criou um mecanismo para estabelecer o “limite natural” aos que têm acesso aos bens e os que jamais o terão, isto é, aprofundou e tenta estender para todas as dimensões da vida as regras do mercado. Assim, através das regras do mercado, reservou para si os bens que antes também tinham destinação universal. Entre eles está a água (MALVEZZI, 2005).

Nesse contexto, o conceito econômico da *escassez*, introduzido como fundamento da economia neoclássica, recentemente tem sido muito utilizado nas discussões sobre a questão da água, tendo uma clara conotação ideológica:

Na medida que algo é pensado (e instituído) como escasso, acredita-se, pode ser objeto de compra e venda, pode ser objeto de mercantilização, posto que ninguém compraria algo que é comum a todos por sua abundância, por exemplo, enfim como algo que está disponível enquanto riqueza para todos. Assim, o discurso da escassez, prepara a privatização da água. Mais do que isso, a produz, pois como a própria palavra indica privatizar é privar quem não é proprietário privado do acesso a um bem. Enfim, a privatização produz a escassez (PORTO-GONÇALVES, 2008, pg.6).

A ordem econômica global requer a eliminação das limitações e da regulação imposta ao uso da água, bem como o estabelecimento de mercados da água. Esse processo de apropriação capitalista que visa transformar água, ou a natureza, em mercadoria é o que chamamos de privatização (SHIVA, 2006a).

(...)

Será que ainda vai chegar o dia de se pagar até a respiração?
Pela direção que o mundo está tomando eu vou viver pagando o ar de meu pulmão
Pago imposto pra morar, pra beber água e comer
E até quando eu morrer tem imposto pra enterrar
E pela direção que o mundo está tomando eu vou viver pagando o ar de meu pulmão.
(OLIVEIRA, 2002)

A privatização tem se intensificado por meio do argumento falacioso de que resolveria a escassez de água, aumentando e melhorando sua circulação, distribuição e tratamento, bem

como permitiria sua a maior conservação da água através da cobrança e valorização econômica (MELO, 2005; SHIVA, 2006a). Esses argumentos são refutados pelo fato primordial de que essa racionalidade economicista, é a causa dos problemas atuais da água e desigualdade social como temos apontado, e não a solução como tentam argumentar os defensores do capitalismo verde.

Em contraposição ao discurso da economia ambiental ou “economia verde”, Vandana Shiva (2006a) explica que a água não é recurso suscetível a substituição¹⁸.

O mercado é cego aos limites ecológicos estabelecidos pelo ciclo da água, assim como aos limites econômicos marcados pela pobreza. A superexploração da água e a alteração do ciclo da água conduzem a uma carência absoluta de água que os mercados não podem substituir por outras mercadorias. A presunção de que tudo é suscetível à substituição é uma das bases da lógica mercantil. (...) Para as mulheres do terceiro mundo, a escassez hídrica significa que terão que caminhar mais longe para buscar água. Para as famílias camponesas, é sinônimo de fome e desamparo, quando a seca assola seus campos. Para as crianças, significa a morte por desidratação. Simplesmente, nada pode substituir a este precioso líquido, necessário para a vida dos animais e plantas (SHIVA, 2006a).

Esses processos não se dão de forma dispersa e ocasional, passam pela elaboração de grandes estratégias internacionais, mapeamentos da abundância da água nas regiões do Planeta e construção de planos, políticas e programas estatais que, a longo prazo, permitam a apropriação privada desse bem em escala mundial. Existem diversos planos internacionais da água desde o Canadá até o sul do continente latino-americano, como o Plano de Infraestrutura de Integração Regional Sul-América (IIRSA) na América do Sul, o Plano Publa Panamá (PPP) na América Central e o Plano da Aliança Norte-Americana da Água e Energia (NAWAPA) na América do Norte (PORTO-GONÇALVES, 2013; MALVEZZI 2005).

Podemos considerar que vivemos hoje uma “guerra mundial por água”, engendrada pelos processos da globalização da economia de mercado e da cultura ocidental, travada de formas específicas nos diversos territórios pelo mundo (SHIVA, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2013; MALVEZZI, 2005). Shiva (2006a) evidencia ainda que são guerras paradigmáticas, ou seja, conflitos entre diferentes culturas da água que possuem formas divergentes de perceber, experimentar e se apropriar da água: “A cultura da mercantilização está em guerra com diversas culturas de compartilhamento, de receber e dar água gratuitamente” (SHIVA, 2006a).

Para Malvezzi (2005), Porto-Gonçalves (2013) e Shiva (2006a) essa guerra mundial se

¹⁸ O princípio da substitutibilidade é uma das bases da economia ambiental, ou economia verde, que na mesma lógica reducionista capitalista assume que determinado recurso natural pode ser substituído por recursos não naturais tais quais capital e trabalho.

expressa na tendência concreta da economia global de apropriação capitalista da água, ou seja, na modificação da qualificação da água de bem comum para mercadoria privada, que poderia ser extraída, comprada e vendida livremente. Porto-Gonçalves (2013) discute que a liberalização e a mercantilização estão motivando uma nova dinâmica para a “conquista da água”, que se trata de uma integração de setores de mercado em meio a uma luta (“guerra”) pela sobrevivência e hegemonia dentro do próprio oligopólio mundial. “Cada um desses setores - água potável, água engarrafada, bebidas gaseificadas, tratamento de esgotos- tem no momento, seus protagonistas, suas especialidades, seus mercados, seus conflitos” (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Compartilhamos e nos baseamos nessa pesquisa na concepção de Vandana Shiva (2006a) e Elinor Ostrom (2011), as quais consideram que a água é necessariamente, um bem comum, ou seja, um elemento de posse e gestão coletivas e públicas. A água possui tais características fundamentais por ser a base ecológica de toda forma de vida e ao mesmo tempo por sua sustentabilidade e alocação equitativa dependerem, impreterivelmente, da cooperação entre os membros das comunidades.

O gerenciamento descentralizado e a posse democrática são os únicos sistemas eficientes, sustentáveis e justos para o sustento de todos. Para Shiva (2006a) essa visão se sustenta a partir do fato histórico de que quase todas as sociedades, em suas diversas culturas, têm proibido a propriedade privada das águas, sendo as normas e limitações ao uso da água, estabelecidas nos sistemas de aproveitamento coletivo, asseguradoras eficientes da sustentabilidade e a equidade ao longo da vida da humanidade.

De acordo com a autora, na maioria das comunidades indígenas, por exemplo, a gestão e regras de usos coletivos sobre a água tem constituído a chave dos seus sistemas de captação e conservação. No caso do Semiárido Brasileiro registram-se povos indígenas caçadores coletores, e também praticantes da agricultura e pesca os quais ocupavam terras principalmente nas margens dos rios e riachos na região do Rio São Francisco, bem como áreas de brejos (FERRAZ e BARBOSA, 2015).

Na região semiárida do Brasil, Ab’Saber (1999) aponta que com os processos de colonização constituíram-se comunidades camponesas que desenvolvem sistemas tradicionais para obtenção de águas, sendo as mais distantes das ribeiras o armazenamento da água da chuva a principal estratégia. As mais próximas às ribeiras obtinham água nos rios, riachos temporários nas cheias, águas subsuperficiais nos leitos dos rios secos, e águas subterrâneas de camadas mais rasas. Para tanto, utilizam pequenos poços manuais, cacimbas, barreiros, caldeirões de

pedra por exemplo. Destaca-se pela descrição do autor que essas práticas tradicionais dependiam da integração de diversas fontes de água e do livre acesso aos pontos específicos dos rios, encostas e planícies onde a água se acumulava e reservava.

Ressalta-se ainda, que comunidades que exercem a autogestão dos seus recursos naturais, e especificamente da água, tais como as comunidades camponesas, não foram apenas uma realidade histórica, estas são um fato contemporâneo, uma resistência viva à interferência estatal e privatização da água. Como expressa Martins (1991) em sua crítica sobre os grandes projetos econômicos de dominação e apropriação do capital à natureza:

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas tirar-lhes o que tem de vital para a sua sobrevivência não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem, ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (MARTINS, 1991).

Shiva (2006a) aponta que o fato da água ser considerada tradicionalmente fora da esfera das relações de propriedade, pode ser constatado pelo predomínio, por centenas de anos, dos chamados “direitos ribeirinhos” - direito considerado natural¹⁹ dos habitantes dos leitos dos rios de usar a água. Esses direitos baseavam-se em antigos princípios de aproveitamento da água, pautados no compartilhamento e conservação de uma fonte de água comum e foram adotados em diversas regiões, por exemplo, hoje pertencentes à Índia, Espanha e Estados Unidos. Para o historiador norte-americano Worster (1985):

a doutrina ribeirinha era menos um método ancestral de direito a propriedade individual e mais a expressão de uma atitude de não interferência na natureza. Segundo seus princípios mais antigos um rio não podia ser considerado propriedade privada de ninguém. Os habitantes de seus entornos tinham direito de uso do fluxo do rio para propósitos “naturais”, como beber, lavar, irrigar seus cultivos, porém se tratava apenas de um direito usufrutuário - um direito a consumir contanto sem reduzir as águas do rio (WORSTER, 1985, p. 88).

Essa discussão sobre direito ribeirinho traz para o debate o fato de que o direito a água, como direito natural, não se origina com o Estado²⁰, e sim a partir de um contexto ecológico da existência humana. Ao longo da história, todavia, esses sistemas baseados na doutrina ribeirinha, foram sendo substituídos por outros baseados na lógica de dominação e apropriação da natureza em torno da absolutização da propriedade privada, por exemplo no Oeste Norte-Americano,

¹⁹ Direito natural é o direito que nasce da natureza humana, das condições históricas, das necessidades básicas ou de noções de justiça (Shiva, 2006a).

²⁰ Nos referimos aqui ao próprio surgimento do Estado como uma instituição social centralizadora de poder.

com a instituição da “economia caubói” (SHIVA, 2006a). No mesmo sentido, no Brasil semiárido, como veremos no capítulo 2, observamos a concentração da água estreitamente atrelada a concentração de terra, nas mãos de uma restrita elite agrária a qual a partir de relações de poder coronelistas²¹ ali engendradas, absolutizou seu domínio privado sobre aqueles recursos (SILVA, 2003).

Quando falamos sobre a ameaça presente do sistema hegemônico aos bens comuns e sua gestão comunitária, precisamos considerar suas raízes nos tratados sobre a propriedade privada de John Locke, que legitimaram o roubo das terras comunitárias feudais no século XVII, e ainda exercem total influência nas teorias e práticas que hoje corroem as provisões comuns e degradam a Terra. Nesse sentido, Vandana Shiva (2006a) aborda que as atuais iniciativas de privatização da água, fundadas na filosofia do liberalismo, tem como uma das suas referências a ideia da “Tragédia dos Comuns”, do ecologista Garret Hardin, publicada em 1968.

Em contrapartida a ideia da tragédia dos comuns, as autoras Shiva (2006a) e Ostrom (2011) defendem a autogestão coletiva dos bens naturais, apontando que terras comunitárias e água por exemplo, podem ser muito bem reguladas pelas comunidades. Além disso, terras comunitárias não são reservas com acesso aberto, como Hardin propõe, elas aplicam o conceito de posse, não numa base individual, mas no nível do grupo. Os grupos podem estabelecer regras de utilidade e restrições com relação ao uso dos bens naturais, protegendo florestas de desaparecerem e reservas de água de sumirem, como tem feito em diversas partes do mundo.

O prognóstico de Hardin sobre o fim das terras coletivas, centrado na ideia de que a competição é a força motriz nas sociedades humanas, não se observou principalmente nos países do chamado terceiro mundo, onde o princípio de cooperação em vez de competição ainda é dominante em diversas comunidades (SHIVA, 2006a; OSTROM, 2011). De acordo com Petersen (2011), a gestão coletiva dos bens comuns é convergente com a economia camponesa que apresenta princípios e práticas coerentes com uma economia moral que regula a vida social sobretudo porque estabelece um distanciamento institucionalizado com relação aos mercados.

O distanciamento tem sido descrito na prática de várias formas, e institucionalizado em rotinas adquiridas e numa variedade de repertórios culturais que evidenciam as virtudes da autonomia, da liberdade, do trabalho e do progresso, os quais são alcançados através da coprodução entre ser humano e natureza O distanciamento não existe na gênese- ele é o resultado de um

²¹O coronelismo é um sistema de relações de poder de raiz patriarcal, desenvolvido sobre as bases da estrutura agrária brasileira. Essa cultura vem se desenvolvendo desde a República Velha (1889-1930) e hoje assume faces diferentes, se espelha nas origens e práticas de determinadas formas políticas do Brasil, sendo uma forma peculiar de manifestação do poder privado (LEAL, 1976).

processo histórico complexo através do qual o campesinato se construiu (e reconstruiu) (PLOEG, 2008, pg. 67 *apud* PETERSEN, 2011).

Nesse sentido, apesar de hoje a globalização e avanço do neoliberalismo estarem prejudicando o controle comunitário da água e favorecendo a mercantilização da natureza, muitas comunidades camponesas continuam gerindo a água como bem comum, resistindo às pressões da privatização como veremos nos próximos capítulos.

Trazendo a discussão para o contexto do Brasil, mesmo a questão da água ganhando foco internacional apenas nos anos de 1990, há muitas décadas existem sérios conflitos em torno desse elemento em nosso país, que são vividos principalmente pelas populações mais pobres nos territórios brasileiros. Concordamos com Carlos Walter Porto-Gonçalves (2013) o qual analisa que:

enquanto a água foi um problema somente para a moiraria mais pobre da população, o assunto se manteve sem o devido destaque. Ou quando foi considerado um tema politicamente relevante, o foi de uma perspectiva de instrumentalização da miséria alheia, como no caso das oligarquias do semiárido brasileiro com a famosa “indústria da seca” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p.414).

Como aponta o autor, o Semiárido Brasileiro foi e é um dos principais palcos de conflitos em torno da água. Contudo, tais conflitos não se restringem apenas a região semiárida, estendendo-se a todo o país e incidindo principalmente sobre as populações de baixa renda, reforçando que escassez não se trata apenas de questões da natureza e sim também sociopolíticas.

Para gerir os múltiplos usos e conflitos da água, foi criada em 1997 a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) a qual foi um avanço na perspectiva de gestão, trazendo fundamentos como a descentralização e participação social, entretanto discutiremos suas limitações no processo de implementação (CAMPOS e FRACALANZA, 2010).

Por ser essencial à vida e também ao desenvolvimento econômico, sempre houve polarização na regulação da água. De um lado políticas garantindo sua exploração econômica, que cada vez mais tendem a facilitar a privatização desse bem, e de outro, políticas na área da saúde e saneamento em busca da garantia da qualidade e acesso universal (MELO, 2005).

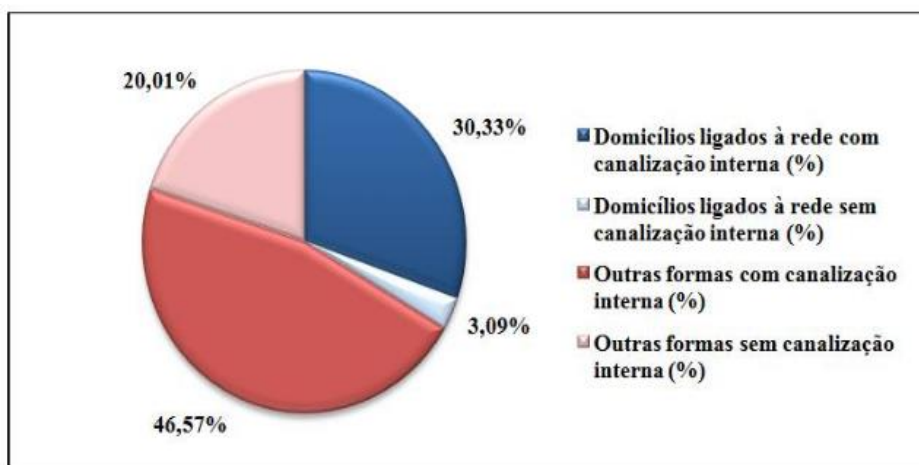
Nesse sentido, pontuamos a polarização no uso da água na agricultura, onde historicamente se privilegiou o agronegócio exportador com a açudagem no semiárido, grandes projetos de irrigação e transposição do Rio São Francisco por exemplo, os quais convergem para o mesmo propósito. Isso em detrimento da agricultura camponesa e tecnologias simplificadas e adaptadas as condições da agricultura familiar do semiárido (MALVEZZI, 2007).

Ainda sobre o cenário da água no Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, apontou que nas áreas rurais, os serviços de saneamento apresentam elevado déficit de cobertura apenas 33,4% dos domicílios estavam ligados a redes de abastecimento de água com ou sem canalização interna. Nos 66,6% dos domicílios rurais restantes, a população capta água de chafarizes e poços protegidos ou não, diretamente de cursos de água sem nenhum tratamento, ou de outras fontes alternativas geralmente inadequadas para consumo humano (FUNASA, 2016).

Dados da mesma pesquisa de 2014, mostram que a situação é ainda pior quando são analisados dados de esgotamento sanitário nos quais apenas 5,1% dos domicílios rurais estão ligados à rede de coleta de esgotos, 2,7% utilizam a fossa séptica ligada a rede coletora e 23,5% fossa séptica não ligada a rede coletora como solução para o tratamento dos dejetos. Os outros 68,7% dos domicílios depositam os dejetos em “fossas rudimentares”, lançam em cursos d’água ou diretamente no solo a céu aberto. Esse cenário expressa o quão longe estamos de avançar no direito a água (FUNASA, 2016).

No âmbito do abastecimento de água no meio rural, como vemos no gráfico acima (Figura 4), apenas 33,42% dos domicílios estão ligados a rede de abastecimento, predominando o abastecimento de água a partir de outras formas com canalização interna (46,57%) onde a qualidade da água depende da proteção das fontes e de uma rede de distribuição sem risco de

Figura 4-Abastecimento de Água nos Domicílios Rurais do Brasil em 2014



Fonte: Dados IBGE – PNAD, 2014. FUNASA, 2016.

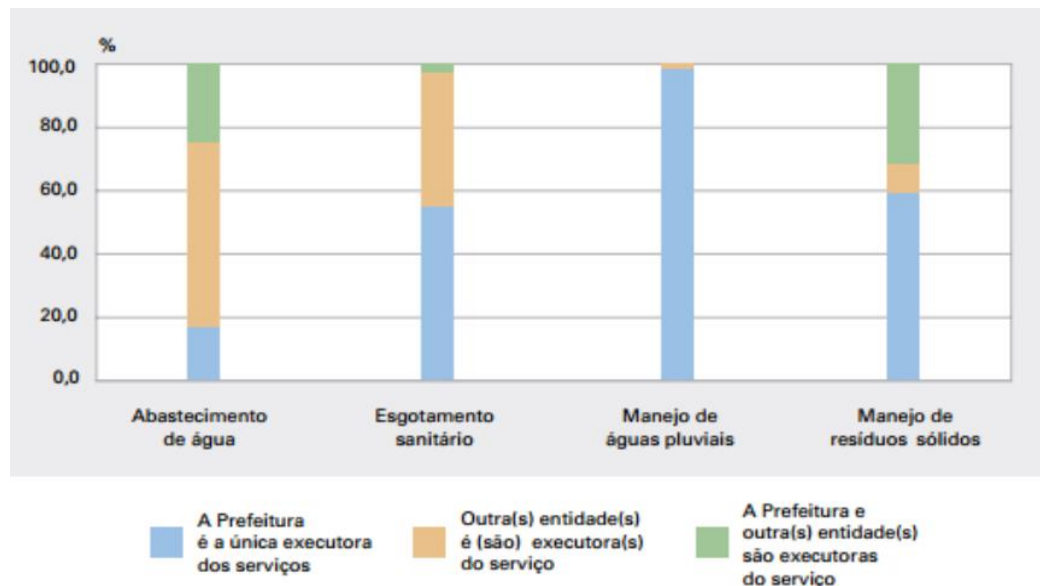
contaminação (FUNASA, 2016).

Fica evidente que em termos de políticas da água o foco no país, não tem sido o saneamento básico. Esse fato está atrelado a consolidação no Brasil do modelo neoliberal

desenvolvimentista, baseado na superexploração dos recursos naturais para a exportação. A intensa exploração e exportação de bens naturais não são novidades na América Latina, porém vivemos um processo de reprimarização das economias latino-americanas dentro de um contexto de mudanças no modelo de acumulação do capital, iniciadas nos últimos anos do século XX. A exportação de produtos primários no Brasil, por exemplo, representava 48,5% das exportações em 2003, passando para 60,9% em 2009 (SVAMPA, 2012). Seguindo essas prioridades, o país segue o padrão mundial onde grande parte da água (70%) vai para agricultura, 20% para as atividades industriais e 10% para consumo humano (MALVEZZI, 2005).

A presença das empresas privadas em nosso país foi relativamente baixa no que diz respeito à área dos serviços básicos relacionadas à água por muitas décadas. Hoje esse tipo de investimento está ganhando cada vez mais força através do sistema de parcerias público-privadas (PPPs), implementado no governo Fernando Henrique Cardoso (MELO, 2005). Observa-se esse aumento da participação privada principalmente na questão de abastecimento de água (Figura 5).

Figura 5-Proporção de municípios, por forma de execução do serviço, segundo os tipos de serviços de abastecimento no Brasil em 2008



Fonte: BRASIL, 2012

A autora Melo (2005) elucida que em 2001, a Organização Mundial do Comércio (OMC) incluiu os serviços ambientais nas negociações comerciais multilaterais, com isso serviços de água e energia passaram a ser alvos das empresas transacionais nos tratados comerciais. Isso implica que esse setor passe a ser controlado por regras do GATS (Acordo Geral de Comércio

de Serviços) e não mais pelas legislações nacionais. No caso do Brasil o governo da época afirmava que o setor de distribuição de água, não seria aberto às negociações de serviços da OMC, por questões inclusive constitucionais. Todavia, ela ressalta que na realidade, a oferta brasileira está condicionada ao avanço das negociações do agronegócio, onde se trava uma disputa por acesso a mercados e fim de subsídios nos países desenvolvidos (MELO, 2005).

Na área do saneamento, a legislação brasileira é relativamente mais restritiva ao investimento privado, garantindo maior controle pelo setor público, entretanto o controle de grandes corporações tem sido cada vez maior sobre as águas brasileiras para a produção de energia. Em termos da regulação para a produção de energia existe uma ampla abertura a investimentos estrangeiros (MELO, 2005).

Por sua vez, o avanço desse modelo, que culmina com a implantação das grandes obras de infraestrutura, sem o consenso das populações, têm gerado conflitos socioambientais, divisões na sociedade e a criminalização das resistências em toda a América Latina (SVAMPA, 2012).

No caso das hidrelétricas, pilar da política energética brasileira, o Estado não pode deter sua maioria acionária, assim de acordo com a regulação nacional, 51% das ações ficam para o investidor privado que, por conseguinte possui maior poder sobre seu controle e gestão (MELO, 2005). O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que reúne as populações afetadas pelas barragens, tem denunciado os impactos socioambientais dessa política energética, que já atingiu milhões de pessoas, e avança sobre territórios dos povos tradicionais brasileiros (SANTILLI, 2005).

Atualmente, os chamados “donos da energia”, tem sido uma fusão de grandes bancos mundiais (Santander, Bradesco, Citigroup, Votorantim, etc.), empresas energéticas mundiais (Suez, AES, Duke, Endesa, General Eléctric, Votorantim, etc.), mineradoras e metalúrgicas mundiais (Alcoa, BHP Billiton, Vale, Votorantim, Gerdau, Siemens, General Motors, Alstom, etc.), empreiteiras (Camargo Correa, Odebrecht, etc.), e empresas do agronegócio (Aracruz, Amaggi, Bunge Fertilizantes, Stora Enso, etc.) (SCALABRIN, 2014).

Os resultados desses processos internacionais que envolvem arranjos nos diversos níveis, não se restringem a privatização da água e em sua transformação em mercadoria de alto valor econômico e disputa, mas favorecem a mercantilização da natureza como um todo. A destruição da vida que esses processos geram, constatada em casos como o de Mariana em Minas Gerais em 2015, onde a mineradora Samarco, da transnacional Vale do Rio Doce e da BHP Billiton, protagonizou o maior desastre socioambiental do Brasil lavando a morte de

peças, animais, vegetação nativa e do Rio Doce, um dos maiores do nosso país, deixa evidente o fato de que não existe forma alguma de reparar ou compensar os danos do capitalismo à sociedade e a natureza.

Outra área cobiçada pelas empresas transnacionais, e que tem grande influência no Brasil, é a da produção de água engarrafada. O consumo anual de água mineral em garrafa no Brasil cresce em média cinco litros por pessoa desde 2010, atingindo 55 litros per capita em 2013. O país já é o quarto maior consumidor mundial do produto, atrás apenas de Estados Unidos, China e México (SERRA, 2014). Vendas de água engarrafada no mundo praticamente superam o lucro da venda de refrigerantes obtidos por grandes empresas como a Coca-Cola, como é abertamente divulgado em jornais de grande circulação e grande mídia.

No Brasil a multinacional Nestlé é dona do parque de águas minerais São Lourenço, e já foi condenada pela justiça a suspender as atividades de extração por estar “secando as fontes de água”, mesmo assim a empresa conseguiu continuar operando (MELO, 2005). Outro exemplo está em Pernambuco, onde a Coca-Cola localizada dentro do Complexo Industrial Portuário de Suape vem poluindo corpos hídricos locais com produtos químicos, inviabilizando a pesca artesanal e a mariscagem, tradicionalmente realizados pela população local (ACTIONAID, 2016).

Nesse contexto das “guerras por água”, tem-se posto em jogo as relações ancestrais com os territórios, gerando a degradação dos modos de vida, de ser, de estar em comunidade, os quais sem os bens naturais, tais como a terra e a água, se quebram e morrem. De acordo com Luciana Guerreiro (2012), a racionalidade dominante por trás desses processos, não só reproduz inferiorizações e invisibilizações, impossibilitando a compreensão das diversidades socioambientais, mas também influencia as tentativas de construção de outros pensamentos e teorias, causando verdadeiros “epistemicídios”.

A fim de trazer essas experiências e conhecimentos subjugados, e que ao mesmo tempo são as sementes para a construção de outros futuros possíveis, é que abordaremos as condições socioambientais e resistências das mulheres camponesas que nos trazem ensinamentos e propostas relacionais e de gestão da natureza.

1.2 Mulheres camponesas e a transformação com a natureza

(...)
A lata não mostra
O corpo que entorta

Pra lata ficar reta

Pra cada braço uma força
De força não geme uma nota
A lata só cerca, não leva
A água na estrada morta
E a força que nunca seca
Pra água que é tão pouca

(GONÇALVES, 2000)

No sistema capitalista e patriarcalista em que vivemos, as contradições e injustiças nas relações de gênero afetam todas as mulheres, entretanto de formas diferentes e desiguais. As mulheres, em sua grande diversidade e distintos contextos socioambientais, estão estruturalmente subjugadas aos homens e vivenciam na pele não apenas opressões relacionadas ao seu gênero, mas também às relacionadas à classe, raça e etnia, de forma profundamente entrelaçada (SAFFIOTI, 1997).

Nessa pesquisa falaremos das mulheres camponesas do semiárido brasileiro: sertanejas, caatingueiras, trabalhadoras rurais, indígenas, negras, um tanto de tudo isso, que diante das injustiças que permeiam suas vidas (re)existem sem perder a alegria de viver. Assim, semeiam e colhem as águas da terra, das raízes, das veias e das nuvens. Mulheres que lutam diariamente não só por si, mas pelo(a) outro(a), com o acolhimento, força e persistência do Juazeiro, que se mantém como um refúgio verde e resistente nos ciclos das secas.

Diversos enfoques podem ser dados para avançarmos nessa discussão, mas tendo em vista o objetivo dessa dissertação, optamos por discutir a organização produtiva do campesinato, suas práticas de manejo e sua relação com a natureza. Posteriormente, veremos como as mulheres estão inseridas nessa organização do trabalho, como as bases patriarcais do campesinato influenciam a construção social do “lugar” da mulher camponesa, bem como sua forma específica de se relacionar com a natureza.

Em uma abordagem integrada, possível e necessária segundo Nazareth Wanderley (2004), consideramos *campesinato* um modo de vida, ou cultura, que por sua vez possui uma forma social específica de organização da produção baseada na unidade familiar, bem como representa uma identidade social engendrada a partir da luta social em oposição ao modelo dominante de agricultura moderna. A autora explicita que dentro das dinâmicas sociais internas e externas o campesinato vai se transformando ao longo da história, ocorrendo rupturas e também permanências como veremos.

Caipiras, caiçaras, caboclas, sertanejas, lavradoras, trabalhadoras rurais. Pontuamos que a terminologia “mulheres camponesas” talvez não expresse a grande diversidade de identidades

do campo brasileiro, entretanto, possui uma importância política e reúne essa diversidade em uma unidade de classe (PEREIRA, 2008).

Para Martins (1990), que traz ao centro do debate a dimensão política do campesinato, este é também uma classe social, pois resulta das condições históricas do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, constituindo-se como produto das contradições de sua expansão. Assim, a resistência camponesa não se dá de forma isolada, e sim vem de dentro do próprio sistema emergindo em trono das lutas sociais do campo, estando aí seu grande potencial transformador da sociedade.

O autor ressalta que o campo brasileiro, desde a invasão europeia, sempre foi palco de lutas sociais em torno do questionamento da ordem social imposta, as quais despontaram em diversos territórios do país em distintos períodos da história. As reivindicações sobre questão agrária, luta pela terra e exploração dos(as) trabalhadores(as) emergem como aspectos centrais dessas organizações e lutas sociais. Entretanto, essa história de resistências camponesas por muito tempo foi negada pela sociedade, considerada de caráter pré-político, messiânico e de banditismo.

No Brasil, o avanço do capital no campo a partir dos anos 1960, com a adoção do modelo de desenvolvimento pautado na Revolução Verde, e sua intensificação nos anos 1980, com as políticas neoliberais, vêm gerando uma crescente apropriação privada da natureza. Seja pelas mesmas famílias proprietárias de terra desde a colonização, ou por grandes empresas nacionais e multinacionais, perpetuando a alta concentração de terras, degradando os bens naturais, aprofundando a pobreza e a exclusão social (CAMPOS, 2011).

A tentativa de gerir essa situação de exclusão social das(os) camponesas(ses), por parte do Estado, tem sido a implementação de políticas públicas, tal qual o PRONAF²² (Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), voltadas para transformá-los em pequenos empreendedores rurais, em empresas familiares, sendo nessa perspectiva, seu modo de vida descaracterizado e reduzido a uma profissão (MARQUES, 2008).

O que de fato está proposto é a “integração” de parte do campesinato às margens das cadeias da agricultura capitalista, gerando dependências às grandes corporações detentoras das tecnologias modernas e uma infinita corrida por uma “modernização” inalcançável para essa classe, dentro do sistema hegemônico (PLOEG, 2014).

Apesar do contexto hostil, o campesinato vem resistindo ao processo de “modernização”

²² Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi criado em 1996 como a principal política para agricultura familiar baseada principalmente no acesso ao crédito bancário. Posteriormente foi se ampliando e adotando eixos centrais como a assistência técnica e extensão rural (ATER) para agricultores familiares.

do campo, em um processo contínuo de reinvenção e adaptação (PETERSEN et al., 2009; PLOEG, 2009). Sua capacidade de engendrar e reproduzir relações não-capitalistas no seio do capitalismo, a partir de outra lógica ou racionalidade vem sendo defendida em diferentes períodos da história por autores(as) como Shanin (1979), Chayanov (1925), José de Souza Martins (1986), Marta Inez Medeiros Marques (2008), entre outros(as).

De acordo com estudos realizados por Aleksander Chayanov na Rússia desde 1870 (*apud* WOORTMANN, 2001), os objetivos principais da agricultura camponesa são a produção de alimentos para autoconsumo e a reprodução do seu modo de vida. Chayanov (2014) ressalta que: “Na unidade produtiva camponesa (...) o trabalho se faz no contato criativo com todas as forças do cosmo e cria novas formas de existência. Cada trabalhador é um criador, cada manifestação de sua individualidade é a arte do trabalho” (CHAYANOV, 2014, p.67)

A teoria desenvolvida pelo autor aponta que a motivação central do trabalho no campesinato, que se baseia na mão de obra familiar, é alcançar a satisfação das necessidades de consumo e sobrevivência da família e não a concretização do lucro. Assim, a agricultura camponesa não pode ser caracterizada simplesmente como capitalista, pois ao mesmo tempo em que este modo de vida está subordinado à sociedade capitalista, também dela se diferencia, mantendo suas especificidades e formas de organização ao longo da história, inclusive na não exclusividade da monetarização das relações produtivas e comerciais (PLOEG, 2009; PETERSEN; 2009; MARQUES, 2008).

Emma Siliprandi (2009), a partir de um olhar ecofeminista, aponta que no contexto da discussão sobre a importância do campesinato na Agroecologia nos anos de 1980, estava havendo uma redescoberta de autores como Chayanov, entre outros, que atrelavam a sobrevivência da agricultura camponesa dentro do capitalismo ao seu caráter familiar. Entretanto, a família muitas vezes era vista como um todo monolítico, e os diferentes sujeitos que a integram eram invisibilizados:

Contudo, o que mesmo os defensores do campesinato como um modo de vida não conseguiam ver é que os demais membros da família – esposa, filhos, agregados – não eram seres inertes dentro do aglomerado familiar, atuando apenas como mão de obra suplementar a que se recorria em caso de necessidade. Eram pessoas que ocupavam determinados papéis produtivos e sociais dentro da família, detentoras de saberes diferenciados acumulados por essas experiências e, sobretudo, sujeitos dotados de desejos e necessidades capazes de influenciar também as decisões sobre o futuro do empreendimento familiar (SILIPRANDI, 2009)

Segundo a autora, a abordagem ecofeminista contribui para análise sobre as relações de poder

na família camponesa, bem como reconhece a necessidade dentro das lutas socioambientais, da organização da mulher enquanto sujeito político específico, bem como dos demais sujeitos oprimidos. Assim, dois pressupostos básicos, entre outros, nas alianças entre os movimentos feministas e ecologistas seriam:

o do reconhecimento mútuo de que a igualdade em termos de dignidade e direitos entre homens e mulheres é imprescindível e o da necessidade de posturas responsáveis da humanidade diante do meio natural e dos demais seres vivos. Essas seriam as condições para a construção de utopias em que feminismo e ecologismo teriam um papel fundamental (SILIPRANDI, 2009).

Ainda sobre aspectos importantes para a compressão do campesinato enquanto modo de vida, é preciso perceber a existência da racionalidade camponesa, que expressando as múltiplas formas de apropriação da natureza e construção de saberes, e enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês, está arraigada em dois elementos centrais:

a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela família singular ou família ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família (CARVALHO, 2005, p. 170).

Os conhecimentos camponeses são construídos a partir de racionalidades ecológicas frutos da coevolução dessas sociedades com a natureza. Nesse sentido, essas formas ecológicas de pensar e enxergar o mundo resultam em estratégias de produção econômica e reprodução socioambiental pautadas nas capacidades desses povos rurais de compreender e se adaptar aos ecossistemas em que vivem e transformam (LEFF, 2002; ALTIERI, 2012; TOLEDO, 1992). Todavia, como veremos, cada sujeito no bojo da família camponesa, tem uma condição socioambiental específica e assim conhecimentos diferentes.

Outro aspecto fundamental é a luta por autonomia, resultante da condição camponesa (PLOEG, 2009; PETERSEN et al., 2009). Segundo Ploeg (2009), a autonomia vem sendo materializada pela criação e aprimoramento constante de uma *base de recursos autogerida*. Essa é constituída por elementos socioculturais e naturais locais, como por exemplo, o conhecimento, força de trabalho da família, terra, sementes crioulas selecionadas, matéria orgânica disponível.

Ressaltamos que a agricultura camponesa se baseia na natureza viva e na sua sustentabilidade, utiliza e potencializa o que seu meio oferece, recorrendo a uma quantidade mínima de insumos externos à unidade familiar. Persegue a autossuficiência, pois consome boa

parte do que é produzido na própria unidade e ao mesmo tempo produz a maioria dos bens que necessita. Essa sinergia observada entre trabalho humano e natureza potencializando os ciclos naturais, nos permite dizer que os alimentos produzidos são uma *coprodução* do ser humano com a natureza (PLOEG, 2009; TOLEDO, sem data).

O sistema produtivo na economia camponesa se dá através de uma produção combinada de valor de uso e mercadoria (TOLEDO, sem data). Os recursos, em geral, entram no processo produtivo como meios e instrumentos de trabalho, como não mercadorias, pois foram produzidos e reproduzidos em ciclos produtivos anteriores. Por sua vez, são transformados para a produção de mercadorias e também reprodução da própria unidade produtiva, já que no fim de cada ciclo geram-se produtos como: alimentos para a família, instrumentos domésticos e de trabalho, materiais para a casa, remédios, combustíveis, fibras, forragem para os animais, bem como excedentes comercializáveis (PLOEG, 2009; BARRERRA-BASSOLS e TOLEDO, 2015).

A venda do excedente geralmente é realizada por meio de circuitos curtos de comercialização, como feiras e pequenos mercados locais, e as práticas de trocas socialmente mediadas, reciprocidade e criatividade empreendida para auto-abastecimento são resistências fortemente observadas (PLOEG, 2009).

Como já apontado, as práticas camponesas de manejo da natureza estão intimamente ligadas aos ciclos naturais, revelando conhecimentos complexos e ao mesmo tempo uma visão totalizadora na qual seres humanos são natureza. Assim, segundo Toledo e Barrera-Bassols (2015) a *práxis* camponesa se baseia em conhecimentos tradicionais locais, holísticos, (re)construídos ao longo do tempo e transmitidos de geração para geração por meio da oralidade e prática social.

Miguel Altieri (2012), um dos principais pensadores da agroecologia, defende que as práticas camponesas podem ser consideradas patrimônio ecológico planetário, pois são fundamentais para a segurança alimentar e nutricional. Segundo o autor estas práticas são ecológicas, mais produtivas, conservam a (agro)biodiversidade e representam um caminho para a sociedade moderna de reconciliação do ser humano com si próprio, com a natureza.

Em nossa concepção e para as mulheres que constroem a agroecologia hoje no Brasil, como ciência, prática e movimento social (ALTIERI 2012), é imprescindível para essa reconciliação e para um caminho de fato emancipador, o enfrentamento da subordinação das mulheres agricultoras a partir da perspectiva feminista. Esse é um grande desafio para todas as mulheres e sociedade em geral, expresso no trecho da carta aberta (apêndice C) de mulheres de

movimentos sociais, universidade, ONGs de diversas partes do Brasil, a Francisco Caporal, um dos mais respeitados estudiosos da Agroecologia no país:

A questão que se coloca é a seguinte: a agroecologia quer continuar cega a essa situação? Quer aceitá-la como normal? Seria possível transformar a realidade do ponto de vista do paradigma produtivo e ambiental, sem mudar essas relações entre os homens e mulheres? (...) Se a agroecologia quer ser coerente em seus propósitos de redesenhar os agroecossistemas levando em consideração todas as dimensões que você e Costabeber explicitam em seus textos – incluindo a dimensão de gênero, como vocês citam inúmeras vezes – ela terá que ser feminista, sim. Porque vai ser necessário agregar ao conjunto de conhecimentos que já são utilizados (como os que vêm da ecologia política, da educação popular, da agronomia, da ecologia, etc.) os referenciais teóricos trazidos pelo feminismo, que permitem explicitar e combater as formas como a opressão de gênero se manifesta. Talvez você ache que abordar as relações de gênero seja simplesmente reconhecer que homens e mulheres situam-se em posições diferenciadas em nossas sociedades, e tudo bem. Talvez você pessoalmente não seja feminista, ninguém pode obrigá-lo. Mas reconheça que **a agroecologia que você defendeu até agora: crítica, transformadora, que prima por uma visão ética de justiça social e ambiental, ou será feminista ou não será.** (...) Por isso, continuaremos a repetir: “**Não existirá agroecologia sem feminismo.**” (MMM, 2013, trecho da Carta Aberta à Caporal, grifo nosso)

Na perspectiva política da Agroecologia, mesmo quando assumimos uma posição pró-camponesa, é preciso analisar criticamente a nítida existência, dentro do conjunto das relações socioambientais, de uma rígida divisão de papéis, tarefas e espaços, em que o homem é claramente o detentor do poder de decisão sobre a produção e a família (MOLINA 2012; SILIPRANDI, 2009a).

As regras que conduzem e organizam as relações de acesso e controle sobre os bens naturais e recursos produtivos, a divisão do trabalho na agricultura camponesa, bem como as relações familiares, são derivadas e incorporadas à diversidade das culturas locais (PLOEG, 2009). Porém mesmo na diversidade dos territórios e culturas, a ordem simbólica (moral) do campesinato é estruturada a partir dos valores da ideologia patriarcal (SILIPRANDI, 2009a).

São as relações de gênero
As relações de poder
São construções seculares
Precisamos entender
Que é a sociedade
Que cria a desigualdade
E dificulta o viver

Acontece na família
As relações desiguais
O pai tem autoridade
É ele quem manda mais
Mãe e filhos/as obedecem

Dessa forma, o campesinato também apresenta uma divisão sexual do trabalho sedimentada em uma específica separação (o trabalho masculino é diferente do trabalho feminino) e hierarquização (o trabalho masculino tem um valor superior ao trabalho feminino), princípios base da divisão sexual do trabalho no sistema do patriarcal (KERGOAT, 1998 *apud* HIRATA, 2010). Esta divisão do trabalho a partir do sexo, pode ser analisada por duas visões: a) a baseada no paradigma funcionalista e b) a fundada na construção social do gênero (HIRATA, 2010).

Partimos, nesse estudo, da compreensão de que o gênero é uma construção social, cultural e histórica, e que, portanto, embasa a problemática da divisão sexual do trabalho. Daniele Kergoat (1998) olhando para as contradições sociais e trazendo o poder e conflitos para o centro do debate, define gênero como “o sistema que organiza a diferença hierárquica entre os sexos, o que o distingue da relação social, que permite pensar na dinâmica deste sistema” (1998 *apud* HIRATA, 2010).

Nessa perspectiva a divisão do trabalho é problematizada a partir dos argumentos de que além de ser fundada no antagonismo homem e mulher, ou na diferenciação do trabalho masculino e feminino, passa também a ser entendida a partir de relações hierárquicas nas quais o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino (HIRATA, 2010).

Michelle Perrot (2007) aborda que dentro dessa divisão construída socialmente, as mulheres ao longo da história sempre foram responsáveis pelo trabalho reprodutivo, socialmente invisível e não remunerado. Ao mesmo tempo em que, na lógica dominante e dicotômica, este trabalho se dá no âmbito doméstico e privado, excluindo-as historicamente do meio público e político.

Na perspectiva da Economia Feminista crítica ao paradigma neoliberal, tal qual discutida por Nobre (2002), reconhecesse a dependência do trabalho mercantil aos trabalhos não-remunerados domésticos e de cuidados, incluindo estas relações nas análises econômicas a partir de uma visão holística do trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres. Ao mesmo tempo as autoras propõem uma ruptura com a visão econômica centrada no mercado e exploração das mulheres, sendo o centro do debate econômico a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo.

Vandana Shiva (1998) chama atenção para a histórica desconsideração pelos economistas dos conhecimentos e trabalhos produtivos das mulheres na agricultura. Essa visão

falha e incompleta, entre os diversos problemas e impactos, ignora a contribuição crucial desses trabalhos para existência de uma grande biodiversidade, bem como perpetua as jornadas sobrecarregadas das mulheres:

O trabalho e os conhecimentos das mulheres têm uma importância vital para a conservação e uso da biodiversidade, mesmo assim suas contribuições como agricultoras têm sido relegadas a invisibilidade. Os economistas, que tendem a não levar em conta o trabalho das mulheres no âmbito da produção, porque elas estariam fora da suposta demarcação dessa área, sofrem uma notável incapacidade conceitual para definir o trabalho das mulheres dentro e fora de casa; e a agricultura se inscreve habitualmente em ambos os âmbitos. O problema da identificação do que é e o que não é trabalho, é agravado pelo enorme volume e diversidade de trabalho que realizam as mulheres. (SHIVA, 1998, p.92, tradução própria).

Autoras como Nalu Faria, Maria Lombardi, Hildete Pereira de Melo, abordam em estudos sobre Estatísticas Rurais e Economia Feminista (BRASIL, 2009), que no meio rural a divisão sexual do trabalho também se estrutura entre as tarefas realizadas na casa e no roçado. Dessa forma, as diversas atividades produtivas realizadas pelas mulheres camponesas são desvalorizadas pela família e sociedade e consideradas uma extensão do trabalho doméstico. Destaca-se que essa expressão da divisão sexual do trabalho no campo está diretamente relacionada a introdução da noção capitalista de trabalho, que o reduz ao que pode ser trocado no mercado.

Nesse sentido, Beatriz Heredia (1979) analisando o trabalho familiar em Pernambuco, descreve como se dá a oposição masculino-feminino:

Esta oposição vai além de uma simples divisão de tarefas, expressando-se em outra oposição que é casa-roçado. Esta última é que define efetivamente as esferas do que é trabalho e do que não é trabalho. A partir dessa oposição, articulam-se e se reforçam os papéis que cabem aos membros do grupo, expressando, em essência, as esferas de autoridade. Também a partir daí, os bens e outros objetos reconhecidos socialmente são classificados como femininos ou masculinos e, por conseguinte, também são hierarquizados. (HEREDIA, 1979, p. 26)

A partir da lógica patriarcal da divisão sexual do trabalho, as camponesas são responsabilizadas pelos trabalhos de cuidado e reprodução da vida, socialmente invisibilizados e desvalorizados. Por sua vez, os diversos trabalhos produtivos também realizados por elas, são considerados “leves” e/ou extensão do trabalho doméstico, como veremos a seguir (SILLIPRANDI, 2009 e WOORTMANN, 1997).

Dentro desse sistema de poder, as mulheres atuam diretamente no sustento da família, sendo responsabilizadas pela preparação dos alimentos, abastecimento de água e combustível

(lenha). Por conseguinte, são socialmente responsabilizadas para que tais insumos cheguem a família, o que, como veremos no capítulo 3, acaba suscitando um grande peso e influência nas vidas das mulheres sertanejas (SHIVA, 2006b). Elas percebem e respondem de forma muito particular as mudanças no acesso a esses meios de sobrevivência, sendo, frequentemente, as primeiras a reagirem contra a escassez, privatização e deterioração desses recursos (ALIER *apud* SILIPANDI, 2009).

Maria Ignez Paulilo (1987) desmistifica a falácia de que as mulheres camponesas realizam trabalhos “leves” e os homens trabalhos “pesados”, afirmando criticamente que os fatores que vêm definindo o “peso” do trabalho não são as características do mesmo, e sim a posição que seus realizadores(as) ocupam na hierarquia familiar. Como observou a autora, se em um específico contexto social a mulher camponesa realizar determinado trabalho, então ele será considerado “leve”. O mesmo trabalho, em outro contexto social, se for realizado pelo homem, será considerado “pesado”.

Sendo as primeiras a se levantarem de manhã e as últimas a repousarem a noite, as camponesas normalmente trabalham em diversos espaços na unidade familiar, como a casa, o quintal (ao redor de casa) e o roçado. Assim, no campesinato a dupla jornada das mulheres é histórica, e mesmo com tanta energia gasta, o trabalho produtivo das mulheres não é valorizado e vem sendo historicamente percebido como “ajuda” (HERÉDIA, 1979).

O quintal produtivo, tradicional no sertão nordestino, é o espaço ao redor da casa que exerce funções socioeconômicas e culturais fundamentais na unidade produtiva camponesa. Na concreta divisão sexual do trabalho, geradora da oposição casa-roçado, o quintal sempre foi gerido pelas mulheres e por conseguinte é considerado uma extensão do ambiente doméstico (casa). Nesse sistema considera-se a produção ali realizada, não fundamental ou complementar à produção “principal” do roçado. Assim o quintal não costuma ser um espaço de interesse ou investimento (recursos humanos, naturais e financeiros) dos homens camponeses e nem do da assistência técnica rural, que por muito tempo deu pouquíssima importância a esse importante espaço produtivo (NOBRE *et al.*, 2010).

Essa invisibilidade dos quintais produtivos, está diretamente atrelada à desvalorização material e simbólica do trabalho produtivo da mulher camponesa pela família e sociedade como um todo. É fundamental a compreensão de que o quintal cumpre um papel importante para a sociedade pois “recupera também o conhecimento histórico das mulheres e sua contribuição para a existência de uma grande biodiversidade. Essas práticas têm também um papel importante na resistência à agricultura de mercado e sua tentativa de homogeneizar a produção

no campo (DI SABBATO, et. al.,2009).

Segundo Virgínia Aguiar (2010), usualmente os agroecossistemas dos quintais apresentam grande biodiversidade, alto valor nutricional, importância medicinal, além de proporcionarem bem-estar e serem espaços agradáveis de socialização. A produção que as mulheres realizam nesses espaços se integra no sistema produtivo familiar, proporcionando muitas vezes insumos (por exemplo, adubos naturais, biodefensivos, biofertilizantes) para os demais agroecossistemas da unidade produtiva, além de ser fundamental para a segurança alimentar e nutricional familiar e produzirem excedentes comercializáveis.

Neste sentido, um aspecto que deve ser analisado para a valorização do trabalho das mulheres nos quintais produtivos, é a renda não monetária produzida nos mesmos, que pode ser entendida quando olhamos para a diversidade de insumos para a produção e alimentos disponíveis nos quintais, reduzindo, portanto, a necessidade de se recorrer ao mercado.

Além disso, ali elas produzem também renda monetária, a partir da comercialização local de hortaliças, plantas medicinais, mudas e pequenos animais, por exemplo. De acordo com o relato de experiência da Casa da Mulher do Nordeste (CMN) após o trabalho de assessoria técnica rural voltada à produção das mulheres nos quintais, houve um aumento significativo na renda das mulheres através da venda de seus produtos nas feiras agroecológicas, na vizinhança e nos programas de compra direta do governo federal (NOBRE *et al.* ,2010).

Além dos trabalhos produtivos no quintal, as mulheres também trabalham na produção do roçado²³ junto com os demais membros da família. Assim, mesmo existindo a oposição simbólica casa-roçado, reforça-se que na prática elas estão nos diversos espaços.

O roçado é socialmente considerado central para a economia e alimentação da família, por ser, dentro do sistema de poder, responsabilidade do homem, fato que tem proporcionado ao longo do tempo, maiores investimentos (recursos humanos e naturais) nesse sistema e também maior atenção nos processos de assessoria técnica rural (ESMERALDO, 2013).

Gema Esmeraldo (2013) aborda que essa desvalorização material e simbólica e omissão por parte do Estado e sociedade, frente ao trabalho feminino na produção, são instrumentais ou funcionais para manter a ordem moral da família camponesa, já que a identidade e autoridade masculina são constituídas através do trabalho produtivo. Assim, as mulheres não têm poder de decisão nesses espaços produtivos que “pertencem” aos homens, e são onde os quais reafirmam sua dominação.

²³Rocado é um dos sistemas produtivos dentro da unidade camponesa de produção e é caracterizado pela produção de alimentos base da alimentação da família (por exemplo milho, macaxeira e feijão) que podem ser armazenados durante o ano.

Observa-se que mesmo as mulheres camponesas desenvolvendo atividades semelhantes aos homens no roçado (limpeza da área, manejo do solo, plantio, colheita, entre outros), considera-se sua participação como “ajuda”, ou seja, menos importante e não fundamental para o desenvolvimento daquele sistema da unidade produtiva (PEREIRA *et. al* , 2012; PAULILO, 1987; ESMERALDO, 2013).

Para podermos analisar como a lógica patriarcal influencia no âmbito material e simbólico a relação das mulheres camponesas com a natureza, e com a água, é também importante abordarmos como se constrói o saber próprio das mulheres, que no campesinato é atrelado ao saber-fazer.

O trabalho intelectual, como vimos inicialmente, faz parte da dinâmica camponesa e pode ser considerado um meio de produção e transmissão de saberes e das formas de se relacionar com a natureza. De acordo com Ellen e Klaas Woortmann (1997), transmitir o saber é mais do que ensinar e aprender técnicas, já que envolve além de valores, construções simbólicas e papéis de gênero. Os processos de transmissão do conhecimento para o trabalho, os quais se fazem no próprio trabalho, pois é um *saber-fazer*, partem da hierarquia familiar na qual o homem é detentor do *fazer-aprender* (WOORTMANN, 1997).

Assim, ao buscarmos valorizar e compreender os processos de construção do conhecimento tradicional camponês é necessário pensarmos como as relações patriarcais têm se refletido nos mesmos. Cada indivíduo(a) vivencia de forma distinta a natureza e constrói de forma própria seu conhecimento e o saber-fazer, a partir de sua condição social específica.

Como aponta Vandana Shiva (1998), as mulheres camponesas acumulam saberes específicos na prática da agricultura e gestão da água. Elas produzem, reproduzem, consomem e conservam a biodiversidade, por exemplo, a partir do seu trabalho com as sementes crioulas, plantas medicinais, pequenos animais e vegetação nativa.

Todavia, ainda segundo a autora, da mesma forma que os demais aspectos de seu trabalho e de seu saber, as contribuições das mulheres na diversificação e conservação da natureza e bens comuns, como a água, têm sido consideradas como um não-trabalho e um não-conhecimento. Isso porque dentro do antagonismo patriarcal homem-mulher, que também se expressa na oposição cultura-natureza, o trabalho e conhecimentos femininos são definidos como parte da natureza, mesmo estando baseados em práticas culturais complexas.

Para além da dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo, as mulheres camponesas sempre trabalharam nas atividades produtivas de forma integrada com as reprodutivas, dessa forma, não podemos separar em partes os saberes holísticos das mulheres camponesas nos quais

natureza e cultura se integram, como ressalta Esmeraldo (2012):

No momento em que plantam e colhem, essas mulheres pensam no porquê e para quê o estão fazendo, cuidando da produção, do viver da família; ao mesmo tempo se preocupam com o trabalho reprodutivo na família e na preservação dos recursos naturais, criando uma visão holística e sistêmica da natureza; assim se forma um patrimônio imaterial com base em um rico processo cognitivo que tem aspectos físicos, emocionais, racionais, econômicos, geracionais. (ESMERALDO, 2012 *apud* SERRANO 2014, p.46)

Como resultado desse saber-fazer complexo, o trabalho e conhecimento das mulheres na agricultura estão também nas propriedades emergentes das inter-relações entre as ações de produção e reprodução da vida, entre casa-quintal-roçado, e nos fluxos ecológicos invisíveis entre os diversos sistemas da unidade familiar. Na perspectiva dos limites da natureza sobre os quais temos que nos adaptar, como os relacionados a água no semiárido, a estabilidade ecológica, a permanência dinâmica e a produtividade dos sistemas humanos, podem se manter através da aplicação dessa lógica integrada e complexa, fundamental não só na família camponesa, mas na construção do desenvolvimento (SHIVA, 1998).

A incompreensão desses fenômenos complexos sobre os quais as mulheres trabalham, tem suas raízes no enfoque cartesiano e reducionista, base do modelo de desenvolvimento hegemônico. A consequente invisibilização do trabalho e dos conhecimentos das mulheres, devido às questões de gênero, impede uma avaliação realista sobre suas reais contribuições para a agricultura, para a sociedade e para o desenvolvimento (SHIVA, 1998).

Como se observa o sistema capitalista-patriarcal de poder, no qual se engendra uma característica divisão sexual do trabalho, produz diversos tipos de violências contra as mulheres e intensifica sua vulnerabilidade social no campo. Isso se dá por exemplo, na exclusão da mulher camponesa nos processos de tomada de decisão e participação política, no acesso à terra, assistência técnica, construção e controle de tecnologias e, sobretudo, na participação da divisão de bens gerados pela produção (NOBRE *et al.*, 2010).

Como já apontado, as mulheres não são vítimas passivas desses processos, de diversas formas e em diversos períodos da história vêm tomando consciência de sua condição de opressão, construindo suas identidades coletivas e buscando sua autonomia enquanto sujeitos políticos.

Desde os anos de 1980, para transformar suas realidades e a sociedade, as mulheres camponesas vêm se auto organizando politicamente em movimentos sociais, tais como no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), muito influente no território estudado. Diversas conquistas já foram alcançadas através de suas lutas sociais e serão discutidas no

decorrer da dissertação.

Como ressalta Gema Esmeraldo (2013), as lutas dessas mulheres são permeadas pelo signo da contradição, ao mesmo tempo em que o trabalho e demandas femininas passam a ser discutidos publicamente, e que se busca politizar o mundo privado, na maioria das vezes ainda é mantida a ordem moral e de autoridade entre o casal perpetuando a desvalorização do trabalho das mulheres no interior da família.

Seguiremos nossa discussão abordando esses desafios no contexto do Semiárido Brasileiro, olhando para os conhecimentos, práticas e lutas socioambientais das mulheres camponesas a partir da gestão da água. Será que a construção coletiva da gestão da água na perspectiva da agroecologia, uma das bases para o desenvolvimento baseado na convivência com o semiárido, tem envolvido o protagonismo das mulheres como sujeito político, considerado seus saberes, fazeres e lutas históricas?

CAPÍTULO 2- CAMINHOS DAS ÁGUAS NO SERTÃO DO PAJEÚ: CONFIGURAÇÃO DA PROBLEMÁTICA SOCIOPOLÍTICA DA ÁGUA E AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES CAMPONESAS NA CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Esse capítulo traz discussões centrais para a compreensão da problemática da água no semiárido e Pajeú desde as bases para sua construção sociopolítica. Iniciamos com um panorama do modelo de desenvolvimento e relações socioambientais construídas no território, a partir de elementos físicos, ecológicos e socioculturais fundamentais para a compreensão da gestão da água.

No segundo item discutimos como a concentração de terra e água, e a consequente subjugação e exploração dos(as) camponeses(sas), configuraram as bases para as injustiças socioambientais vividas pelos povos do campo. Posteriormente elucidamos como a política de água empreendida pelo Estado, reduzida ao combate à seca, vem reforçando estruturas de poder e ao mesmo como a agricultura camponesa e resistência das mulheres vão se fortalecendo na luta por direitos.

No último item, apresentamos nossas análises sobre as contribuições e desafios das

mulheres camponesas, no movimento agroecológico e socioambiental no Pajeú, no âmbito da gestão da natureza e construção do projeto político de convivência com o semiárido.

2.1. As águas dos sertões e as relações socioambientais no território: o que (não) aprendemos e onde chegamos

Pajeú, teu cenário me encanta
Desde a voz do vaqueiro aboiador,
Ao Verão que desbota a cor da planta,
E a abelha que bebe o mel da flor.

O refúgio da caça que se espanta
No chiado dos pés do caçador,
A romântica canção que o rio canta
Na passagem de um ano chovedor.

Quando a chuva da nuvem inunda as grotas
O volume da água banha Brotas,
E onde a curva do rio faz um U...

Nasce um pé de esperança no teu povo;
Tudo indica que Cristo quando novo
Aprendeu a caminhar no Pajeú.
(Rio Pajeú, João Paraibano, *In memoriam*²⁴)

(...)
deixe o índio no seu canto
que eu canto um acalanto
faço outra canção
deixe o peixe, deixe o rio
que o rio é um fio de inspiração
(Sete Cantigas para Voar, Vital Farias)

Uma visão holística sobre o semiárido brasileiro é imprescindível para a compreensão do engendramento histórico da problemática da água na região. É preciso considerar aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos que de forma profundamente integrada, foram dando origem ao longo da história a um modelo hegemônico de apropriação e uso da natureza. Esse modelo, baseado na práxis moderna-colonial, vem delimitando o acesso à água e natureza pelas famílias camponesas (PORTO-GONÇALVES, 2002).

O contexto de dominação não favoreceu a transmissão e execução de práticas e

²⁴ João Pereira da Luz, o João Paraibano, natural de Princesa Isabel-PB foi um grande poeta que bebeu das águas inspiradoras do Pajeú.

conhecimentos voltados à coexistência humana com os sertões nordestinos, gerando as conhecidas situações de pobreza e calamidade social nas estiagens. Todavia, não impediu as (re)existências de populações que, a partir de outras matrizes de conhecimentos, aprenderam a viver *com a natureza*, tais quais o campesinato no semiárido (PORTO-GONÇALVES, 2002). A partir das trocas e transmissões de conhecimentos entre indígenas, povos negros e camponeses, permitiu-se a construção de estratégias de gestão da água e desenvolvimento da agricultura familiar no semiárido e no Pajeú.

Ab'Sáber (1999) aponta que a compreensão isolada das bases físicas e ecológicas da ampla e diversa região semiárida do Brasil, não é suficiente para se explicar os problemas e desafios históricos dos grupos humanos que habitam essa zona fisiográfica, no entanto, são essenciais para construção de estratégias consistentes:

a análise das condicionantes do meio natural constitui uma prévia decisiva para explicar causas básicas de uma questão que se insere no cruzamento dos fatos físicos, ecológicos e sociais. Nenhuma solução ou feixe de soluções dirigidas para a resolução dos problemas do Nordeste brasileiro poderá abstrair o comportamento do seu meio ambiente, inclusive no que diz respeito à fisiologia da paisagem, aos tipos de tecidos ecológicos e à utilização adequada dos escassos recursos hídricos disponíveis (AB'SÁBER, 1999).

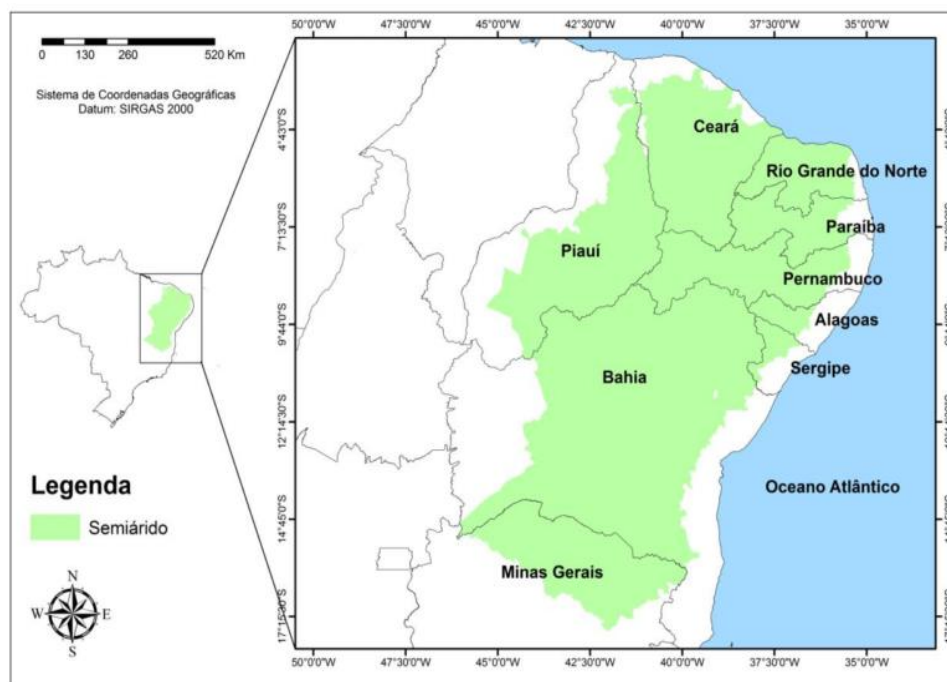
Segundo o mesmo autor, os atributos que permitem semelhanças naturais entre as regiões semiáridas existentes no mundo são de origem climática, hídrica e fitogeográfica, os quais, em geral, provocam níveis baixos de umidade; escassez de chuvas anuais; ritmo irregular das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico; e ausência de rios perenes.

O Semiárido brasileiro (SAB) (Figura 6), especificamente, é considerado o mais chuvoso do mundo, não havendo ausência de chuva como construído no imaginário social. O que ocorre de fato é uma disponibilidade limitada de água e uma distribuição irregular das chuvas, em relação aos espaços físicos, bem como a concentração de sua maior quantidade em poucos meses, gerando déficit hídrico (precipitação menor do que a *evapotranspiração*²⁵) em

²⁵ A evapotranspiração é processo pelo qual a água da superfície terrestre passa para a atmosfera no estado de vapor, tendo papel importante no Ciclo Hidrológico. Esse processo envolve a evaporação da água de superfícies de água livre (rios, riachos etc), dos solos e da vegetação úmida (que foi interceptada durante uma chuva) e a transpiração dos vegetais.

grande parte do ano, como mostram os dados a seguir.

Figura 6-Mapa Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro



Fonte: SILVA, 2015

A pluviosidade média na região é 750 mm/ano (variando, dentro da grande diversidade da área, de 250 mm/ano a 800 mm/ano), podendo chegar a mais de 1.000 mm em algumas localidades, o que representa uma grande quantidade de chuva (MALVEZZI, 2007). A distribuição espacial e temporal das chuvas é muito irregular (Coeficiente de Variação = 30%) e grande parte dessas se concentra em um único período do ano (3 a 5 meses) chamado de inverno (BRASIL, 2011). No território do Pajeú: “as chuvas geralmente acontecem de janeiro a maio. É o período que a gente chama de inverno. Período de chuvas e do plantio. Do mês de junho ao mês de setembro é o período da colheita” (ALMEIDA, 1995).

A insolação média anual é alta (2.800 h/ano), assim como são elevadas as temperaturas anuais médias na região (23 a 27°C) e a evaporação média anual (2.000 mm/ano) (BRASIL, 2011). O subsolo por sua vez é formado em 70% por rochas cristalinas, subaflorantes e praticamente impermeáveis, dificultando a formação de mananciais perenes e a potabilidade da água, geralmente salinizada (MALVEZZI, 2007).

Esse quadro leva a uma evapotranspiração muito intensa, processo que consome até 2.500 mm de água por ano, quase três vezes o total de chuvas que podem ocorrer anualmente, resultando por fim, em relativamente pouca água disponível na natureza para o acesso humano na maioria dos meses (BRASIL, 2011).

Existem, entretanto, diversos tipos de reservatórios de água, ou fontes, construídos na região ao longo da história, mais ou menos suscetíveis a evapotranspiração, capazes de armazenar por mais tempo uma significativa quantidade de água. Muitos desses são altamente vulneráveis a períodos de estiagem prolongada tendo sua capacidade e qualidade muito reduzidas.

O SAB está inserido no Bioma Caatinga, o menos conhecido do país e, por isso, pouco valorizado pela sociedade moderna e pelo Estado. A Caatinga é, entre todas as regiões semiáridas do planeta, a mais biodiversa, sendo muito rica em espécies vegetais e animais, com grande incidência de espécies endêmicas. No período de chuvas:

(...) ela fica verde e florida. Abriga uma das maiores biodiversidades brasileiras de insetos, inclusive a abelha, o que a torna muito favorável para a produção de mel. Entretanto, no período normal de estiagem, ela hiberna, fica seca, adquire uma aparência parda; daí o nome caatinga, expressão indígena que quer dizer “mata branca”. Mas não está morta. Quando a chuva retorna, acontece uma espécie de ressurreição: o que parecia morto ressuscita; o que estava seco volta a ser verde (MALVEZZI, 2007).

Para Duque (2004), na caatinga a associação da flora com o solo e atmosfera é quase uma simbiose, tal é o preciso regime de economia de água para manter as funções em equilíbrio. A mistura densa de Catingueiras (*Caesalpinia pyramidalis* Tui.), Acácias (*Acacia Jurema* mart.), Umbuzeiros (*Spondias tuberosa*, L.), Maniçobas (*Manihot pseudoglaziovii*), Macambiras (*Bromelia laciniosa*), Cactáceas (exemplo *Cereus jamacaru*), Pereiro (*Aspidosperma pyrifolium*), entre outras, protege o solo no inverno com a folhagem verde.

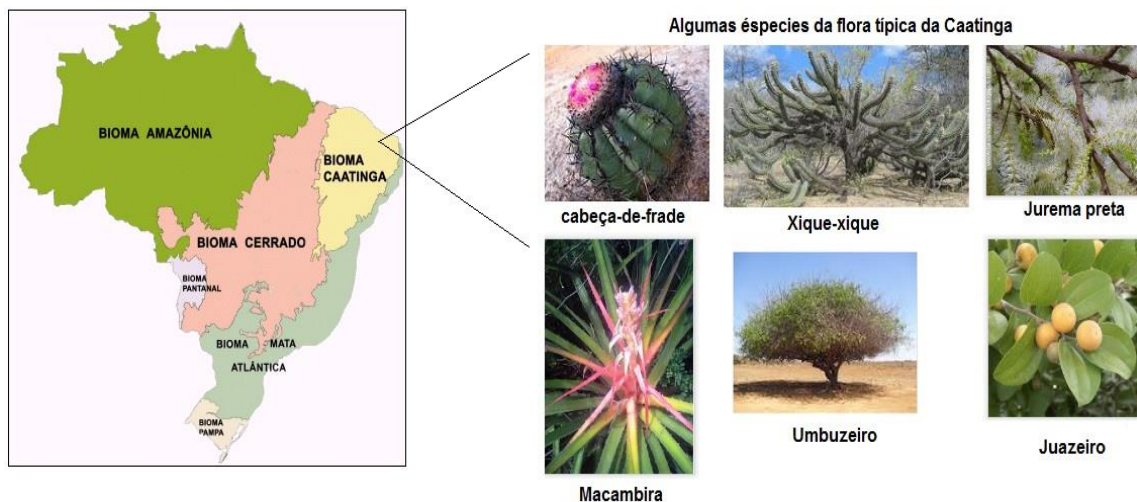
No verão, por sua vez, essa vegetação diversa reveste o solo com uma camada de folhas, em parte comidas pelo gado e o restante aduba a terra. As espécies, para sobreviverem, absorvem umidade do ar de noite, originada com a redução da temperatura, e quando durante o dia a terra fica mais seca e lhe nega água, elas repousam. As raízes das plantas nativas são muito desenvolvidas, grossas e penetrantes, são adaptadas ao clima semiárido, atravessando os verões e secas prolongadas armazenando água e alimentos em estruturas presentes em suas raízes (DUQUE, 2004).

A cobertura preservada da caatinga pode ser considerada reguladora da temperatura e da chuva, mantendo a fertilidade dos solos e amenizando as influências naturais sobre o clima (SCHISTEK, 2013). Mandacarus (*Cereus jamacaru*), xiquexiques (*Pilosocereus gounellei*), cabeças-de-frade (*Melocactus zehntneri*), caracterizam a flora do bioma, ilustrada na figura 7, e como relatou Euclides da Cunha:

suas raízes são solidárias, retendo as águas e as terras que desagregam formando o solo arável em que se reproduzem. Há entretanto, árvores com as quais o homem sertanejo tem uma relação mais profunda: o Juazeiro, o Umbuzeiro e a Jurema (CUNHA, s.d. *apud* FERRAZ e BARBOSA, 2015).

Junto aos ecossistemas que compõe a Caatinga, co-evoluíram diversos sistemas humanos, marcados por hábitos de sobrevivência enraizados no conhecimento profundo da Mata Branca²⁶ e seus ensinamentos.

Figura 7 - Bioma Caatinga e Algumas Plantas Típicas



Fonte: Fonte IBGE, 2004. Elaboração própria, 2016.

Nessa pesquisa é central a concepção de que a natureza ensina, é a fonte das diversas racionalidades que são parte desse grande organismo integral que é a Terra (LOVELOCK, 2006) e nos permite pensar e desenvolver sistemas (agri)culturais adaptados aos mais diversos contextos ambientais:

No viver coletivo dos vegetais inferiores e superiores, na adaptação das diversas espécies de plantas no mesmo solo, no amparo sombrio que as espécies prestam umas às outras, na simbiose que é o cooperativismo vegetal, na proteção que a manta verde proporciona à Fauna, nós encontramos o mais edificante ensinamento de solidariedade organizada (DUQUE, 2004).

Ora, se a fauna e a flora da caatinga, e os povos indígenas que ali co-evoluíram, são adaptados aos ciclos das secas, como estas se tornaram desde a época da colonização num drama social, que vem atingindo, principalmente, as famílias rurais e camponesas? Sem responder de forma simplista a esta pergunta, diversos elementos ao longo das reflexões sobre

²⁶ A palavra “Caatinga” é indígena, de origem tupi, e quer dizer “mata branca”.

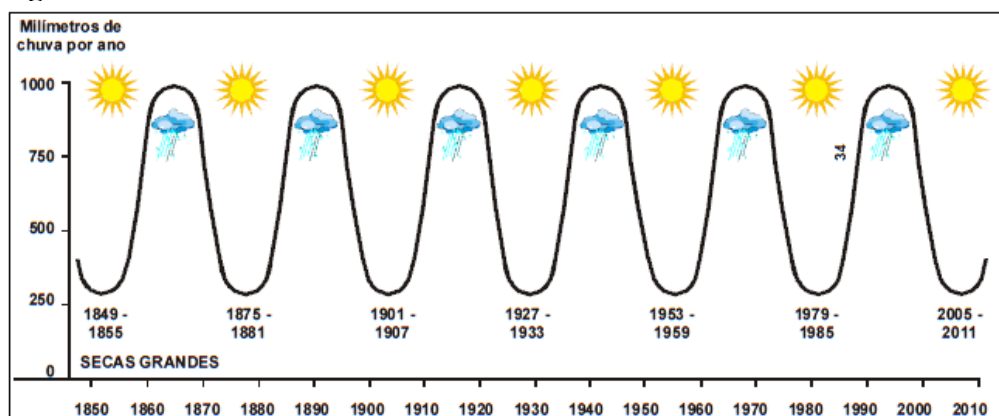
acesso, controle e gestão da água, foco dessa pesquisa, reforçam que o cerne da questão das secas é sociopolítico e que a problemática se origina a partir de históricas injustiças socioambientais²⁷ nos territórios semiáridos do Brasil como parte de uma ampla questão ambiental.

Do ponto de vista ambiental os ciclos de estiagens prolongadas, ou das chamadas secas²⁸, são característicos do clima semiárido e ocorrem quando há alterações drásticas no comportamento normal das chuvas, em um determinado período de tempo, reduzindo o reabastecimento de água das fontes normalmente realizado pelos invernos chuvosos.

Ressalta-se que os invernos, praticamente inexistentes nas secas, cumprem papel crucial para a realização da agricultura camponesa e outras dinâmicas sociais ligadas a água. A produção de *sequeiro*, característica dos sistemas produtivos camponeses no semiárido, não possui irrigação e consiste no desenvolvimento dos cultivos através dos ciclos de águas das chuvas, sendo as sementes estrategicamente plantadas no período do esperado inverno.

O fenômeno natural em questão pode durar um ano ou mais, chegando no caso das grandes secas, até 6 anos consecutivos de estiagem. Estudos do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) e relatos de pesquisadores, contabilizam desde o ano de 1.500 até hoje, 72 estiagens prolongadas no Nordeste, das quais 40 foram anuais e pelo menos 32 foram

Figura 8- O Ciclo das Grandes Secas do Semiárido Brasileiro



Fonte: IRPAA, 2001.

²⁷ Na ecologia política o conceito de injustiça ambiental está atrelado as desigualdades no acesso e controle dos recursos naturais, bem como na distribuição dos ônus ou impactos socioambientais gerados pelo modelo desenvolvimento. Nessa perspectiva o que define o poder e condições dos sujeitos envolvidos nos conflitos socioambientais são as condicionantes de classe, raça, etnia e gênero (ACSELRAD, 2004).

²⁸ Schistek (2013) ressalta que o termo “seca” não é adequado ao contexto climático do semiárido brasileiro, já que expressa uma situação climática excepcional, e o que se observa na região em questão são ciclos regulares e previsíveis.

plurianuais (BARBOSA, 2013). As grandes secas do ponto de vista climático²⁹, tais como as que ocorreram em 1932, 1958, 1984 e 2010, obedecem a uma lógica natural e cíclica, como expressa a Figura 8, ocorrendo a cada 26 anos de acordo com o “Prognóstico do Tempo a Longo Prazo” do Instituto de Atividades Espaciais (IAE). Essa informação traz à discussão um elemento central: a previsibilidade das estiagens prolongadas.

Segundo Costa (2009), as estiagens prolongadas possuem características distintas em termos de intensidade (refere-se à precipitação e/ou à severidade associada à falta de chuvas e condições ambientais), duração e cobertura espacial. Seus aspectos naturais também são influenciados positiva ou negativamente pelas ações humanas, a autora traz como exemplo a supressão de vegetação, que aumenta o impacto negativo das estiagens para as populações humanas. Evidenciamos ainda que a queima e supressão de florestas nativas como a Caatinga, alteram profundamente os processos ecológicos de ciclagem de água, energia e nutrientes (ODUM, 2001). Sendo assim:

A severidade da seca não depende somente da duração, intensidade e extensão geográfica, mas também das ações antrópicas sobre a vegetação e sobre as fontes de recursos hídricos. A significância de uma seca não pode ser dissociada do contexto social e seu impacto depende diretamente da vulnerabilidade social (DOWNING, 1992 *apud* COSTA, 2009).

No âmbito da ocupação humana do SAB, Socorro Ferraz e Bartira Ferraz Barbosa (2015) apontam que os estudos tradicionais da historiografia brasileira, são baseados em visões etnocêntricas, racistas e excludentes, dominantes nas práxis política, jurídica e intelectual latino-americanas. Partem das ideias do “vazio humano” e das “gloriosas sagas civilizatórias” dos homens conquistadores, ignorando a existência de grupos e povos que ali viviam desde tempos imemoriais. O homem branco, com influência política e econômica, é sempre a figura central nessas narrativas, bem como:

os responsáveis pela transformação dos sertões em espaços produtivos e incorporados à dinâmica econômica, social e política da metrópole ou do Estado Nacional. Os demais grupos sociais, particularmente os indígenas, surgem como entraves a serem superados e sua participação fica restrita aos movimentos de oposição à chegada da civilização. Depois desaparecem como se nada tivesse contribuído para a transformação dos sertões e, menos ainda, como grupos que permaneceram nesses espaços e estabeleceram múltiplas formas de convivência e sobrevivência ante a nova realidade (FERRAZ e BARBOSA, 2015).

²⁹ Outras secas são consideradas grandes secas pela população do semiárido, pelo seu enorme impacto social, mesmo do ponto de vista climático sendo classificadas como médias, tais como a seca de 1915, relatada por Raquel Queiroz no clássico “O Quinze”.

Ressaltamos, de forma complementar a discussão, que essa perspectiva hegemônica sobre os sertões é também androcêntrica e sexista. É como se as transformações no espaço-tempo fossem realizadas apenas por homens, sejam eles grão senhores, vaqueiros, agricultores, indígenas ou negros. Em uma história “sem mulheres”, ou onde Lampião é protagonista e Maria Bonita³⁰ coadjuvante, até mesmo quando raramente se olha para a importância e protagonismo daqueles últimos para as reconfigurações dos sertões, as contribuições na construção do SAB das diversas mulheres que estavam presentes –indígenas, negras, camponesas e mesmo as das elites– são invisibilizadas.

Ainda de acordo com as autoras, o conceito “sertão” era desconhecido pelos(as) índios(as) que ali viviam e percorriam diversos espaços geográficos por necessidades e/ou tradições. Estes conviviam com as diferenças climáticas existentes nos múltiplos espaços a partir de uma relação de autossustentabilidade (FERRAZ e BARBOSA, 2015).

O Sertão do Pajeú é um *território* dos sertões brasileiros, no qual se construiu historicamente uma forte identidade territorial pelos diversos povos e grupos humanos que ali viveram e vivem. As características socioculturais e costumes comuns do povo do Pajeú se construíram a partir da influência de diversas culturas: indígenas, dos povos negros, portugueses e holandeses. Hoje as pessoas do Pajeú se identificam com diversos aspectos ambientais e culturais, sendo terra de poesia, de cantadores, violeiros, do Rio Pajeú, da resistência sertaneja, das comidas de bode e milho (BRASIL, 2011).

Para Godelier (1984 *apud* Diegues 2001), o espaço do território fornece em primeiro lugar “a natureza do homem como espécie”, mas também os meios de subsistência, de trabalho e produção; meios de produzir os aspectos materiais da estrutura de uma sociedade. Além disso, na mesma direção de Haesbaert (2005) consideramos que o território é imerso em relações de poder, de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço e assim “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’ ” (HAESBAERT, 2005).

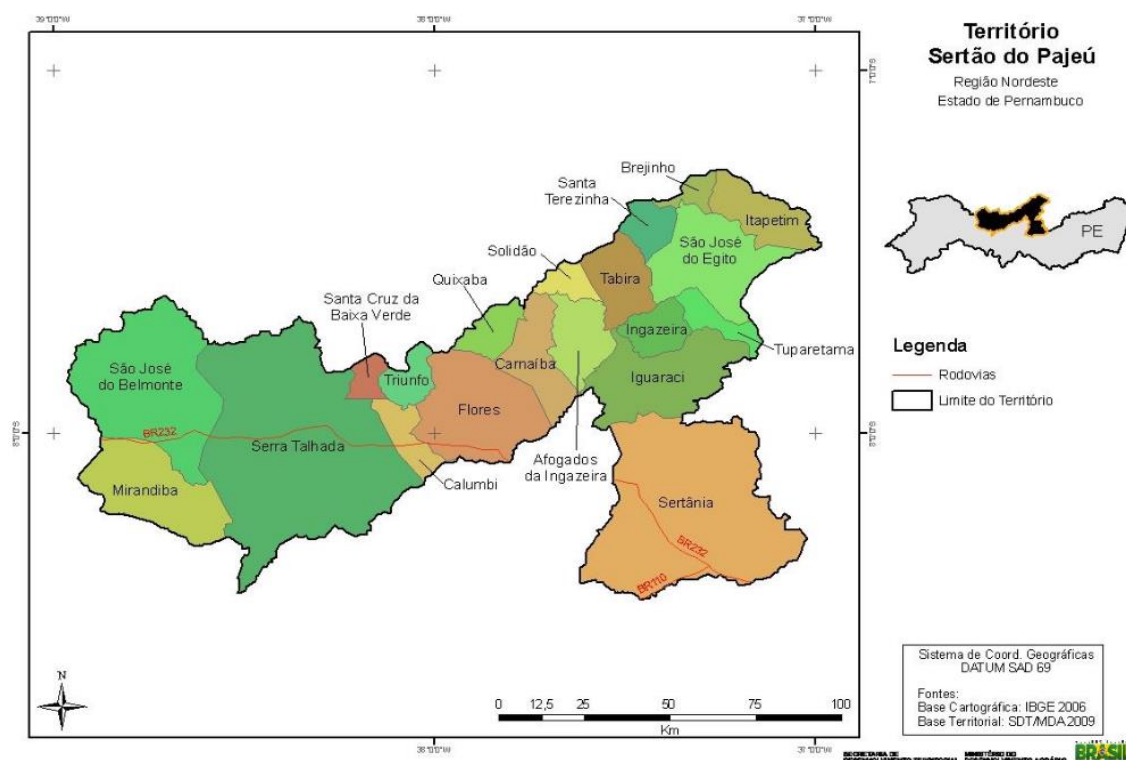
No contexto dessas múltiplas relações, para nós é fundamental considerar as mulheres camponesas como sujeitos individuais e organizados coletivamente, em meio a uma multiplicidade de agentes da construção territorial e suas divergentes e convergentes formas de

³⁰ Lampião e Maria Bonita eram lideranças de um dos principais grupos do Cangaço, formado por camponeses da região semiárida de Pernambuco no século XIX. O grupo armado lutava contra as injustiças vividas pelo seu povo e contra a ordem social e política. Mari Bonita e Lampião se tornaram personagens populares da cultura sertaneja e muitos reduzem o cangaço ao banditismo.

dominação e apropriação³¹ da água e da natureza.

Sem perder de vista os processos anteriores de construção histórica do território do Pajeú e suas territorialidades, a delimitação que adotaremos nessa análise será a realizada em 2008, pelo Governo Federal a partir do Programa Territórios da Cidadania, como parte de uma nova abordagem territorial de desenvolvimento rural (Figura 9). Destacamos o protagonismo do Sertão do Pajeú na concepção desta nova perspectiva, que busca integrar e construir as políticas públicas a partir do território, devido ao importante acúmulo de experiências e dinâmicas sociais em torno da luta social por direitos e do desenvolvimento rural ali já existentes e as quais discutiremos mais a frente (BRASIL, 2011).

Figura 9-Território Sertão do Pajeú definido pelo Programa Territórios da Cidadania



Fonte: BRASIL, 2011, p. 20

Apesar de apresentar aspectos socioambientais comuns em sua extensão, o Sertão do Pajeú é diverso. Uma parte do território está inserida no domínio natural da Depressão Sertaneja³² e outra no Planalto da Borborema, apresenta distintas formações de caatinga nativa

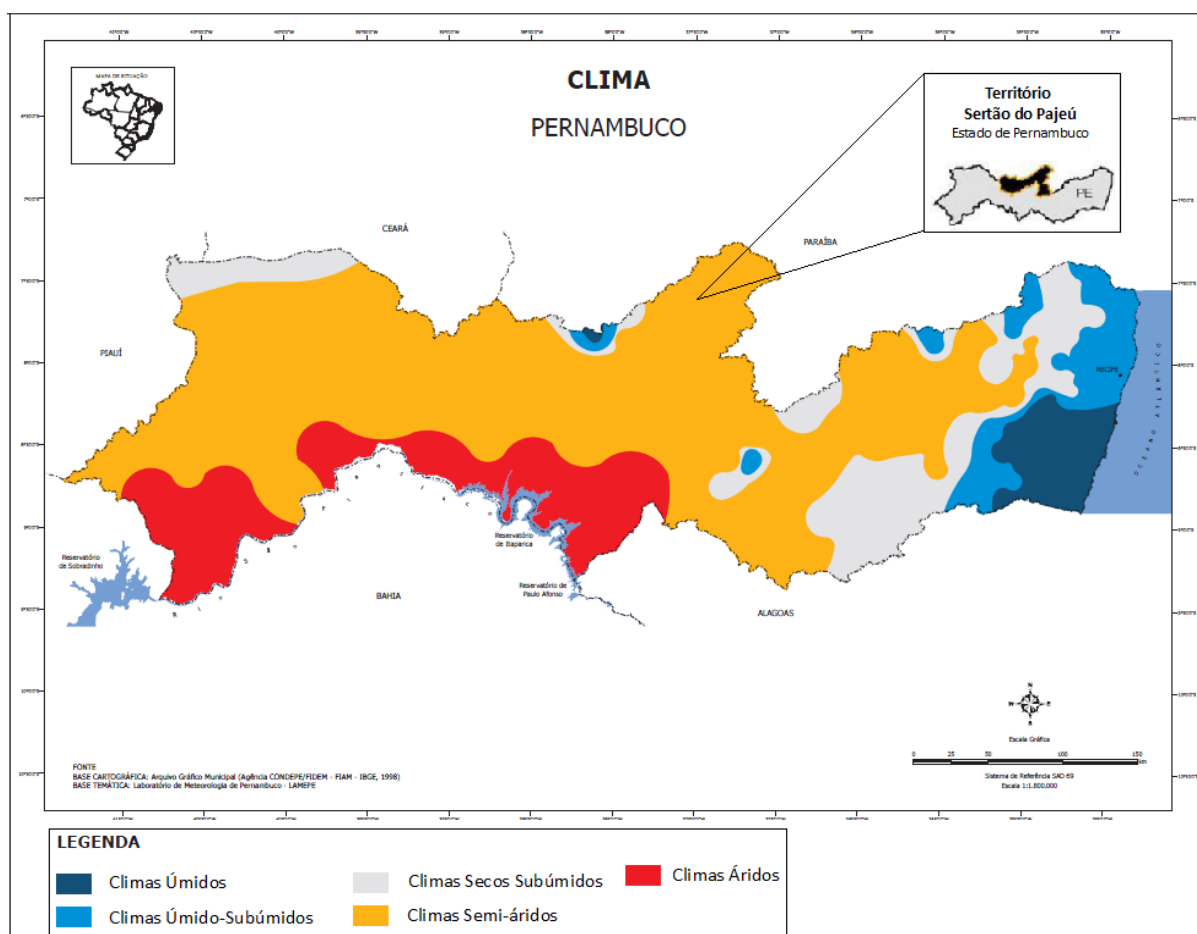
³¹ Segundo Haesbaert (2005), na perspectiva lefebvriana distingue-se apropriação de dominação sendo o primeiro um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso e o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

³² Organizado em torno do Planalto da Borborema, a configuração do relevo faz deste um importante dispersor da drenagem (Ab Sáber, 1969), onde uma densa rede de drenagem é responsável pela intensa dissecação. Entre as

e tipos de solos, por exemplo (BRASIL, 2011). Estes últimos são predominantemente rasos, como na maioria das áreas do semiárido, mas há no território ocorrência de importantes áreas onde os solos são espessos (ARAÚJO FILHO et al., 1999).

O clima e as precipitações pluviométricas anuais também variam dentro do próprio Pajeú, essas últimas podendo chegar a mais de 1.000 mm por ano em áreas de climas mais úmidos, como podemos observar comparando os mapas das Figuras 10 e 11 (abaixo).

Figura 10- Climas no Estado de Pernambuco e no Sertão do Pajeú



Fonte: Adaptação do Mapa Clima Pernambuco, PERNAMBUCO, 2015.

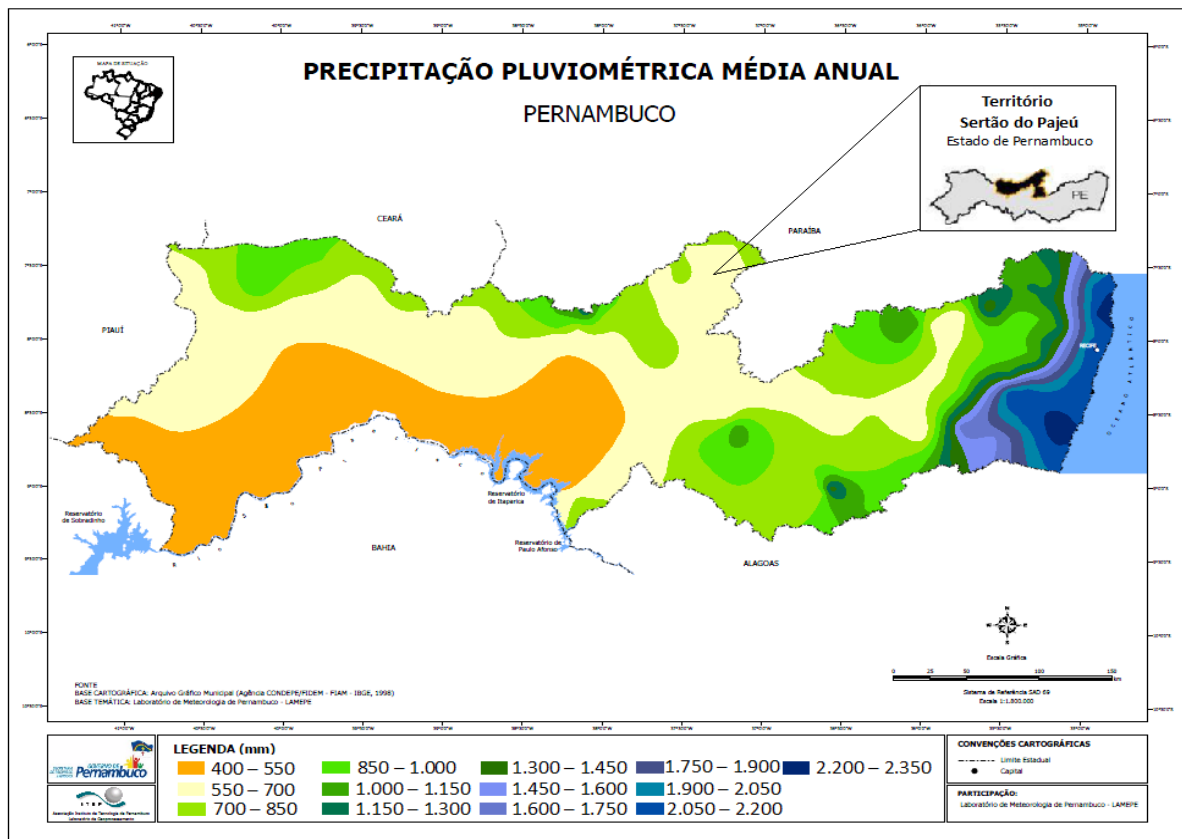
Devido a um conjunto de características geomorfológicas, algumas áreas do Pajeú possuem climas mais amenos, os chamados Brejos de Altitude. O geógrafo Aziz Ab'Sáber (1999) explica que na cultura popular dos sertões, reconhecesse como brejo qualquer subsetor mais úmido presente no domínio semiárido, e que a presença dessas ilhas de umidade e fertilidade

áreas elevadas formam-se zonas aplainadas onde os processos denudacionais suplantaram os agradacionais, formando vastas superfícies erosivas –a chamada “depressão sertaneja” (Ab’Saber, 1969).

de solos:

só ocorre em determinados sítios, como serras e encostas de maciços que captam a umidade de barlavento, piemontes com acumulações detríticas retentoras de água, agrupamentos de nascentes ou fontes (designadas olhos d'água), encostas ou sopés de escarpas, bordas de chapadas, bolsões aluviais de planícies alveolares (baixios) e setores de vales bem arejados por correntezas de ar marítimo (ribeiras e vales úmidos) (AB'SABER 1999).

Figura 11-Precipitação Pluviométrica Média Anual em Pernambuco e no Sertão do Pajeú



Fonte: Adaptação do Mapa Precipitação Pluviométrica Média Anual Pernambuco, PERNAMBUCO, 2015.

Essas áreas mais úmidas, embora situadas no perímetro das secas, apresentam climas tropicais úmidos ou subúmidos (Figura 10), havendo todas as condições necessárias para o desenvolvimento de uma flora que reúne tanto características da mata atlântica (floresta ombrófila densa) quanto da caatinga (savana estépica) (BRASIL, 2011). Na rica descrição de Manuel Correia de Andrade (1973), estas manchas úmidas localizadas nas serras frescas, como a Serra de Triunfo, atingem na região quase 500 Km², contrastando com as áreas sertanejas vizinhas mais secas, devido não só a topografia, mas também:

pelos solos, em geral espessos e escuros, só aparecendo exposição das rochas subjacentes nos pontos mais acidentados; pela vegetação luxuriante onde mata primitiva ainda não foi destruída e pelas capoeiras muito densas em solos que já foram lavrados; pela atividade agrícola que aí substitui a pecuária típica do Sertão. Estas “manchas úmidas”, determinadas ora pelas condições climáticas, ora pela estrutura geológica, constituem verdadeiros oásis no meio do peneplano semi-árido (ANDRADE, 1973).

As zonas úmidas em questão, são fundamentais para a compreensão da ocupação humana, formas de apropriação da natureza e desenvolvimento da agricultura no território do Pajeú, tendo papel-chave nos diversos períodos, desde o Pleistoceno até a história contemporânea:

as migrações indígenas do final do Pleistoceno se deslocaram através de vales e áreas deprimidas, situadas entre platôs, onde o universo ecológico e biótico, composto por brejos e margens de rios, facilitava a sobrevivência de grupos, que neles poderiam procurar a adaptação sobre o meio que se transformava em volta, a partir de novas condições climáticas. (AB'SABER, 1987 *apud* FERRAZ e BARBOSA, 2015).

A biodiversa vegetação da Caatinga no Pajeú, poeticamente descrita por Sebastião Dias, ainda cobre boa parte dos municípios, apesar da ocorrência de áreas significativas de desmatamento como expressa o Mapa da Figura 12 (a seguir).

(...)

Escondidas as Juremas aguardando o sol se por
Juritis e seriemas gorjeiam notas de dor
Na vegetação rasteira lá no fim da copeira a corneta de um Inhambu
Sonoriza a melodia da última canção do dia
Nas matas do Pajeú

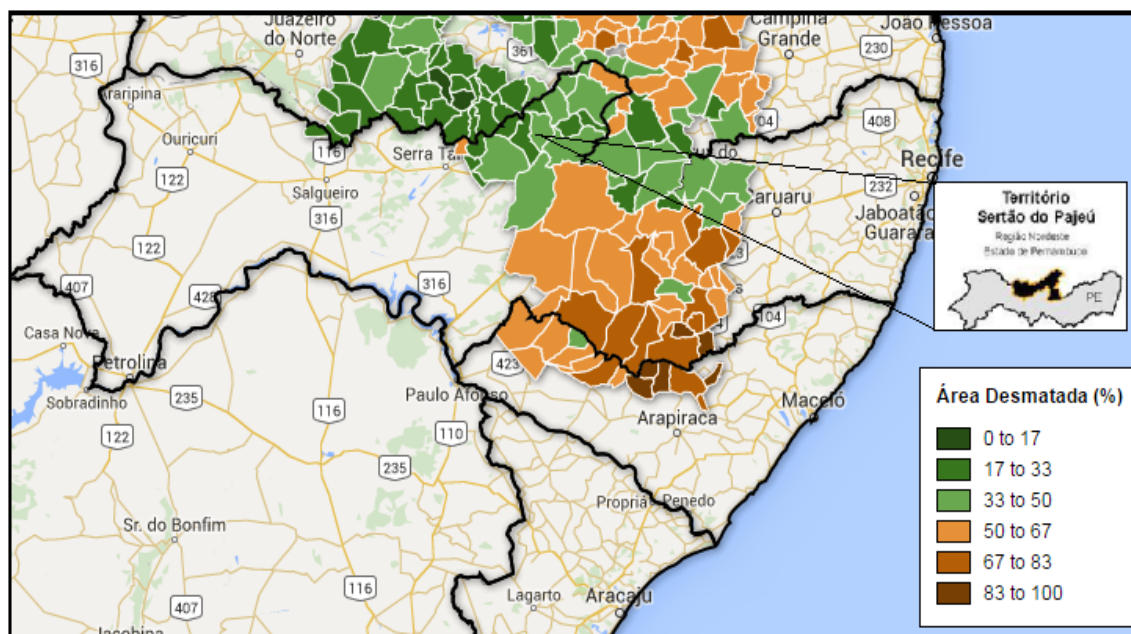
(...)

(Rio Pajeú, Sebastião Dias³³)

Mais especificamente, na Tabela 1 podemos ver que a área de vegetação nativa ainda preservada no município de Triunfo, por exemplo, é muito significativa, chegando a quase 60% de sua área total. Santa Cruz da Baixa Verde e Calumbi, também importantes para pesquisa, possuem apenas 32% e 43% de sua área total com vegetação preservada, respectivamente.

³³ Usamos para essa descrição do Pajeú versos do poeta e repentista Sebastião Dias Filho, de origem potiguar, vive e se inspira na paisagem e cultura do Sertão do Pajeú. Suas canções e poesias dão voz a realidade do povo pauzeiro, trazendo elementos que expressam a diversidade na unidade da sociedade-natureza.

Figura 12-Áreas Monitoradas de Caatinga Desmatadas no Estado de Pernambuco e Sertão do Pajeú



Fonte: Adaptação do Mapa Monitoramento da Caatinga, INPE, 2016.

Tabela 1- Áreas Preservadas e Desmatadas de Caatinga em Municípios do Sertão do Pajeú

Municípios da Pesquisa	Área de Caatinga Degradada	Área de Caatinga Preservada	Solo Exposto	Lavoura
Triunfo	28% ou 53 Km ²	58% ou 110 Km ²	3% ou 6 Km ²	11% ou 21 Km ²
Santa Cruz da Baixa Verde	53% ou 61 Km ²	32% ou 37 Km ²	7% ou 8 Km ²	7% ou 8 Km ²
Calumbi	28% ou 50 Km ²	43% ou 78 Km ²	18% ou 33 Km ²	10% ou 18 Km ²

Fonte: Dados do Satélite Landsat 8/2013 obtidos em: Monitoramento da Caatinga, INPE, 2016

Isso se dá em um contexto onde Pernambuco apresenta a terceira maior porcentagem de desmatamento dos estados da região semiárida, com 53,65 % da caatinga já desmatada ou 43.532.58 Km², conforme a Tabela 2.

Tabela 2- Histórico de Desmatamento na Caatinga 2002-2009

UF	Área da UF dentro da caatinga (Km ²)	Área desmatada antes de 2002 (Km ²)	Área desmatada 2002-2008 (Km ²)	Área desmatada 2008-2009 (Km ²)	Desmatamento Total (Km ²)%	Desmatado antes de 2002 %	Desmatado de 2002-2008 %	Desmatado de 2008-2009 %	Desmatamento acumulado
PE	81,141.30	41,159.83	2,204.98	167.77	3,532.58	50.72%	2.72%	0.21%	53.65%

Fonte: (BRASIL, 2011b)

Podemos considerar que a degradação do solo, vegetação e recursos hídricos do semiárido e no Pajeú, a partir de usos insustentáveis, se inicia com o avanço dos colonizadores europeus e se intensifica com a consolidação da prática capitalista nos territórios e, posteriormente, da face “modernizadora” (1960) do sistema hegemônico de agricultura e pecuária. Parte do processo é evidenciado por Guimarães Duque, em seus escritos de 1949:

A caatinga alta, fechada, impenetrável pela densidade e pelos espinhos, foi a primitiva mais rica de elementos arbóreos, mais povoada de espécies nobres, mais secular na idade, porque conseguiu escapar do fogo indígena, que sobreviveu ao avanço dos primeiros colonizadores, menos lavradores e mais criadores, mas que sucumbiu ao segundo passo da Civilização quando as bocas mais poderosas e as necessidades de matéria-prima apelaram para amplos roçados e plantios. (...) A degradação lenta e inexorável das vegetações típicas, naturais, já começa a apresentar os seus primeiros resultados no estrago do solo, diminuição das safras por unidade de área e fome parcial. Algumas causas são recentes, outras começaram a agir séculos atrás. (...) As plantas do sertão mostram os sinais deixados pelo corte e pela queima, repetidos durante séculos, depois que aqui chegou o homem branco (DUQUE, 2004, pg.103).

No Pajeú, alterações da vegetação nativa e solo, intimamente ligados a conservação da água, ocorrem desde as sociedades indígenas autossustentáveis até hoje, todavia, é preciso perceber que os manejos realizados pelos diversos sujeitos e grupos sociais se baseiam em racionalidades e objetivos muito distintos. Para além da dicotomia entre sociedade e natureza, nem sempre essas alterações são negativas:

No mundo inteiro, recursos comunitários vêm sendo manejados e conservados por diversas sociedades humanas, por meio de mecanismos culturais que conferem um significado simbólico e social à terra e aos recursos, além do seu valor imediato de extração (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000).

Segundo diagnóstico recente (BRASIL, 2011) os ecossistemas nativos no Pajeú têm sofrido processos históricos de degradação, levando em diversas áreas rurais, por exemplo, à perda da capacidade produtiva. O mesmo estudo registrou que além da existência de áreas de formações arbóreas e arbustivas com baixa diversidade, ocorrem impactos da extração de carvão, queimadas, práticas agropecuárias realizadas sem a preocupação com a capacidade suporte dos ecossistemas (uso intensivo da terra e de agrotóxicos por exemplo), os quais têm contribuído para a redução da biodiversidade nativa e intensificação dos processos erosivos.

Em nossa concepção, o desmatamento e outras faces da degradação da natureza, devem ser enfrentados como uma consequência da evolução histórica do modo de produção e consumo, assim como do modelo hegemônico de desenvolvimento a eles atrelado, os quais se baseiam na

dominação e superexploração da natureza e das pessoas.

(...)
No verão os ceramistas trabalham todos os dias
São verdadeiros artistas dos lastros das olarias
Ali o barro amassado é nas curvas transformado
Em terreiro ou tijolo cru
e as chaminés das carvoeiras fumegam noites inteiras
Por cima do Pajeú

Um carvoeiro suado com vinco até no pescoço
De tarde esconde o machado e vai se banhar no poço
As suas mãos estouradas, as pernas encalombadas de ferrão do Capuchu
Mas o seu cansaço estranho termina depois de um banho
nas águas do Pajeú

(...)
(Rio Pajeú, Sebastião Dias)

As mulheres camponesas dessa pesquisa possuem percepções sobre esses processos de degradação da natureza e além disso, possuem uma relação íntima com o meio ambiente. Aproximando-se do sentido defendido por Gómez-Pompa e Kaus (2000), para essas mulheres, a natureza não é um objeto, uma coisa, e sim um mundo complexo, assim “a conservação talvez não esteja presente no vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções do relacionamento humano com o mundo da natureza” (Gómez-Pompa e Kaus, 2000).

Na mesma direção de autores como Gómez-Pompa e Kaus (2000), Diegues (2001) e Toledo (2009), para nós, as práticas de produção e manejo da natureza, bem como as percepções, racionalidade e conhecimentos das mulheres camponesas, quilombolas e indígenas do semiárido são raízes para construção de soluções estruturais para a conservação da Caatinga e das águas:

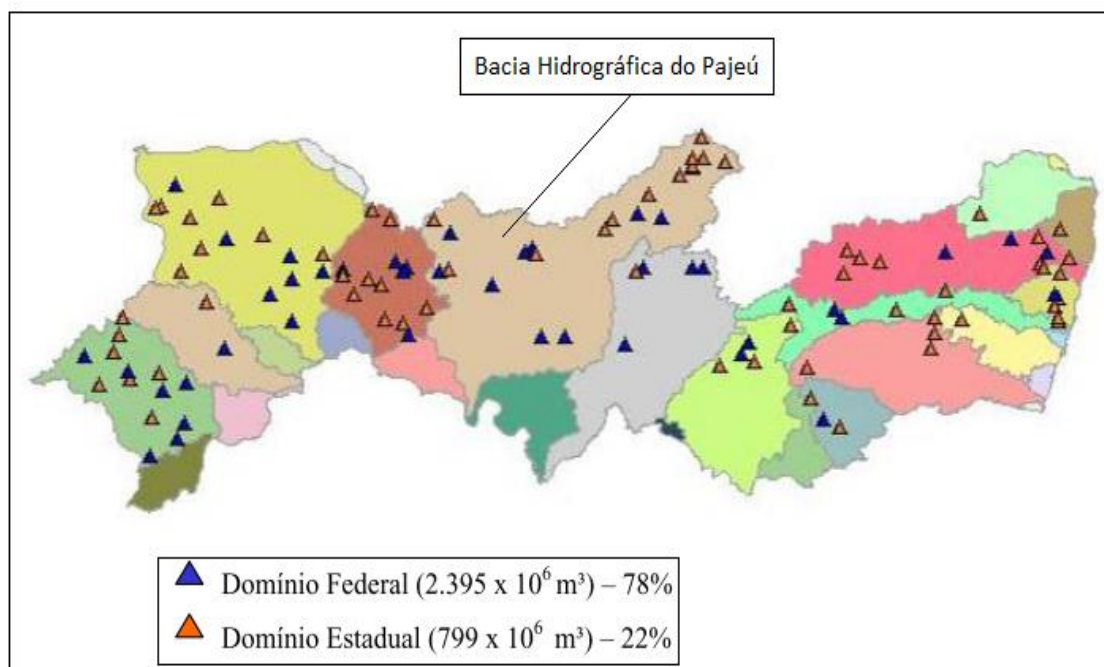
Até agora, um componente-chave da solução ambiental foi mantido fora tanto das nossas políticas conservacionistas quanto do ensino. Faltam as perspectivas das populações rurais em nosso conceito de conservação. Essa abordagem é incompleta e insuficiente para lidarmos com o complexo contexto dos esforços conservacionistas, no nosso país e fora dele. Ela negligencia as percepções e as experiências das populações rurais, pessoas que têm as mais próximas ligações com a terra e encaram o ambiente natural à sua volta antes de tudo como professor e provedor. Negligencia os que são afetados mais diretamente pelas atuais decisões políticas, tomadas em cenários urbanos e referentes ao uso dos recursos naturais. Ela negligência os que nos alimentam (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000, pg. 130).

O envolvimento sustentável defendido por Viana (1999), arraigado em mudanças radicais a partir da reaproximação da sociedade e natureza, aponta urgência da autocrítica sobre os paradigmas e ações empreendidos pelo “desenvolvimento”. É preciso trazer ao centro das transformações, outras matrizes de conhecimento para o embasamento de novos caminhos da

conservação da natureza, racionalidades que integram a grande teia de relações materiais e energéticas e por isso as compreendem mais profundamente.

Quase a totalidade do território está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú, delimitada na figura 13, a maior do estado de Pernambuco e a qual faz parte da grande Região Hidrográfica do São Francisco.

Figura 13- Delimitação da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú



Fonte: OLIVEIRA, 2005

Todos os rios da bacia são temporários³⁴, apresentando duas fases de perturbação hidrológica: cheia e seca. Nas cheias é popularmente conhecida a força e abundância das águas do Rio Pajeú, tal como podemos observar na Figura 14 e apreciar nas palavras do poeta:

(...)
Grande aorta sertaneja de cavidades enormes
As chuvas que o céu despeja causam cheias desconformes
O São Francisco gigante lhe atalha mais adiante, só ele quebra o tabu
do mistério, da grandeza, da força, da correnteza
Da cheia do Pajeú
(...)
(Rio Pajeú, Sebastião Dias)

³⁴ A ecologia dos rios temporários difere da dos rios permanentes. A diferença principal está “na força que organiza estes ecossistemas”, já que nos rios áridos as perturbações hidrológicas naturais exercem forte influência na sua organização, tendo efeito muito menos acentuado em rios de regiões úmidas e temperadas. (MALTCHIK, 1999).

. Parte significativa do volume de água se mantinham por diversos meses após as chuvas, quase não havendo período sem águas correntes em seus leitos (BARROS JÚNIOR, 2014). Hoje na fala da agricultora Alaíde, do Sítio Souto em Triunfo, até mesmo no inverno onde ocorriam as grandes cheias, não se observa mais o mesmo volume e qualidade de água: “Ele sempre foi um rio temporário, mas sempre durante o período do inverno todinho ele teve água. Começou a piorar de uns 15 anos par cá, já tem muito tempo. E agora com essa escassez está cada vez pior”.

Estes dois eventos, cheias e secas, diretamente relacionados a precipitação, exercem forte influência na organização e no funcionamento dos corpos d'água da região semiárida (concentração de nutrientes, invertebrados, peixes, por exemplo), assim como nas dinâmicas das comunidades do entorno. Os rios do SAB possuem ainda leitos largos e arenosos, nos quais formam-se lençóis de água subterrânea aproveitados pela população local a partir das cacimbas (MALTCHIK, 1999).

Nas pequenas planícies do Pajeú e afluentes ocorre uma relativamente intensa ocupação humana (Figura 14), devido principalmente, ao acúmulo de água. Ab'Saber (1999), alerta sobre a importância da proteção das águas de todos os rios sertanejos:

Figura 14- Rio Pajeú em Serra Talhada atualmente e enchente causada pelo Rio na mesma cidade em 1967



Fonte: SÁ FILHO, 2016

Não se pode colocar esgotos domésticos nos rios sertanejos, para tanto é aconselhável o rígido uso de fossas assépticas no terreiro das moradias. Em hipótese alguma deve-se liberar ou incentivar o uso de adubos químicos e defensivos agrícolas em encostas de colinas ou terraços beiradeiros e vazantes de rios. Instalações industriais que provoquem liberação de efluentes poluidores para rios e ribeiras devem também ser evitadas ao máximo possível. As próprias cidades nordestinas deveriam ser mais contidas em seu crescimento urbano, para evitar que suas infraestruturas de descartes múltiplos

continuem poluindo rios e ribeirões, de tradicional e efetivo interesse social Ab'Saber (1999).

O processo de ocupação e uso do solo bem como a urbanização vem gerando a ausência ou significativa diminuição das matas ciliares; poluição pela ausência de saneamento básico adequado; intensos processos erosivos que vem alargando as calhas do rio, gerando instabilidade de suas margens e assoreamento dos leitos (BRASIL, 2011). Tudo isso vem causando alterações significativas nas dinâmicas do Rio Pajeú e riachos, como discutiremos no capítulo 3.

Ainda sobre as características hidrológicas do território, ressalta-se a existência de aquífero no alto Pajeú, predominantemente cristalino e dependente do grau de fraturamento das rochas. Pelas características climáticas e geológicas sua alimentação acaba sendo feita principalmente através do Rio Pajeú, nos pontos de interseção de seus leitos com fraturas (BRASIL, 2011).

Uma forte coesão territorial é dada pela presença do Rio Pajeú (de origem tupi “rio do curandeiro”), o qual possui uma grande importância material e simbólica para os povos e comunidades “pajeuzeiros”:

Originário das lendas o rio rasga o Sertão
Abrindo lagos e fendas no corpo bruto do chão
Com águas turvas e claras, sombreadas por Taquara e Jaramataia e Bambu
E as panorâmicas paisagens ondulam de verde as margens
Do vale do Pajeú

Quantos corpos flutuantes descem no dorso lendário
Entre espumas borbulhantes o real e o imaginário
(...)

Quando o rio está guinado, um caboclo da mão grossa
quer passar pro outro lado onde botou uma roça
Amarra em cipós de salsa
Uma pequenina balsa de rolos de mulungu
E assim que o dia começa rema a balsa e atravessa
As águas do Pajeú

Vez em quando da colina desce alegre a camponesa
Que na água cristalina vem dispor sua beleza
Desnuda o corpo trigueiro da roupa que solta o cheiro de caimã e beijú
E onde o banho ela toma, deixa o gostinho de goma
Nas águas do Pajeú
(...)

Nesse canteiro de flores que a natureza constrói
Seus gênios são cantadores, o Vaqueiro é o seu herói
Sua memória completa, com certeza algum poeta guardou no fim de baú
Um livro com a história a vida e a trajetória
Do povo do Pajeú
(...)

(Rio Pajeú, Sebastião Dias)

O Rio Pajeú é um dos elementos centrais na construção das identidades culturais do território, o principal caminho para a ocupação pré-histórica e histórica de diversos grupos humanos que ali viveram e vivem, assim como tem sido fundamental para integrar o território com outras regiões de influência do Rio São Francisco:

Em Pernambuco, os cursos médios e baixo do Rio São Francisco tiveram um papel peculiar na comunicação com outras regiões que se faziam ligar por rios tributários temporários, como os rios Moxotó e Pajeú. A bacia do São Francisco e seus tributários serviam, assim, como caminho de muitos grupos humanos pré-históricos, desde o fim do Pleistoceno (MARTIN, 1997 *apud* FERRAZ e BARBOSA, 2015).

No âmbito da dimensão sociocultural o índice de desenvolvimento humano (IDH)³⁵, aponta que existem significativas condições de pobreza no território, seguindo a lógica da sociedade brasileira como um todo. Segundo o diagnóstico do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2011), de modo geral houve um crescimento nos IDH municipais entre os anos de 1991 e 2000, sendo que em 1991 todos os municípios possuíam um índice de desenvolvimento humano baixo (IDH baixo até 0,499) e em 2000 todos passaram a apresentar desenvolvimento humano médio (IDH médio 0,5 e 0,799). A média do território em 2000 era de 0,630, alcançando 0,65 em 2007.

Ainda de acordo com esse diagnóstico o acesso da população aos serviços básicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário é bastante precário, principalmente na zona rural. No Sertão do Pajeú apenas 49,8% dos domicílios dispõem de água encanada; 23,2% da população urbana e 100% da população rural depositam seus dejetos a céu aberto. Esses dados expressam a gravidade do problema de doenças de veiculação hídricas no território, sendo ainda mais crítico nas comunidades rurais, já que não acessam também a coleta de lixo, gerando uma série de transtornos e propagando doenças.

No âmbito das infraestruturas hídricas de captação e armazenamento de água, existem no território 08 (oito) açudes, cujas funções sociais serão discutidas no próximo item, com a capacidade de estacar 137.492.182 m³, de acordo com a tabela.

³⁵ Analisa as condições de vida de uma população, por meio de aspectos da renda, longevidade e educação. A longevidade utiliza números de expectativa de vida, a educação é avaliada pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino, e a renda por sua vez, é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). As três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um (BRASIL, 2011).

Tabela 3- Principais açudes no território Sertão do Pajeú

Município	Açude	Capacidade (m³)
Afogados da Ingazeira	Brotas	18.000.000
São José do Egito	São José II	4.600.000
Igaraci	Rosário	34.990.000
Serra Talhada	Saco	36.000.000
	Cachoeira II	21.031.145
	Serrinha	310.000.000
	Jazido	15.543.300
Sertânia	Barra	2.738.160
	Cachoeira I	5.950.000
Total		448.852.605

Fonte: BRASIL, 2011

Como vimos, o território abrange uma riquíssima sociobiodiversidade, a água ali presente foi e é fundamental nos processos de ocupação humana e desenvolvimento das práticas de agricultura. Entretanto, as especificidades ambientais exigem um manejo ecológico e democrático dos bens naturais para uma coevolução profícua com a natureza.

O modelo de desenvolvimento construído desde a colonização até os dias atuais, bem como os sistemas de poder e organização economia nos quais se sustenta, tem limitado o acesso e controle da água pelas famílias camponesas, que em um contexto hostil vão construindo seu modo de vida. A água no semiárido não é um problema “natural” e sim sociopolítico engendrado pela elite político-econômica ali estabelecida e pelo Estado, e é enfrentado pelas(os) camponesas(ses) a partir de suas (re)existências e luta por justiça ambiental³⁶.

2.2 As bases de uma questão sociopolítica: terra e água na agricultura camponesa do Pajeú

É bom viver da roça porquê de tudo temos um pouco,
Ouvimos os melhores cantos dos pássaros,
Temos o silêncio da noite e a paz para dormir (...).
Temos tudo que precisamos.
(Carta da agricultora Maria Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo, 2015)

Mexe com mão na terra
Sobe esta serra corta esse chão
Planta que a planta ponte

³⁶ A luta por justiça ambiental esta atrelada ao que se tem denominado ambientalismo popular no qual, a partir da visão holística sobre o ser humano e natureza, as lutas por direitos sociais estão profundamente atreladas as lutas pela reapropriação social da natureza (ACSELRAD, 2004).

Por esses montes lã de algodão

Severinin vivia até feliz
Enchendo os olhos com bem d'rais
E mesmo a plantação tava bonita em flor
E ao seu lado a sua companheira
Tinha o seu amor

Mas como diz o ditado e haverá de se esperar
Depois de tudo plantado
Fazendeiro pede pra Severinin desocupar

Já tinha até fruta madura
Jirimum enrramando no terreiro
E tinha até um passarinho
Que além de ser seu vizinho
Ficou muito companheiro
(Saga de Severinin, Vital Farias)

Para compreendermos como a água se tornou um problema sociopolítico enfrentado, principalmente, pelas comunidades camponesas no SAB e mais especificamente no Pajeú, é necessário elucidar como se configurou a apropriação e dominação históricas da terra e água no território; como ali se desenvolveu a agricultura e qual tem sido o papel do Estado no engendramento da questão.

Manoel Correia de Andrade (1973) elucida que os sertões nordestinos foram integrados a colonização portuguesa a partir de movimentos populacionais vindos de Olinda e Salvador, os quais penetraram no semiárido em busca de terra principalmente para criação de gado, configurando uma economia que nasce diretamente subordinada aos interesses exógenos ao território ocupado. Era voltada as necessidades de fornecimento de animais de trabalho – bois e cavalos – aos engenhos açucareiros de exportação das zonas da mata, principal economia da colônia, e ao abastecimento de carne dos centros urbanos em desenvolvimento.

Algumas poucas famílias de grande poder político e econômico, diretamente ligadas a Portugal, acumularam terras, cedidas como sesmarias, cada vez mais adentro do sertão. No século XVIII, o SAB já abrangia os maiores latifúndios do Brasil nas margens do Rio São Francisco e seus afluentes.

Nem esse grande rio deteve a ambição, a fome de terras dos homens da Casa da Torre que, através dos seus vaqueiros e prepostos, estabeleceram grandes currais na margem esquerda, pernambucana portanto, do Rio São Francisco e ocuparam grande parte dos sertões de Pernambuco e Piauí. (...) tornando-se senhores de uma extensão territorial maior do que muito reinos europeus. (...) possuíam em 1710, em nossos sertões mais de 340 léguas de terras nas margens do rio são Francisco e seus afluentes. Competindo com ela pela extensão das terras que possuía, só se comparava a família do Mestre-de-Campo Antônio Guedes de Brito (...). Não eram estes, porém, os únicos grandes latifundiários;

outros havia, cujas posses eram bem inferiores, mas que viviam como grão senhores por possuírem sesmarias de grandes extensões, esparsas pelas mais diversas áreas dos sertões nordestinos (ANDRADE, 1973, pg. 179).

É nesse contexto que os vaqueiros, negros escravizados e posseiros, sobre domínio dos grãos senhores, tiveram papel central no estabelecimento dos currais de gado e produção agrícola nos sertões, nos denominados sítios, bem como no enfreamento das inúmeras resistências indígenas. Aqueles marginalizados e subjugados na sociedade colonial se tornaram os principais sujeitos a trabalhar, ocupar e transformar os sertões indígenas, a mando ou tutela dos poderosos. Eram eles que estavam na linha de frente da batalha engendrada pela elite colonizadora, que não precisava lutar pessoalmente, nem contra os indígenas, nem para superar os desafios climáticos e geográficos postos nos “desconhecidos” interiores nordestinos (ANDRADE, 1973).

Antes de prosseguirmos nessa descrição, evidenciamos as mulheres trabalhadoras, escravas indígenas, negras e brancas que estavam presentes nas dinâmicas de “ocupação” do semiárido, subjugadas pelos homens e por sua perspectiva hegemônica de progresso e civilização, mas também influenciando as transformações e territorialidades. Infelizmente não foi possível aprofundar aqui suas contribuições nesse período, haja vista nossos objetivos e também a dificuldade de encontrarmos nas pesquisas que couberam a esse estudo, informações e discussões disponíveis que as coloquem em evidência, como reflexo de uma práxis, já apontada anteriormente, que oculta a importância das mulheres e as exclui da história.

Desde dessas primeiras invasões colonizadoras, se observa que as disputas em torno das terras também estavam profundamente relacionadas a apropriação da água na região semiárida. Os locais mais úmidos ou com a presença de rios e riachos, eram mais valorizados e de maior interesse dos colonizadores, ao mesmo tempo eram onde os indígenas haviam se estabelecido, construído sua identidade e tradição:

Graças a essa tremenda expansão que cada dia ocupava mais terras e semeava currais onde havia água permanente, é que os índios foram levados à revolta. Revolta que se estendeu por mais de 10 anos e que entrou para história com o nome de Guerra dos Bárbaros. Os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas, não podiam ver com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com o gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis. Construía casas, levantava currais de pau-a-pique e soltava o gado no pasto, afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios onde havia falta d'água durante quase todo o ano (ANDRADE, 1973,pg.181).

Registra-se inclusive em 1801 a grande resistência do “gentio bravo” da Ribeira do Pajeú e Riacho do Navio, sobreviventes das nações Pipipães e Chokós, que mais de cem anos

depois das ocupações da região continuavam sobrevivendo as investidas dos brancos, atacando as fazendas no Pajeú e “pondo em fuga os moradores daqueles lugares”. Os povos indígenas que habitavam, ou foram aldeados, nas áreas de influência do Rio Pajeú no período em questão, são por exemplo: Xucuru, Umã-Vouê, Quesque, Chokó, Avis, Popopans, Porús, Brankararus, Karacus, Tuxas, Xokós e Rodelas. Esses últimos tinham a tradição de alcançar Cabrobó pelo Rio Pajeú, sagrado em sua cultura (FERRAZ e BARBOSA, 2015).

No século XVIII, os sistemas de criação de gado dos sertões eram os de maior importância econômica do Nordeste. Com grandes extensões, os currais eram mantidos pelos sesmeiros nos melhores pontos de suas propriedades, e eram dirigidos por um vaqueiro, em regime escravo ou de agregado. Este último tinha como remuneração a chamada “quarta”, uma pequena parte dos bezerros e potros que nasciam. Outras partes das propriedades, chamadas “sítios”, eram comumente arrendadas ou entregues em sistemas de parceria aos posseiros (ANDRADE, 1973). A produção agrícola ocupava assim, as terras mais desvalorizadas e menores, e o pecuarista, proprietário de terras era a expressão do poder autoritário e paternalista da região (BRASIL, 2011).

As extensas distâncias e dificuldades de comunicação fizeram com que aí se constituísse uma sociedade que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender suas necessidades. Assim, a agricultura era praticada para o autoconsumo das famílias camponesas e abastecimento das populações de cada “curral”, de forma associada ao gado que se alimentava dos restos das culturas de alimentos dos sítios.

Em geral, a agricultura no semiárido não era a atividade econômica principal, entretanto, nos locais mais úmidos, os chamados brejos – serras frescas, várzeas e leitos do Rio São Francisco e Pajeú, por exemplo – verdadeiras ilhas de umidade e solos férteis, ganhava importância não só para alimentação local como para o abastecimento das regiões mais secas no SAB. Inicialmente o cultivo de alimentos nas áreas mais úmidas:

restringia-se à mandioca, ao milho, feijão, algodão, às vezes, à melancia e ao melão. Nas serras frescas, porém, além destes produtos, surgiram logo a cana-de-açúcar e as fruteiras. As áreas agrícolas constituíam, porém, pequenas manchas, ilhas isoladas na vastidão das caatingas. Esses pequenos roçados eram feitos, a princípio, pelo próprio vaqueiro com sua família ou agregados, de vez que os proprietários não tinham preocupação direta com o abastecimento de seus prepostos. Estes é que deviam prover a sua alimentação dentro das condições que o meio natural lhes oferecia (ANDRADE, 1973, pg.190).

À proporção do adensamento da população nas áreas úmidas de maior extensão, tais como as Serras do Araripe e da Baixa Verde em Pernambuco, foram implementados grandes

valados, denominados travessões. Nestes os grandes proprietários demarcavam os limites entre as crescentes áreas agrícolas e as até então prioritárias áreas de criação de gado, controlando sua configuração e restringindo ou impossibilitando, entre outros conflitos, o que hoje reconhecemos como modo tradicional de criação e gestão da caatinga de fundo de pasto, realizadas pelos camponeses³⁷:

Dentro do travessão a agricultura era feita livremente e o gado só poderia permanecer, se cercado ou preso; (...) Algumas vezes o travessão era fixo, mas à s vezes era representado por uma cerca de fácil locomoção, e ele avançava ou recuava de acordo com a estação do ano ou com a vontade de um Coronel poderoso ou de um político influente. Nos últimos cinquenta anos, o arame farpado vem sendo empregado neste mister e é comum os grandes proprietários cercarem áreas de melhor pasto formando as “mangas” que reservam para o seu gado. Restringem, assim, a possibilidade dos vaqueiros e de pessoas pobres criarem animais nas áreas de campo aberto, de “posse comum”. (...) Ainda hoje o governo de Pernambuco vem conservando o famoso travessão (ANDRADE, 1973, pg.190).

A cana-de-açúcar logo se somou aquelas primeiras culturas, surgindo na região estudada os primeiros engenhos de mel, rapadura e aguardente ainda no século XVIII. As Serras sertanejas, através de seus relativamente pequenos e diversos engenhos (verdadeiras engenhocas nas palavras de Correia de Andrade) foram centros açucareiros produtores de rapaduras, amplamente consumidas ainda hoje no Sertão para adoçar alimentos ou diretamente misturadas na farinha (ANDRADE, 1973).

Com os pequenos engenhos estabelecidos nas manchas úmidas do território do Pajeú por proprietários vindos da região da Mata, configuraram-se relações de trabalhos e fisionomia distintas daquelas dominantes na caatinga. Os senhores-de-engenho, com menos poder político e econômico em relação aos daquela zona, tentaram implementaram assim como eles o sistema *plantation*, baseado em nosso caso específico, na monocultura para consumo interno, cultivada em pequenos latifúndios a partir de mão de obra escrava. Além dos negros escravizados, nessa região os proprietários procuraram também interessar homens livres no cultivo da cana, os chamados lavradores, para moê-la em sistema de “meia”³⁸ em seus engenhos. Assim: “o ciclo do açúcar nas serras frescas do sertão, como no brejo paraibano, se processaria como se fosse uma miniatura distanciada no tempo e no espaço da civilização canavieira da região da Mata”

³⁷ Fundo de pasto é um modo de criação profundamente adaptado ao semiárido brasileiro, atrelado ao modo de vida de comunidades e povos tradicionais (em nosso caso camponeses, vaqueiros, lavradores, quilombolas e indígenas) os quais fazem o uso e gestão coletivos de áreas de vegetação nativa base para alimentação dos animais criados livremente na caatinga (OCARETÉ, 2016).

³⁸ O proprietário cede a terra para o cultivo do agricultor, o qual após a colheita deve pagar pelo uso da terra fornecendo-lhe a metade da produção. Ressalta-se que o proprietário define grande parte do que será plantado e quais culturas lhe interessa para o pagamento.

(ANDRADE, 1973)

Diz-se que se constituiu uma “miniatura” porque a rapadura não alcançava grandes preços como o açúcar, a capacidade das moendas era pequena, os canaviais não se expandiam, os senhores-de-engenho possuíam relativamente poucos escravos (12 a 15), o que os obrigava a recorrer na colheita a agregados e assalariados. Assim, se constituíram micro-áreas açucareiras, onde a cana-de-açúcar era o produto mais importante, definindo uma série de relações de trabalho específicas, moldando a estrutura fundiária de pequenos latifúndios, e não possibilitando a implementação de grandes monoculturas.

Apesar disso, destacamos que não atingir grandes monoculturas, não significa de modo algum, que a lógica desses sistemas produtivos não tenha sido difundida na região, influenciando a agricultura tradicional camponesa. Mesmo a “pequena monocultura” é baseada no pensamento reducionista e cartesiano, e é uma das bases de um paradigma de produção de conhecimento e desenvolvimento da economia agrícola que permitiu, no século XIX, o desenvolvimento do pacote tecnológico da “Revolução Verde”:

o reducionismo aí embutido leva a desaparecer da percepção a diversidade, as múltiplas possibilidades e, por conseguinte, leva a monocultura também da mente, que acaba por ter em seu mapa mental exclusivamente esse modelo homogêneo como possível e as alternativas que sempre existirão e existem, não são mais vistas, percebidas e tampouco consideradas. Com a Revolução Verde o ser humano passou a reduzir a diversidade ao invés de aumentá-la. Genes, variedades, sabores, alimentos mantidos por milênios na interação entre cultura e natureza transformaram-se em mercadorias apropriadas pelas corporações. O conhecimento da natureza e a reprodução da vida estão ameaçados pelo processo de dominação e difusão do pacote tecnológico da chamada agricultura moderna da Revolução Verde. (PEREIRA, 2012, pg. 689)

A racionalidade dominante, reducionista e economicista, e a materialização de suas práticas predatórias na agricultura modernizada, desprezaram ao longo da história a diversidade e pluralidade dos sujeitos e da natureza, rumo a uma verdadeira “monocultura da mente” (SHIVA, 2003). Em nossa concepção isso acarretou a invisibilidade e até inviabilidade nos territórios, de uma série de caminhos que levam ao conhecimento e envolvimento com a natureza. Esses fatores vêm sem dúvida prejudicando, mas não impedindo, o desenvolvimento pelas famílias camponesas da região semiárida de sistemas e estratégias de convivência com o semiárido.

Baseando-nos em autores como Porto-Gonçalves (2002), Santos (2006), Correia de Andrade (1973) e Silva (2003), consideramos que os camponeses do semiárido, em geral, passam cada vez mais a não poder simplesmente seguir sua racionalidade e conhecimentos empíricos para realização de uma agricultura adaptada ao semiárido.

Primeiramente, porque estão inseridos nas dinâmicas do sistema capitalista que desde da colonização e suas sesmarias constrói as cercas da exclusão, legitimadas mais tarde pelo Estado-Nação em 1850 com a Lei de Terras³⁹, que delimitou o acesso e controle da terra, da água e natureza como um todo a uma restrita elite agrária.

A Lei de Terras foi promulgada por um parlamento composto por grandes fazendeiros e senhores de escravos. Antes da mesma o domínio da terra era do Estado, e a posse era do proprietário. A Lei transferiu ao proprietário o domínio e posse, criando uma espécie de “direito absoluto”, o qual segundo Martins (1999), é a principal causa do predomínio dos grandes latifúndios no Brasil e das dificuldades para dar à terra, plenamente, uma função social. Sobretudo a partir da Revolução de 1930, o Estado brasileiro começou uma lenta retomada do seu domínio sobre o território por meio de medidas restritivas ao direito de propriedade, sendo a primeira investida o Código de Águas que restringiu o direito de propriedade ao solo e dele excluiu o subsolo.

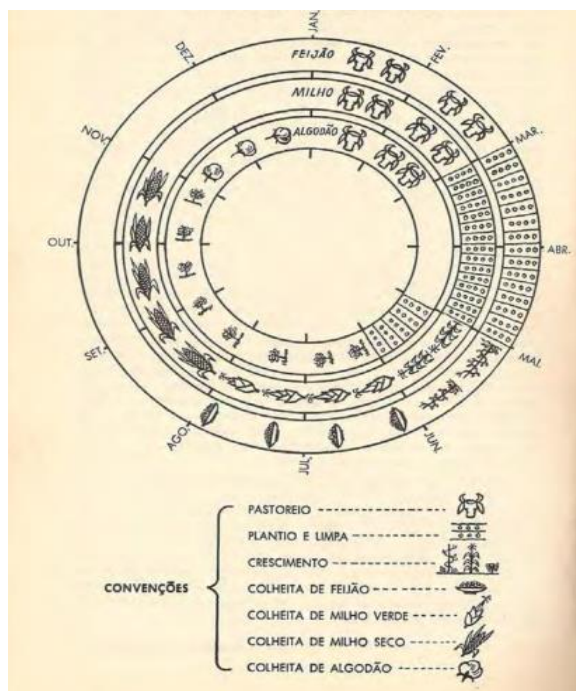
Em segundo lugar, sobre essas cercas socialmente construídas é implementada a modernização capitalista e conservadora no campo brasileiro, que materializou outras faces da dominação das pessoas e da natureza, e impôs novas territorialidades. A partir dos elementos da Revolução Verde e mercantilização da natureza intensificaram-se, entre outros fatores, as influências e controle sobre as formas de gestão e manejo da natureza pelos povos tradicionais, bem como sobre a produção camponesa.

Esta última por sua dependência histórica em relação a terra e água no semiárido, principais riquezas que ali podem ser acumuladas, além da tradicional produção de alimentos e insumos endógenos, passa a se voltar por exemplo cada vez mais, mas não principalmente, para o mercado no qual estão pré-determinadamente marginalizados.

Retomando as dinâmicas do território, e seguindo a lógica de mercado, em meados do século XVIII houve o “surto do algodão” no Sertão, como uma cultura resistente aos períodos anuais de estiagem e como outra alternativa de enriquecimento dos grandes proprietários das fazendas de gado. A ampliação da produção de algodão “levou a um aumento da exploração dos pequenos produtores pelos grandes fazendeiros, que se tornaram intermediários comerciais das grandes empresas inglesas que controlavam o valor comercial da mercadoria” (SILVA, 2003).

Uma parte do algodão era consumida na própria região após tecido manualmente por mulheres. No Vale do Pajeú, grande parte desse produto era destinada ao beneficiamento nos

Figura 15-Calendário da Agricultura Camponesas em Zonas de Produção de Algodão e Cereais



Fonte: ANDRADE, 1973, pg. 172

teares ingleses do porto do Recife. O ciclo do algodão, que se difundiu principalmente nas áreas mais secas da caatinga do território, não necessitou de tantos escravos como a cana e proporcionou uma maior exploração dos camponeses, intensificando o trabalho assalariado. A partir do século XIX, mais especificamente em 1840, inicia-se o ciclo do café exclusivamente nas áreas úmidas, como a Serra da Baixa Verde, a qual se torna uma das maiores produtoras da região (ANDRADE, 1973).

Durante e entre esses ciclos econômicos da agricultura de mercado, os camponeses vão mantendo em seus sítios sistemas agrícolas familiares voltados à produção de alimentos a partir de insumos endógenos, mesmo que, quase sempre, integrados ao trabalho e às dinâmicas exógenas da agricultura e pecuária para os “patrões”. O sistema de sequeiro, sob o qual eram, e ainda são produzidas as principais culturas alimentares camponesas, tanto nas áreas mais secas quanto nas mais úmidas, é dependente e integrado às dinâmicas das chuvas como mostra, por exemplo, o calendário agrícola (figura 15).

Assim, a produção camponesa do semiárido brasileiro depende das águas das chuvas para a germinação das sementes crioulas e seu desenvolvimento. As sementes são plantadas no tempo certo, a partir do conhecimento camponês sobre o clima e suas dinâmicas.

As chuvas em anos normais ocorrem de janeiro a maio, no inverno, que é o período de chuvas e plantios. Do mês de junho ao mês de setembro é o período da colheita. A roça de sequeiro é realizada em sistemas de consórcios, combinando pelo menos três culturas, sendo o milho, feijão e mandioca os principais cultivos alimentares. A produção de hortas e de plantas estratégicas, tais como árvores frutíferas e plantas medicinais, ao redor da casa também são práticas camponesas antigas nas áreas semiáridas mais úmidas ou com presença de reservatórios de água, e tradicionalmente realizadas pelas mulheres. Na descrição de Correia de Andrade:

passaram os agricultores sertanejos a regular suas vidas amanhando a terra, ajudando-se uns aos outros e procurando obter tanto o produto comercial por excelência – o algodão – como os produtos alimentícios. Assim, nos anos regulares, costumavam os sertanejos, reunidos em mutirão, "brocar" os seus roçados em outubro fazendo a queima em fins de dezembro, a fim de que em janeiro fossem construídas as cercas. Com a chegada do "inverno" – período chuvoso – o chefe de família, ajudado pela mulher e pelos filhos, fazia a semeadura. Esta era iniciada pelo feijão "ligeiro", pelo milho de "sete semanas", o jerimum e a melancia. A mandioca, o algodão, o milho e o feijão eram semeados depois. Entre o primeiro e o segundo plantios, a família mantinha o roçado limpo, enquanto o chefe trabalhava assalariado nas grandes e médias propriedades. O salário era utilizado na aquisição da farinha que constituía com a caça do preá, sobretudo, o alimento cotidiano. Até agosto eram colhidos e consumidos o milho, o feijão, o jerimum e a melancia. Em setembro começava a desfazer a mandioca, a realizar a "farinhada", trabalho em que contavam com a ajuda dos parentes e amigos, sendo a farinha guardada em sacos sobre giraes existentes nas pequenas casas de taipa. (ANDRADE, 1973, pg.194)

No mesmo caminho da crítica feminista das autoras Siliprandi (2009) e Deree e León (2002), apontamos que com a relação patriarcal de poder na qual se enraíza o modo de vida camponês, as mulheres historicamente não têm posse e controle sobre a terra, o que até mudou limitadamente mesmo com as recentes conquistas dos movimentos de mulheres rurais a partir de 1980. Além disso, nesse sistema de poder seu trabalho produtivo era invisível, e ainda é comumente tido apenas como ajuda, mesmo quando o homem sai para trabalhar e elas assumem, junto aos filhos(as), todas as funções na roça familiar.

Como observa-se na descrição de Correia de Andrade acima, as mulheres se dedicavam ao trabalho produtivo no próprio sítio camponês, não sendo comum saírem para trabalhar em outras terras do patrão ou como assalariadas. Esse fato intimamente relacionado às diversas opressões estruturais do patriarcado, as manteve mais próximas das práticas produtivas camponesas e menos influenciadas pela racionalidade da agricultura de mercado. Ironicamente, essa maior proximidade com a biodiversidade e natureza como um todo, no caso efeito colateral do sistema capitalista e patriarcal, hoje as permite ter conhecimentos e práticas essenciais para

a construção de alternativas ao sistema hegemônico, para outros mundos e semiáridos possíveis.

Desde a emergência da questão agrária na década de 1930, pode-se apontar três momentos fundamentais, quando alterações nos padrões de organização agrária influenciaram a configuração das características conjunturais dessa questão no país: o surgimento da questão agrária em 1930-1940; a questão agrária como empecilho ao desenvolvimento 1945-1964/1966; e a modernização autoritária desde 1966 (LINHARES 1999, *apud* JALIL, 2013).

Na ditadura militar, o Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), quando definiu a categoria de latifúndio, o tornou passível de desapropriação por interesse social:

estendeu ao solo uma parcela de domínio regulamentar por parte da União, num certo sentido próximo do regime sesmarial. Mais recentemente, na própria Constituição de 1988, o reconhecimento do direito de posse às terras dos antigos quilombos por parte das comunidades negras. E por fim o estabelecimento do confisco territorial das propriedades utilizadas para o cultivo de plantas tóxicas que causem dependência física de seus usuários. Desde o Estatuto da Terra, a reforma agrária se situa nesse processo lento de retomada do domínio da terra por parte do Estado (MARTINS, 1999).

Todavia, não houve avanço na resolução da questão agrária, já que o Estatuto veio para possibilitar a modernização da agricultura para exportação, a partir de uma aliança político-econômica entre a burguesia industrial, agrária e o Estado, consolidada posteriormente no âmbito da Constituição de 1988 (Martins, 1999).

Na década de 1960, segundo Silva (1982) e Delgado (2005), a agricultura brasileira vivenciou uma modernização conservadora, pois o Estado promoveu a partir de políticas públicas e incentivos governamentais a mudança tecnológica sem alteração da estrutura agrária, extremamente concentrada nas mãos da restrita elite brasileira. Tal modernização foi assim, baseada nos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, totalmente dependentes de insumos da indústria, latifúndios, exploração dos(as) trabalhadores(as) rurais e monoculturas.

Segundo Christiane Campos (2011), houve: 1-) o aumento exponencial no uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, gerando impactos imensuráveis no ambiente e saúde dos(as) trabalhadores(as) e sociedade em geral; 2-) aumento da insegurança alimentar e nutricional; 3-) aumento da pobreza e desigualdade no campo já que os salários mantiveram-se em níveis baixíssimos e a oportunidade de emprego durante todo o ano continuava a existir apenas para um número limitado de trabalhadores(as). As mulheres do campo sofreram mais intensamente os impactos do agronegócio, pois foram excluídas de grande parte do mercado de trabalho da agricultura capitalista, que ao mesmo tempo expropriava os(as) camponeses(sas) de

seus territórios, observando-se um claro recorte de gênero no “enxugamento” e precarização do mundo do trabalho rural. Além disso, suas questões específicas eram invisibilizadas nas políticas de desenvolvimento rural (CAMPOS, 2011).

No Sertão do Pajeú, a sucessão hereditária fez com que as áreas das primeiras sesmarias se dividissem muito e formassem uma grande população de pequenos e médios proprietários (BRASIL, 2011). A estratificação social e a estrutura de dominação e posse da terra, mesmo com poucos grandes latifúndios, permitia uma dinâmica de subjugação dos agricultores aos proprietários, os quais arrendavam suas terras e estabeleciam injustos sistemas de parcerias. Dentre estas destaca-se a “meia” na qual os proprietários fornecem a terra do roçado e após a colheita, recebem como pagamento a metade da produção. Observa-se ainda a “sujeição”, típica da região da Zona da Mata e trazida junto à cana-de-açúcar ao sertão, sistema no qual os foreiros dão ao dono da terra um dia semanal de trabalho gratuito (ANDRADE, 1973).

Os pequenos engenhos rapadureiros, na década de 1960, eram muito numerosos, só em Triunfo havia 113, com capacidade de produção para cada um de 300 a 400 cargas de rapadura por ano. Os moradores, trabalhadores que viviam nos engenhos, dispunham de pequenas áreas para os seus cultivos e por exigência dedicavam alguns dias semanais de serviço na produção do dono da terra a preço inferior ao pago aos trabalhadores de fora, além disso pagavam meação pela moagem da cana no engenho do patrão. Nos períodos de safra exigiam-se dos moradores de cinco a seis dias de serviço semanais e utilizava-se também a mão de obra dos migrantes das caatingas vizinhas à procura de trabalho (ANDRADE, 1973).

Atualmente, o território possui 33.804 agricultores familiares, 1.810 famílias assentadas da reforma agrária, 16 comunidades quilombolas e 1 terra indígena (BRASIL, 2013). A agricultura de base familiar ocupa 29,5% dos estabelecimentos agrícolas, a maior parte do seu total, já que a produção não familiar está em 19,1% dos estabelecimentos. Entretanto, ressalta-se que o tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas não familiares, ou seja, de médios e grandes proprietários, é 98,45 ha, por sua vez a média dos estabelecimentos da agricultura familiar é apenas 12,64 ha (BRASIL, 2011). De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, as terras próprias no território consistiam em 94,7% do total, sendo os 5,3% restantes das terras distribuídos entre arrendadas, em parceria e de assentados sem titulação definitiva, tendo esta última categoria um maior percentual, como vemos na Tabela 4 (BRASIL, 2011).

Tabela 4- Área total das propriedades rurais do Pajeú por condição de posse

Condição Legal	Área (ha)
Terras próprias	740.576
Terras arrendadas	12.740
Terras em parceria	8.109
Terras de assentamento sem titulação definitiva	20.359
Total	781.784

Fonte: BRASIL, 2013

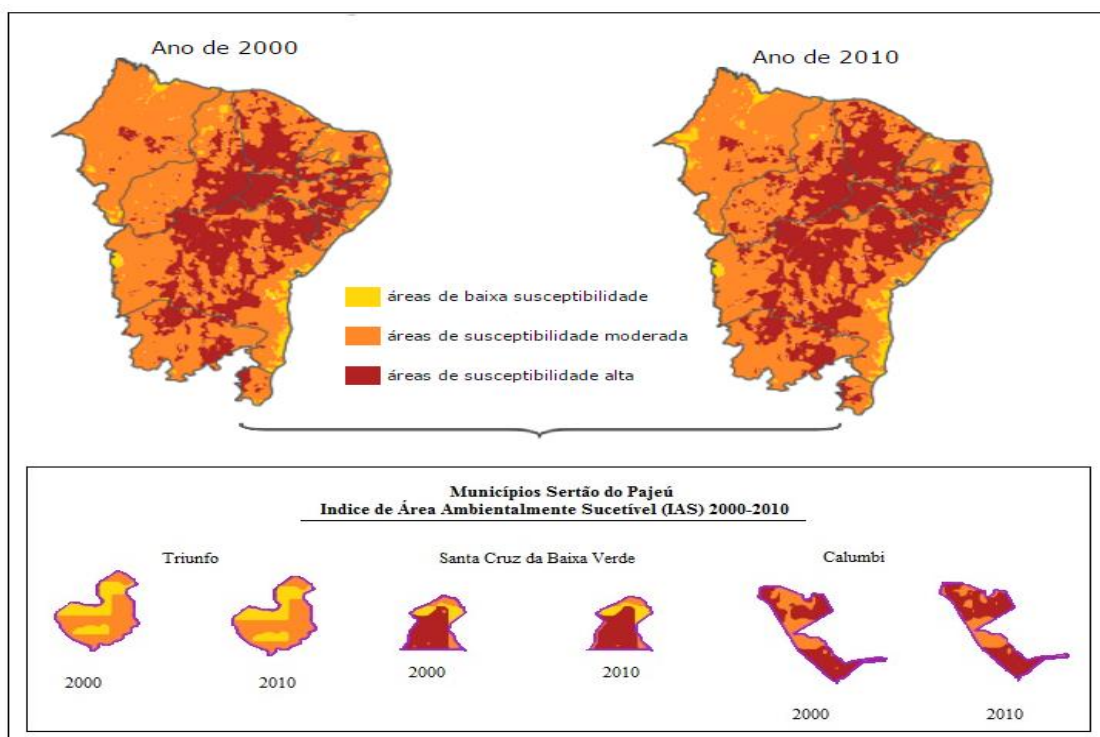
Mesmo reduzindo relativamente a dependência em relação à terra no território, com algumas conquistas da luta pela reforma agrária, reconhecimento dos territórios tradicionais, compra, ou herança, observa-se que as propriedades familiares possuem um tamanho muito reduzido (média de 12,64 ha). Além disso, existe um processo significativo de grande fragmentação das já pequenas propriedades dos agricultores familiares, gerados pelos processos sucessórios camponeses (PEREIRA et. al., 2012) simultaneamente à especulação e valorização crescente da terra (SILVA, 2015). As famílias camponesas no Pajeú vivem em minifúndios⁴⁰, os quais não são adequados pra sua reprodução socioeconômica.

Estudos da Embrapa mostram que nas áreas da Depressão Sertaneja, por exemplo, são necessários para o uso sustentável da terra, 300 ha quando a atividade principal é a criação de pequenos animais (SCHISTEK, 2013). Haja vista a vulnerabilidade dos ecossistemas do semiárido frente a desertificação⁴¹ (Figura 16 a seguir), os(as) camponeses(sas) e demais povos e comunidades tradicionais que praticam a maior parte da agricultura do território, precisam ter condições de continuar produzindo de forma ecológica, mantendo e fortalecendo as bases dos recursos naturais, tais como cobertura vegetal e solo. Nesse sentido, a questão do tamanho de suas propriedades é fundamental, tanto quanto as práticas de estocagem de água e forragem e manejo ecológico.

⁴⁰ Minifúndio é o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar, de acordo com estabelecido no Estatuto da Terra (Lei Nº 4.504, novembro de 1964)

⁴¹ A desertificação é um processo de degradação ambiental causado pela convergência de aspectos naturais climáticos e o manejo inadequado dos recursos naturais nos espaços áridos, semiáridos e subúmidos secos, comprometendo os sistemas produtivos das áreas susceptíveis, o funcionamento dos ecossistemas e a conservação da biodiversidade. No Brasil são suscetíveis a desertificação 1.480 municípios, e esta atinge particularmente, os estados do Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo (BRASIL, 2016).

Figura 16- Áreas Ambientalmente Suscetíveis à Desertificação no Nordeste



Fonte: INPE, 2016. Elaboração a partir de dados do Sistema de Alerta Precoce Contra Seca e Desertificação.

O tamanho adequado da terra no semiárido depende estreitamente das condições socioambientais da área, não existindo um padrão. A própria natureza do semiárido ensina que é necessário para sua conservação, um tamanho apropriado a cada região específica. O cacto típico da caatinga, Coroa de Frade, com sua malha de raízes amplamente espalhadas por 3m² para assim captar ao máximo cada gota de água da chuva “é para nós um alerta quando se trata de falar do tamanho da propriedade viável no Semiárido Brasileiro: que precisa ser muito maior para uma família poder viver e produzir nela, do que em regiões mais úmidas (SCHISTEK, 2014, p. 21 *apud* SILVA, 2015).

Assim, é necessário que as propostas de reforma agrária e políticas para a agricultura familiar percebam as características sociais ambientais do semiárido, bem como considerem a minifundização como um problema tão grave quanto os latifúndios.

2.3 Uma histórica política da água contra a natureza: reforçando estruturas, despertando resistências

É por isso que pedimos proteção a vosmicê
Homem por nós escolhido para as rédias do pudê

Pois doutô, dos vinte estado temos oito sem chovê
Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê

Dê serviço a nosso povo, encha os rios de barragem
Dê comida a preço bom, não esqueça a açudagem
Livre assim nós da esmola, que no fim dessa estiagem
Lhe pagamos intê os jurus sem gastar nossa coragem

Se o doutô fizer assim salva o povo do sertão
Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação!
Nunca mais nós pensa em seca, vai dá tudo nesse chão

Como vê nosso destino mecê tem na vossa mão
Mecê tem na vossa mão!

(Vozes da Seca, Zé Dantas e Luiz Gonzaga, 1953)

O problema sociopolítico da seca na região, parte fundamental da questão da água, é tão antigo quanto a colonização. Historicamente, frente aos desafios da convivência com o semiárido, o Estado brasileiro, desde a sua formação complexa e autoritária, de forte caráter patrimonial (GONÇALVES, 2007), desempenhou um papel crucial para o engendramento da questão da água no semiárido. Esta instituição favoreceu a subjugação do “destino do povo sertanejo” aos interesses privados de uma elite político-econômica conservadora, como critica a música Vozes da Seca (acima).

Para Roberto Silva (2003) a institucionalização das “secas”:

torna-se um poderoso instrumento regionalista para unificação do discurso de grupos políticos dominantes do “Norte”, na conquista de espaços no Estado republicano, comandado pelas oligarquias do Sudeste. A seca, divulgada nacionalmente como um grave problema, torna-se um argumento político quase irrefutável para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais (SILVA, 2003, p.362).

As estiagens prolongadas só passaram a ser consideradas um problema nacional na segunda metade do século XVIII. Além do grande número de mortes na seca de 1877, havia uma grande pressão política dos coronéis incomodados com as perdas de seus rebanhos e instigados com a possibilidade de ampliarem suas riquezas e poder político por meio de recursos públicos disponibilizados sobre o mote da calamidade social latente, o que hoje se denomina indústria da seca. Assim, inicia-se a implementação de infraestruturas hídricas, mais especificamente de açudes, nas terras dos grandes proprietários, que além de acumularem as melhores terras, começavam a monopolizar a água armazenada (SILVA, 2003).

Desde a consolidação do Estado-Nação, as políticas públicas de combate as secas – assistencialistas e paliativas – reforçaram as estruturas concentradoras de terra, água e bens naturais em geral, e, por conseguinte, aumentaram a concentração de poder nas mãos da elite

agrária no semiárido. Agrava-se o quadro ao sabermos que essas políticas, “contra as secas”, eram as únicas políticas públicas de água que chegavam até as famílias camponesas, não havendo historicamente outras ações mais efetivas para atendimento de suas demandas básicas cotidianas relacionadas ao saneamento e abastecimento hídrico (CARVALHO, 1988; MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988; BAPTISTA e CAMPOS, 2013).

A partir das informações do campo dessa pesquisa, observa-se que tradicionalmente, a maioria das famílias camponesas do semiárido utilizavam somente a água da chuva para o desenvolvimento das culturas nos roçados. Armazenavam essa água ainda para o uso doméstico e dessedentação dos animais, em pequenos barreiros e cacimbas construídos pelas famílias ou comunidade, e até mesmo em tanques naturais de pedra, os chamados caldeirões, por exemplo. Em algumas áreas além dessas fontes, acessavam também nascentes, olhos d'água, Rio Pajeú e riachos temporários para o abastecimento doméstico e para algumas produções como fruteiras, mudas e verduras.

Muitas vezes essas fontes eram distantes (1 a 3 Km²) dos sítios camponeses, tornando as buscas da água para o uso doméstico, realizadas principalmente pelas mulheres, muito difíceis. Além disso, a qualidade da água ali armazenada nem sempre era adequada a saúde humana, pela salinidade e poluentes trazidos pelos animais e falta de saneamento básico, piorando em épocas de estiagem.

As secas prolongadas atingiam intensamente os sistemas produtivos agrícolas camponeses, dependentes das chuvas do inverno, e as fontes de água de uso especialmente doméstico e para os animais logo secavam ou tinham sua qualidade degradada. Somado a esses fatores, ampliava-se em grande escala o desemprego na agricultura. Geravam-se assim situações gravíssimas de insegurança alimentar, chegando muitas vezes à fome e calamidade social.

Os(as) camponeses(as) sempre lutaram frente essa situação e apesar do contexto de concentração de terra e água, bem como ausência de políticas públicas efetivas, desenvolveram estratégias de convivência com o semiárido. Configuram-se inclusive resistências por meio de movimentos organizados, que buscavam, entre outras lutas, construir sociedades autossustentáveis e adaptadas os sertões, tais observou-se no Arraial de Canudos no sertão baiano (fim do século XIX) e na fazenda Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (início do século XX), formada por seguidores do Padre Cícero. Destacam-se também as Ligas Camponesas, organizadas em 1945 junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fortalecidas em 1954 na zona da mata de Pernambuco, que lutavam pela reforma agrária e outros direitos relacionados

a melhorias das condições de vida do povo do campo, se espalhando pelo semiárido.

Na seca de 1904 registravam-se cenas admiráveis de luta pela sobrevivência dos(as) camponeses(sas) sertanejos(as):

Existe aqui um arraial à margem do rio Carnaúba, numa extensão de algumas léguas, composto de mais de mil almas, gente pobre, ativa e trabalhadora. O ano passado, o rio Carnaúba não botou água. Declarou-se a fome. O povo, em vez de desanimar, uniu-se e fez uma escavação completa de areias secas no leito do rio numa profundidade às vezes de dezesseis palmos até encontrar areia molhada; estrumou essa areia e teve safra de batatas e feijão. (A República, 13 de junho de 1904, *apud* MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988)

No Pajeú, as camponesas da pesquisa relatam diversas estratégias relacionadas aos conhecimentos e usos das plantas nativas tais como as que “chamam água” e adubam o solo; a guarda de sementes crioulas; e práticas de armazenamento e higienização de água. Entretanto, a ausência de condições socioeconômicas dignas, bem como de políticas públicas adequadas à realidade do semiárido e das famílias camponesas, levaram essas mulheres a grande sofrimento humano nas estiagens prolongadas.

Para Roberto Silva (2003), as primeiras ações de intervenção governamental nessa realidade até tempos muito recentes, foram sendo construídas com base em tais características:

a) caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública; b) as ações emergenciais que alimentam a “indústria da seca”; e, c) a solução hidráulica, com a construção de obras hídricas, quase sempre favorecendo empreiteiras e a grande propriedade rural. Em todas essas características reproduz-se o uso político do discurso da miséria e do subdesenvolvimento como decorrência direta das secas (SILVA, 2003, p.369).

Nesse sentido, a política da água para o Nordeste semiárido, baseada desde o início de sua existência no paradigma do combate as secas, segundo Medeiros Filho e Souza (1988), apesentou eixos principais de ação: açudagem, irrigação, perfuração de poços, abastecimento de água e chuva artificial.

No início do século XX, a açudagem, preocupação de alguns séculos atrás, toma forma e conquista espaço importante como política da água para o SAB, em um contexto onde predominava a mentalidade de que o problema da seca era apenas falta de água e que as soluções seriam as obras hídricas. A partir dessa perspectiva houve a implementação de órgãos emergenciais que posteriormente deram origem ao permanente DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), responsável por gerir e implementar as ações de combate

as secas.

Na seca de 1958, por exemplo, o Nordeste “possuía 6,7 milhões de metros cúbicos de água reunidos em mais de 200 açudes e barragens públicas”, mas “o que se presenciou foi a repetição das tragédias anteriores: fome, miséria, morte de rebanhos, invasão de cidades e emigração em massa” (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988).

Esse fato levou ao questionamento da sociedade em geral sobre a política de combate as secas pelo IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas) de 1909; Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) de 1919; e atual DNOCS de 1945.

Desde a criação do IFOCS até 1968, os açudes públicos do Nordeste eram construídos, predominantemente, dentro das fazendas da elite agrária e/ou coronéis, como mostram os registros históricos. A água acumulada era voltada, em primeiro lugar, a seus rebanhos e apaniguados, e só posteriormente, por um “ato de benevolência”, é que ficava ao alcance dos camponeses (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988).

Segundo Silva (2003) a partir de estudos e análises de proeminentes pesquisadores tais quais Ab'Sáber e Correia de Andrade, identificam-se a ineficiência das grandes obras de açudagem também no âmbito técnico-científico já que essas tecnologias perdem grandes quantidades de água por evaporação haja vista as características climáticas da região. Além disso, são evidentes falhas na funcionalidade social dos grandes açudes que não foram concebidos para garantir melhoras na produção agrícola, estando em sua maioria localizados longe de várzeas irrigáveis, e os que foram construídos com possibilidade de favorecer abastecimento de água a jusante, possibilitando a distribuição de água por gravidade, atendiam a um número limitado de famílias.

Para Josué de Castro (*apud* Silva 2003), a maioria dos açudes públicos que foram construídos para combater os efeitos das secas pelos órgãos federais, atual DNOCS, além de não serem solução definitiva ao problema, alimentavam a indústria da seca:

Mais grave ainda que a miopia técnica fora a mistificação política em que caíra este organismo ao qual competia, também, a distribuição e aplicação das polpudas verbas para ajuda aos flagelados das secas. Nenhum outro organismo técnico fora tão desvirtuado em seus objetivos do que este que canalizava para os bolsos dos senhores de terras e dos seus apaziguados quase todos os recursos que deviam ser destinados a alimentar, a educar, a ajudar a viver os camponeses da região (Castro, 1967 *apud* SILVA, 2003, p.370).

No Sertão do Pajeú os conflitos em torno do acesso à água dos açudes e barragens são latentes. Hoje, esses contemplam predominantemente as áreas urbanas que em seus arredores se desenvolveram. Como observado na Caravana em Defesa do rio Pajeú, em 2014, na qual

participamos como parte da metodologia da pesquisa: a qualidade de suas águas está degradada; nos seus entornos criaram-se zonas de especulação do valor da terra e imóveis; os(as) camponeses(sas) não tem acesso a essa água para produção ou abastecimento doméstico; grandes barragens são construídas, sob processos de violações de direitos, para o benefício dos interesses político-econômicos de uma restrita elite que utiliza a seca para ganhar apoio da população local.

A perfuração de poços, outro eixo da política de combate à seca, por sua vez desde o início foi dependente de tecnologias de alto custo e estrangeiras, importadas pelo DNOCS. Os poços podiam ser públicos ou particulares, sendo nestes últimos a mão de obra e combustível pagos pelos proprietários solicitantes, o governo fornecia os canos de revestimentos, a máquina e pessoal técnico. Em quais propriedades particulares eram cavados os poços? Aos moldes da açudagem estes foram majoritariamente perfurados nas propriedades dos chefes políticos e de seus partidários, pouquíssimos foram implementados em pequenas propriedades de gente “sem expressão política”, além do seu próprio voto (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988).

Sobre o abastecimento de água, crucial pra o avanço do direito a água, após a construção de numerosos açudes de grande e médio porte no Nordeste, o Governo Federal buscou atuar na melhoria do padrão de vida em cidades da região, proporcionando-lhes água tratada e encanada. O meio rural continuou excluído do sistema abastecimento de água.

Através da Lei nº 2.814 de 1956, o DNOCS assumiu a função de realizar o abastecimento d'água de cidades com mais de 100 mil habitantes, situadas na área do Polígono das Secas, contando com o apoio de outros órgãos do setor público e com o setor privado. As dificuldades foram muito grandes, ora originadas pelos descumprimentos dos convênios assinados pelas municipalidades, ora pela própria escassez de recursos orçamentários (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988). Hoje em Pernambuco, por exemplo, pouca coisa mudou no âmbito do saneamento básico no semiárido, o órgão responsável pelo abastecimento de água em 93% dos municípios do estado é a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) e apenas 52 municípios (28% do total) apresentam condições de abastecimento satisfatórias para atendimento das demandas futuras (ANA, 2010).

A irrigação não teve expressão no território para as famílias camponesas. Os projetos de irrigação com as águas das barragens, quando existiam eram voltados a médios e grandes proprietários, baseados na lógica da “agricultura moderna”, beneficiando a produção de

*commodities*⁴² para exportação. Hoje os perímetros irrigados, vêm gerando graves conflitos de apropriação de terras e água, inclusive por grandes multinacionais, bem como a expropriação de camponeses em diversas áreas do semiárido como por exemplo, na Chapada do Apodi. No Pajeú não há grandes perímetros irrigados pela sua própria configuração fundiária, entretanto, os pequenos projetos vêm gerando conflitos e disputas entre os grandes e médios proprietários e camponeses, que por fim, quase sempre não acessaram a política ou acessaram convivendo com grandes dificuldades para produzir (OLIVEIRA, 2005; LUCENA, 2015).

A chuva artificial por sua vez, em nosso ver simboliza o ápice da tecnocracia como visão deturpada para a resolução de questões socioambientais, bem como a luta contra a natureza. Evidentemente não foi bem-sucedida, empregou grandes recursos na compra de aviões especiais e investimentos em pesquisa, realizando a abertura no Ceará em 1973, da Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais (FUNCEME), não havendo com isso praticamente nenhum impacto significativo na vida da população do semiárido (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988).

Destaca-se que a partir da década de 1940 começou a emergir uma nova mentalidade no âmbito do governo federal sobre o Nordeste, relativamente menos episódica, mais permanente e abrangente. Segundo os autores em questão, chegou-se a conclusão que o problema do Nordeste era mais relacionado ao “subdesenvolvimento” do que de falta de água. Nessa perspectiva, era preciso então interligá-lo às dinâmicas do capitalismo do Centro-Sul do país. Os primeiros passos nesse sentido, foram a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e do Banco do Nordeste.

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, representa um marco na política do Governo Federal em relação ao Nordeste, não apenas o semiárido deveria ser ocasionalmente objeto de sua preocupação, mas a região nordestina na sua totalidade geográfica e socioeconômica. Desde os seus primeiros planos deu-se prioridade à industrialização da região, não havendo preocupação com o desenvolvimento da agricultura familiar, cujas atividades absorvem milhares de agricultores. A prioridade no setor primário era a pecuária e agricultura de exportação, reforçando novamente a estrutura agrária e de poder sobre a terra e a água (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988).

Nesse caminho, o Estado implementou por meio da SUDENE uma série de ações “modernizadoras” da agricultura e da economia no semiárido Nordestino. Segundo os autores,

⁴² Commodities são produtos in natura, de cultivo agrícola ou origem mineral, produzidos pela agronegócio e voltados para o mercado de exportação.

o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria (PROTERRA), em 1971, por exemplo, realizou, entre outras ações a compra e venda de terra como “solução” para reorganização fundiária regional (desapropriou apenas 24 imóveis ou 11.078 ha), subsidiou a adoção de insumos químicos, e financiou linhas de crédito beneficiando prioritariamente os grandes proprietários rurais, o capital industrial e algumas linhas de produção agroindustrial (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988).

O Programa de Recursos Hídricos (PROHIDRO) criado pelo governo federal em 1979, e voltado para a “racionalização” do uso da água no semiárido, consistia na construção de pequenos e médios açudes; perfuração de poços, recuperação, instalação e manutenção de poços tubulares; perfuração e instalação de poços particulares; na perenização de rios; e concessão de recursos financeiros aos Estados para compra de perfuratrizes. Apresenta números significativos, até 1983, quando totalizava a execução de 58 projetos de perenização de rios, com capacidade de 7.418,9 milhões de m³ de água para beneficiar 1.448.000 de pessoas com abastecimento de água. Além disso, foram concluídos por exemplo, 84 açudes, com capacidade acumulativa de 639,3 milhões de m³ de água, beneficiando em torno de 2.062.700 pessoas. No tocante dos poços públicos foram perfurados e instalados 1.650 unidades (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988).

Não o bastante o “surto de desenvolvimento” econômico no Nordeste desde a criação da SUDENE, repetiu-se o mesmo drama humano durante as secas das primeiras décadas do século XX. Para Carvalho (1988), a política da água para o semiárido levou em conta somente aspectos técnicos, ficando fora do embasamento das ações os critérios sociais. Isso levou ao não atendimento das necessidades básicas da população rural em geral, particularmente da que não possuía acesso à terra. Dessa maneira:

o ângulo social precisa ser encarado, de modo que a água não corra apenas para o mar... dos grandes proprietários. Daí não se pode desligar a política de mobilização do fator hídrico a uma outra paralela mas integrada, de reformulação agrária, em que a terra transferida ao pequeno produtor, estabelecido em nesga de terreno, ao trabalhador sem chão, não seja apenas o carrasco estéril, porém um agro fertilizado pela água e capaz realmente de produzir. Terra e água têm que ser como irmãos gêmeos, como carne e unha. (LIMA, 1983 apud Carvalho, 1988 pg. 278)

Em relação a política de combate aos efeitos das secas do governo federal, muito lentamente foi surgindo na SUDENE uma abordagem relativamente mais efetiva para enfrentar este problema, sendo que apenas na seca de 1970:

a SUDENE começou a acordar para a pobreza existente no meio rural nordestino, quando ela foi obrigada a dar assistência a 500 mil pessoas. A partir de então começou a surgir um novo posicionamento deste órgão perante este fenômeno climático. Entretanto, (...) o despertar da SUDENE para organizar um melhor combate aos efeitos das secas coincidiu com o início de seu processo de esvaziamento (...) Por conseguinte, a partir de 1969 até o fim do regime autoritário, a SUDENE, esvaziada nas suas atribuições, reduziu-se à condição de mera repassadora de recursos (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988, pg.82).

Desde a sua existência, até 1984, o órgão nacional em questão adotou uma ação tradicional de combate à seca que se resumiu nas frentes de trabalho e abastecimento das populações flageladas com água e alimentos, a partir de carros-pipa e distribuição de cestas básicas.

Inicialmente adotou-se o sistema de “frentes de trabalho”, quase tão antigo quanto as secas da região. Estas frentes absorviam a mão de obra dos camponeses atingidos pelas secas, a qual era empregada na construção de estradas e grandes açudes em diversas localidades do semiárido (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988).

Os trabalhadores (apenas homens podiam trabalhar) se deslocavam de suas comunidades para viverem acampados em torno das obras, situação que se repetiu nas secas de 1961, 1966, 1970 e 1976. Essa dinâmica, que envolvia péssimas condições de trabalho e baixos salários, gerava ainda o problema das “duas panelas”, pois o trabalhador tinha que dividir parte do salário para se alimentar *in loco* e outra parte pra alimentar a família.

Na seca de 1979 passaram receber do governo para trabalhar, não em melhores condições, dentro das propriedades que, todavia, pertenciam aos proprietários de terras. Com o prolongamento da grande seca e diante da crescente resistência organizada dos trabalhadores, os quais não aceitavam mais o trabalho nas propriedades particulares, tentou-se implementar em 1981/1982, outro sistema de assistência. Este teoricamente seria baseado na execução de obras públicas e comunitárias, a cargo do DNOCS, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e algumas Secretarias Estaduais (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988), porém foi amplamente criticado pelos movimentos sociais que questionavam o caráter público das mesmas, já que continuavam quase sempre atreladas as propriedades da elite agrária.

No Sertão do Pajeú, esses fatos levaram os trabalhadores rurais a se organizarem contra as chamadas “emergência do patrão” já que, segundo a liderança feminista e sindical Vanete

Almeida⁴³:

os grandes e médios proprietários de terra eram os que mais lucravam com ele. O programa consistia na contratação de mão de obra para a execução de alguns trabalhos, durante cinco dias por semana. O governo pagava muito menos do que um salário mínimo a cada trabalhador alistado. Porém, quem determinava os trabalhos a serem executados e as pessoas alistadas para fazê-los, eram os proprietários de terras. Quem não tinha terra – e era a maioria – ia trabalhar e beneficiar as roças dos patrões. Só que os patrões alistavam os seus familiares, em primeiro lugar. Se sobrassem vagas é que eles indicavam os trabalhadores sem terra e famintos, para quem o programa tinha sido realmente criado. (ALMEIDA, 1995)

Assim, foi nessa grande seca de 1980 que o movimento sindical iniciou sua organização e luta por direitos em torno das frentes de emergência, iniciando uma série de denúncias:

O movimento sindical levantava a bandeira de luta de que os trabalhadores deveriam trabalhar em suas próprias roças, sem obrigação de trabalhar para o patrão. A Secretaria de Agricultura levantava a proposta de obras hídricas, que eles diziam que eram comunitárias. Porém, como poderiam ser comunitárias, se estas obras ficavam em propriedades particulares, muitas vezes cercadas? (ALMEIDA, 1995)

Autoras como Laetícia Jalil (2013) e Rosineide Cordeiro (2004), abordam que durante a grande seca de 1979-1984 a saída dos homens em busca de empregos, nas frentes de emergência ou em outras regiões do país, bem como a permanência das mulheres no território, como reflexo da divisão sexual do trabalho e impedimentos sociais de buscarem aquelas alternativas, acabou impulsionando a organização das mulheres no Pajeú:

tornaram-se, nesse período, “chefes de família” condição assumida pela ausência dos maridos que, sem trabalho, migravam para outras regiões do estado e do país. Isso deu às mulheres uma visibilidade maior, favorecendo a tomada de consciência coletiva sobre a realidade por elas vivenciada. (JALIL, 2013)

As mulheres camponesas dessa pesquisa, fazem parte desses processos, com eles se transformaram e se empoderaram. A agricultora Francisca, que hoje tem 55 anos, elucida como eram os trabalhos em tempos de seca nos anos de 1960, quando sua mãe assumia a propriedade enquanto seu pai trabalhava fora para conseguir algum dinheiro, e nos anos 1980, quando ela

⁴³ Maria Vanete Almeida (1943-2012) mulher sertaneja, feminista e uma das idealizadoras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Na década de 1980 era uma das poucas mulheres no movimento sindical e lutou pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais e por seus direitos. Inspirou o livro “Ser Mulher num Mundo de Homens” de Cornélia Parisius. Presidiu o Centro de Educação Comunitária Rural, em Serra Talhada (PE), integrou o Conselho Nacional de Políticas para Mulheres de 1996 a 2003 e, em 2005 foi indicada pela ONG suíça Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo ao Prêmio Nobel. A partir de 1996 tornou-se coordenadora internacional da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe, que ajudou a fundar.

em sua juventude pode trabalhar na frente de emergência:

Tinha aqueles períodos de seca, meu pai saía pra trabalhar nas emergências, lá no São Serafim que hoje é Calumbi, ia fazer estradas, de 15 em 15 dias ele vinha trazer aquele pouco de dinheiro pra gente fazer as compras. A emergência era por causa da seca, davam aquele emprego pra concertar estrada, bater tijolos. **Eu mesma bati tijolo, o tijolo dessa cacimba comunitária eu mesma ajudei a fazer, era comunitária a cacimba.** Nisso já tava um tempo melhorzinho quando eu bati tijolo, mas quando meu pai trabalhava no São Serafim... Minha mãe com os filhos pequenos, eu era pequena e ajudava com os meninos. Minha mãe arrancava os balaio de mandioca, porque a mandioca é uma raiz que ela é resistente mesmo na seca ela tá lá, acudiu muito as necessidades. E o guandu, que a gente chama de andu, que a minha mãe nunca deixava de plantar, ela catava aquele guanduzinho verde, ralava mandioca no ralo, fazia beiju. Minha mãe foi toda vida batalhadora, ela organizou e comprou uma garrota, uma vaca que tava esperando bezerro. Dessa vaca era o sustento da casa. Pai saía pra trabalhar, e nós pequeno ficava, minha mãe ia pra casa de farinha, arrancava o balaio de mandioca botava na cabeça e ia lá fazer. Agora não existe mais casa de farinha é difícil. Ai ralava tinha um motor que ralava, prensava, peneirava, jogava no forno com aquela lenha por baixo nos fornos de cimento, torrava a farinha, pronto, trazia pra casa. Mas era desse jeito. Era muito sofrida a infância (Francisca, 55 anos, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde).

O fato do governo não aceitar as mulheres nas frentes de emergência além de reforçar o papel do Estado patriarcal, no âmbito mais imediato e urgente havia a questão de que os salários recebidos pelos homens eram muito baixos e era necessário, para a sobrevivência das famílias, que as mulheres também pudessem receber.

Figura 17-Imagens de Mulheres do Pajeú trabalhando nas Frente de Emergências, em 1983



Fonte: Acervo FETAPE *apud* JALIL, 2014

A partir desse grande mote, dentro do movimento sindical dominado por homens, Vanete Almeida assessora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Pernambuco (FETAPE) na época, conseguiu apoio dos sindicalistas e elaborou com outras mulheres um documento intitulado “Mulheres excluídas do Plano de Emergência”, enviado ao governo, jornais, OAB, em 1983 (ALMEIDA, 1995).

Quando o governo permitiu o alistamento das mulheres, estava socialmente estabelecido que seria para realização de “trabalhos de mulher”, tal como cozinhar. Elas queriam mais. Para além das margens do patriarcado, e transformando aos poucos suas realidades, as mulheres do Pajeú conquistaram seu espaço na construção de pequenas obras hídricas comunitárias: “Elas queriam trabalhar diretamente nas obras. Pressionaram e conseguiram. Os homens não acreditavam que elas eram capazes de fazer um barreiro. As mulheres deram a resposta: começaram a fazer barreiros igual aos homens e até melhor” (ALMEIDA, 1995).

Esse processo de luta pelo reconhecimento do trabalho feminino, se deu junto ao nascimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que já vinha germinando no território a partir da percepção e incomodo das mulheres com questões subjetivas, como as violências vividas, e objetivas tais como a situação de exclusão socioeconômica e a ampla negação de direitos como acesso à água, à terra e à própria sindicalização (JALIL, 2013).

De acordo com Vanete Almeida (1995), na estiagem prolongada de 1993, que impactou

muito o território, já havia movimento de mulheres. Aprendendo cada vez mais a se auto-organizar, e já muito mais fortalecidas do que em 1982, as mulheres camponesas do Pajeú reivindicaram o alistamento nas frentes emergenciais, fizeram exigências aos sindicatos e participaram do primeiro acampamento na SUDENE, no qual cerca de mil trabalhadores(as) se instalaram na sede daquela autarquia, em Recife, durante uma semana, em março de 1993, como forma de pressionar o governo. Segundo Vanete: “Aprendemos e crescemos muito, da seca de 1979 para a de 1993, através da organização geral dos trabalhadores e do movimento de mulheres” (ALMEIDA, 1995).

2.4 Contribuições dos movimentos de mulheres para reapropriação social da natureza: construindo outros olhares sobre a luta pela água no Sertão do Pajeú

No Sertão do Pajeú existe um amplo e diverso tecido social, integrado por organizações da agricultura familiar, movimentos sociais e ONGs. Nesse território emergem, a partir do Polo Sindical do Sertão Central⁴⁴, as primeiras iniciativas organizadas das mulheres rurais na década de 1980, pleiteando não apenas sua inclusão nas frentes de emergência, mas o próprio direito à sindicalização. Isso se dá em um contexto onde o sindicalismo estava se reorganizando, com o crescente questionamento por homens e mulheres sobre suas estruturas e objetivos, e que apesar das especificidades almejavam mudanças e participação (JALIL, 2014).

Deere (2004) elucida que a invisibilidade do trabalho das mulheres camponesas, socialmente considerado como “ajuda” ou complemento do trabalho do marido, era um empecilho para a sua sindicalização e para o fortalecimento da identidade de trabalhadora rural. Assim, segundo Esmeraldo (2013) a luta das mulheres para ocupar os sindicatos e acessar seus direitos⁴⁵, passava pela redefinição do sujeito político representado pelo movimento sindical, e era parte do esforço maior pelo reconhecimento social do trabalho da mulher camponesa, de sua importância e especificidades, na própria luta de classes:

A luta para a sindicalização das mulheres expressa desejos para a conquista de direitos próprios, para se tornarem sujeitos políticos autônomos. Tal ação política simboliza a possibilidade de abertura da luta de classe para atuar de forma conjugada com a luta das mulheres. Requer o alargamento do campo político (lutas e forças) do movimento sindical rural restrito a lutas econômicas e protagonizadas por forças masculinas e o reconhecimento de outro sujeito social e público como nova força política e de lutas que expressam as

⁴⁴ O Sertão do Pajeú abrange dois Polos Sindicais, o Polo Sindical Sertão do Pajeú e o Polo Sindical Sertão Central.

⁴⁵ As mulheres exigiam a extensão dos benefícios de seguridade social, inclusive licença maternidade paga e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais (Deere, 2004).

Jalil (2014) e Almeida (1995), apontam que a partir da concepção política de que os sindicatos são um instrumento fundamental para a luta social e da incorporação de questões específicas, as mulheres do Pajeú, articuladas pela liderança sindical do Polo Sertão Central Vanete Almeida, começaram a construir espaços de auto-organização e empoderamento, também para disputar seu lugar nos sindicatos.

A participação das mulheres nas frentes de emergência na grande seca de 1979-1984, foi fundamental para sua aproximação, construção de um sentimento coletivo e mesmo mapeamento e mobilização de possíveis lideranças por Vanete. Assim em 1984, foram criadas as condições para o primeiro encontro do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC) (ALMEIDA, 1995). A partir daí o movimento foi se fortalecendo como sujeito político coletivo, abrindo caminhos para as mulheres camponesas aos poucos se transformarem e ocuparem espaços de discussão política e organização social no território.

No fim da década de 1990 e início dos anos 2000 a assessoria técnica com as famílias camponesas ganha força no território com a chegada de ONGs, as quais realizam uma série de programas e ações com investimentos governamentais e da cooperação internacional. Esse movimento se dá de forma integrada à constituição da ASA e fortalecimento da perspectiva da convivência com o semiárido, como discutiremos mais a frente, havendo a partir de conquistas sociais a implementação de políticas públicas para o “desenvolvimento sustentável” do Semiárido.

A partir do MMTR-SC as camponesas do Pajeú foram se inserindo cada vez mais nos STRs, disputando e aos poucos conquistando seu lugar nas tomadas de decisões, através da incidência política em níveis locais, estadual e nacional⁴⁶. De acordo com dados da FETAPE (2015), a partir do ano 2000, observou-se um número crescente de mulheres sindicalizadas, entretanto, estas não ocupavam cargos nas diretorias dos sindicatos, possuindo pouca autonomia e influência nas tomadas de decisões.

Até 2008, no Polo Sertão do Pajeú 59% das pessoas sindicalizadas eram mulheres, no Polo Sertão Central por sua vez, 67% dos sindicalizados eram mulheres. Outra informação que reflete a maior participação das mulheres no movimento sindical é que até 2014, no Polo Sertão

⁴⁶ Em 2001 a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) instituiu que pelo menos 30% dos cargos de diretoria deveriam ser ocupados por mulheres, influenciando mudanças nesse sentido. Somente no Congresso Nacional da CONTAG de 2013 instituiu-se a paridade entre homens e mulheres nos cargos de diretoria dos sindicatos, os quais estão em processo de reformulação do estatuto seguindo essa nova orientação nacional (FETAPE, 2015).

do Pajeú 46% das pessoas que ocupavam cargos nas direções sindicais (diretorias e conselhos fiscais) eram mulheres, já no Polo Sertão Central 56% dos ocupantes desses cargos de liderança eram mulheres.

Além disso, hoje as camponesas do Pajeú vêm se organizando em associações, grupos e redes de mulheres produtoras e artesãs, com apoio e contribuição significativa da assessoria técnica de ONGs. As mulheres dessa pesquisa estão no campo de ação da ONG feminista Casa da Mulher do Nordeste (CMN)⁴⁷ e da ONG Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá⁴⁸, as quais segundo Ferreira (2015) têm uma atuação importante para o empoderamento individual e coletivo das mulheres do território e para a construção de um projeto político de desenvolvimento rural contra hegemônico, pautado na agricultura familiar de base agroecológica.

Quatro das entrevistadas têm acesso à assessoria técnica agroecológica específica com mulheres, por organizações que trabalham na perspectiva feminista, tais como a Casa da Mulher do Nordeste e a Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú. As outras três mulheres, têm acesso à assessoria agroecológica, mas não específica para as mulheres e sim voltada para a família. Na assessoria voltada à família, existem algumas ações específicas com as mulheres como resultado das lutas feminista dentro do movimento agroecológico.

A partir da crítica às políticas e ações que consideram a família um todo homogêneo e romantizado, a assessoria técnica emancipadora na abordagem feminista busca enxergar e atuar sobre as relações de poder opressoras também no seio da família. Perceber as mulheres como sujeitos políticos nos processos produtivos é central nas ações, que buscam abrir caminhos para o empoderamento político-econômico, como processo coletivo, a partir principalmente da auto-organização. Dessa maneira, a assessoria técnica baseada nos princípios da agroecologia precisa também “internalizar a necessidade de promover processos de construção de sujeitos políticos e econômicos para transformar a realidade e invisibilidade, exclusão e violência nesse espaço produtivo” (ALMEIDA, 2008).

As mulheres entrevistadas se inserem de formas diferentes em organizações da agricultura familiar, sindicatos e no próprio movimento de mulheres. Algumas são lideranças

⁴⁷ ONG feminista criada em 1980 em Recife, sua missão é o empoderamento econômico e político das mulheres a partir da perspectiva feminista. Desenvolve no território do Pajeú desde 2003 o Programa Mulher e Vida Rural, o qual visa fortalecer a capacidade de produção e de participação política das mulheres em espaços rurais através da construção de conhecimentos agroecológicos e da auto-organização em rede (CMN, 2016).

⁴⁸ ONG que atua na construção da agroecologia em Pernambuco desde 1993. Visa a promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia, desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestal ou Sistemas Agroflorestais (SABIÁ, 2016).

comunitárias, assumindo funções de organização, mobilização e tomada de decisão nas associações de agricultores familiares, tais como Francisca e Aparecida do sítio São José dos Pilotos e Sueli do sítio Serra dos Nogueiras, ambos em Santa Cruz da Baixa Verde, Eunice do sítio Barra em Calumbi e Alaíde do sítio Souto em Triunfo.

As organizações específicas de mulheres da agricultura familiar, nas quais estão inseridas hoje, são a Associação Mulher Flor do Campo e Grupo de Mulheres Doce Esperança, os quais fazem parte da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú⁴⁹. Essa rede é composta por mais de 30 grupos de mulheres produtoras e artesãs, articulando mais de 500 mulheres camponesas. Com essa articulação e assessoria técnica as mulheres têm participado cada vez mais de processos de fortalecimento da produção na perspectiva da agroecologia e da comercialização baseada na economia solidária e feminista, vendendo parte de sua produção em feiras agroecológicas e para o mercado institucional por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A luta pela água permeia a aproximação e encontro dessas mulheres. Além das ações históricas do MMTR-SC no Pajeú para a construção de sua identidade e bandeiras nas quais a água está transversalmente presente, com o fortalecimento do movimento e de organizações de mulheres (grupos de produtoras, associações, rede) bem como da perspectiva da agroecologia junto as mesmas, a própria água passa a ser uma bandeira de luta.

Houve ações importantes protagonizadas pelas mulheres do Pajeú, como sujeito coletivo, com foco na questão da água, tais como a recuperação e conservação do Rio Pajeú e seus riachos; formações e discussões sobre a água; mobilizações e capacitações em torno das tecnologias sociais da água e sua gestão; e a Caravana em Defesa do Rio Pajeú como instrumento de mobilização e articulação para o monitoramento social e incidência política.

Sempre a gente fala da água na associação, na reunião do sindicato. A gente já participou. A gente participou também do dia da água, eram passeatas para limpeza dos riachos, e também teve um trabalho de restauração das margens do riacho Cana Brava. (...) Tem um riacho nesse município Santa Cruz que ele nunca seca, é o da Cana Brava. Um dia desse tava falando com o pessoal e perguntei: será que aquele riacho da Cana Brava secou com essa seca agora. Mas está lá, que tá cheio, chega a água zuando! E tem aquele capim que cobre assim a beira do riacho. Mas o povo lá eles fizeram uma restauração, as pessoas não podem lavar roupa. Quem toma conta é o pessoal da comunidade, fizeram uma restauração junto com a comunidade, associação, sindicato, na época Vanete Almeida ainda era viva, fizeram uma passeata no dia da água, e

⁴⁹ A Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú nasce em 2006, a partir de um projeto idealizado pela ONG Casa da Mulher do Nordeste, voltado ao fortalecimento da auto-organização das mulheres para conquista de sua autonomia como sujeito de direito e integrado a metodologia da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste. Hoje se articula como uma organização autônoma, em parceria com a CMN que na perspectiva de uma assessoria permanente continua apoiando os processos da rede.

marcaram um dia para catar os lixos que tinha, daí por diante ouvi dizer que **fizeram um trabalho bonito lá, nunca faltou água lá** (Francisca, Sítio São José Dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde).

Em 2002, o MMTR-SC junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde e o Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR) iniciaram uma campanha para recuperação do Riacho Olho d'Água (Figura 15). A partir desse processo no Olho d'Água, nasce a inspiração para as mobilizações sociais pela recuperação e conservação do Rio Pajeú, ocorrendo a primeira Caravana em Defesa do Rio Pajeú em 2004.

Desde o início a construção e participação nesse processo, envolvem diversas organizações e redes da agroecologia do território⁵⁰, bem como o protagonismo de organizações feministas como a CMN e Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú. Na fala de Vanete Almeida, liderança do MMTR-SC e uma das fundadoras do CECOR, em entrevista cedida para um site em 2011, ficam evidentes as contribuições das mulheres na luta pelo direito à água no território:

Em 2009, foi realizada uma caminhada na cidade de Serra Talhada até as margens do rio Pajeú para verificar sua destruição. Durante este mesmo ano, realizamos várias reuniões com a sociedade civil a fim de mobilizarmos as pessoas em defesa do rio. Em março de 2010, houve a Caravana em Defesa do Rio Pajeú, cujo percurso foi de Serra Talhada até o município de Brejinho, onde o rio nasce. A caravana entrava nas cidades fazendo panfletagens e denunciando a situação. As escolas foram envolvidas e, posteriormente, visitadas. Nosso objetivo foi discutir com os jovens e as crianças a situação do rio. A caravana realizou o I Seminário em Defesa do Rio Pajeú, no dia 8 de abril de 2011. O seminário contou com ampla participação da sociedade civil, agricultores, professores, estudantes, autoridades políticas e religiosas e representantes do poder público. (...) Os grupos participantes se reuniram, apresentaram propostas de ações e firmaram compromisso para a revitalização do Pajeú (ALMEIDA, 2011).

As Caravanas visam também, segundo a entrevista de Vanete Almeida, fortalecer a articulação social dos movimentos socioambientais para reativar o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú, mais adiante abordado.

A Caravana em Defesa do Rio Pajeú continua se articulando uma vez ao ano, e consiste em uma metodologia efetivamente participativa de monitoramento das condições socioambientais das águas. Além disso, contribui para uma construção de mudança culturais nas relações sociedade-natureza a partir de ações coletivas. Na fala da agricultora Alaíde que participou da caravana:

Eu fui com a esperança de conhecer a nascente com água, cheguei La tinha um buraquinho seco. Andamos quilômetros esperando ver a nascente de um rio, quando chegamos lá você não vê nada, vê tudo morto, seco, acabado. Aquilo

⁵⁰ Os participantes da Caravana em Defesa do rio Pajeú em 2014 estão descritos na metodologia da pesquisa.

foi pra mim de cortar o coração, uma decepção total. (...) Mas está tendo um movimento muito grande para preservar a mata ciliar, o pessoal das organizações estão incentivando as pessoas a plantarem árvores. **Está havendo uma conscientização das pessoas, que eu espero que daqui uns 5 anos as pessoas tenham mudado sua forma de agir e queiram plantar mais e cuidar mais do meio ambiente**, preservar porque é importante. Se a gente não preservar nos vamos morrer logo, igual as árvores que estão sumindo, se acabando (Alaíde, Sítio Souto, Triunfo).

Figura 18-Caravana em Defesa do Rio Pajeú em 2014: Ação de Reflorestamento da Nascente do Pajeú em Brejinho



Fonte: Relatório Levantamento das Condições Ambientais da Região do Alto Pajeú, 2014

A caravana pelo Rio Pajeú se configurou como um instrumento importante de mobilização social e formação política para a-) o aprofundamento da discussão da problemática da água e busca de soluções populares e participativas; b-) realização de denúncias para a sociedade e poder público construindo estratégias de reivindicação e acesso a direitos; c-) ampliação do controle social sobre a implementação e andamento das políticas da água e conservação da natureza; d-) e para análises do modelo de desenvolvimento local e construção de propostas coletivas e populares.

Também destacamos processos articulados pela Casa da Mulher do Nordeste e Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, os quais envolvem ONGs e diversos grupos e associações de mulheres, no âmbito do fortalecimento da reflexão-ação sobre a questão da água junto as agricultoras. Tem-se observado a partir desses processos a-) o fortalecimento de uma rede agroecológica sociotécnica feminista, envolvendo tecnologias agroecológicas que consideram

os conhecimentos e necessidades das mulheres; b-) reflorestamentos com espécies nativas protagonizados pelas mulheres camponesas; c-) o resgate de saberes sobre plantas da caatinga e seus usos, inclusive para a conservação da água.

No âmbito do projeto Mulheres na Caatinga⁵¹ por exemplo, como parte dos processos da rede sociotécnica agroecológica feminista, os fogões agroecológicos foram apropriados, adaptados e construídos pelas próprias mulheres a partir de seus conhecimentos e necessidades, de forma integrada a discussão sobre a divisão sexual do trabalho nas comunidades:

Trabalhamos com os fogões ecológicos nesse projeto também, começamos a construir esses fogões, agricultoras foram adaptando o fogão e surgiu o fogão agroecológico. Dos experimentos as mulheres foram descobrindo e chegamos nesse modelo adaptado. Foi muito melhor, deu muito certo, economiza a lenha, economiza o tempo das mulheres para pegar lenha, tem uma chaminé que emite pouca fumaça, diminui a emissão de gases e evita problemas de saúde nas famílias, tem o forno que ao mesmo tempo que cozinha pode assar no forno porque esquento ao mesmo tempo. As mulheres que fazem beneficiamento passaram a usar esse fogão, gastam bem menos gás, outras nem compram mais gás... são vários benefícios (Célia, coordenadora da CMN no Pajeú).

As mulheres camponesas realizam a gestão cotidiana da água no semiárido, não apenas para o uso doméstico, mas também para a produção de verduras, fruteiras e plantas medicinais ao redor de casa, assim possuem conhecimentos e práticas fundamentais para o embasamento de estratégias coletivas de cuidado e conservação desse elemento vital. Nos espaços auto organizados de mulheres elas passaram a intensificar o diálogo de saberes (FREIRE,1988), fundamental para reinvenção e diversificação das práticas com água. Foi possível ampliar as trocas de conhecimentos de agricultora para agricultora, bem como das mesmas com as assessoras técnicas do MMTR-SC e das ONGs parceiras.

Na percepção das camponesas entrevistadas, as reflexões coletivas sobre a água nas oficinas, encontros e reuniões das mulheres, tinham como principais linhas de discussão: os cuidados de higiene e economia na gestão da água doméstica; a conservação dos corpos d'água e nascentes; o acesso às tecnologias sociais para a coleta e armazenamento da água; o acesso a pequenas obras hídricas para a comunidade (poços); a crítica e luta por direitos frente as políticas de combate à seca.

O fato do direito a água ser tratado em espaços de auto-organização das mulheres é fundamental para que estas cheguem às associações, sindicatos e outros espaços políticos de homens e mulheres, fortalecidas como sujeito político individual e coletivo, empoderadas para realizar proposições, argumentações e disputas, criando possibilidades para que suas demandas

⁵¹Mais informações sobre esse projeto podem ser consultadas no site da organização Casa da Mulher do Nordeste

sobre a água sejam visibilizadas e consideradas nas tomadas de decisões. É fundamental uma incidência política qualificada das mulheres nessas disputas e negociações em espaços mistos, permeados pela cultura machista.

Devido ao contexto socioambiental a pauta da água sempre foi importante nos espaços políticos da agricultura familiar do território. Porém, como apontado anteriormente, essa discussão vem se intensificado a partir da consolidação da ASA e implementação de políticas públicas na perspectiva da convivência com o semiárido, integradas as demais políticas do campo da agroecologia⁵², conquistadas pela luta social.

Baptista e Campos (2013), apontam que nas décadas de 1990 e 2000 a sociedade civil organizada influenciou fortemente para que o Semiárido se tornasse gradualmente uma pauta política permanente, atrelando esse fato às ações históricas de resistência camponesa, e mais recentemente, à articulação social para a convivência com o semiárido, fundamentada no sucesso e valorização de alternativas locais.

A luta das mulheres pela água no Pajeú, se integra, contribui e se transforma nesse novo contexto, no qual se intensificam as mobilizações sociais em torno da convivência com o semiárido, sendo a água um mote central. O movimento e organizações de mulheres camponesas, inclusive do Pajeú, estiveram diretamente envolvidas na origem da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e fortalecimento da perspectiva de convivência com o semiárido, todavia não tinham espaço político para influenciar as decisões e protagonizar os processos ao lado dos homens que lideravam as articulações. Assim, para compreendermos suas contribuições é preciso entender seus desafios, profundamente relacionados às assimetrias das relações de poder.

A convivência com o semiárido, no final da década de 1990 emerge como um novo paradigma baseado em uma matriz holística. A partir de uma mudança de percepção e um olhar sobre a complexidade territorial, propõe a reaproximação sociedade natureza e valorização dos conhecimentos tradicionais. Assim:

elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o Semiárido com suas características próprias, seus limites e potencialidades. Nesse sentido, o desenvolvimento do Semiárido está estreitamente ligado à introdução de uma nova mentalidade em relação às suas características ambientais e a mudanças nas práticas e no uso indiscriminado dos recursos naturais (CONTI e PONTEL, 2013).

⁵² Entre elas destaca-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de 2003, e a ATER específica para as mulheres (ATER Mulher) de 2003, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) de 2013, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2003 e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) regulamentado em 2009.

Nessa abordagem a transformação social é com a natureza, em oposição a práxis hegemônica contra a natureza, se constitui como uma proposta de envolvimento humano no/com e para Semiárido. Para Silva (2007) múltiplas dimensões dão origem ao “sentido da convivência” com o SAB tais quais a ambiental, social, cultural, econômica e política. Essa última reforça que a convivência com semiárido é um projeto de desenvolvimento baseado na mobilização da sociedade e do Estado brasileiro para a implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável na região.

A ideia projeto da convivência com o semiárido, vai se desenhando e concretizando por meio das ações, realizadas pelos diversos atores sociais, relacionadas a água, terra, produção, educação e uma série de outras demandas (CARVALHO, 2012 *apud* CONTI e PONTEL, 2013), e diferente de um “modelo de desenvolvimento” homogeneizador, permite a expressão e protagonismo da diversidade de saberes e práticas. A Agroecologia como ciência, prática e proposta de desenvolvimento rural, é uma das bases na construção da convivência com o semiárido, contribuindo para o protagonismo dos(as) camponeses(sas). O feminismo como teoria crítica e movimento social, por sua vez, como veremos em seguida, ainda não é uma base amplamente considerada e aplicada nessa construção, sendo um desafio impostergável incluir essa perspectiva em todas as dimensões da convivência com o semiárido.

No âmbito da estiagem prolongada de 1992-1993 houve uma grande ocupação na SUDENE, ato público organizado pelo movimento sindical e organizações parceiras que reuniu 5 mil agricultores e agricultoras. Essa mobilização em 1993, não apenas garantiu a ampliação e melhorias dos programas emergenciais, mas também o comprometimento do governo federal na elaboração de um programa permanente de ações para a região semiárida do Brasil (FETAPE, 2006).

No mesmo ano, no Fórum Nordeste, mais de 300 organizações e movimentos que atuavam no meio rural em defesa dos camponeses se envolveram em um processo de discussão que culminou com a elaboração de um documento de Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semiárido Brasileiro (FETAPE, 2006).

Em 1999 durante a III Conferência das Partes de Combate à Desertificação e a Seca (COP 3), em Recife, essas mesmas organizações e movimentos organizaram uma cúpula paralela dos movimentos sociais, onde promoveram diversas discussões e mobilizações para visibilizar sua perspectiva de desenvolvimento para o semiárido e para visibilizar as alternativas propostas. Entre as ações, houve a construção no local do evento de uma cisterna de placas,

experiência que mesmo sem apoio governamental estava transformando vidas no semiárido, para sensibilização do poder público e comunidade internacional. Dessa força e mobilização que já vinha sendo construída, nasce durante o encontro paralelo a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), e negocia-se com o Ministério do Meio Ambiente um projeto-piloto de construção de cisternas para armazenamento de água para consumo doméstico no semiárido.

A ASA é uma rede de organizações da sociedade civil de distintas naturezas (sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONGs, Oscip, etc.), hoje abrangendo mais de três mil organizações. Inicialmente foi constituída por 61 organizações da sociedade civil, as quais lançaram o documento “Declaração do Semiárido: Propostas Da Articulação No Semiárido Brasileiro para a Convivência com o Semiárido e Combate à Desertificação”, uma proposta de ruptura com a filosofia e as ações de combate à seca. A declaração apontava a necessidade de medidas estruturantes para o desenvolvimento da região, pleiteava medidas políticas e práticas de convivência com o Semiárido.

O direito à água no documento, é arraigado em mudanças estruturais da questão como a conservação da natureza com as comunidades e povos locais; quebra do monopólio de terra e água; armazenamento e descentralização da água para o acesso e uso das famílias camponesas. A principal proposta era a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas no Semiárido brasileiro, para universalização do abastecimento de água para beber e cozinhar. Apesar do grande potencial transformador da ação e profundidade da perspectiva, não podemos deixar de apontar que as mulheres, detentoras dos conhecimentos e práticas relacionadas a água de uso doméstico, não tiveram espaço para protagonizar o processo de construção da proposta desde o início.

De forma sintomática, apesar das mulheres estarem fortemente presentes e envolvidas em todas as mobilizações da década de 1990, apenas uma organização específica de mulheres (SOS CORPO⁵³) assinou essa declaração ou se inseriu oficialmente nessa formação inicial da ASA. Na apresentação da proposta para um “Programa de Convivência com o Semiárido” no documento em questão, aparece como um dos eixos “A inclusão de mulheres e jovens no processo de desenvolvimento”.

Entretanto, para que elas de fato protagonizassem sua “inclusão”, e para que suas perspectivas e vozes fossem ouvidas e consideradas, existiam/existem desafios não só na

⁵³ O SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia é uma ONG, fundada em 1981 em Recife. Propõe-se a contribuir para a democratização da sociedade brasileira por meio da promoção da igualdade de gênero com justiça social. Fundamenta-se na concepção de que os movimentos de mulheres, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral, sendo a luta contra a pobreza, racismo e homofobia dimensões fundamentais do feminismo para enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal (ARANTES 2010)

sociedade em geral, mas dentro da própria ASA. É nesse contexto que, posteriormente, os movimentos e organizações de mulheres, passam a integrar a rede e reivindicar seu espaço político, que aos poucos e com muitos percalços está sendo conquistado. Dentre elas destacamos, como exemplos de luta na abordagem feminista, a atuação do Grupo de Trabalho de Mulheres da Paraíba, Comissões de Mulheres do Ceará, Centro Feminista 8 de Março no Rio Grande do Norte, MMTR e CMN em Pernambuco. Essa última organização integra a ASA em 2008, iniciando a execução do P1MC no território do Pajeú.

No âmbito das políticas de convivência com o semiárido, a abordagem avança no sentido que, diferente das políticas de combate à seca que consideravam apenas o homem como sujeito de direito, passa a ter como base a família como um todo. Entretanto, como estamos discutindo ao longo dessa pesquisa, a família é uma instituição básica na reprodução das desigualdades de gênero, envolvendo relações de poder assimétricas onde as mulheres estão em condição de subjugação, e em uma abordagem feminista é essencial que os diferentes sujeitos sejam considerados em suas especificidades.

A cultura familiar e a cultura política têm interferido na decisão do acesso aos direitos. Então as políticas precisam considerar, em sua concepção, que problemas dessa ordem devem ser enfrentados, porque não existe semiárido sustentável com relações desiguais, que colocam as mulheres em lugar de inferioridade (ALBUQUERQUE, 2010).

Daniela Soares (2009) analisando a institucionalização da perspectiva de gênero no Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), construído no âmbito do governo Lula não mais em escala experimental e sim como política pública para o semiárido, aponta que a participação das mulheres não foi especificamente demandada. De acordo com a autora, os formuladores e gestores da política tinham a concepção de que “naturalmente” as mulheres seriam beneficiadas com essa política já que eram responsáveis pela água doméstica, sem se preocupar com o protagonismo das mesmas nessa construção e no aprofundamento das desconstruções das relações de gênero numa abordagem feminista. Estruturalmente nessa política, a abordagem de gênero é frágil e pontual, e pouco efetiva na alteração das relações de poder, promovendo, entretanto, uma maior participação das mulheres nos processos comunitários:

o fato deste ter como critério de desempate a seleção de famílias chefiadas por mulheres somada à exigência da participação do responsável nas reuniões comunitárias assim como nos cursos de capacitação, resulta em um aumento potencial da demanda pela participação das mulheres nos assuntos da comunidade. (SOARES, 2009)

O P1MC se configurou no início dos anos 2000 como um programa voltado a

descentralização e democratização da água, a partir da construção de cisternas de placas de primeira água, ou seja, água voltada ao consumo humano doméstico, ao redor da casa das famílias. A cisterna e sistema de captação são construídos pela própria família e comunidade havendo a proposta de apropriação da tecnologia social pelos sujeitos envolvidos. O programa prevê ainda formações sobre Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) focada no acesso a água enquanto direito e para a convivência com o semiárido (ASA, 2016).

Em 2007 a ASA cria também o Programa uma Terra e Duas Águas (P1+2), complementar a abordagem do P1MC, é voltado para a construção de tecnologias sociais de segunda água, ou armazenamento de água para a produção agrícola e criação de pequenos animais, integrando essas com o fomento à produção agroecológica. O programa envolve formações para a convivência com o semiárido através de capacitações em Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos (Gapa) e em Sistema Simplificado de Manejo da Água (SSMA) (ASA, 2016).

No Pajeú foi um grande desafio para as organizações feministas garantir o acesso e benefício das mulheres a essas tecnologias de produção realizando negociações no âmbito da família:

Qual era nosso entendimento, que além da água para beber as mulheres, principalmente as mulheres, precisam ter a água para produção. Porque onde é que ficam essas cisternas pra produção? também nas propriedades das famílias. Então também no P1+2 levamos essa discussão. Não foi fácil, mas levamos essa preocupação, chegou discutiu e a família aceitou: não, mas em muitos casos conseguimos avançar, conseguimos que as mulheres fossem as protagonistas desse processo, as beneficiárias, em outros não. (Célia, coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste no Pajeú)

As cisternas de placas, passaram a ser amplamente utilizadas por organizações públicas e privadas e foram disseminadas a centenas de milhares de famílias do semiárido a partir dos programas desenhados e implementados pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). A ideia central de que para a democratização do acesso à água, era necessário intensificar o seu armazenamento “deu início às ações de promoção das cisternas enquanto política de convivência com o semiárido” (BATISTA, 2015).

Os programas P1MC e P1+2, iniciados em 2000 e 2007 respectivamente têm como objetivo comum, a partir do incentivo a organização comunitária, gerar processos de mobilização e formação, protagonizados pelos(as) camponeses(sas), em torno da luta pela água, e mais amplamente, luta socioambiental pela convivência digna com semiárido, tendo como instrumento central a implementação de tecnologias sociais.

Os programas em questão estruturam o processo de participação social na implementação e gestão da política a partir de comissões municipais, buscando garantir instâncias legítimas de controle social. Essas comissões locais envolvem representantes das organizações sociedade civil organizada do município (tais como sindicato, associações etc.), e são responsáveis pela seleção das famílias, organização dos eventos e acompanhamento das construções das tecnologias com as equipes técnicas das organizações executoras da ação (ASA, 2016). Um grande desafio para as organizações e movimento de mulheres, como abordaremos no capítulo 3, foi garantir uma participação qualificada das mulheres nesses espaços que se configuravam nos municípios, extremamente importantes não apenas para execução da política, mas para o fortalecimento do direito à água e da cidadania.

Em relação as formações, no Pajeú houve gradualmente uma ampliação da participação das mulheres, inclusive pela sua proximidade ao tema, o fato de estarem mais em casa e pelas formações sobre água doméstica serem consideradas socialmente “coisa de mulher” pelos próprios homens, já no âmbito das formações sobre água para a produção: “É só de mulher? De jeito nenhum, muito homem, mais homem do que mulher. Era um encontro da ASA sobre cisterna calçadão, água essas coisas. Tinha muita gente, pra mostrar sobre animal, hortaliça, foi intercâmbio” (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde).

Apesar dos limites e desafios existem avanços na inserção das mulheres:

Claro que não dá pra dizer que não houve avanço, houve sim, no acesso das mulheres a esse processo, de envolver as mulheres nessa discussão, por exemplo nos cursos de GRH (gerenciamento da água) e de GAPA e gente levou muito essa discussão da participação das mulheres, a gente dizia que tinha priorizar as mulheres nesse processo, por entender que elas são as mais prejudicadas no processo de produção, elas não tem terra pra produzir, não tem água pra produzir (Célia, coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste no Pajeú).

Nas reuniões comunitárias, nas quais vieram se somar o mote da implementação do P1MC e P1+2, também constatou-se pelas entrevistas e pesquisas sobre análises dos programas, uma maior participação das mulheres. Atribui-se esse fato a proximidade do tema e a sua maior permanência nos lares durante o dia.

Em nossa análise é inegável que importantes noções de cidadania e direitos são aprendidas por elas nesses processos, gerando aprendizados e auto-estima. Todavia, a crítica feminista aponta a permanência da divisão sexual do trabalho: gastar menos esforços e tempo na gestão da água não significa, de forma alguma a desconstrução da divisão sexual do trabalho, como algumas análises equivocadamente tem sugerido.

A jornada de trabalho doméstico continua afastando a maioria das mulheres dos espaços de participação comunitária, tais como as associações, grupos de mulheres, comissões municipais entre outros. Mesmo com a redução do tempo e esforços gastos na realização das tarefas domésticas, a partir da facilitação do armazenamento e gestão da água, elas continuam realizando todos os trabalhos domésticos e de cuidados.

Não se pode negar que as mulheres que conseguem participar desses novos processos da água, intensificados nos territórios, possuem uma sobrecarregada jornada de trabalho: “nós nos perguntamos quais as condições de participação, não para nega-las esse direito, mas para dizer que, em muitas situações, as mulheres estão lá depois de terem feito todas as tarefas domésticas”. Além disso, gastar menos tempo com as tarefas domésticas devido a maior facilidade com a água, não significa automaticamente a aplicação desse tempo na participação política, já que existem barreiras materiais e simbólicas mais profundas que precisam ser quebradas.

Como veremos no capítulo 3 as mulheres de fato foram as maiores beneficiadas com os programas da ASA, principalmente o P1MC que obrigatoriamente facilita os trabalhos realizados por elas. Os programas são extremamente importantes pois promovem o armazenamento descentralizado da água e garantindo o acesso das famílias agricultoras, negando o discurso hegemônico da necessidade das grandes obras de infraestrutura que reforçam a concertação de terra e fortalecem o agrohidronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa. Contribuem ainda para a desestruturação e fim da indústria da seca, e as relações clientelistas e patrimonialistas a ela relacionadas.

O potencial de desconstrução das relações de gênero ficou estreitamente dependente da luta das mulheres para moldar sua participação nos diferentes processos, e da abordagem adotada pelas diferentes organizações executoras. Essa questão expressa os desafios das mulheres na própria ASA, como reflexo da sociedade patriarcal e machista, precisa avançar na desconstrução dos preconceitos de gênero e nas propostas e metodologias para a construção de um projeto político que leve à emancipação social das mulheres.

Partindo para uma lente mais ampliada da discussão sobre a água no território do Pajeú, além dos espaços fortalecidos e originados pelas mobilizações dos programas da ASA, existem outros espaços importantes estratégicos para a construção do direito à água e gestão participativa desse elemento vital. Consideramos como tais, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), bem como os Comitês de Bacias Hidrográficas (COBH) instituídos pela Política Nacional de Recursos Hídricos de 1997.

As mulheres camponesas entrevistadas, nos apontaram em seus relatos os espaços que estão inseridas, e nesse caminho uma primeira constatação é que elas não participam do Comitê da bacia do Pajeú⁵⁴, e tampouco conhecem a existência e função do mesmo. Considerando que esses espaços:

podem tornar-se apenas propostas de participação que atuam em conjunto com os aparelhos estatais, demarcando com precisão as competências e os limites da participação popular, visando apenas diluir conflitos no âmbito das relações capitalistas, camuflado pelo discurso do desenvolvimento sustentável já apropriado pelos organismos internacionais (OLIVEIRA, 2005).

Registram-se grandes desafios no âmbito dos COBHs que são deliberativos e base para implementação do princípio de participação social, central na Política Nacional de Recursos Hídricos. Além de não se garantirem de recursos e mecanismos para uma efetiva participação popular, o Comitê da Bacia do Pajeú vem sofrendo constantes processos de desarticulação no território, desde sua criação em 1998. Não há uma consolidação do fundamental Plano de Recursos Hídricos da Bacia⁵⁵, principal instrumento de deliberação do comitê que reúne as informações estratégicas para gestão das águas na bacia hidrográfica (ANA, 2011).

Algumas organizações que trabalham pelos direitos das mulheres rurais e na perspectiva da agroecologia fazem parte do Comitê nas vagas para a sociedade civil organizada, tais como as ONGs CMN, SABIÁ e CECOR; Universidade Federal Rural de Pernambuco por meio do NEPPAS (Núcleo de Estudo Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido); e STRs (que nem sempre são próximos das demandas das mulheres). Estas organizações, de forma indireta, representam os interesses e demandas das mulheres camponesas. Nas vagas disponibilizadas aos usuários por sua vez, além da baixa incidência de associações de agricultores familiares ou camponeses, não há presença de organizações específicas de mulheres (APAC, 2016).

Segundo o MDA (BRASIL, 2011), o comitê está em processo de reativação desde 2010, através do convênio do Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos de Pernambuco (SRHE). Esse convênio prevê a reativação de seis conselhos gestores de açudes (sendo cinco deles na região do Pajeú e um no Moxotó) e o fortalecimento

⁵⁴Os comitês de bacia hidrográfica possuem a atribuição legal deliberar sobre a gestão da água, um bem público, de forma compartilhada com o poder público. O comitê passa, então, a definir as regras a serem seguidas com relação ao uso das águas. A principal decisão a ser tomada pelo comitê é a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia (ANA, 2011).

⁵⁵Esse instrumento constitui-se no plano diretor para os usos da água, no qual devem ser definidas metas de racionalização de uso para aumento de quantidade e melhoria da qualidade da água, bem como os programas e os projetos destinados ao atendimento dessas metas. No plano são definidas as prioridades para outorga de direito de uso da água, as condições de operação dos reservatórios, além de orientações e regras a serem implementadas pelo órgão gestor de recursos hídricos na concessão das outorgas. No plano também estarão as diretrizes e os critérios para cobrança pelo uso dos recursos hídricos (ANA, 2011).

das unidades já existentes.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)⁵⁶, são apenas consultivos, voltados ao monitoramento e controle social das diversas políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural implementadas nos municípios, sendo as políticas e ações relacionadas à água um dos temas comumente abordados. As mulheres entrevistadas percebem a importância desses espaços e há uma participação direta das mulheres camponesas representantes de organizações da agricultura familiar.

Apesar de não termos tido oportunidade de aprofundar como se dá a participação das mulheres no âmbito das discussões sobre água nos conselhos, e se de fato suas perspectivas são consideradas, as falas das mulheres sobre esses espaços apontam que as políticas da água são tratadas a partir de projetos em execução ou a serem implementados. Não há o aprofundamento da discussão sobre o modelo de gestão da água e da integração das diversas políticas de água nos municípios. A fala de D. Alaíde expressa essa diversidade de projetos tratados e pouca profundidade:

Particpei do CMDRS de Triunfo, passa por lá várias informações com relação a água, mas como discutimos vários assuntos... então é assim uma coisa superficial muito rápida, não temos duas horas para conversar daquele assunto. Não é uma coisa que dá pra aprofundar (Alaíde, Sítio Souto, Triunfo).

Todavia, esse é um espaço fundamental para a integração das políticas de desenvolvimento rural, e as organizações do campo político da agroecologia e convivência com o semiárido tem conseguido influenciar os CMDRS em diversos municípios, propondo ao poder público discussões e ações sobre conservação da água e monitoramento da gestão dos recursos hídricos. Elucida-se na fala da representante da CMN sobre o CMDRS de Afogados da Ingazeira:

não se discute apenas a questão da água, mas se discute muito a questão da água, porque é pauta importante no nosso contexto. Falamos do manejo da água, do uso da água e problematizado mesmo a discussão no sentido da

⁵⁶O CMDR é um órgão consultivo criado pelo Poder Legislativo Municipal, tendo seu valor relacionado a um processo geral de desenvolvimento do meio rural vinculado às diretrizes do Plano Diretor Municipal (PDM). O papel do conselho na política agrícola municipal é o de gestor do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), integrado ao PDM, responsável pela coordenação na elaboração do plano, fiscalização, acompanhamento e avaliação das ações programadas e executadas no meio rural, com a participação efetiva dos produtores e da sociedade. Os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs) constituem instrumentos fundamentais, utilizados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS), integrando ações de assistência técnica, pesquisa, treinamento e infra-estrutura, de forma descentralizada. Dada a respectiva importância para o setor rural, demonstrada ao longo dos anos, os planos passaram a ser obrigatórios a partir da promulgação da Constituição Federal 1988 (FERREIRA e CARDOSO, 2004).

conservação dos mananciais, provocado isso ao poder público. As ações das ONGs é importante, mas é muito mínima, até porque não temos condições de ir além, nem é nosso papel, não podemos substituir o papel do poder público, das políticas públicas. **Podemos fazer que as coisas aconteçam e cheguem a população, e também fazer incidência na questão do controle social através dos espaços. A CMN, tem feito isso, pra que as políticas aconteçam, como foi a audiência, a caravana da água.** A gente mostra ao poder público que tem colaborado no fazer, com as nossas ações e projetos, como o Mulheres na Caatinga e os da ASA (Célia, coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste no Pajeú).

Quando perguntamos as mulheres camponesas, a partir de suas vivências nos movimentos sociais e em espaços de diálogo com o poder público, se existem incentivos do poder público local para a gestão da água na lógica da agricultura familiar baseada na agroecologia, as respostas apontam um quadro muito frágil no âmbito do direito a água. De acordo com suas respostas observa-se que além dos programas da ASA e outras ações realizadas pelas ONGs voltadas a agroecologia e conservação da água, não são previstas ações estruturais para o avanço do direito a água que priorizem o saneamento básico, a conservação da água, água descentralizada para produção familiar.

Aqui em Santa Cruz, não tem nem rede de tratamento de água, o pessoal consome água cheia de esgoto. A água que abastece a cidade vem das cacimbas nas baixas, e ali é tudo esgoto. Compra água de beber dos sítios, compra caminhões de água que vem dos sítios. Eles são donos, pessoas comuns que tem cacimba muito boa de água, tem um caminhão, compra uns bujões, enche e sai vendendo. É bujão de 250 litros, 5 reais ou 6 reais cada bujão daquele. Tem um cara da Gameleira que vende pra Serra Talhada (Sueli, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da baixa Verde)

Essa pergunta é complicada, porque quando se diz município eu acho que está meio distante, porque quando se diz gestão do município da impressão que eles não veem a área rural, só veem a área urbana. A área rural fica esquecida. Com relação a adutora, passa aqui a 100 m da minha casa, mas a gente não tem acesso a água. Passa dentro da minha propriedade, foi tirada 20 metros da propriedade da gente, mas a gente não tem acesso (Alaíde, Sítio souto, Triunfo).

As adutoras fazem parte de grandes obras que as mulheres camponesas não têm informações de onde vem e pra onde vão, e por mais que passem muito perto, até mesmo dentro de suas propriedades, não tem acesso as águas que correm nas enormes tubulações. Os projetos de pequenas obras para fornecimento de água comunitária, também fundamentais para o avanço no direito a água, apesar de discutidos no CMDRS não se consegue monitorá-los e de fato fazer um controle social, havendo muita lentidão nos processos, falta de informação para as famílias, bem como a permanência de relações clientelistas e paternalistas envolvidas na sua execução.

tem vezes que discutem fazem o projeto mas parece que não sai do papel. Esses poços artesianos mesmo, que a gente discutiu no conselho, pessoal da prefeitura e tudo, olhe, de vez em quando o pessoal que fez ficha me cobra, pessoas da associação que levou os documentos pra secretaria de agricultura pra fazer documentação. Até hoje os geólogos não vieram ver onde tem a água. Ouvi dizer que cavaram uns artesianos por aí, **mas parece que é assim de feição, pra uns e pra outros não.** (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

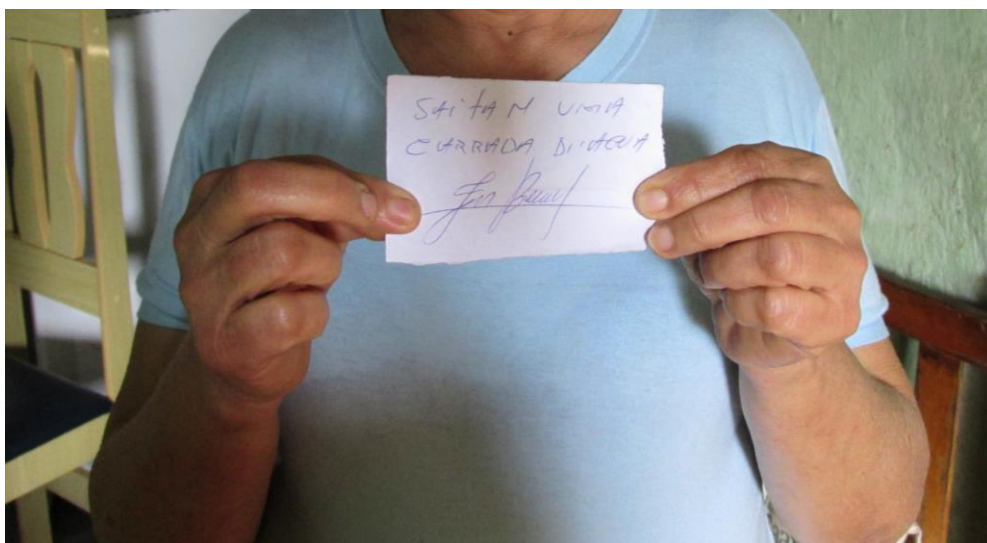
Os caminhões-pipa continuam sendo muito utilizados não apenas de modo emergencial mas sem prazo ou metas para acabar mediante soluções permanentes. Isso se agrava pois são a única contribuição do governo estadual no fornecimento de água para as famílias agricultoras, através do IPA (Instituto Agrônômico de Pernambuco). Como problemas relacionados a essa abordagem destacam-se: 1-) as famílias camponesas que conseguem se cadastrar para receber a água não possuem controle sobre o acesso e qualidade da mesma; 2-) Os municípios também fornecem caminhões-pipa sem garantia e controle social sobre o acesso e qualidade da água (ver Figura 19, a seguir); 3-) a política dos caminhões-pipa continua alimentando a perversa indústria da seca na qual se beneficiam os detentores do poder político-econômico e onde a água é usada como moeda de troca por voto e barganha política.

A única coisa que veio pela prefeitura foi aquele calçamento, mas não tem nada a ver com água, pronto foi só o que foi feito. Nem notícia se vai sair alguma coisa. A única coisa que vem da água é aquele projeto do governo... Aquele que o pipa bota água, do cadastro, que é uns PM que faz o cadastro do pipa. Pronto a única água que eles fornecem pra gente é essa (Cláudia, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde).

Com relação ao IPA, ele sempre estão atentos, vem ver como esta a situação, vem ver os sítios e como esta a situação da água, mas daí é atuação do estado e não do município. Os carros pipas chegam através do IPA, e quem coordena é o exército, agora o exército é muito exigente, só pode ser usar 20l de água por pessoa (pegar 20l na cisterna que eles abastecem para a comunidade). Eles fazem fiscalização, se você pegar mais você não tem mais direitos, tem uma vigilância muito seria, são muito rigorosos. Se você tem uma cisterna da ASA e não está cheia, você pode receber água do pipa se tiver espaço na cisterna (Alaíde, Sítio souto, Triunfo).

Como resultado direto das ausências do poder público na implementação de ações estruturais para a questão da água observa-se que alguns grandes e médios proprietários da região, tem se especializado na venda de água. Este fato, cada vez mais naturalizado nas áreas da pesquisa, tem contribuído para alimentar uma outra face da indústria da seca: os que detêm mais terras e águas se beneficiam com a seca, não mais exclusivamente a partir de recursos públicos, mas a partir de “um lucro justo” obtido pela venda da água.

Figura 19- Entrevistada mostra papel fornecido pela prefeitura para autorizar envio de caminhão-pipa de água



Fonte: Acervo pessoal, 2015

As famílias camponesas gastam o dinheiro que tem e que não tem para comprá-la, principalmente em períodos de estiagem, inclusive constata-se que as mulheres relataram que fazem economias para a compra de água para casa. Além disso, a perspectiva da água como mercadoria vai se disseminando e sendo adotada inclusive por pequenos proprietários rurais.

Olhando para os desafios e caminhos para transformação social, concordamos com Baptista e Campos (2013), os quais abordam que no sentido da convivência com o semiárido que vem sendo construída, o acesso à água é um dinamizador do desenvolvimento local.

Nesse sentido, os autores apontam uma proposta de reforma hídrica para que todas as pessoas do campo e das cidades tenham acesso à água para o consumo humano, pensada por movimentos sociais e estudiosos, e que tem como base o detalhado diagnóstico do Atlas Nordeste⁵⁷, realizado pela Agência Nacional de Águas (ANA). Nesta linha de transformações também estão o Programa Um Milhão de Cisternas e o Programa Uma Terra e Duas Águas, que desenhados e implementados pelos movimentos sociais e pela ASA, buscam ampliar o acesso à água potável para consumo doméstico e para produção de alimentos saudáveis pelas famílias camponesas.

Ainda nessa perspectiva o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

⁵⁷ O Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água foi originado a partir de uma sequência de estudos desenvolvidos desde o ano de 2005. Entre 2005 e 2009, os Atlas Nordeste (2005), Regiões Metropolitanas e Sul avaliaram 2.963 municípios, os quais representaram 77% da população urbana do país (ANA, 2016).

(CONSEA), no diálogo com a ASA, Articulação Nacional de Agroecologia e movimentos sociais, aborda a importância da água da comunidade, voltada para as necessidades comunitárias mais amplas, e da água de emergência. Defende assim, uma política de águas que abranja quatro dimensões complementares do acesso à água, essenciais para se garantir a segurança alimentar e nutricional de toda a população, especialmente dos mais pobres: a) abastecimento do uso doméstico de beber e cozinhar; b) A segunda água: a água de produção; c) Água para as comunidades; d) Água para os vilarejos, para as pequenas cidades e para as cidades maiores.

Schisteck (2013), por sua vez, aponta cinco linhas de luta pela água para convivência com o semiárido, baseadas em fontes naturais e tecnologias sociais adaptadas a região. Em nosso ver, essas cinco linhas de luta são básicas, devem se somar na construção de uma proposta participativa e integrada de gestão de recursos hídricos para as bacias hidrográficas e dialogar com as realidades e especificidades locais tendo em vista as diversidades dos sertões. São elas: 1-) Água de beber pela captação de água da chuva ao redor de casa; 2-) Água para o uso doméstico por meio de tanques, barreiros trincheira, cacimbas e poços; 3-) Água para a agricultura camponesa pro meio de tecnologias sócias e das próprias praticas agroecológicas, que são capazes de potencializar e conservar a água 4-) Água de emergência para estiagens prolongadas, fornecida por poços profundos e pequenas barragens; 5-) Água para o meio ambiente, que requer a conservação de olhos d'água, rios, riachos, água subterrânea e nascentes, bem como da vegetação nativa e mata ciliar, além disso, é preciso o tratamento do esgoto, o reuso e reciclagem da água.

O autor propõe que essas linhas sejam base para a elaboração de Planos de Água Municipais, que deveriam ser realizados em todos os municípios do SAB e elaborados pela sociedade civil junto as administrações públicas. Em nossa perspectiva esses planos municipais propostos são uma estratégia interessante de fortalecimento da incidência, monitoramento e controle social sobre as políticas da água locais, e podem favorecer metodologias como a Caravana da Água desenvolvida no Pajeú. Entretanto, é fundamental que estejam integradas e fortalecendo o processo de construção e gestão dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias, os quais são como planos diretores da bacia hidrográfica. Visto a qualidade e pertinência da Política Nacional de Recursos Hídricos é preciso valorizar a bacia hidrográfica como unidade de gestão da água, bem como as instâncias participativas estabelecidas por essa politica que estão em disputa, tais como os Comitê de Bacias.

Esses são alguns apontamentos para o avanço do direito a água no Pajeú e nos sertões

como um todo, e para que se construa uma cultura de cuidado com a água e com as pessoas, capaz de servir de base sólida para um desenvolvimento na perspectiva da convivência com o semiárido. Para isso necessitam-se diversos processos sociais e políticos, dos quais destacamos: a-) desconcentração ou democratização da água e da terra; b-) instrumentos políticos e técnicos que integrem os sistemas de armazenamento, sistemas de transporte e distribuição de água com equidade e justiça; c-) fortalecimento da água como bem comum e público, de gestão coletiva compartilhada entre comunidade e Estado; d-) e o protagonismo dos sujeitos de direitos dos povos e comunidades sertanejas, tais quais os indígenas, quilombolas e camponeses, valorizando os conhecimentos e práticas das mulheres.

A partir das vivências e foco dessa pesquisa, propomos dentro dessas diretrizes políticas, a responsabilização do Estado para implementação de sistemas comunitários integrados de abastecimento e gestão da água, contextualizados as comunidades e que possam ser apropriados e geridos pelas famílias camponesas.

Como pequena parte dessa proposta, por exemplo, devem ser fortalecidas nesses sistemas as tecnologias sociais de reuso de água cinza (água de uso doméstico). Existem diversas tecnologias ecológicas ou tipos de biofiltros para esse fim, tais como o círculo de bananeiras uma prática da permacultura, o Bioágua⁵⁸ implementado pela ONG Caatinga e o filtro Água Viva⁵⁹ desenvolvido pela ONG Centro Feminista 8 de Março (Figura 20). Um exemplo de sistema comunitário de abastecimento descentralizado é o que vem sendo desenvolvido pela ONG Conviver no Sertão em Miranda no Pajeú, o qual permite o acesso a água encanada nas casas por meio da gestão coletiva, promovendo também a integração das diversas fontes (cisternas, cacimbas, poços amazonas, barragem subterrâneas) existentes na comunidade, e tendo como base o conhecimento local sobre a convivência com o semiárido.

⁵⁸ É um tipo de biofiltro para reuso de água doméstica que possibilita a filtragem por mecanismos de impedimento físico e biológico dos resíduos presentes na água cinza, sendo a matéria orgânica biodegradada por uma população de microrganismos e minhocas. Com esse processo ecológico ocorre a retirada dos principais poluentes da água cinza. A água de reuso pode ser utilizada em um pequeno sistema de irrigação destinado à produção de hortaliças, frutas, plantas medicinais e outros alimentos (SANTIAGO et. al., 2012).

⁵⁹ É uma tecnologia social desenvolvida a partir da auto-organização das mulheres e para o fortalecimento da produção dos quintais produtivos. Consiste em um processo de filtragem e purificação da água usada nos trabalhos domésticos por meio de filtros orgânicos, caixas e tubos instalados nas propriedades. Utiliza-se para a filtragem produtos extraídos da região, como a palha de carnaúba e a fibra do coco triturada, em um dos tanques de filtragem pode-se plantar capim que além de ajudar no processo, alimenta os animais. Depois implementa-se o pequeno sistema de irrigação por meio de gotejamento (CF8, 2016).

Figura 20- Biofiltro Água Viva



Fonte: CF8, 2016

A partir das análises realizadas nesse item percebemos por fim, que as mulheres camponesas, organizações e movimentos de mulheres puderam construir outros olhares e práticas sobre a água e sobre a luta por direitos socioambientais, por meio dos processos de construção da abordagem e articulação social pela convivência com o semiárido, os quais serão detalhados no Capítulo 3. Todavia, a valorização dos conhecimentos e práticas das mulheres, bem como a percepção da importância estrutural da desconstrução das desigualdades de gênero ainda não estão internalizadas e incorporadas, nem nas estruturas organizativas das lutas socioambientais tais como a ASA, tampouco nas políticas públicas de convivência com o semiárido.

CAPÍTULO 3- MULHERES DO PAJEÚ E SUAS RELAÇÕES HISTÓRICAS COM A ÁGUA: (DES)CONSTRUINDO PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Nesta pesquisa a água é o ponto de partida para discussão sobre as transformações

socioambientais e políticas vivenciadas pelas mulheres nos agroecossistemas camponeses, nas comunidades e no território do Pajeú, em um contexto de convivência histórica com a Caatinga e o clima semiárido.

Consideramos que as múltiplas formas de gestão da água, e as relações simbólicas e materiais nestas envolvidas, estão diretamente atreladas aos modos de vida, cosmo visões, valores e conhecimentos dos(as) sujeitos(as) ativamente transformadores(as) da natureza e de suas realidades. Por conseguinte, as gestões das águas estão estreitamente relacionadas às condições histórico-sociais de gênero, classe, etnia e raça impostas aos sujeitos que a realizam, bem como aos conflitos socioambientais resultantes das relações de poder estabelecidas no contexto do território.

Trataremos nesse capítulo do trabalho das mulheres camponesas com a água, o qual faz parte da dimensão mais direta de gestão e transformação desse bem comum; de suas percepções e formas de organização sociopolítica em torno dos processos socioambientais de conservação e luta pelo acesso a esse bem comum; e de como as suas práxis estão inseridas nos processos sociais e políticos da agroecologia e convivência com semiárido no território.

Ao abordarmos o trabalho das mulheres com a água, elucidaremos as principais fontes de abastecimento utilizadas por elas, as suas práticas de manejo, conhecimentos e tecnologias sociais envolvidos nas formas de uso da água. Veremos também que esses trabalhos por sua vez, fazem parte da construção camponesa da agroecologia e convivência com o semiárido, que historicamente está arraigada em relações sociais e políticas, dentro da família e da sociedade.

A velha lata na cabeça vai ficando no passado das mulheres, entretanto, observamos que para mudanças estruturais acontecerem, ainda existem muitos conflitos e desafios a serem superados. É nesse sentido que discutiremos as mudanças e permanências na vida das mulheres, que como as águas, vão se fortalecendo para transpor os limites impostos pelo patriarcado e quebrar barreiras materiais e simbólicas.

A partir desse olhar e confluindo as águas da vida das mulheres, com as que correm no sertão do Pajeú, construímos três ciclos de análise, 1960-1984, 1985-1999 e 2000-2015, que permitiram uma construção crítica diacrônica das informações obtidas em campo e que serão elucidados a seguir.

Tendo como ponto de partida os elementos trazidos pelas mulheres durante as entrevistas, delimitamos o nosso primeiro período de análise a partir de 1960, fase de infância da maioria delas. Nesse tempo existiam importantes fontes naturais de água para a população local, alteradas periodicamente nos ciclos de estiagens, os quais reduziam seu volume de água

e, na maioria, dos casos também sua qualidade. Porém, essas alterações nas fontes de água também são originadas por aspectos antrópicos, inclusive dentro de um crítico processo de desertificação. Nesse tempo, como relatam as entrevistadas, as fontes de água, bem como a Caatinga, eram mais preservadas, havendo por exemplo, a maior presença de matas ciliares no entorno de riachos e nascentes e menos poluição hídrica, fatores que favorecem os ciclos ecológicos e conservação das águas, amenizando os efeitos socioambientais das estiagens anuais e plurianuais.

O contexto de vulnerabilidade socioambiental da região, abordado no capítulo 2, tornou a grande seca de 1979 a 1984 (ALMEIDA, 1995) um marco na vida dessas sertanejas, as quais enfrentaram a dura realidade da insegurança alimentar, longas caminhadas em busca de água, a dependência do trabalho nas frentes de emergência, ainda na infância ou juventude. Assim encerramos o primeiro ciclo de análise no ano de 1984, ano final da grande seca no território.

O segundo período inicia em 1985, ano de renovação e início das processuais retomadas após grande seca abordada, a maioria dessas camponesas já eram jovens (de 15 a 26 anos). O rio da vida vai correndo dentro das margens rígidas, mas não intransponíveis, do patriarcado e suas vidas seguem ora pelos cursos já delimitados naquele momento, ora com ousadia transbordam, alterando aquelas margens e criando outras possibilidades para o que antes parecia impossível. A natureza também seguia o rumo imposto pelo modelo de desenvolvimento, sendo que a Caatinga já não era mais a mesma “floresta branca” de antes, devido a disseminação do desmatamento, queimadas, processos de urbanização e degradação do Rio Pajeú, seus riachos afluentes, subafluentes e nascentes.

Nesse cenário ocorrem duas secas marcantes, a de 1992-1993 e seca de 1998-1999, consideradas do ponto de vista do clima, médias secas (Marinho, 2006), mas com grandes impactos na vida da população local, gerando quadros de calamidade socioambiental. Novamente a população dependia de políticas assistencialistas e emergenciais, mesmo essas apresentando algumas mudanças através da pressão dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Um fato fundamental entre essas secas, foi o fortalecimento da semente que daria origem a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) em 1999. Assim, o período se fecha em 1999, ano em que a semente ASA germina para gerar um novo ciclo de ações e políticas públicas para o semiárido.

Para as entrevistadas, os anos 2000 foram de grandes transformações em suas vidas, pois desde então protagonizaram a conquista de diversas tecnologias sociais para o armazenamento de água da chuva. Nesse período, o programa de cisternas desenhado pelas

organizações da ASA começa a ser implementado em dimensão experimental, sendo que em 2003 ganha força e passa a ser trabalhada em grande escala a partir do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) (Batista, 2015). Os processos de mobilização comunitária e territorial em torno do armazenamento e gestão descentralizada de água se intensificam no território. O último ciclo de analítico se encerra assim, em 2015, ano de nosso encontro para realização da pesquisa de campo.

3.1. “Cacimba rasa na flor da terra”: aonde estão as águas que correm no Pajeú?

As fontes naturais de água, tradicionalmente manejadas pelas mulheres camponesas na porção do diverso Pajeú que estudamos, e que têm sido fundamentais para seu acesso àquele bem comum, consistem em corpos d'água temporários, como o rio Pajeú e os riachos Frazão e São José dos Pilotos; nascentes de riachos, que em geral são de encosta⁶⁰; águas subterrâneas, principalmente as mais superficiais, como os lençóis freáticos que na região comumente afloram em olhos d'água ou minas d' água⁶¹; e por fim a água da chuva, culturalmente acumulada, e cada vez mais armazenada com novas tecnologias sociais, como veremos.

Segundo as agricultoras, as minas d'água, frequentes na área de estudo, se diferenciam das nascentes: “Essas minas não são nascentes. A nascente Frazão é em cima da serra, essa mina é como a água que entra em baixo da terra e sai em outra região e forma as cacimbas naturais, pequenos poços” (Alaíde, Sítio Souto, Triunfo).

Figura 21-Perda de água das fontes por evapotranspiração



Fonte: IRPAA,2001

⁶⁰Nascentes de encosta são um tipo de nascente, originadas com o encontro de camadas impermeáveis com a superfície do solo, normalmente em encostas de morros, serras ou partes elevadas do terreno (SEMA, 2010).

⁶¹Minas d'água ou olhos d'água são pontos de surgência onde a água subterrânea emerge com a interceptação do lençol freático pela superfície do terreno, ou quando a erosão atinge a água artesianas de uma camada aquífera, ou quando a água brota na superfície a partir de uma acumulação subterrânea sob pressão (SILVA, 2016).

Como podemos ver no Quadro 3 a seguir, no âmbito da agricultura familiar da região são popularmente utilizadas para acumular e armazenar a água da chuva e das minas d'água, tecnologias como as cacimbas, poços amazonas e barreiros, entretanto, a quantidade e qualidade e da água acumulada ficam diretamente vinculadas, entre outros fatores, às condições do solo e à evapotranspiração, muito alta no semiárido. Já as cisternas e barragens subterrâneas, cada vez mais utilizadas pelas(os) agricultoras(res) e observadas na área da pesquisa, estocam águas pluviais com mais eficiência.

Isso porque reduzem muito a perda de água pela evapotranspiração como podemos ver na Figura 21, bem como garantem uma melhor qualidade da água mantendo a mesma mais protegida de contaminantes externos. Os poços tubulares, também encontrados na área da pesquisa, podem permitir o acesso às águas subterrâneas mais profundas, todavia tem um custo alto e exigem conhecimento mais complexo sobre os tipos de rocha da localidade, não favorecendo o acesso dos camponeses e tampouco a apropriação da tecnologia.

De acordo com as entrevistas, essas pequenas obras, criam importantes pontos de abastecimento de água para as famílias camponesas, geridos e controlados por estas e disponíveis ao livre acesso em suas propriedades, comunidades ou no entorno. Por essas características serão denominadas por nós como fontes de água.

Quadro 3- Tecnologias hídricas adaptadas ao Semiárido construídas e utilizadas pelas mulheres camponesas da pesquisa	
Fonte de Água	Caracterização das tecnologias sociais
Barreiro  Fonte: Acervo pessoal, 2015	As famílias camponesas ao longo da história constroem manualmente pequenas barragens, chamadas barreiros. Consiste no acúmulo da água através da construção de uma parede de terra para segurar as águas das chuvas que correm no solo, de rios e riachos. As águas do barreiro são usadas principalmente para consumo humano e animal. Dependendo da quantidade de água armazenada e da sua situação são usadas para pequena irrigação e criação de peixes. As desvantagens dessas pequenas barragens abertas, são a alta perda de água por evaporação, aumentando o risco de salinização, a facilidade de contaminação principalmente pelos animais (EMBRAPA SEMIÁRIDO, 2004).
Cacimba	A cacimba é uma das formas mais simples e antigas para acumular e guardar água, utilizadas pelas famílias camponesas o consumo doméstico principalmente,



Fonte: Acervo pessoal, 2015

podendo (se estiver com água suficiente) ser usada para pequena irrigação da produção.

Consistem em escavações rasas que permitem o aproveitamento e armazenamento de águas subterrâneas mais superficiais e água da chuva. São construídas em baixadas, leitos ou margens de rios e riachos, bem como em pontos de surgências naturais tais quais os olhos d'água. As cacimbas vão se aprofundando quando a água vai diminuindo, bem como são assoreadas nos períodos de chuvas fortes e correntezas. Por serem abertas ficam vulnerais a evapotranspiração e contaminação (EMBRAPA SEMIÁRIDO, 2004).

Poço amazonas



Fonte: Acervo pessoal, 2015

O poço amazonas ou cacimbão, popularizado a partir do acesso ao cimento na região, é um poço raso de 4 a 10 m de profundidade. Construídos manualmente, sem o uso de máquinas, seguem a mesma lógica das cacimbas para o aproveitamento de águas subterrâneas mais superficiais e água da chuva. A parede do poço amazonas é feita com tijolos ou anéis de cimento, deixando sempre algumas brechas para que a água mine para dentro da estrutura. O fundo do poço não é cimentado, o que facilita a minação da água (EMBRAPA SEMIÁRIDO, 2004).

Cisterna de placa



Fonte: Acervo pessoal, 2015

As cisternas são tecnologias antigas de captação e armazenamento de água principalmente da chuva, construídas com tijolos e cimento, porém de alto custo e não acessível aos camponeses. Foi em 1955, que um sertanejo chamado Manoel Apolônio de Carvalho desenvolveu a cisterna de placas pré-moldadas, um modelo mais barato e resistente, que foi popularizado a partir dos anos 2000 com as políticas públicas propostas e implementadas pela ASA (FBB, 2014).

As cisternas mantêm a água protegida de contaminações externas e evitam a evaporação. Pode-se acoplar a elas, diversos tipos de sistemas de captação, por exemplo a captação através do telhado da casa. No padrão do P1MC, a cisterna de placa de 16 mil litros é construída ao redor da casa dos camponeses, e utiliza a captação pelo sistema de telhado. Esta armazena água de beber e cozinhar, ou a chamada primeira água (CECOR, 2016).

Cisterna calçadão

A cisterna calçadão é uma cisterna de placas de 52 mil litros com sistema de captação por meio de um terreiro ou calçadão de aproximadamente 200 m². Essa área do calçadão permite que com 300 mm de chuva sejam suficientes para encher a cisterna.

Através de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna. No P1+2 essa tecnologia é utilizada para armazenar água da chuva para pequena irrigação da produção de alimentos agroecológicos e dessedentação de pequenos animais. O calçadão também é usado para secagem de alguns grãos como feijão e milho, raspa de mandioca, entre outros (CECOR, 2016).



Fonte: Acervo pessoal, 2015

Cisterna Telhadão



Fonte: Acervo pessoal, 2015

A cisterna telhadão foi inventada por S. Alexandre, agricultor e marido de D. Solidade parte dessa pesquisa, assessorados pelo Centro Sabiá. Eles relataram que o primeiro exemplar da cisterna foi construído por eles no início dos anos 2000 e possui capacidade de armazenar 58 mil litros de água. A diferença é que seu sistema de captação de água é feito por meio de um grande telhado, sobre vigas de madeira. Em baixo do telhadão foi possível organizar um depósito para armazenamento de silo, máquina forrageira, carro de boi e até mesmo construir um galinheiro mais protegido.

Barragem subterrânea



Fonte: Caatinga, 2016

Barragem subterrânea é uma tecnologia de armazenamento de água construída no semiárido em áreas de aluvião e leitos riachos e rios temporários. A sua escavação é feita de forma transversal até a vala encontrar a camada impermeável de solo (rocha). Depois de aberta a vala, se reveste com lona ou outro material impermeável e por fim, fecha-se devolvendo a terra. A tecnologia funciona como uma barreira para água da chuva e que ali infiltra e se acumula, permitindo o armazenamento no subsolo e reduzindo muito o processo de evapotranspiração.

A partir da água da chuva acumulada que aos poucos vai infiltrando, criam-se áreas úmidas de solo, favoráveis ao cultivo de alimentos agroecológicos que necessitem de mais água e de agroflorestas, pelas famílias camponesas ou comunidade. Na época de chuva pode-se plantar culturas que necessitam de mais água como arroz e capim. Com a barragem aumenta-se ainda a água das cacimbas cavadas no leito do rio ou riacho.

De forma integrada à barragem subterrânea, são construídos poços amazonas a cinco metros de distância

	do barramento, a fim de se garantir acesso à água acumulada no subsolo também no período mais seco do ano. Essas tecnologias têm sido desenvolvidas no SAB por organizações que trabalham na perspectiva da agroecologia e convivência com o semiárido, e implementadas por meio de projetos e políticas públicas como o P1+2 (CAATINGA, 2016).
Barraginha  Fonte: Acervo pessoal, 2015	A barraginha é um tipo de barragem reinventada para potencializá-la frente as condições do semiárido. Possui de dois a três metros de profundidade, e diâmetros entre 12 a 30 metros. É construída em forma de uma concha ou semicírculo. O reservatório armazena água da chuva por no mínimo dois a três meses possibilitando que o solo permaneça úmido por um maior período. A ASA recomenda que sejam construídas barraginhas de forma sucessivas, permitindo a potencialização do armazenamento quando haver sangramento da água e criando áreas úmidas favoráveis para a agricultura. A tecnologia melhora a qualidade do solo por acumular matéria orgânica e mantém o microclima mais agradável. A água das barraginhas é utilizada para irrigar a produção camponesa e a própria umidade no entorno é favorável ao plantio de milho, feijão, maxixe, melão, pepino e outras frutas, verduras e legumes (CECOR, 2016).

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Ao longo de suas vidas, as mulheres que fizeram parte da pesquisa, recorreram de forma integrada a essas diversas fontes de abastecimento de água, as quais no decorrer do tempo, passaram a ter mais ou menos importância para o acesso à água das famílias a partir de transformações das condições socioambientais. Observamos que na maioria dos casos, desde o primeiro período de análise até hoje, muitas fontes sofreram redução significativa na quantidade e qualidade da água disponível, significativa redução na capacidade de conservar a água, bem como perda de resiliência da produção de água após o impacto das estiagens anuais e plurianuais.

Eu conheço São José dos Pilotos desde criança, eu era uma criança quando eu vinha lavar roupa junto com a minha mãe. “São José dos Pilotos: cacimba rasa na flor da terra”, no ditado dos mais velhos. Hoje em dia to com 50 anos e to vendo como São José dos Pilotos ta se encontrando: seco. Cacimba tem uma aguinha porque ta nesse período frio, passou um mês de seca as águas vão embora. Nós ficamos sem água aqui, chegando no carro pra beber, cozinhar e lavar roupa, quem não economizar dança. Ai tem que poupar muito, poucando água ta poucando o bolso, é difícil. Hoje em dia eu to vendo a dificuldade desse sítio aqui como ele se encontra. E não e só aqui, é em todo canto! (...) Meu sítio tinha água, tinha água em todo canto, no riacho... A água não tá acabando?

Claro que sim, tá acabando (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde).

A agricultora Francisca, conhecida como Pretinha e que nasceu no sítio São José dos Pilotos em Santa Cruz da Baixa Verde, aponta que no período de sua infância, na década de 1960, eram utilizadas pela comunidade seis (6) cacimbas, algumas transformadas em poços amazonas. Essas eram e são localizadas no próprio sítio, ofereciam água para o consumo doméstico e também para a produção de alguns alimentos que não eram cultivados em sequeiro na época, tais como árvores frutíferas.

Tinha a cacimba de Rita, a nossa lá de cima (...) lá no Marco tem cacimba, as vezes a gente ia buscar água lá, longe minha filha! Ai tinha a de pai, tinham mais duas lá em cima do pessoal, a mais em cima que era onde eu ia buscar água quando era jovem levava uma lata de biscoito e botava na cabeça. Derramava um bucado, chegava em casa com a maior dó. Tinha vez que eu botava meia lata na cabeça e pegava um canequinho pra terminar de encher, amarrava com uma tirinha pra não cair quando fosse botar na cabeça. Era sofrimento minha filha, hoje o povo tá muito evoluído, muito bem. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

No sítio Serra dos Nogueiras, onde vivem duas mulheres entrevistadas, pelo menos desde 1950 a principal fonte na comunidade é a cacimba do Velho Basto, hoje chamada de cacimba do Edvan (Edvan é marido de Sueli, entrevistada dessa pesquisa), pois houve mudança de dono da terra. A água dessa cacimba era muito utilizada pela comunidade para beber, cozinhar e lavar roupas. Assim, mesmo sendo propriedade particular, na prática era, e ainda é, de uso coletivo.

No começo nós sofriamos aqui sem água, era difícil. Carregávamos no jumento, na cabeça. Pegávamos na maioria das vezes na cacimba de Sueli, antes era chamada cacimba do Velho Basto, hoje é do marido de Sueli, é chamada de cacimba do Edvan. Toda a comunidade usava aquela água para beber. (Cláudia, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde)

As cacimbas são tradicionalmente conhecidas na região a partir do nome do(a) dono(a) da propriedade em que ela se encontra. Assim é muito comum que as cacimbas sejam reconhecidas como propriedade dos homens, que então tomam as decisões sobre as cacimbas, ou demais fontes familiares, independente se ele é o que mais utiliza ou não aquelas. Elucidam-se as relações de poder engendradas a partir de um sistema patriarcal onde predominantemente os homens são os proprietários da terra, e por que não dizer da água, bem como detentores do poder de decisão dentro da família sobre suas gestões e usos.

Nesse sítio todo mundo carregava água dessa nossa cacimba (Cacimba do Velho Basto e depois do Edvan), servia pra toda a comunidade até antes da seca. O primeiro ano da seca nesse sítio que eu presenciei foi em 2013, mas antes servia pra todo mundo, todo mundo podia lavar roupa na cacimba, meu marido fez a boca da cacimba e disse que não queria mais ninguém lavando roupa aqui, que podia levar a água pra lavar em casa. (Sueli, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde)

Nos períodos críticos de estiagem, a função de uso da cacimba em questão passa a ser exclusivamente para água de beber e outras fontes eram utilizadas para as demais atividades, tais como as fontes do sítio Gameleira.

No município de Triunfo, nos entornos do Sítio Carnaubinha e Sítio Souto onde vivem Dona Soledade e Dona Alaíde respectivamente, também existiam diversas e importantes fontes de água para as famílias rurais. Como explica o agricultor Seu Alexandre (marido de Soledade):

Aqui tem 3 olhos d'água, são nascentes, tem um que é no Frazão, um outro que é no Tomazinho que cai dentro do riacho do Frazão, e tem um outro que se chama olho d'água de Dominga que fica aqui em cima do pé da Serra de Carnaubinha. Ainda tem água nos três, Frazão abastece uma parte do Souto e Oiticica, o Tomazinho abastece uma parte do Souto e um pouco de Carmo e Carnaubinha. E o olho d'água de São Crispim, de Dominga como falavam, esse abastecia só umas 6 ou 7 casa, hoje consegue abastecer umas 3 casas (Alexandre, Sítio Carnaubinha, Triunfo)

Os(as) agricultores(as) de Carnaubinha reconhecem essas fontes como olhos d'água, sendo que duas são nascentes de afluente e subafluente do Rio Pajeú, Frazão e Tomazinho respectivamente. O olho d'água de São Crispim ou de Dominga, era o que abastecia a casa de Soledade na infância e tem reduzido sua capacidade de produção de água segundo o relato.

O rio Pajeú, riachos e olhos d'água na prática das famílias agricultoras sempre foram bens comuns, de uso e gestão coletiva. Além da tradicional presença de pequenos reservatórios comunitários de uso e gestão compartilhada entre os membros da comunidade (como cacimbas e pequenas barragens), existem fontes de água (tais como as cacimbas e poços) que normalmente fazem parte da infraestrutura privada de uma família. Mesmo estas últimas, entretanto, em épocas de estiagens, se forem volumosas, são compartilhadas com as comunidade.

Nesse período, havia relativamente menos fontes de águas comunitárias disponíveis. Segundo as entrevistadas, a preferência era sempre que possível utilizar a cacimba pertencente a sua própria família, entretanto, uma estratégia recorrente em períodos de estiagem era, e em geral ainda é, o compartilhamento das cacimbas, poços, ou fontes privadas familiares, já que alguns secavam mais que outros.

Concordamos com Vanete Almeida (1995) que “a seca estimula muito a solidariedade entre as pessoas, levando-as a dividirem o que não têm. Estimula também os trabalhadores a unirem as suas forças para enfrentarem os problemas comuns. (...) é um pouco contraditório, mas de uma situação tão ruim podem sair coisas boas”. Ressaltamos que essa solidariedade é exercida principalmente pelas mulheres, que permanecem nos sítios durante as estiagens, enquanto seus maridos vão em busca de renda em outras localidades. Assim como percebem a água como um bem comum essencial a vida, o qual deve ser acessado e compartilhado por todos. Podemos dizer que é parte da cultura local a gestão coletiva da água, ocorrendo o uso compartilhado das cacimbas de vizinhos do mesmo sítio, bem como de sítios do entorno, além da gestão coletiva das próprias fontes comunitárias.

Vandana Shiva (2006) traz discussões importantes sobre a água como um bem comum. Segundo ela essa perspectiva tem o potencial de desmontar uma das bases do pensamento liberal de que a competição é necessária para regular e organizar o uso dos recursos naturais, já que em estudos sobre povos tradicionais de diversas partes do mundo a água como bem comum é fortalecida nas comunidades que vivem em localidades com pouca água disponível:

Sob condições de escassez, a gestão de sistemas de água sustentáveis evoluiu da ideia da água como um bem comum passado de geração em geração. O trabalho de conservação e construção comunitária tornou-se o investimento primordial nos recursos da água. Na ausência de capital, pessoas trabalhando coletivamente fornecem a maior entrada ou “investimento” em trabalhos relacionados à água (SHIVA, 2006).

Outra fonte importante no sítio São José dos Pilotos, no primeiro período de análise (1960-1984), era o riacho temporário de mesmo nome da comunidade, o qual era utilizado no inverno para lavar roupa pelas mulheres, as únicas que desempenhavam e desempenham esse trabalho, geralmente realizado no próprio local das fontes. Quando estava com água, o riacho era utilizado ainda para tomar banho e para o lazer da comunidade.

Lavava a roupa no riacho nesse riacho, o riacho era bom quando chovia, agora foi como se água sumisse. Tomava banho, as crianças tomavam banho naqueles poços, era meio mundo de criança tomando banho (...). (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

As cacimbas e riacho do sítio São José dos Pilotos eram fontes fundamentais nesse primeiro período não somente para as mulheres da comunidade, mas também para outros sítios do entorno como o São Mateus. Dona Nenem, que nasceu nesse último sítio explica:

Eu conheço aqui desde os meus 12 anos de idade, eu vinha lavar roupa aqui com minha mãe (...) do meu sítio São Mateus eram 5 quilômetros, final de ano lá seco e aqui bastante, bastante água, o riacho correndo aí, o pessoal chamava riacho São José dos Pilotos. (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Em um contexto geral da região, lavar roupa era, e ainda é, um trabalho árduo realizado pelas mulheres, já que eram necessárias longas caminhadas com a trouxa de roupas de toda a família. Eram também momentos onde as mulheres na beira dos riachos, rio e cacimbas se encontravam, trocavam conhecimentos e informações sobre a vizinhança, inclusive sobre a problemática cotidiana da água, sendo uma das poucas oportunidades de estar fora de casa entre apenas mulheres.

No meu caso era raro quando os homens iam, principalmente no tempo que não era tanta seca. Eu sempre tive que lavar roupa em outros sítios. (...). Quando eu era solteira eu ia lavar muita roupa lá na Gameleira, porque lagoa do Almeida é ruim de água. Mesmo quando não tava na seca, sempre lavava lá. Quando não tava época de seca só eu lavava lá, porque os outros tinham água mais perto. Mas os homens não iam não. Eu carregava e lavava dois sacos de roupa, só Deus! Carregando água, e meus irmãos em casa. Não iam não. Já sofri muito. (...) Eu lavava roupa de 10 pessoas da casa da minha mãe. Sozinha, pra ir pra escola de meio dia, homem não ia ajudar não, e pra ir buscar roupa no animal iam brigando. Carreguei muito peso, vivo doente da coluna hoje por causa de peso. (Sueli, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde)

Hoje, com as cisternas dentro das propriedades familiares como discutiremos mais a frente, as condições para realização desse trabalho mudaram muito, pois muitas das mulheres podem fazê-lo no quintal de casa utilizando a água da cisterna destinada a produção. Todavia, ressalta-se que esse continua sendo obrigação apenas das mulheres.

(...)
Lava, lava lavadeira
A roupinha de passear
Era uma menina de um tamanho assim
Uma trouxa de roupa assim
Um pedacinho de sabão assim
E o sol por ali assim

Uma lagoa desse tamanho
E um pouquinho de água assim.
(...)

(A Lavadeira- Cantiga popular)

Desde o primeiro período analisado (1960-1984) o sítio da Gameleira é apontado como um dos locais mais importantes em termos de fornecimento de água para as famílias agricultoras de diversas comunidades do município de Santa Cruz da Baixa Verde.

Na Gameleira, lá é bom de água, tem cacimba, minas de água tipo nascente, no terreno da minha tia tinha até mina, eu ia lavar roupa lá. (Sueli, Sítio Serra dos Nogueira, Santa Cruz da Baixa Verde)

Tem um senhor aqui no sítio da Gameleira que tem um poço, que a água dele foi feita uma análise, faltou um grau para a água mineral. Muita gente encanou dessa água para beber e cozinhar (...). (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Na percepção das entrevistadas, a relativa abundância de água potável existente no sítio da Gameleira está associada à conservação da Caatinga nessa localidade.

O sítio Gameleira que é rico de água, lá é mais preservado do que aqui, tem essa mata aqui que dividi Gameleira e São José dos Pilotos. Aqui também fica um pouco preservado. (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Nesse primeiro período analisado, já havia a prática tradicional, realizada pelas mulheres, de guardar água da chuva nos arredores de casa. Elas utilizavam recipientes improvisados e os potes de barro, que passavam de mãe para filha. A pequena quantidade de água guardada era utilizada por elas em diversos trabalhos domésticos, principalmente para beber e cozinhar.

Se chovesse a noite a gente nem tambor de 250l de água a gente tinha. Eram aqueles baldinhos, aqueles potinhos, potinhos da antiguidade. Eu ainda tenho esse pote, ele tem mais de 100 anos, ele era da minha avó, que botava pra pegar água, lavava bem lavadinho que era essa água pra beber e cozinhar, e tirava um pouquinho pra tomar banho. (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

No Sítio Souto, município de Triunfo, no primeiro período as minas de água e as cacimbas que elas construídas sobre elas, eram a principal fonte de água no inverno, quando afloravam com abundância na área do sítio. No verão ainda eram utilizadas as cacimbas, mas com capacidade de produção de água muito reduzida, bem como a nascente do Riacho Frazão, em cima da Serra.

Na minha infância era muito difícil, não tínhamos abastecimento de água. No inverno tinham pequenas minas de água e tínhamos água com fartura. No verão eram as cacimbas, onde muitas famílias ficavam numa fila de água, esperando criar um pouquinho de água para cada um pegar um pouquinho(...) Ficávamos esperando para pegar uma ou duas latas de água, dependendo quantas pessoas fossem pegar água da família. Assim a gente tirava todo verão, para lavar roupa era muito distante, tinha que subir 2km, ou 3 km, íamos lavar roupa na nascente porque a água era mais forte. (Alaíde, Sítio Souto, Triunfo)

Ainda em Triunfo, Dona Solidade morava nessa época, próxima ao Sítio Carnaubinha, no qual vive hoje, e as principais fontes de água eram os olhos d'água da Serra de Carnaubinha, também chamada Serra São Crispim. Essas fontes eram utilizadas nos invernos e não secavam totalmente nos verões, nos quais também eram importantes.

Na minha infância onde eu morava não faltava água, era aqui mesmo no pé da Serra em Carnaubinha, ainda tem lá os olhos d'água. Tinha bastante, a gente carregava na cabeça. ... gente morava no pé da Serra de São Crispim, outros chamam de pé da Serra de Carnaubinha, nasci e me criei lá. (Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo)

Já no município de Calumbi, uma das agricultoras que mora desde que nasceu (1954) nas margens do Rio Pajeú, relatou que a principal fonte de água para beber, cozinhar e fazer todos os trabalhos domésticos era o próprio rio.

Tinha que cavar as cacimbas no rio e botar uma lata: tirava o fundo da lata, cavava um buraco na areia e enterrava a lata, daí a água subia. Ai pegava água durante o dia e de noite bota uma pedra bem grande pra cachorro de noite não beber a água da cacimba. Eu mesma fazia isso, era o maior sofrimento... (Eunice, Sítio Barra, Calumbi)

Nos períodos em que o rio se encontrava seco eram construídas cacimbas em seu leito, além disso, outra prática comum era enterrar latas em pequenos buracos manuais para captar e armazenar as águas, que já filtradas pela areia, afloravam com facilidade. A agricultora aponta que a água era popularmente considerada pela população local de ótima qualidade, usada como água potável.

Na percepção da mesma, existem mudanças evidentes nos ciclos de secas e cheias periódicas do Rio Pajeú, se comparados aos dias de hoje. Os períodos de cheias costumavam durar de 5 a 6 meses, sendo a cheia máxima de aproximadamente 8 dias. O rio tinha ainda, naquele tempo, grande importância para a segurança alimentar e nutricional das famílias, pela água em si que é alimento, mas também por possibilitar também a pesca. Além disso, era fundamental para o lazer e bem-estar das comunidades.

Era muito bonito, tudo coberto com os pés de árvore grande, hoje tem muita diferença quando eu tinha uns 12 anos eu lembro... Tinha peixe no rio, a gente pescava, nuns poços ficava peixe, era peixe grande, era mais Traíra e Comatá que é um peixe que o povo diz que é carregado. Meu pai cansou de pescar no rio, chegava em casa com um saco de peixe. (...) No tempo do rio, tomar banho, pescar, era bom demais, chupar cana no rio, pegava aquelas facas: borá pro rio! Na beira do rio a gente plantava as canas, quando o rio vinha com muita água, ano de inverno mesmo ai levava tudo, quando baixava plantava de novo. Em 90 dias já tinha cana pra chupar, quando chovia era bom demais. (Eunice, Sítio Barra, Calumbi)

Na análise do segundo período de nossa pesquisa (1885-1999), percebem-se algumas mudanças em relação as fontes de água utilizadas pelas mulheres camponesas. Em São José dos Pilotos destaca-se como novidade a construção do poço amazonas comunitário, também chamado de cacimba, em 1989. O poço foi construído pela própria comunidade como parte das ações da política emergencial. Essa nova fonte de água era utilizada também por mulheres de sítios e vilas do entorno para atividades domésticas, inclusive para beber e cozinhar, apesar de não ser da qualidade ideal para esses fins, segundo a agricultora entrevistada. Além disso, o novo poço comunitário foi muito importante para manter a produção da horta da família de Dona Nenem, e outras produções de alimentos da comunidade.

Tinha um poço pequeno cavado pela emergência aqui na comunidade, o senhor assinou esse poço para a comunidade pegar água para consumo de casa e lavar roupa, vinha bastante mulher da rua. (...) Essa cacimba foi cavada, nós aqui trabalhamos, ganhamos dinheiro pela emergência. O poço fica para a comunidade, a própria família trabalhou ganhando também pro poço ficar na terra da família. O dono da terra assinou esse poço, não sabia escrever, botou o dedo, pra o poço ficar pra comunidade. A água era boa, dava pra beber na época. A gente ficou usando ele e tirando água pra horta desse poço. Foi há uns 26 anos que ele foi feito. Esse poço ficou pra todo mundo que precisar da comunidade, não era uma água de muito de qualidade, era boa, era doce. (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

As cacimbas particulares, cacimba comunitária e o riacho continuaram sendo muito utilizados durante o segundo período de análise tanto em tempos de chuva, quanto nas estiagens. Segundo a agricultora antes de 1994 nunca havia acabado totalmente a água em São José dos Pilotos. Em 1994, ano de impacto da seca de 1992-1993, muitos tiveram que buscar água no sítio Gameleira, pois todas as fontes de água (cacimbas, poço comunitário e riacho) do sítio secaram. Uma das entrevistadas relata que essa foi a primeira vez, dentre todas as estiagens que havia vivenciado, que foi preciso ir à Gameleira, aos 34 anos de idade e já com filhas.

A primeira vez numa seca que a gente teve que buscar água lá, levava o jumento, meu marido vinha com os galões nas costas, elas pequeninhas com garrafinhas de água, botava na cabeça e vinha. Parecia uma procissão, quando ia buscar água lá. Eita! Eu vou também eu vou também! E juntava meio mundo de gente do sítio e ia, era divertido. Mas era sofrido. (...) Ai a gente ia lavar roupa lá na Gameleira, longe! Botava aquela trouxa de roupa na cabeça e ia. Quando a água tava pouco, que aqui não tinha, que o riacho não tava correndo mais e as cacimbas davam no casco o povo ia buscar água na cabeça. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Além da seca 1992-1993, destaca-se em seguida a seca de 1998-1999, as quais apesar de serem do ponto de vista climático médias secas (Marinho, 2006), para a população local

tiveram grande impacto social. A busca por água para as mulheres da pesquisa ia se tornando cada vez mais difícil. A Gameleira, por exemplo, desde então passou a ser um dos principais locais para as mulheres, de diversas comunidades do município de Santa Cruz da Baixa Verde, buscarem água em períodos críticos de estiagem, assim como já vinha sendo desde o primeiro período de análise para as mulheres do Sítio Lagoa do Almeida e de outras localidades.

Em Triunfo, por sua vez, no sítio Carnaubinha nos verões era necessário caminhar até a área da nascente Frazão no sítio Souto para buscar água de beber e até o sítio Brocotó para lavagem de roupa: “No inverno tinha água, no verão ia pegar água pra beber lá no Solto ou no Brocotó, pra lavar roupa eu ia pro Brocotó lá onde tem as cajaranas. Era muito longe, uns 3 km até lá” (Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo).

Para Dona Solidade, que vive praticamente nessa mesma área desde que nasceu, a última seca considerada por ela grande, como a que vivemos atualmente em 2010, foi em 1992-1993 na qual ela destaca a importância da barragem comunitária de Carnaubinha que estava cheia na época e fornecia água para a produção de alimentos.

Entrevistadora: A senhora lembra de outra seca como essa de 2010?

Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo: Em 93, só que foi menos que essa porque tinha a barragem de Arraes, Arraes porque foi Miguel Arraes que mandou fazer, a primeira barragem aqui de Carnaubinha. Ai ela tava cheia, pra gente que morava perto não foi muito sofrido porque plantava ao redor dela, tinha batata, repolho essas coisas assim.

Já no inverno a água era abundante, pois o Riacho Frazão, também chamado de Riacho dos Italianos, corria na área do sítio Carnaubinha. Com o passar dos anos a degradação do solo e vegetação da mata ciliar do Riacho Frazão, gerada de acordo com as agricultoras, principalmente devido às queimadas na região para realização da agricultura e pecuária, reduziram significativamente a quantidade e qualidade da água do riacho. Desde 2011, Dona Soledade e seu marido Alexandre, realizam o reflorestamento da mata ciliar do riacho Frazão a partir do cultivo de um sistema agroflorestal o qual mescla o plantio de espécies nativas e outras de importância alimentar.

Entrevistadora: Tem algum riacho por aqui?

Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo: Quando chove tem, corre água bastante, é o riacho que vem do Souto.

Alexandre, Sítio Carnaubinha, Triunfo: Chama Riacho Frazão, Riacho dos italianos, porque morava um pessoal do tempo antigo daí batizaram riacho dos italianos. Tem outro que cai nesse que faz esse outro Riacho do Nazarro. Cai tudo no Pajeú. Esse Frazão é o que foi o reflorestamento através da Petrobras e do Sabiá.

Em relação a captação e armazenamento da água da chuva ao redor de casa, nesse segundo período, na concepção das mulheres, ocorreram avanços significativos a partir das ações do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), através dos quais adquiriram tonéis de 250 litros (Figura 22), importantes para guardar água da chuva ao redor de casa para a realização dos trabalhos domésticos e produtivos, num período onde não possuíam cisternas e outras tecnologias. Algumas famílias da região possuíam tanques de cimento, as cisternas tradicionais, para armazenar água da chuva, mas as mulheres entrevistadas não tinham acesso a essas tecnologias de maior custo.

Figura 22- Armazenamento de água da chuva ao redor de casa em tonéis de 250L, com captação por calha



Fonte: Acervo pessoal, 2015

As águas do Rio Pajeú já não eram mais as mesmas e sua degradação levou a mudanças nas suas funções de uso. Segundo a agricultora entrevistada, Dona Eunice da zona rural de Calumbi, a água do rio continuava sendo uma fonte importante para as famílias agricultoras, mas já não era mais adequada para beber. Dessa forma, ela por exemplo, passou a utilizar água do rio apenas para o banheiro, limpeza da casa e dessedentação dos animais. Água de beber, cozinhar, lavar louça era comprada no distrito de Canaã, zona rural do município de Triunfo.

No último período de análise (2000-2015) ocorreram mudanças significativas em

relação as fontes disponíveis de água, principalmente com intensificação no território dos processos de mobilização social para capilarização de infraestruturas de estoque de água da chuva, a partir de tecnologias sociais adaptadas a vida no semiárido, como será discutido mais adiante.

As demais fontes de água, naturais e construídas, usadas nos períodos anteriores, continuam sendo fundamentais, já que a racionalidade e práticas das famílias camponesas de convivência a região têm sido, historicamente, integrar as diversas fontes de água. Quanto mais diversidade de fontes melhor, e quanto mais água armazenada mais segurança alimentar e nutricional. Nesses pontos da diversificação e armazenamento, esse último período se destaca positivamente.

Um marco importante desse período é a grande seca iniciada em 2010. A qual, segundo Schistek (2013) era prevista desde conhecidos estudos de longa data do Instituto de Atividades Espaciais (IAE), que evidenciaram a ocorrência de grandes secas tais como a de 1979-1984, a cada 26 anos no semiárido brasileiro. Mesmo assim, a partir de 2010 assistiu-se em todos os territórios, o rápido ressurgimento do discurso e prática do “combate a seca”, bem como o de sua pior face, o velho sistema político-econômico da “indústria da seca”, que se concretizou a partir de velhos e novos elementos. No Pajeú houve, por exemplo, como visto no campo dessa pesquisa, a intensificação da implementação das comprovadamente ineficientes cisternas de plástico e a “ressurreição” do projeto do DNOCS de 1933, da grande Barragem da Ingazeira, a qual sobre o mote da emergência frente a “catástrofe da seca”, começou a ser construída em 2013, baseada nas informações do mesmo projeto e diagnóstico socioambiental de 80 anos atrás.

Apesar do déficit de políticas públicas estruturais baseadas na convivência com o semiárido, por longo período entre as três décadas que separam as grandes secas, os programas da ASA, associados a políticas públicas para agricultura familiar como ATER agroecologia, ATER Mulher, bem como as políticas sociais como o Bolsa Família, promoveram uma grande melhoria na vida das famílias camponesas do território. Discutiremos mais a frente como concretamente se modificaram as situações de insegurança hídrica e alimentar vivenciadas nas outras secas.

Atendo-nos aos impactos nas fontes de água, entre outros aspectos, a estiagem de 2010 reduziu drasticamente a quantidade de água disponível, e tem revelado a importância da integração das diversas tecnologias sociais para o armazenamento e potencialização da água disponível.

A de 16 mil litros não encheu, mas a calçada tá cheia! É porque o calçada é 10 metros por 20 metros, aí a chuva que vem, que cai ali, vai toda pra dentro! Foi um milagre mesmo porque a chuva esse ano (2015) não tem sido muita chuva. (...) pensamos que não ia chover mas veio a trovoada, depois no mês de outubro choveu nunca a gente esperava que ia chover daquele jeito e encheu mais. Quando foi em janeiro ela já tava mais de meia, janeiro e fevereiro começou uma chuva mais forte e ela quase transborda, passou o ano todinho com água. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Outro aspecto que queremos destacar sobre a proveniência da água entre 2000-2015, é a intensificação da compra de água pelas mulheres camponesas, especialmente durante a estiagem. As entrevistadas relatam que existe um mercado local da água, que no caso não envolve grandes latifundiários ou coronéis, mas sim médios proprietários de terra, inclusive sindicalizados como trabalhadores rurais e que possuem cacimbas e poços com maior potencial hídrico. Esses vendem água encanada, e/ou em botijões para as famílias rurais do entorno. Em Santa Cruz da Baixa Verde as entrevistadas do sítio São José dos Pilotos por exemplo, relatam diversas situações de compra de água encanada e botijões de 250 litros de água do sítio Gameleira.

É assim eles lá da Gameleira fornecem a água encanada, mas tem as pessoas que eles levam no carro mesmo, porque tem gente que não tem cisterna, naquelas casas que não tem reservatório é encanada e eles botam por semana, uma duas vezes por semana. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

O homem da Gameleira tem bastante terra também, ele encanou (água) pra gente, para gente pagar pra ele. Eu até ainda botei dessa água, mas daí eu vi que a situação financeira ia ficar difícil pra mim e eu quis perfurar meu poço artesiano. Eu juntei um dinheirinho e comprei essa água, depois eu fiquei só com água da chuva mesmo da cisterna. (...) A cacimba particular da Gameleira que o homem encana pra receber 55 reais por mês e a água mal chega, e ele disse que a cacimba já tá seca, ele disse aqui em casa... De 15 em 15 dias ele solta 1 mil litros de água, não adianta não, é muito caro. (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Em Calumbi, Dona Eunice que já não pode consumir para beber e cozinhar a água do Rio Pajeú, também precisa comprar água no distrito rural Canaã, pertencente a Triunfo, além disso, conhece pessoas do próprio sítio em que vive, que vendem água de seus poços particulares na região.

O homem que mora ali em baixo, Vaninho, acho que passa uns 10 a 12 pipas por dia que ele vende. Vaninho o presidente da associação vende a água nos pipas... carro-pipa mesmo. Tira do poço que nem esse nosso, o poço é dele mesmo. (Eunice, Sítio Barra, Calumbi)

Esses relatos nos apontam para a ocorrência de uma nova face do processo de mercantilização da água no meio rural da região. Como discutido no primeiro capítulo, a privatização e mercantilização da água são processos associados e interdependentes. No contexto da região, sabemos que o grande movimento de privatização da água se deu através do processo histórico de concentração de terra e água no semiárido, representado nos grandes latifúndios beneficiados pela política de açudagem e frentes de emergência. Na pequena porção estudada do Pajeú, hoje não temos a presença significativa de grandes latifúndios, mas a lógica de dominação da terra e exploração dos(as) camponeses(as) está presente.

Queremos problematizar que existem incentivos governamentais a partir da incidência política de ONGs e movimentos sociais para a construção de pequenas infraestruturas hídricas no âmbito da agricultura familiar. Essas embora sejam inquestionavelmente estratégicas e fundamentais para melhoria de vida e segurança alimentar, mas onde fica a responsabilidade do Estado sobre a gestão dessa água para as famílias camponesas?

Dependendo da forma como é realizado o processo de implementação das políticas de cisternas, pode-se até mesmo se enfraquecer a importância da responsabilização do Estado na garantia de direitos e gestão da água, que deve ser compartilhada com a comunidade e não apenas responsabilidade da mesma. Outra questão é que, tal como defende a ASA, as tecnologias sociais implementadas não conseguem garantir a consolidação da segurança hídrica, soberania e segurança alimentar. São necessárias políticas públicas integradas para se avançar no direito à água, e o que se observa é que os programas de cisternas propostos e executados pela articulação, são as únicas políticas de água que de fato chegam as famílias camponesas. Estas obviamente não são suficientes, haja vista o déficit do saneamento básico com destaque à ausência de abastecimento de água encanada, necessidade de integração dos reservatórios existentes e de garantir que essa água chegue nas casas das famílias por sistemas de transporte (bombas e canos) e do fortalecimento das cinco linhas de luta pela água, abordadas no capítulo 2.

Dentro das cinco linhas de luta pela água (água de beber, água doméstica, de produção, para emergência e para o ambiente) queremos reforçar a importância das fontes de águas comunitárias. Fontes comunitárias construídas em terras camponesas, bem como os rios e riachos, além de garantirem a diversificação das fontes para essas famílias, necessitam de uma *gestão coletiva*, que por sua vez a-) é fundamental para a conservação das fontes, b-) para o fortalecimento da água como bem coletivo e público, c-) e para o enfrentamento da ideia liberal da tragédia dos comuns vista no capítulo 1.

Observamos que um enfraquecimento da água como bem comum, somado a uma prévia concentração de terras e águas, mesmo entre o setor da agricultura familiar que é amplo e diverso, pode estar engendrando um aumento do interesse na venda de água pelos que as detêm em maior quantidade.

Identificamos que a demanda das mulheres por venda de água está muito relacionada a um positivo aumento de renda nos últimos anos, através do fortalecimento da produção e políticas sociais, todavia, sem acesso a um saneamento básico público de qualidade. Quando a cisterna de “primeira água” não enche, hoje a segunda opção para beber e cozinhar é comprar água, para a maioria delas. Ter um local adequado para armazenar água, tal como as cisternas, também possibilita a compra de água, quando ocorre as estiagens prolongadas.

Com a cisterna a gente tem um recipiente pra colocar água, se não tiver água da chuva, você faz uma economia e compra. Porque a água é vida, a gente não pode viver sem água. Sem água é ruim, quer ver a pessoa sofrer é ir na cisterna e ver o balde e não ver a água. É triste, muito triste. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Constatou-se também que nos casos identificados, são homens que estão a frente na comercialização da água, e aqui atribuímos esse fato primeiro ao domínio histórico desses ao espaço público e às relações monetarizadas que ali se dão, o que se mantém pouco alterado no meio rural. Além disso, como temos apontado, as mulheres possuem uma relação diferente com a água. Sem mistificadas ou julgamentos morais, é fato que elas desenvolveram uma relação de cuidado com água, que permite associar esse bem comum a reprodução da vida, ao bem-estar dos seus filhos e da sua família. Contraditoriamente, uma relação profunda e radical no sentido de ser ligada a raiz da vida e contra a mercantilização da natureza, nasce como efeito indireto (de forma alguma funcional) de uma relação opressora, que impõe à mulher um lugar na família e sociedade.

Eu nunca! Precisar todo mundo precisa... mas vender água... eu não quero esse dinheiro não... não acho certo vender água não! (Eunice, Sítio Barra, Calumbi)

Além disso, as mulheres relatam, no último período de análise, que também acessaram a água trazida pelos caminhões-pipa do governo federal (distribuído pelo exército), e/ou do governo estadual (IPA- Instituto Agrônomo de Pernambuco), e que normalmente são coletadas em fontes como poços artesianos e açudes da região, mas que não são adequadas para beber e cozinhar. Na região do Pajeú se intensificam a distribuição da água de emergência dos caminhões-pipa do governo federal e estadual nas estiagens, mas é uma prática que ocorre o

ano inteiro mesmo com chuvas. Muitas vezes a água distribuída por esses serviços públicos é comprada de grandes fazendeiros. Além disso, também relata-se uma distribuição seletiva pelos poderes municipais, que compram também essa água e ou administram algumas entregas e coletas nas fontes locais.

Na percepção das mulheres essa prática da distribuição de água por meio dos caminhões-pipa, gera dependência a um poder público muitas vezes ineficiente, e devido sua irregularidade de distribuição, instabilidade na qualidade do serviço e da própria água, bem como as relações políticas que fazem parte da dinâmica com o poder local, não é segura para suprir as necessidades hídricas de suas famílias.

Assim, reafirmamos aqui que por mais que na teoria o abastecimento de água por meio dos caminhões-pipa faça parte das políticas públicas emergenciais, até hoje não é, na prática, um serviço público garantido, muitas vezes dependendo de acordos com o poder político local que alimentam a perversa “indústria da seca”. Apesar de ser importante para as famílias devido a situação atual de ausência de sistemas de abastecimento eficientes, precisa ser estipulado um prazo e metas para que não se precise mais desse serviço provisório que se tonou permanente e assistencialista.

O último aspecto que gostaríamos de destacar sobre as fontes de água e as relações socioambientais das mulheres com estas, é a degradação ambiental das nascentes, minas ou olhos d'água, rio e riachos da região.

No decorrer de todos os períodos analisados, ou seja, de 1960 até 2015, os olhares atentos das mulheres sobre as fontes locais de água, baseados em seus conhecimentos acerca das dinâmicas do clima, vegetação e fauna nativas, nos apontam uma crescente degradação da caatinga e das fontes de água, e de seus processos ecológicos, intrinsecamente relacionados (ARCOVA et. al., 2003; OLIVEIRA e KAZAY, 2015).

Fundamentando-nos nas percepções, das mulheres é possível identificar uma significativa perda de resiliência das fontes na capacidade de produção de água de qualidade, entre os períodos de estiagem e chegada das novas chuvas. Esse fato revela a intensificação da dificuldade de acesso às águas das fontes naturais pela redução das disponibilidades e qualidades hídricas, não somente devido aos ciclos de estiagens naturais, mas também a partir de ações antrópicas que vem gerando graves impactos socioambientais ao longo dos anos (Quadro 2), aumentando ainda, o risco de intensificação da desertificação vista a vulnerabilidade ambiental da região.

Observou-se ainda que, com esses processos de degradação, as fontes foram sofrendo

mudanças nas suas funções de uso devido à redução de sua potabilidade. De acordo com as entrevistas (Quadro 4), algumas cacimbas do Rio Pajeú, por exemplo, no primeiro período de análise eram fontes cruciais de água para beber e hoje não suprem mais essa necessidade, pois não estão mais adequadas para esse tipo de consumo.

Quadro 4. Percepções das mulheres camponesas acerca dos impactos socioambientais sobre as fontes de água	
Impactos socioambientais	Percepções
1. Redução do volume de água do riacho temporário São José dos Pilotos e das cacimbas da comunidade em Santa Cruz da Baixa Verde (para além dos impactos “naturais” das médias e grandes secas)	<i>“Primeiro você cavava uma cacimbinha bem miudinha assim, rasinha, as veias transbordavam. Agora você tem que cavar 50, 60 metros abaixo do chão pra poder ter água.(...) Antes (de 1994) não faltava água aqui na comunidade. Eu fico admirada como foi que essas cacimbas daqui secaram desse jeito, elas eram boas de água. Só secavam mesmo quando era uma seca grande e não chovia .”</i> (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde) <i>“Hoje tem o riacho, agora assim... o local só. Tá seco, secou né, ele tá seco há uns 3 anos. Antes dessa seca (2010) tinha um pouquinho de água, chovia pegava um pouco de água depois parava, mas água como ele tinha já faz muito tempo, muito tempo que aqui ficou uma negação de água. De botar água mesmo valendo tem uns 15 anos. (...) Tinha um olho d' água, onde cavou o poço amazonas (em 1989). Quando o riacho secava ela vinha descendo aquela aguinha, bem rasinho na terra, era importante! Ela tinha três palmos pra baixo da terra, era bem rasinho. Agora as cacimbas tão tudo profundas, a água sumiu. As cacimbas têm só um pouco de água, tá muito diferente (...). Mudou muito, era água muita, muita, muita água, lavava no riacho, tomava banho no riacho, eu tinha medo de me afogar dentro, era poço grande de água, hoje em dia ta parecendo o que? Ta parecendo um sertão!”</i> (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)
2. Deterioração da qualidade da água das cacimbas no sítio Serra dos Nogueiras em Santa Cruz da Baixa Verde	<i>“foi colocado veneno aqui no terreno vizinho aqui de frente a nossa cacimba. A água passou muito tempo salobra, cortava sabão. A gente tomava a água e sentia ela pesada. Eu falei pro meu marido, essa água não é desse jeito. Ele disse essa água ta salgada mesmo. Depois eu descobri que foi o veneno que o homem passou no mato. Ele foi pelo solo, o solo filtra. A cisterna nem tanto porque ela é de chuva né. Mas cacimba principalmente e as minas influência sim.”</i> (Sueli, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde)

3. Redução do volume de água do rio Pajeú	<i>“Eu morava perto do rio Pajeú quando era criança, morei em Calumbi. Era muito bom, muita água, passava direto, já agora.... Passava meio mundo de tempo a gente tomando banho no rio, os poços que tinham no rio enchiam de água, e o rio correndo 5, 6 meses. Botava aquela enchente forte, com 8 dias ele baixava, mas não muito, continuava até o final do ano. No final do ano a gente tomava banho de rio.(...) Tinha época que secava e tinha que ir na cacimba...esse rio ficou com uma cacimba muito profunda, sempre ia aumentando a profundidade pra pegar água, ela ficou tão funda que caiu a barreira.” (Eunice, Sítio Barra, Calumbi)</i> <i>“Então do jeito que eu vi a nascente, seca, o rio permanece seco, ate aqui embaixo. Ele só tem água quando chove, se chover nos riachos e se haver o encontro de águas. Ele sempre foi um rio temporário, mas sempre durante o período do inverno todinho ele teve água. Começou a piorar de uns 15 anos par cá, já tem muito tempo.” (Alaíde, Sítio Souto, Triunfo)</i>
4. Degradação da qualidade da água do rio Pajeú	<i>“Quando cheguei aqui nesse sítio, tinha que comprar água de beber em Canaã. Comprava, porque a água do rio a gente tinha medo de tomar. Quando o rio bota água, a água do rio fica da cor de lama, vermelha, não presta pra lavar louça, lavar nada... antes era diferente, mudou muito. (...)O povo diz que jogam até esgoto no rio. Eu mesa nem cozinho nem bebo a água do rio, dizem que de Afogados da Ingazeira, de Flores e Carnaíba cai tudo dentro do rio sem nenhum tratamento.” (Eunice, Sítio Barra, Calumbi)</i>
5. Erosão e Assoreamento do Rio Pajeú	<i>Entrevistadora: Mas quando era criança bebia a água do rio?</i> <i>Eunice: “Bebia! não era barrenta, era diferente, mudou muito... o povo com esses carros, tirando essas areais do rio, cavaram muito fundo... o rio é cheio de buraco agora, eles cavam pra tirar areia pra vender, e o que acontece é que dá no barro, e quando sobe já viu....”(Eunice, Sítio Barra, Calumbi)</i> <i>“O rio quase que nem existe mais, ele está um rio raso, meio plano. Cheio de areia, o desmatamento foi total é uma largura imensa que ele tem por conta do desmatamento.” (Alaíde, Sítio Souto, Triunfo)</i>
6. Redução do volume de água, contaminação e assoreamento dos leitos dos riachos Frazão e Tomazinho	<i>“De 10 anos pra cá parou de correr água nos riachos, nunca mais correu água não. Depois do desmatamento e o uso de veneno em roça de capim, foi fazendo o desmatamento foi acabando a mata e as águas foram diminuindo, as nascentes né. Hoje tem algumas nascentes que tem pouquinha água mas quem sabe... quem sabe se Deus lembrar que nós existe aqui, que existe o sertão.” (Solidade Sítio Carnaubinha, Triunfo)</i> <i>“Na quantidade de água da nascente Frazão houve uma grande mudança. Quando eu era criança não tinha água encanada, toda água que tinha na nascente no verão começava a diminuir, mas entrava no solo e saia nas cacimbas aqui perto. Com o passar do tempo, não lembro quantos anos, resolveram encanar a água pra ela descer encanada, só que não houve</i>

um controle. Eu acho que devia ter um controle diferente (...). Então como tinha um poço feito de cimento, que água caia toda ali dentro, então toda aquela água descia, e se a sua caixa tivesse cheia ela ia derramar, se perdia muita água. Aquela água deixava de entrar pelas veias em baixo da terra pra desaguar em outro local. Então eu acho que isso atrapalhou muito, diminuiu a água, porque quando chega o verão pesado aí já não tem mais aquela água. Por exemplo o poço amazonas que cava um buraco pra minar água dessas veias, daí já tem que fazer revezamento, tem dia que uma família usa outro dia outra usa.” (Alaíde, Sítio Souto, Triunfo)

Fonte: Elaboração a partir das entrevistas realizadas, 2016.

As mulheres camponesas, dessa pesquisa, não só percebem a gravidade desses impactos como atuam de forma ativa para a conservação da água a partir de suas práticas agroecológicas de manejo da natureza e gestão da água. Além das suas práticas dentro das unidades familiares de produção, como vimos no capítulo 2, o Movimento de mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), e os grupos de mulheres produtoras e artesãs dos quais elas fazem parte, desempenham ações importantes para recuperação, conservação e monitoramento da disponibilidade e qualidade da água, bem como realizam incidência política sobre a gestão da água no território.

Como podemos observar, a área de estudo apresenta diversas fontes de água fundamentais para a população local. Essas importantes fontes de água naturais têm sido apropriadas ao longo da história pelas famílias e comunidades camponesas, o que vêm possibilitando sua co-evolução a Caatinga.

As mulheres a partir de suas condições sociais específicas, construíram seus próprios conhecimentos e experiências acerca dessas fontes de água, bem como dos impactos das ações antrópicas sobre estas, diretamente atrelados ao modelo de desenvolvimento na região.

Para além das grandes e ineficientes obras, como a Barragem da Ingazeira, as práticas camponesas têm sido base para o engendramento de uma capilarizada malha hídrica por meio de pequenas obras para implementação de tecnologias sociais, desde a implementação dos programas da ASA no território. Será que esses novos processos têm considerado de fato os conhecimentos e experiências das mulheres e contribuído para desconstruir as relações opressoras de gênero? Trataremos dessa discussão a seguir.

3.2. O trabalho das mulheres camponesas com a água na perspectiva agroecológica e feminista

Durante o período de 2000-2015 ocorreram diversas mudanças na vida das mulheres em torno das novas práticas de gestão da água, proporcionadas principalmente pelo uso das Tecnologias Sociais (TS). É preciso ressaltar aqui os processos em torno das tecnologias que, como veremos, trazem uma série de mudanças para a gestão da água e por conseguinte para as formas de realização das atividades domésticas e produtivas realizadas pelas mulheres, e estão inseridos em um contexto maior do trabalho na perspectiva da agroecologia.

Como discutimos nos capítulos anteriores o modo de produção camponês vem sendo influenciado ao longo da história pelos pacotes tecnológicos e ideologia da “revolução verde” que se tornou a base do desenvolvimento rural hegemônico, entretanto, existe a permanência entre muitas famílias do modo de vida camponês, baseado em uma racionalidade ambiental condutora de uma relação cultural de co-evolução com a natureza. Como expressa a agricultora esse modo de vida é uma relação íntima com a natureza:

Minha infância foi mais na roça, nos matos, era bom, andava pelos matos mais uma turma minha. Achava ótimo andar onde tinha pé de umbuzeiro essas coisas. Não tinha outro divertimento mesmo. De vez em quando saía pelos matos olhando as coisas sozinha, passava o dia dentro dos matos, depois voltava pra casa. (Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo)

No território estudado permanecem muitas práticas de produção camponesas, tais como o trabalho a partir da mão-de-obra familiar, voltado principalmente para alimentação da família e o uso de insumos endógenos.

Na minha infância sempre foi assim na roça, porque eu acho que eu com 8 anos eu já tava na roça mais meu pai. Plantando milho, feijão, fava. Meus pais sempre criaram a gente trabalhando e ajudando, era uma família de 7 filhos, meu pai e minha mãe, 9 pessoas. (...) Nunca usei agrotóxico, plantava do jeito que meu marido plantava, não botava coisa não. Meu cunhado plantava, ele viajou e eu cuidei da horta, pra não deixar a tradição eu fui plantar lá. Lá a gente plantou uns 20 canteiros, alface, cebolinha, era linda. Levavam verdura, todo mundo achava lindo verdura e muita água nas cacimbas. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Sempre foi assim, sempre plantava assim. Meu pai era milho, feijão, inhame, macaxeira. Agora tem essas fruteiras, cheguei aqui é mais fruta, banana, laranja. A única coisa que eu uso é estrume, de vaca, de ovelha. Eu misturo tudo. Tem gente que faz é mangar, mas eu misturo tudo! É andu, é feijão, é cana, é manga, é laranja, banana: Misturo tudo! (Eunice, Sítio Barra, Calumbi)

Como vimos, as TS sempre fizeram parte do modo de vida camponês e algumas delas

foram desenvolvidas ou adaptadas para facilitar os trabalhos especificamente de uso e gestão da água no semiárido, tais como as cacimbas, poços amazonas, pequenas barragens, entre outras citadas anteriormente.

As cisternas também são tecnologias antigas, porém, foi em 1955 que um sertanejo, Manuel Apolônio de Carvalho, modificou-a e aprimorou-a, inventando a cisterna redonda, construída com placas pré-moldadas e com sistema de captação de água por meio do telhado das casas (PREZIA, 2005). Como abordado no capítulo 2, foi popularizada no semiárido nos anos 2000, atingindo centenas de milhares de famílias desde os programas da ASA. A cisterna de placa mais antiga identificada nas comunidades visitadas, é a de Dona Maria Nunes Barbosa (que não é uma das mulheres parte dessa pesquisa), foi construída em 1995 em São José dos Pilotos e possui capacidade de armazenar 16 mil litros de água.

Identificamos também, a partir das mulheres, tecnologias antigas voltadas para melhorar a qualidade da água usadas desde pelo menos a época das suas avós, tais como potes e filtros de barro. As tecnologias em geral vêm melhorando a eficiência do trabalho das mulheres camponesas que sempre tiveram sobrecarregadas jornadas de trabalho. As tarefas que precisavam realizar para obter a água e melhorar sua qualidade (ferver e filtrar, por exemplo) eram base para realização de mais diversas outras funções.

Falar de trabalho muitos conhecem pelos livros, eu pela prática. A roça é quase uma mãe, é só ter fê, esperança e força de vontade. Trabalhar a roça é um pouco disso (...). Todas as mães são guerreiras para cuidar dos filhos, da casa e do trabalho da roça. (Trecho da carta de Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo, 2015)

Eu comecei a trabalhar muito novinha com 7 anos de idade, fui crescendo, crescendo carregando água na cabeça pra botar nos potes, lavando roupa de riacho. Meus pais depois adoeceram, eu tomei de conta deles e de feira muito pequeninha. (...) naquele tempo o homem não tinha direito de lavar um copo, tudo no mundo era pra mulheres, tudo pras mulher fazer. Meu irmão não podia lavar um copo porque era homem, era eu pra lavar copo, lavar louça, lavar roupa, varrer terreno, varrer casa, fazer comida, cuidar de vaca, eu ajudava a cuidar das vacas. (...) Homem não era pra cuidar de nada em casa não, porque era homem. Eu acho assim, que as mulheres naquele tempo não eram nem pra sair de casa, as mulheres eram para estar só no pé do fogão pro riacho, não tinha direito a nada, só pra ir pro riacho lavar... não tinha direito de pintar uma unha, que ia pro inferno, vestir roupa de alça. (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Assim, a divisão sexual do trabalho, uma das expressões do sistema patriarcalista sobre o qual se constitui a cultura camponesa, delimitou ao longo da história os percursos da gestão da água realizados pelas mulheres nas propriedades familiares, diretamente atrelados às funções e papéis preestabelecidos.

Sempre era minha mãe que ia buscar água na cacimba, eu quando atingi uma idade de 8 anos, eu já conseguia carregar uma latinha pequena, e quando minha mãe não podia ir por conta das crianças pequenas, eu comecei a ir buscar água, as vezes ia eu e meus irmãos, tudo com lata pequena porque a gente não podia com lata maior. Era um tempo de muito sufoco por água, há uns tempos atrás. (Alaíde, Sítio Souto, Triunfo)

Apesar de importantes mudanças terem sido conquistadas pela organização e luta social das mulheres camponesas no território, como a construção e fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos a partir do MMTR, grupos e redes auto-organizadas, bem como a maior participação nos espaços públicos (nas associações e STRs por exemplo), poucos valores, costumes e práticas se alteraram no âmbito da divisão sexual do trabalho, o que refletirá fortemente nas “novas” práticas e processos de gestão da água.

Antes de discutirmos as mudanças na gestão da água e na vida das mulheres trazidas pelas TS e processos de convivência com o semiárido, principalmente a partir dos anos 2000 com as ações da ASA, precisamos elucidar como além do feminismo também a agroecologia já vinha sendo fortalecida no território e transformando as práticas de manejo e produção.

As práticas de camponesas sofrem constantes reinvenções, e em processo de mudanças e permanências podem ser influenciadas pelo pacote tecnológico da revolução verde. O diálogo de saberes por meio da assessoria técnica na perspectiva da agroecologia fomenta processos de resgate de conhecimentos que podem ter tido seu ciclo de transmissão interrompidos, e possibilita a construção de novas práticas protagonizadas pelas próprias camponesas.

No âmbito da água, as práticas agroecológicas de manejo da natureza possibilitam a melhoria das condições físicas do solo e assim, a restauração de sua capacidade de absorção e armazenamento de água. Essa manutenção do solo promove “elevada diversidade biológica, uma ciclagem de nutrientes mais eficiente, maior prevenção contra a erosão e, até mesmo, uma melhor utilização da água de irrigação, quando esta é disponível” (TITTONELL, 2015). Os Sistemas Agroflorestais, como exemplo de uma prática agroecológica, por funcionarem semelhantemente às florestas nativas possuem a capacidade de restaurar e promover diversos processos ecológicos e hidrológicos, por exemplo, a economia hídrica, resultante da recuperação da cobertura arbórea a qual também facilita a reciclagem de nutrientes nos agroecossistemas (OLIVEIRA e KAZAY, 2015).

Os diálogos de saberes e inovações no sentido agroecológico passaram a ser intensificados com a inserção das mulheres no movimento da agroecologia, através do MMTR,

movimento sindical e ONGs atuantes no território. Ao participarem das redes sociotécnicas⁶² do campo da agroecologia, por exemplo, intensificaram-se as trocas de saberes entre as agricultoras, bem como entre agricultoras e sujeitos portadores de conhecimentos técnico-científicos (técnicas, professoras(es), estudantes). Quando a perspectiva feminista era integrada ao processo agroecológico elas puderam acessar e até mesmo desenvolver novas TS de acordo com sua demanda e conhecimentos específicos, como no caso dos fogões agroecológicos desenvolvidos junto a Casa da Mulher do Nordeste. Na maioria dos casos estudados as mulheres foram o sujeito que protagonizou a inserção da perspectiva da agroecologia na família, contribuindo para o acesso das famílias as TS e o desenvolvimento das práticas ecológicas de produção e manejo da natureza.

Eu conheci a agroecologia através do Centro Sabiá. Quando a gente não tem conhecimento parece uma coisa muito estranha e distante. (...) As famílias colocavam várias desculpas, a falta da água por exemplo, e também tinham as práticas que já estavam acostumados e ficava difícil de entender. Eu assumi um compromisso, decidi que ia tentar e com vontade de conseguir. (...) Na época eu já era casada, de início eu que participei das reuniões. Eu sempre tomei a frente das reuniões, intercâmbios, comecei explicar para Lino (marido) o que eu via, e isso despertou seu interesse. Trabalhamos juntos no SAF (Sistema Agroflorestal), acreditamos muito e vamos continuar! (Alaíde, Sítio Souto, Triunfo)

Na percepção das mulheres, a partir das práticas agroecológicas ocorreram transformações importantes nas condições ambientais, fundamentais para sustentabilidade dos sistemas produtivos camponeses, tais como o aumento da quantidade e diversidade de vegetação nativa, recuperação do solo degradado, reaproximação da fauna.

Os animais tá pouco por causa da seca, os mato teve um tempo que tava ruim, mas agora tá melhorzinho. Antes desse projeto Sabiá, todo mundo cortava a mata, botava fogo nas roças aqui na comunidade, ai eles foram conversando, pouca gente faz isso agora, é difícil é pouca gente. (Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo)

Antes aqui era mais deserto, não tinha pé de planta, aqui era plantação de cana, era agricultura familiar, pequenas extensões, mas não preservavam. Nós hoje plantamos mais árvores, plantamos nativas e frutíferas. Então mudou a mata, os bichos aparecem mais, aparecem passarinhos, se aproximaram muito, tem macaco. (...) Nós não fazemos queimada, queimada acaba com a terra. Quando planta um pé de planta meu marido arroteia as plantas com outras plantas, com feijão, para quando a chuva bater a água sustentar mais na planta. Ai a água fica mais presa, pra quando bater o sol não chupar a água. As árvores são

⁶² Rede sociotécnica é uma das formas de se estabelecer uma rede social, na qual a tecnologia (com todos os conhecimentos e relações de poder envolvidos) é um dos elos que a estrutura. No campo da Agroecologia, têm sido redes de mobilização de agricultores(as) e comunidades em torno dos processos de inovação agroecológica, nas quais uma metodologia fundamental são os intercâmbios entre movimentos sociais, comunidades e famílias agricultoras para a troca de conhecimentos (PETERSEN; SOGLIO; CAPORAL, 2009).

importantes né. Faço parte do projeto Mulheres na Caatinga, nós plantamos 210 pés de planta: umbu, angico, tamburi, pata de vaca, tudo aqui no meu sítio. (Claudia, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde)

Quando perguntamos a elas se a agroecologia contribui para a conservação da água, suas respostas trazem muitos elementos que apontam uma relação positiva das práticas agroecológicas e a quantidade e qualidade da água disponível no meio ambiente.

A agroecologia ajuda na conservação da água, ajuda porque você vê onde tem uma floresta a água não some assim. E se o riacho ta desmatado aí a água em um instante foge. Eu acho que é o caso desse riacho que tem aqui, tanto que a gente ta com bastante muda pra plantar e eu vou plantar perto do riacho, até porque a terra da gente é pouca, é melhor plantar no riacho, daí a gente ta fazendo duas coisas boas. Na terra dos meus irmão, tem o riacho, eu fui plantando os pés de árvore lá. Tem também aqueles pés de árvores que chamam água, o mulungu... aqueles bem verdes, tipo azeitona, tambori, que são árvores bem foleadas e verdes, porque o verde tanto atrai a chuva como protege o solo, é muito bom. A conservação do meio ambiente colabora muito pra gente não ficar sem água. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

As árvores da caatinga e a agroecologia ajudam bastante. Se as pessoas não entenderem que as árvores vão trazer a chuva pra nós, trazer a água, vai ficar difícil pras pessoas viverem aqui. (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

A agroecologia tem relação sim, ajuda sim, principalmente nas águas de cacimba, por conta das nascentes, se eu coloco um veneno... Um exemplo, foi colocado veneno aqui no terreno vizinho aqui de frente a nossa cacimba. A água passou muito tempo salobra, cortava sabão. A gente tomava a água e sentia ela pesada. Eu falei pro meu marido: – Essa água não é desse jeito! (...) Eu descobri que foi o veneno que o homem passou no mato. Ele foi pelo solo, o solo filtra, na cisterna nem tanto porque ela é de chuva né, mas cacimba principalmente, as minas, influencia sim. Então a agroecologia é uma forma de preservar a água também. Porque se você colocar veneno (...) é lógico que vai pra cacimba, é lógico que vai afetar a água. (...) Tem plantas que preservam água, o mulungu por exemplo, ele absorve muita água na raiz, aí quando ele absorve a água ali vai permanecer sempre molhado, a nascente vai permanecer forte. E tem outras, mulungu, azeitona é frutífera, mas preserva água é bom plantar perto de cacimba. (Sueli, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde)

Como pode-se observar, convergindo com Tiftonel (2015) e Oliveira e Kazay (2015), para as camponesas as práticas agroecológicas de cultivo dos agroecossistemas que envolvem o manejo da vegetação nativa e do solo, têm sido fundamentais para o potencializar o uso da água na agricultura, bem como para recuperar e conservar os processos ecológicos de produção e armazenamento de água de qualidade no solo e fontes de água.

Dona Alaíde, que incentivou o marido a adotar o sistema agroflorestral (SAF), iniciou essa prática de cultivo em 2004. Hoje o SAF apresenta grande biodiversidade e densidade de vegetação (Figura 23), e apesar da seca prolongada que prejudicou o desenvolvimento de

algumas mudas e cultivos, a vida pulsa nos seus menos de 1 ha de agrofloresta (Quadro 5).

Dona Solidade e seu marido, Seu Alexandre, possuem um SAF nas margens do riacho Frazão⁶³ (Figura 23). Ali a agrofloresta foi estrategicamente cultivada sobre a potencial área úmida proporcionada pela implementação de uma pequena barragem subterrânea construída no leito do riacho. As águas acumuladas no subsolo são absorvidas pelas raízes da agrofloresta, que por sua vez realiza importantes processos ambientais de proteção hídrica. As águas produzidas e armazenadas também podem ser aproveitadas para múltiplos usos, através do poço Amazonas.

Figura 23. Dona Alaíde e Dona Maria Solidade em seus Sistemas Agroflorestais



Fonte: acervo pessoal 2015.

Esse sistema integrado de tecnologias sociais e práticas agroecológicas de produção tem contribuído para recuperação das funções ecossistêmicas da mata ciliar, degradada ao longo dos anos, reduzindo o assoreamento do leito do riacho, aumentando a capacidade de infiltração e armazenamento de água no solo, e permitindo ao mesmo tempo, o cultivo de uma grande diversidade de alimentos saudáveis em um pequeno pedaço de terra.

Quadro 5- Sistemas Agroflorestais e seus benefícios socioambientais no semiárido

Algumas variedades do SAF de Dona Alaíde	Benefícios do SAF para a família camponesa e meio ambiente
Goiabeira, cana-de-açúcar, abacaxi, laranjeira, mexerica pocã, guandu, seriguela, pinha, capim-santo,	1-) aumento significativo da segurança alimentar e nutricional da família; 2-) enriquece e protege o solo que

⁶³ A implementação desse SAF integrado as outras TS de água, foi ação do projeto Riachos do Velho Chico, desenvolvido pelo Centro Sabiá em 2013, no território. O objetivo foi recuperar junto com os(as) agricultores(as) a mata ciliar do riacho Frazão, degradada ao longo dos anos pelas práticas predatórias da agricultura baseada nos pacotes tectonológicos da revolução verde, com a introdução de espécies nativas, frutíferas para alimentação das famílias e forrageiras para alimentação dos animais (SABIA, 2016).

cidreira, malva santa, hortelã, lucena, aroeira mansa, mandacaru, manga, capim-elefante, jurema preta, glirecidea, angico de caroço, ypê, limão Taiti, cajueiro, batata doce, sabiá, acerola, romã, laranja bahia, acerola, palma doce, palma orelha-de-elefante, palma redonda, guandu (para cobertura da terra, alimentar animais, alimento da família), alecrim de serrote, mulungu, eucalipto, flamboiã, cajá, umbu, milhoibra, sorgo, milho dente de burro, canafistola, cedro, mandioca, graviola, craibeira, quixabeira, chapéu mexicano, limão comum, babosa, feijão bravo (animais), frei-jorge (para fazer ferramentas), pau-pra-tudo (medicinal para todas as doenças), pata de vaca, pau-ferro, juazeiro, aroeira brava, amora, coqueiros, banana prata, banana pão, banana maçã, nim, marmeleiro, mamão, arruda, pimenta de cheiro, trepadeira (alimento para as abelhas), uva roxa, quinaquina (medicinal nativa para os animais).	passa a ter maior capacidade de absorver e armazenar água; 3-) protege as fontes naturais de água da erosão e assoreamento; 4-) produz matéria orgânica e outros insumos para a própria produção agroflorestal e demais sistemas de cultivo do sítio; 5-) produz plantas medicinais utilizadas para prevenção e tratamento de doenças na família; 6-) gera renda monetária com a venda do excedente de sua produção e venda de polpas das frutas em feiras agroecológicas e para o PNAE; 7-) atrai animais, cada vez mais raros na região, como veados-catingueiros e diversas espécies de aves; 8-) é uma área de clima agradável, protegida do sol quente
---	--

Fonte: Entrevista e visitas de campo, 2015

O trabalho das famílias camponesas na implementação de práticas agroecológicas, em quase todos os casos estudados iniciados e protagonizados pelas mulheres, vêm modificando significativamente a gestão da água principalmente nos últimos 15 anos (2000-2015), nos quais intensificaram-se as ações voltadas para as estratégias de convivência com o semiárido no território. Nesse contexto, os diversos sujeitos políticos e comunidades políticas⁶⁴(associações, sindicatos, ONGs, movimentos sociais, núcleos acadêmicos, redes e articulações sociais) envolvidos vão configurando e materializando caminhos para a gestão da água, protagonizado pelas famílias camponesas do campo da agroecologia. Essa “nova” gestão da água se desenha sobre uma historicamente estabelecida divisão sexual do trabalho, e não necessariamente a desconstrói ou a modifica.

O P1MC iniciado em 2003, proporcionou no território uma ampla mobilização das famílias para construção e gestão das cisternas de placa de água para beber e cozinhar, construídas ao redor das casas. O P1+2, por sua vez, desde 2007 vêm ampliando o leque de tecnologias sociais acessadas pelas famílias, voltadas para o fortalecimento da produção de

⁶⁴ São grupos que podem ter diversas naturezas e ideologias, organizados para incidir politicamente sobre determinada agenda comum.

alimentos saudáveis na perspectiva da agroecologia, tais como cisternas calçadão e telhadão, pequenas barragens subterrâneas, barreiros trincheira, cisternas telhadão, barraginhas (ASA, 2016), para citar algumas mais observadas na área de estudo.

Somando-se às antigas fontes de água descritas no item anterior, essas novas TS têm sido cada vez mais utilizadas pelas mulheres camponesas do Pajeú, havendo aumento significativo na sua implementação e diversificação, como pode ser constatado na tabela a seguir.

Tabela 5- Novas fontes de água a partir da implementação de tecnologias sociais nas propriedades familiares camponesas

Mulheres entrevistadas	Sítio	Novas Fontes de água a partir das tecnologias sociais de 2000 a 2015
Maria Francisca (Pretinha)	São José dos Pilotos	- Cisterna 16 mil litros (em 2005) - Cisterna calçadão 52 mil litros (em 2013)
Maria Aparecida (Nenem)	São José dos Pilotos	- Poço artesiano (em 2014) - Cisterna 16 mil litros (em 2000) - Cisterna calçadão 52 mil litros (em 2013)
Alaíde	Souto	- Cisterna 32 mil litros (em 2003) - Poço artesiano (feito em 2004) - Cisterna 12 mil litros (em 2007) - Cisterna calçadão 52 mil litros (em 2010)
Maria Solidade	Carnaubinha	- Cisterna 16 mil litros (em 2006) - Cisterna telhadão 58 mil litros (em 2007) - Cisterna calçadão 52 mil litros (em 2011) - Barraginha comunitária (em 2011) - Barragem subterrânea (em 2012)
Sueli	Serra dos Nogueiras	- Cisterna 16 mil litros (em 2012) - Cisterna calçadão 52 mil litros (em 2013)
Cláudia	Serra dos Nogueiras	- Cisterna 16 mil litros (em 2002) - Cisterna Calçadão 52 mil litros (em 2013)
Maria Eunice	Barra	- Cisterna Calçadão 52 mil litros (em 2012) - Cisterna 16 mil litros (em 2011)

Total de novas fontes de água: 20
Total de água potencialmente armazenada apenas nas cisternas: 562 mil litros

Fonte: Entrevistas e visitas de campo, 2015

famílias, e especificamente para as mulheres, que sempre assumiram a maior parte das funções com a água.

Como mostra, por exemplo, o mapa das águas acima (Figura 24), ferramenta metodológica dessa pesquisa, a cisterna de placa voltada para guardar a chamada primeira água no P1MC, é construída ao redor da casa e tem capacidade máxima de armazenamento de 16 mil litros de água, suficientes para consumo de água para manter a segurança alimentar, de uma família de 5 pessoas por 8 meses⁶⁵ (CF8, 2006).

A cisterna calçadão e outras tecnologias de segunda água do P1+2, são voltadas para o armazenamento de água para realização das práticas de agricultura, e de acordo com as entrevistadas, também são utilizadas para trabalhos domésticos (lavagem de roupa, de louça, banho). A cisterna de 52 mil litros não é suficiente para garantir todas essas atividades o ano todo, assim precisam de uso integrado com outras fontes locais, bem como a produção dos cultivos ao redor da cisterna possui ciclos de intensificação e redução de acordo com as estiagens prolongadas. Sua localização na propriedade nem sempre beneficia os sistemas produtivos das mulheres e é uma disputa travada pelas organizações feministas na implementação dos programas da ASA. Em nosso caso todas as mulheres relataram avanços significativos na sua produção.

A produção nos quintais produtivos das mulheres depende de uma quantidade mínima de água já que cultivam verduras que precisam de água diariamente (Tabela 5), fruteiras e plantas medicinais, as quais precisam de irrigação de salvação, ou seja, uma quantidade de água mínima nas estiagens para não atingirem stress hídrico.

Tabela 6- Consumo de água para cultivo de hortaliças agroecológicas por famílias camponesas no semiárido

Item	Consumo por dia (Litros)	Consumo por mês (Litros)	Consumo em 8 meses (Litros)
10 m ² de canteiro de hortaliças	80 L	2.400 L	19.200 L

Fonte: ARSKY e SANTANA, 2013

Para Arsky e Santana (2013), a estimativa de demanda hídrica de uma família típica no semiárido com cinco membros, considerando a necessidade de água para uso doméstico e

⁶⁵Esse cálculo considera que para segurança hídrica e alimentar em períodos de estiagem, cada pessoa deve ter garantido para seu consumo de água para beber e cozinhar 13 litros de água potável por dia.

também para uma pequena criação de animais e quintal produtivo⁶⁶ pode ser observada no Quadro a seguir.

Quadro 6- Necessidade mínima de água para consumo, segurança alimentar, uso doméstico e produção camponesa

Consumo	Categoria	Quantidade/ Área plantada	Consumo de água por dia	Consumo de água em um mês	Consumo de água em oito meses	Consumo por categoria (abastecimento x produção de alimentos)
Segurança alimentar	Moradores do domicílio	5	40	1.200	9.600	86.400
Uso doméstico		5	320	9.600	76.800	
Pequena criação de animais	Cabras	8	48	1.440	11.520	49.040
	Galinhas	20	4	120	720	
	Porcos	2	12	360	2.880	
	Ovelhas	4	24	720	5.760	
Quintal	Hortaliças	10m ²	80	2.400	19.200	
	Fruteiras	30	---	1.120	8.960	
Consumo total da propriedade por dia (em litros)			528	16.960	135.440	135.440

Fonte: ARSKY e SANTANA, 2013

Os mapas construídos pelas mulheres, elucidam como a água flui entre os diversos trabalhos produtivos⁶⁷ e reprodutivos realizados por elas na unidade familiar camponesa (ver mapa de Maria Eunice a seguir). Na mesma direção de Esmeraldo (2012 *apud* SERRANO 2014) e Toledo e Barrera-Bassols (2015), as camponesas expressaram esses trabalhos com a água, de forma integrada, no sentido de uma prática holística e sistêmica. Muitas vezes, por exemplo, a mesma água é reutilizada para mais de uma função, seja ela na casa e/ou nos agroecossistemas: “Eu que faço a economia da água em casa, eu reuso a água. Água de lavar roupa, do tanquinho eu boto nas plantas, lavo a calçada.” (Cláudia, Sítio Serras dos Nogueira, Santa Cruz da Baixa Verde).

O trabalho das mulheres é fundamental para que grande parte dos fluxos de água, entre

⁶⁶ Na estimativa da demanda para o consumo humano foi considerado o parâmetro de 70 litros per capita por dia, sendo 8 litros relacionados à água para beber e para cozinhar e os outros 62 litros para os demais usos domésticos (ARSKY e SANTANA, 2013).

⁶⁷ Consideramos numa perspectiva feminista, holística e para além da visão capitalista sobre trabalho, que todas as mulheres realizam trabalhos produtivos, sejam eles geradores de renda monetária ou não, bem como trabalhos reprodutivos, que devem ser visibilizados e valorizados por sua importância estrutural. Além disso, na perspectiva da economia feminista os trabalhos produtivos e reprodutivos devem ser considerados interdependentes (NOBRE, 2002).

as fontes e área de destino final da água, aconteçam na propriedade, principalmente nos muitos percursos (ou maioria deles) onde não existem tecnologias de transporte de água, tais como canos ou mangueiras acoplados a bombas elétricas ou populares. A prática com a água é muito manual em quase todas as propriedades, sendo carregada até o destino final por meio de latas, baldes, bacias e potes. Quando se trata das cisternas, devido sua localização os percursos são de apenas poucos metros, entretanto, quando se trata das demais fontes o transporte exige muito tempo e esforços. Isso aponta a problemática da ausência de políticas públicas que garantam a conexão dos reservatórios de água existentes com as casas das famílias.

O problema não é somente acumular água em diversos reservatórios, o que relativamente está avançando, precisa-se garantir que essas águas cheguem em segurança, com qualidade adequada, nas casas haja vista a importância das águas de poços e cacimbas mais distantes para consumo doméstico e produção das famílias.

No mapa de Eunice a seguir (Figura 25), percebe-se uma maior implementação de sistemas de transporte de água, como investimento da própria família. A presença do poço amazonas no leito do Rio Pajeú, que segundo a entrevistada nunca secou, favorece a integração das cisternas calçadão no sistema, que recebe e armazena a água do poço. A cisterna de 16 mil litros, por questão da qualidade da água, só armazena água da chuva mais limpa e segura para alimentação. O reuso da água e sistema de gotejamento são implementados para pequena irrigação da agrofloresta, horta e fruteiras, por decisão da agricultora, para economia e estoque da água, mesmo havendo relativamente maior disponibilidade da mesma no sítio em questão.

SÍTIO BARRA
MARIA EUNICE NUNES DE FREITAS

29.06.2013

3 ha

Map details include:

- Buildings:** CASA (quarto, cozinha), CALÇADÃO, 52 mil L produção, 16 mil L (bebem, cozinham).
- Crops and Plants:** banana, mandioca, milho, cana, acrota, batata doce, goiaba, laranjeira, abacaxi, manga, capim, bananeira, seriguela, coco, jaboti, and others.
- Infrastructure:** bomba (pump), fossa (sewer), and various paths/roads.
- Location:** Barra, Rio Pajeú.

Dentro do sistema patriarcal, que configura a dicotomia e hierarquização inerente a divisão sexual trabalho nas famílias camponesas, reafirmamos que os percursos e esforços que envolvem as águas voltadas aos trabalhos considerados domésticos e de cuidados, são atribuídos às mulheres e assim realizados principalmente por elas. A gestão da água para a produção nos quintais produtivos, considerada uma extensão dos trabalhos domésticos, também é função principalmente feminina. Esses agroecossistemas gerenciados pelas mulheres

geralmente apresentaram cultivos que necessitam de um trabalho regular para alimentá-los com água.

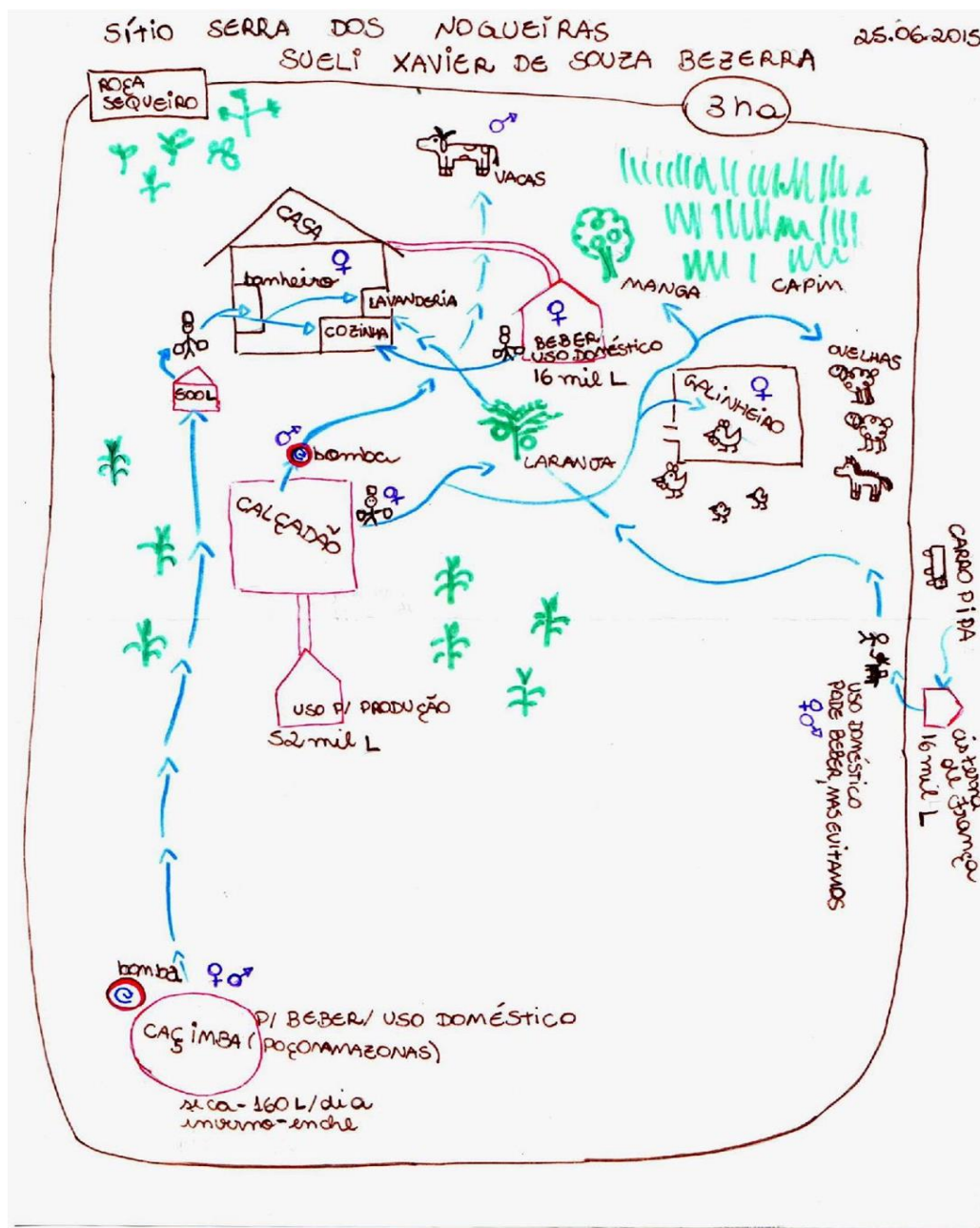
Ao redor da casa é mais eu, porque também eu tenho plantas ornamentais, e viveiros de mudas frutíferas e nativas. Essa parte ao redor da casa que pega o viveiro é mais minha parte. (Alaíde, Sítio Souto, Triunfo)

As mulheres são responsáveis especialmente por garantir e gerir, diariamente, a água para beber e cozinhar; lavar louça; higiene de todos os membros da família; limpeza da casa; lavagem das roupas; dessedentação dos pequenos animais; regar as plantas medicinais, hortaliças, flores, mudas, e árvores frutíferas. Além disso, é comum que se responsabilizem pela dessedentação do gado e outros animais, geralmente cuidados pelo homem, quando eles estão trabalhando fora.

Quando ele tava trabalhando era eu que buscava água, pra cuidar das crianças, pra cuidar do almoço, levar onde ele tava trabalhando, buscar água, lavar roupa. (...) Daí a gente ia lavar roupa longe, ou então lava ai nas cacimbas, nessa época quando chovia tinha água nas cacimbas. A gente lavava carregando, lavava distante das cacimbas (para não sujar), tirava com o balde e ia lavar no lajeiro. (...) Pra tomar banho carregava no baldinho, e você amanhecia o dia e dizia: – Deixa eu ir pegar água! Porque os potes não podia ficar seco, pra cuidar das crianças, água pra cuidar na cozinha, tudo isso. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos)

Para isso, elas percorrem os mais diversos trajetos e possuem variados modos de coletar essas águas em suas fontes específicas, bem como para captação, transporte, armazenamento, utilização e reutilização das águas na casa e/ou nos agroecossistemas, conforme podemos visualizar na Figura 26 (Mapa das águas de Sueli). Os animais, principalmente os jumentos, são utilizados para coleta de água nas fontes mais distantes tais como poços amazonas e cacimbas, entretanto não são todas que possuem, bem como relatam que se em tempos de estiagem prolongadas os animais ficam fracos, normalmente são poupados e não podem ajudar tanto. O reuso de água da cozinha, lavagem de roupa, pia e chuveiro do banheiro, por sua vez, é muito realizado de forma criativa pelas mulheres e sem uso de tecnologias que poderiam potencializar essas práticas.

Figura 26- Mapa das águas de Sueli, Sítio Serra dos Nogueiras no Município de Santa Cruz da Baixa Verde



Fonte: Elaboração própria, 2015

Através dos mapas construídos pelas mulheres, percebe-se que as TS possibilitam ou mediam hoje a maior parte dos fluxos de água existentes nas propriedades camponesas analisadas, de forma integrada com as outras fontes de água. Novos caminhos da água passam a existir na casa e nos agroecossistemas. Caminhos esses mais compassivos com as mulheres, já que as TS reduziram muito os esforços e o tempo gastos nas longas e frequentes caminhadas até as fontes distantes, intensificadas em períodos de estiagens. Caminhos mais profícuos para

as mulheres camponesas, já que elas têm conseguido diversificar e/ou implementar novos agroecossistemas com a água disponível.

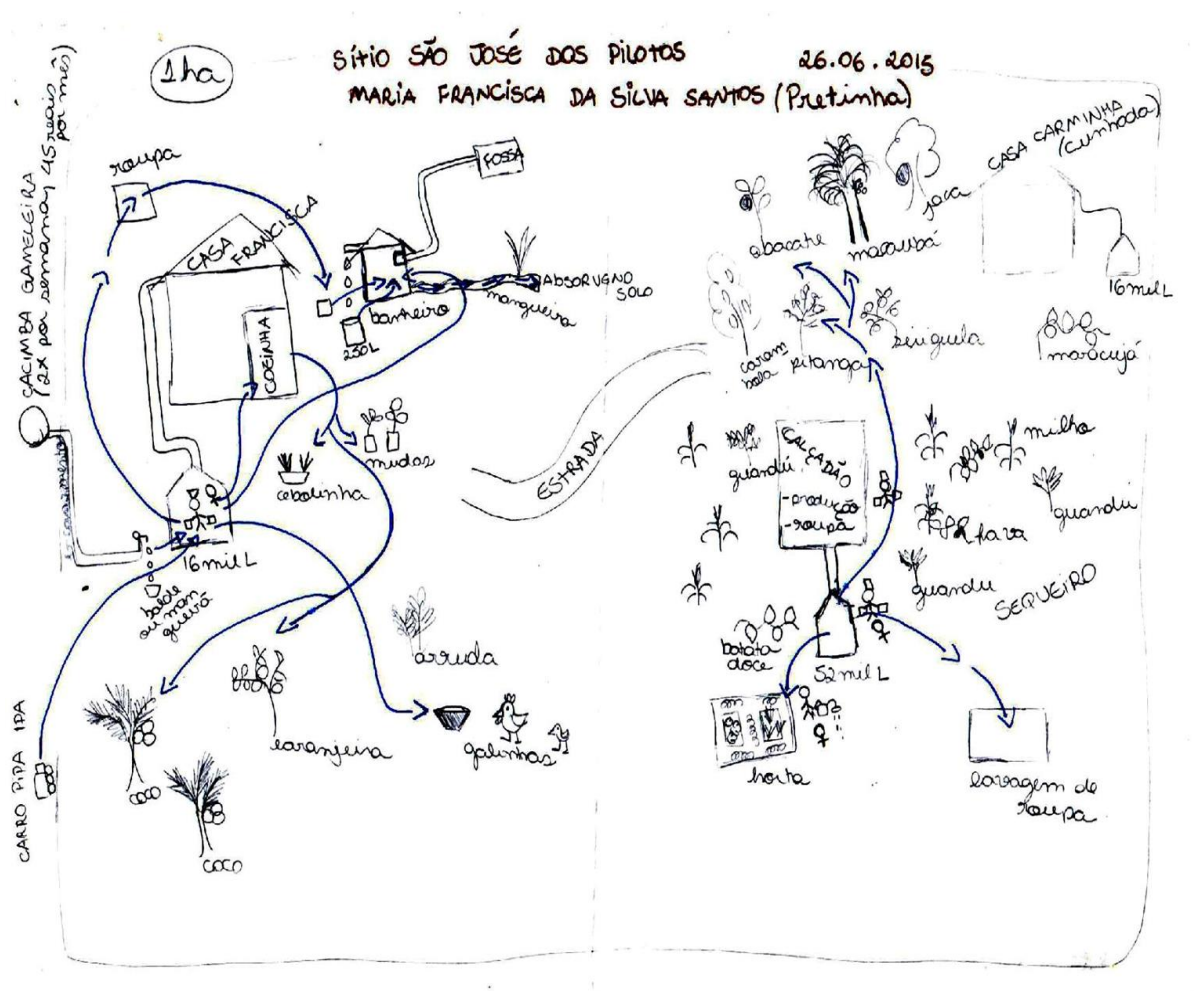
Todas as mulheres dessa pesquisa consideram que a cisterna de uso doméstico⁶⁸ é de sua responsabilidade, seja para as funções relacionadas a gestão diária da água captada, ou limpeza e conservação da cisterna. Em todos os casos, identificamos que são elas praticamente as únicas pessoas da família que lidam com essa água, mesmo quando é necessária ajuda das filhas são elas que coordenam, e inclusive, muitas vezes, não se sentem confortáveis que outras pessoas mexam nessa cisterna. Essa é uma configuração da tradicional divisão do trabalho a partir do sexo, na qual a mulher assume seu lugar de poder e controle sobre certas atividades, que para são primordiais e possibilitam à vida cotidiana, mas, no contexto geral da família e sociedade, como já discutimos, são pouco valorizadas e até mesmo invisíveis.

A gestão das TS de água para produção, por sua vez, é no sistema em questão, em geral responsabilidade do homem que, como afirma Heredia (1979), domina os espaços produtivos na propriedade camponesa. Entretanto, isso não significa que as mulheres não realizem trabalhos produtivos junto com os homens, e sim que existe uma relação desigual de poder naqueles espaços e na família em geral que leva a desvalorização desse trabalho.

Em nosso caso, podemos ver nos mapas a grande diversidade de espaços produtivos nos quais as mulheres trabalham, como no exemplo a seguir (Figura 27). Tivemos casos diversos onde as mulheres periodicamente assumem também os “agroecossistemas dos homens” quando estes vão trabalhar fora; casos onde o homem e a mulher trabalham em espaços específicos e juntos em um “agroecossistema principal” no qual o poder do homem é reafirmado; e caso onde a mulher é “chefe de família” e assume todos os agroecossistemas (exemplo Mapa Pretinha a seguir). Ressaltamos que as cisternas calçadão são utilizadas tanto para produção quanto para trabalhos domésticos, como lavagem de louça, lavagem de roupas e banho, o que tem exigido uma gestão integrada da água de produção e água doméstica. Dessa forma, as mulheres entrevistadas gerem essas cisternas ou sozinhas, ou com os maridos de acordo com a produção que realizam.

⁶⁸ Essa orientação vem desde as estratégias da ASA, para que se garanta em primeiro lugar em situações críticas, a água de qualidade para atividades essenciais para reprodução da vida humana, tais como beber e se alimentar de forma saudável. Não questionamos aqui essa estratégia, que é fundamental para segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas, principalmente nos períodos de estiagem.

Figura 27- Mapa das águas de Francisca (Pretinha), Sítio São José dos Pilotos no Município de Santa Cruz da baixa Verde



Fonte: Elaboração própria, 2015

Quando perguntadas sobre as mudanças na vida das mulheres especificamente em relação a água, com a implementação dos programas da ASA, todas as mulheres entrevistadas responderam que houve muitas mudanças, e atribuíram-nas especialmente aos benefícios diretos das TS e processos de aprendizagem. As tecnologias de água voltadas para produção possibilitaram o cultivo de novos agroecossistemas tais como os sistemas agroflorestais e viveiros de mudas, bem como a ampliação e diversificação das hortas e quintais produtivos, fundamentais para a segurança alimentar e nutricional da família e para geração de renda.

Mudou pra melhor. Mudou assim porque, questão de produção né! A gente tem vontade de produzir, mas se não tem água não tem como. Isso não deixa de ser uma tarefa mais das mulheres, o homem ajuda, mas é mais a mulher que tá ali dentro da horta, do quintal, da produção. Na época que eu plantava (antes da seca de 2010) era os dois, mas mais eu. (...) Minha criação de galinha eu aumentei, que eu não tinha. A criação de animais, que antes a gente não podia

criar porque tinha medo de faltar água. Hoje não, agente cria ovelha, galinha, pode comprar muito, quem gosta de criar. Eu gosto, principalmente de galinha e de horta, de ovelha eu não gosto não, é o marido, mas eu ajudo. (Sueli, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde)

Depois veio a cisterna calçadão, daí foi o máximo! Porque através dela que a gente consegue plantar nossas hortaliças, fazer nossas plantações, aguar bananeira, aguar coqueiro, até mesmo feijão, milho quando agente planta próximo a cisterna. (...) Com a água da cisterna, a gente agoa os canteiros, onde agente planta o coentro, a cebolinha o pimentão, tomate, alface, assim pra gente, pra consumo, eu não costumo produzir pra venda mais pro consumo da família. Quando eu participava da feira agroecológica eu plantava em mais quantidade, agora é só pra manter, a cada semana eu planto um pouquinho, a cada 15 dias, pra manter aquelas verduras. As fruteiras, quando tem água agente agoa, algumas delas eu uso as frutas pra fazer polpa, então tem algumas delas que eu preciso colocar água pra elas resistirem nos últimos anos que a chuva foi muito escassa, complicou bastante. (Alaide, Sítio Souto, Triunfo)

Teve uns tempos que a água faltou, depois dessa cisterna calçadão tudo mudou, já podemos ter o canteiro de horta, já tem água para agoar. Primeiro as coisas eram mais difíceis, agora está tudo mais fácil. (Cláudia, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde)

Em relação a produção na agricultura, podemos analisar que a vulnerabilidade socioambiental frente as estiagens vêm sendo reduzida, já que existem melhores condições de se planejar e organizar para esses períodos. Esse planejamento tem sido incentivado pelas assessorias técnicas e formações nos programas da ASA, intensificando-se a prática de estocagem não apenas de água, mas também de forragem e sementes crioulas.

A produção camponesa ainda é bastante afetada com as estiagens prolongadas, mas olhando para os diversos períodos de tempo estudados, é nítido que para as famílias que praticam agroecologia e tem acesso as TS, passou a ser possível durante as estiagens, garantir uma maior quantidade de água, de qualidade superior, para beber e cozinhar, bem como para criação de animais e produção de alguns cultivos inclusive para comercialização. Indica-se que foi possível um avanço social na inclusão das estiagens prolongadas como um fator natural de produção, e que pode assim ter seus impactos amenizados a partir de planejamento, práticas de manejo da natureza e estoque hídrico e de forragem.

Gostaríamos de pontuar que o fortalecimento do trabalho produtivo da mulher agricultora é fundamental para o seu empoderamento⁶⁹, para construção de uma maior autoestima sobre a importância de seu trabalho, maior envolvimento em grupos e redes de mulheres produtoras, maior participação nas discussões sobre a produção na família e espaços

⁶⁹Tomada de consciência sobre as opressões vividas e processo subjetivo de fortalecimento como sujeito político capaz de transformar sua própria realidade a partir de processos coletivos (ROMANO, 2002)

públicos, bem como permite a geração de renda monetária. Além disso, a maioria das mulheres sente prazer na realização do trabalho na agricultura, o qual traz satisfação e bem-estar para elas.

As vezes você não faz uma coisa só pra ta arrumando dinheiro, você faz porque você gosta, quilo é uma terapia. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Seu pudesse largava a cozinha e só ficava na roça. (Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo)

Apontamos que com a não desconstrução da divisão sexual do trabalho, as mulheres continuam com jornadas sobrecarregadas, pois ainda realizam todo o trabalho reprodutivo e de cuidados e mesmo que agora gastem menos tempo com as funções da água para esses trabalhos, por outro lado intensificam o trabalho na produção. Além disso, não necessariamente o fortalecimento da produção das mulheres gera maior autonomia econômica, uma das bases, mas não a única, para emancipação das opressões vividas pelas mulheres (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011). A autonomia financeira é constituída quando aquele sujeito além de poder trabalhar em todo o processo de geração da sua renda, que envolve a comercialização por exemplo, também pode decidir ao final sobre como gerir ou o que fazer com o dinheiro.

Meu marido que vende, eu sempre ajudo ele. Tem um pé de cajá aqui a gente faz a polpa e ele vende. (...) Eu vendo assim pro pessoal, sem compromisso pra entrega. Ele vai na feira. (Cláudia, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da baixa Verde)

Em relação as mudanças atribuídas as cisternas de uso doméstico, em termos objetivos elas explicitaram que estas permitiram que poupassem tempo e esforços antes dispendidos nas longas caminhadas em busca de água, maior segurança alimentar e nutricional para a família, garantia da limpeza e organização da casa.

Muito, muito, porque o P1MC é a cisterna 16 mil litros, ela na vida das mulheres ajudou muito na água, alimentação, limpeza, porque sem a água não tem como a mulher fazer sua limpeza, ter seu próprio alimento saudável de casa. Já aconteceu aqui nessa casa eu querer dar café aos meus filhos, dava vontade até de eu chorar, eu não tinha água não, não tinha água pra fazer café pros meus filhos (...)Essa cisterna enriqueceu nós, é o recurso maior do mundo! Eu acho assim, se uma pessoa disser que não quer a cisterna, ele tá perdendo é vida, tá perdendo vida! Uma cisterna dessa é vida! Uma cisterna dessa não tem dinheiro que pague. Se chegasse uma pessoa e dissesse eu te dou um monte de dinheiro pra desmanchar essa cisterna, eu diria deus me livre, pode guardar seu dinheiro. Essa cisterna pra mim é a vida, é um pedaço de mim, um pedaço

da minha família (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde).

O que melhorou depois da cisterna: Tenho hortaliça, água boa para beber, para cuidar das necessidades da casa. Não sou mais obrigada a carregar água na cabeça, graças a Deus. Tudo melhorou, mudou completamente nossas vidas. Água é vida, sem ela nada prospera. (Trecho carta Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo)

Como vemos suas falas durante as entrevistas, também são permeadas de aspectos subjetivos e simbólicos, já que os efeitos das estiagens prolongadas não são apenas materiais, envolvem desgaste psicológicos e emocionais, muito intensos para as mulheres encarregadas pelos trabalhos domésticos e de cuidados, geradores de bem-estar, alimentação e saúde na família.

As mulheres apontam que estão muito satisfeitas com a qualidade da água para beber e cozinhar obtida com as cisternas, apesar de não termos nos aprofundado na investigação sobre a qualidade da água, destacamos que o referencial comparativo delas é baseado em situações precárias de acesso a água. Para que a água da cisterna atinja as normas de potabilidade, adequadas para esses usos, são necessárias diversas medidas de higiene e desinfecção que podem ou ser executadas. As mulheres possuem saberes e práticas tradicionais de higienização da água, mas tem o desafio de integrarem esses aos saberes e práticas técnico-científicos apresentados nas capacitações realizadas para que água se torne realmente potável, evitando doenças relacionadas a água.

Para concluirmos, é notável que as práticas de transformação e uso da água pelas mulheres camponesas têm sido potencializadas e aprimoradas através dos processos sociopolíticos de aprendizagem, nos quais participam como sujeitos individuais e coletivos. Esse avanço positivo no trato da água se dá em termos energéticos, ao passo que geram-se fluxos mais eficientes do ponto de vista dos ciclos ecológicos e do trabalho dispendido pelas mulheres. Alguns exemplos são o trabalho doméstico feito com maior aproveitamento de água e evitando poluição hídrica, a partir de menos esforços físicos; e implementação de agroecossistemas estrategicamente planejados para facilitar suas necessidades hídricas e ao mesmo tempo contribuir para conservar os ciclos hidrológicos.

Esse caminho avança na conservação do bem comum em questão, assim como na melhoria das condições de vida das mulheres camponesas do semiárido, que tem melhores condições para trabalhar e promover a segurança alimentar e nutricional da família. Criam-se bases materiais para a disputa de modelos de gestão da água e de desenvolvimento rural, que estão intimamente atrelados. Ao mesmo tempo, olhando para o universo todo das políticas

para/do semiárido, os novos percursos da água possibilitados pelas TS e os processos de convivência não necessariamente seguem na direção da desconstrução das desigualdades de gênero, pois ao reproduzirem a injusta divisão sexual do trabalho e a exclusão do conhecimento das mulheres podem dar continuidade ou reforçar padrões, valores e práticas androcêntricas.

Como veremos a seguir, para a construção de um novo paradigma de gestão da água e convivência com o semiárido a partir de uma participação estruturante das mulheres, a auto-organização das mesmas e o movimento feminista têm sido primordiais na germinação de transformações capazes de desestabilizar a cultura patriarcal.

3.3 Aprendizagens e desafios das mulheres nos processos sociopolíticos de gestão da água: contribuições para outros semiáridos possíveis

Quando falamos de convivência com o semiárido, e portanto de coexistir com seu ciclos naturais de escassez de chuvas, não podemos perder de vista os conhecimentos, experiências e lutas sociais dos povos que ali (re)existem, e que são a base da construção desse novo paradigma norteador de inovações na agricultura camponesa e transformações das relações sociais, culturais e políticas.

As práticas e conhecimentos das mulheres camponesas do semiárido são chave para essas mudanças, já que acreditamos que para se transformar as relações sociais de gênero é necessário o empoderamento e protagonismo das mulheres, as únicas que podem apontar seus problemas e os caminhos para solucioná-los. Nesse sentido, é preciso considerar, no profundo sentido da palavra, em todos os níveis de relações sociopolíticas dos processos de convivência com o semiárido, o que elas têm a dizer e a ensinar.

No ano que o besouro “carrega mundo” tá com carga grande, o próximo inverno vai ser bom. Eu outro dia vi um, ele é bem pequeno, e tava com uma carga bem grande nas costas. Se os antigos ainda estiverem certos, se não mudou, o próximo inverno vai ser bom. Esses são os sinais, a gente observa na natureza. (Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo)

Na mesma direção de Martínez Alier (2004), Vanete Almeida (1995) e Vandana Shiva (2006), abordados no capítulo 1, constata-se que as mulheres camponesas do Pajeú, a partir de suas vivências e condições sociais e históricas específicas, são impactadas de formas diferentes em momentos de crises de água e alimentos, gerados principalmente nos tempos de seca prolongada. Observa-se em seus relatos que nas secas de 1984, 1993 e 1999, por exemplo, a

maior parte do seu tempo de trabalho e energia eram destinadas à busca de água, nas fontes distantes descritas anteriormente, muitas vezes com a qualidade reduzida nesses períodos, com a clássica e desventurada lata na cabeça. Durante os tempos de estiagem no semiárido, as precárias condições existentes de acesso à água para a então realização dos trabalhos domésticos e de cuidados, intensificavam muito os desgastes físicos, psicológicos e emocionais sofridos pelas mulheres camponesas.

Eu já sofri! Teve um tempo que choveu de noite, tava seco e choveu! A gente tava sem água em casa. Eu fui na casa da vizinha, ela tinha um tanque que devia ter pego alguma água com a chuva, eu disse: – A senhora pode me dar uma lata de água pra eu fazer a comida dos meninos? Eu to sem água! As crianças estavam dormindo era de madrugada. Oxi eu não dormia! Eu acho que **eu adoeci de depressão foi de preocupação d'água. Tive depressão e foi mais os problemas de água:** você quer lavar prato não tem água, quer lavar roupa não tem água, quer tomar banho não tem água. (...) Na seca é pior pra família inteira, mas as mulheres sofrem mais. As mulheres querem ver seus panos cheirosos, suas coisas limpas, é muito importante isso. Você poder cuidar da sua limpeza, um pano limpo, uma roupa limpa. Eu já dei banho em dois filhos meus com 3 litros de água dentro de uma bacia, e eu peguei aquela aguinha e ainda botava num pezinho de manga que tinha aqui, esse pé de manga se encontra aqui desde que cheguei, agoei o pé de manga. Eu não tomei banho não, só me lavei... não gosto nem de lembrar desse tempo (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde).

As mulheres do Pajeú possuíam e possuem suas próprias formas de perceber, agir e se organizar, inclusive para a luta social, nessas conjunturas críticas de escassez hídrica e dificuldade de acesso a alimentos, pois seus conhecimentos, preocupações e motivações estão atrelados não só aos seus trabalhos na agricultura, mas também aos diversos trabalhos do cuidado e reprodução da vida de toda a família, incluindo a alimentação e saúde.

Ainda durante as estiagens prolongadas elas relatam que as mulheres assumiam sozinhas, provisoriamente, as suas funções e as dos homens na propriedade familiar, pois eles saíam para trabalhar nas frentes de emergência. A partir da seca 1982 que elas também passaram a realizar trabalhos junto aos homens nas próprias frentes emergenciais, como visto no capítulo 2.

A auto-organização política das mulheres no território, a partir do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) nos anos de 1980, foi essencial para a sua construção como sujeitos políticos, e os quais puderam se concentrar nos processos, de múltiplos atores sociais, que lutavam e lutam para transformação das condições socioambientais do semiárido, incluindo a questão da água. Além disso, passaram a construir suas próprias redes e grupos de mulheres produtoras, bem como, por meio de muita disputa de poder, a ocupar espaços nas associações comunitárias, nos STRs, organizações, redes e articulações do campo

socioambiental no Pajeú.

Primeiro a gente começou a participar dos grupos de mulheres com Vanete Almeida, onde a gente discutia vários temas, cada reunião já deixava um tema para a próxima, era grupo de mulheres do movimento de mulher, Vanete que dirigia junto com o sindicato. **Muitas mulheres saíram do casulo, tinha mulher que não saía de casa, eu era uma. A gente começou a se desenvolver nesse grupo de mulher, daí criou a associação.** Eu não falava assim com uma pessoa assim como to conversando com você, era mais matuta do que tudo, não gostava de foto. (...) Ai com esses desenvolvimentos aí, começamos a gente se desenrolando mais, **criou outros grupos, movimentos, sempre tinha reuniões. Daí veio a feira agroecológica,** aí eu já plantava umas verdurinhas mas tinha vergonha de vender. Meu esposo plantava e eu ficava com uma vergonha de ir vender com a bacia de coisa na cabeça. Mas depois com essas palestras e quando criou a feira as meninas do sindicato chamaram. Aí foi organizando, a gente se organizou, arrumaram barraca e tudo, ganhei uma carroça na reunião de dona Netinha. **Daí eu levava as coisas na carroça e eu me sentia feliz por que já não tinha mais vergonha.** Quando eu ia vender nas portas: – Olha verdura fresquinha, sem agrotóxico, vamos adquirir a saúde, comer uma coisa saudável! (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Com essa maior participação nos espaços políticos auto-organizados, suas práticas de gestão da água e produção na agricultura foram se transformando, já que nas reuniões e formações nos espaços das mulheres eram e são possíveis muitas trocas de experiências e saberes entre as agricultoras sobre a questão da gestão e conservação da água. Como expressa a fala de Nenem estratégias para economia de água eram discutidas a partir das dificuldades e demandas das próprias mulheres.

Antes de eu entrar nesse grupo de mulher aqui, Mulheres na Caatinga, eu participava em um na rua, no STR. Dona Netinha, **ela ensinava a gente a economizar água,** fazer sabão, era o Grupo de Mulher do Sertão Central. (...) Ela ensinou muito a gente, **dava reservatório de água de 250 litros,** aquele tambor foi ela que deu. A gente faz a irrigação da cisterna calçadão pro tambor e daí tira com o regador e vai molhando pra fazer economia de água, se agoar com a mangueira gasta mais um pouquinho. A gente usa o motor também, vai do motor pro tambor (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde) (Ver foto a seguir).

Figura. 28-Agricultora Nenem com tambor de 250L interligado na cisterna calçadão, para facilitar a irrigação da horta



Fonte: Acervo pessoal, 2015

Para as mudanças que ocorreram na gestão camponesa do bem comum em questão, ressalta-se também a contribuição da própria vivência das mulheres do Pajeú nas estiagens, tais como as de 1982, 1993 e 1999, a qual gerou muitos aprendizados sobre planejar, economizar e conservar a água, assim como sobre organização e luta sociopolítica por direitos. Segundo Vanete Almeida (1995):

As mulheres passaram a ter uma outra atitude, em relação à água e aos alimentos, recomeçando o ciclo de inverno com mais cuidado com a preservação das cacimbas. Eu mesma tive a oportunidade de fazer algumas reuniões com várias trabalhadoras rurais que, quando lavavam roupas, deixavam muito sabão num riacho da região. Ao perceberem que poderiam matar o riacho daquele jeito, deixando os netos sem água, não só deixaram de botar sabão ali, como organizaram, entre elas mesmas, uma vigilância para mantê-lo sempre limpo (ALMEIDA, 1995).

Ademais, a assessoria técnica na perspectiva feminista e agroecológica, vem favorecendo o envolvimento feminino nos espaços públicos e organizações sociais da agricultura familiar, e ampliando seus conhecimentos. Esse último aspecto se dá através da intensificação do diálogo de saberes, entre as técnicas e mulheres camponesas, e entre as

próprias agricultoras, que assim conseguem avançar no resgate e (re)construção de saberes. Esses processos dialógicos de aprendizagem têm gerado o fortalecimento das mulheres como sujeitos políticos e mudanças em suas formas de pensar e agir, possibilitando a implementação de antigas e novas práticas e tecnologias sociais, que temos aqui apresentado, adequadas a otimização e conservação da água.

Apontamos como um desafio, que nas organizações da agroecologia, que não trabalham na perspectiva feminista, nem sempre as mulheres são visibilizadas e valorizadas como sujeitos políticos, ou são incentivados espaços auto-organizados de mulheres, os quais por sua vez, são essenciais para que ocorram trocas entre as próprias mulheres, que possuem demandas e vivências específicas, bem como as fortalecem para que em espaços mistos possam participar de formas mais equitativas.

Somando-se a esse cenário prévio e dinâmico, a implementação do P1MC e P1+2 no território entre 2000-2015, proporcionou a intensificação da implementação das tecnologias sociais de água, fortaleceu as mobilizações e formações em torno da convivência com o semiárido e a água do território. Assim, apesar de continuarem com extensas jornadas de trabalho pela quase não alteração da divisão sexual do trabalho, elas relatam ter sofrido muito menos, física e emocionalmente, durante a grande seca 2010, em comparação com as demais estiagens vividas, nas quais a situação de insegurança hídrica e alimentar, não raramente, chegava ao extremo da fome.

O P1MC é a cisterna 16 mil litros, **ela na vida das mulheres ajudou muito na água, alimentação, limpeza**, porque sem a água não tem como a mulher fazer sua limpeza, ter seu próprio alimento saudável de casa. Já aconteceu aqui nessa casa eu querer dar café aos meus filhos, dava vontade até de eu chorar, eu não tinha água não. (...) **Hoje em dia eu sou o que, eu sou muito grudada na cisterna!** Só vivo nessa cisterna, tiro água pra tomar banho, faço muita economia, pra lavar roupa. (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Ta bem melhor, graças a Deus depois dessas cisternas com pouco tempo choveu, mesmo no período de seca teve a chuva do final do ano, **encheu rapidinho, ela enche com qualquer chuva**. Eu não me arrependo dessas cisternas. (Sueli, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde)

Minha **produção melhorou muito, depois desse calçadão, dessas reuniões que a gente participa**. (...) a gente aprende muito participando das reuniões, a gente aprende, o sindicato explica muita coisa pra gente. Antes eu não sabia quase nada, hoje já sei como que fazer melhor uma horta, preservar uma água. (...) ganha mais tempo né. Depois desse calçadão tudo mudou mesmo. Eu to sempre plantando alguma coisa, não fico parada não. (Cláudia, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde)

Em geral, foram as mulheres as primeiras da família a terem conhecimento sobre a

oportunidade de participação nos programas P1MC e P1+2 para implementação das tecnologias sociais. Atribuímos esse fato a diversos aspectos como tais como as mulheres serem as principais responsáveis pela gestão da água na casa e também em diversos agroecossistemas, e portanto, as mais interessadas no assunto; pelo histórico de organização política do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) na região, que além de participar das negociações na ASA, vêm permitido que as mulheres estejam cada vez mais envolvidas nos grupos de mulheres bem como nas associações comunitárias e STRs; por algumas delas (4) terem acesso à assessoria técnica a partir de uma organização feminista.

Quando perguntamos a elas como foram os processos de comunicação sobre a oportunidade e decisão sobre a adesão dos programas no interior da família, podemos perceber que como reflexo das relações de poder pouco alteradas, prevaleceu a decisão dos homens, sejam eles maridos, filhos, irmãos, entre outros laços familiares.

Acharam um pouco estranho. No meu ponto de vista não acharam bem legal porque não conheciam o processo. Eu disse não, vamos fazer a cisterna, vamos fazer a cisterna! (...) A gente só sabe das coisas quando luta né. O povo aqui de casa... teve uns filhos meus que falaram: – Isso vai dar muito serviço, pra que isso? Isso não vai ter futuro não. (Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

(...) Meu irmão tava aqui. Ele disse olhe pode fazer a cisterna, vou te dizer até onde você faz, faça nesse canto que a terra é pior e deixa a terra boa pra plantar. (...) Ai pronto fui, minha menina trabalhava na ADESSU, a gente foi e mediu e fez naquele canto que meu irmão disse. Daí fiquei alegre porque foi feito onde meu irmão mandou. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Percebemos, conversando com as mulheres da pesquisa, que em nenhum momento elas questionaram se de fato valeriam a pena os esforços financeiros e físicos que deveriam ser despendidos como contrapartida, os quais em suas concepções, seriam justos e possíveis postos a frente das melhorias tão urgentes e que facilitariam muito suas vidas.

Albuquerque (2010), analisando processos de implementação de políticas públicas de convivência com o semiárido, ressalta as limitações destas para a desconstrução dos aspectos materiais e simbólicos bases das desigualdades de gênero. Identifica nas experiências analisadas sobre o P1MC, que a decisão final na adesão ou não ao programa pela família é predominantemente, exclusivamente do homem, assim pode ocorrer o “não acesso a política publica por interferência dos males enraizados do patriarcado”.

Na mesma direção da autora, ressaltamos que os trabalhos de contrapartida⁷⁰ exigidos para implementação das tecnologias sociais nos programas da ASA, reproduzem a lógica da divisão sexual do trabalho. Uma contrapartida realizada pelos homens, por exemplo, é a escavação do buraco. Já a contrapartida realizada pelas mulheres é, em geral, cozinhar para os(as) envolvidos(as) na obra.

Observou-se que esse trabalho das mulheres, pelo fato de ser visto como “leve” e de menor valor, não é considerado uma contribuição na conquista social da tecnologia e sim uma simples ajuda. Além disso, apontamos a gravidade de se reforçar padrões arraigados em sistemas opressores, em processos considerados educativos e de mobilização social.

Assim, dentro da tradicional divisão sexual do trabalho, elas assumiram, no âmbito dos trabalhos de contrapartida e relacionados a construção das TS, o preparo das refeições para todos os envolvidos nas obras, a limpeza e organização das casas e quintais e a gestão da água para construção das cisternas, por exemplo. Essa última função foi um grande desafio principalmente nos casos em que coincidiu com a grande seca de 2010.

Eu comprei água pra fazer a cisterna calçadão, a primeira carrada foi 15 bujões (250litros), porque a cisterna da casa do meu pai tava pela metade, daí eu disse vai começar com essa água, e a gente puxava com o motor, aí depois eu comprei, desse mesmo pessoal que eu compro agora. Quando terminou a cisterna ainda tinha água na cisterna de pai, daí eu puxei um bujão de água pra botar dentro, porque quando faz a cisterna não pode ficar vazia se não ela racha. Daí eu puxei um bujão de 250 litros e botei, não deu nem pra cheirar, aí você sabe o que eu fiz? Eu saía daqui 7h com balde e chegava na casa da vizinha e pedia dois baldes de água pra botar na cisterna, pra jogar só agoando, porque ela vai chupando pra ficar úmido, ela chupou toda água que eu comprei, ela tava se estabelecendo porque é nova. Daí eu ia buscar água lá. (...) Daí eu botava dois três baldes, agoando assim, com uma vasilha para molhar o cimento, e nada de chuva! Eu olhava pro céu e pensava o que eu faço com a minha cisterna, eu não posso comprar água, uma crise danada, meu marido já doente. O que eu vou fazer, não podia comprar uma carrada de água pra botar na cisterna, é 90 a 110 reais. Dia sim dia não eu tava lá agoando, pegando água nos vizinhos, molhava e não dava pra nada, daí quando foi um dia de noite tome chuva! Graças a Deus! Fui lá e tava um palmo de água, agora eu não ia precisar mais botar água. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Eu tenho muita base na água, depois que tenho a cisterna né, sem a cisterna não tinha não, criei até a base na água. Foi gastado 15 mil litros de água. Acho que tiveram pessoas que não fizeram a experiência mas eu fiz. Nesse momento que tá construindo a cisterna não tem jeito de desperdiçar um pouco de água né, lavar vasilha, as coisas do pedreiro. Mas é isso, se não tivesse não teria

⁷⁰ Depois da adesão da família ao programa, são exigidas contrapartidas que na época em que as mulheres da pesquisa acessaram os programas eram a disponibilidade de espaço do pequeno pedaço de terra das famílias (de 1 a 3 ha), água para utilização na obra, mão de obra para auxiliar o(a) pedreiro(a) responsável, preparo das refeições para os(as) envolvidos.

construído a cisterna.(Nenem, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

Por outro lado, também constatamos que houve casos entre as entrevistadas, onde as mulheres tiveram um papel crucial na tomada de decisão sobre a adesão dos programas da ASA na família, influenciando uma decisão construída mais coletivamente. Assim, apesar da permanência da cultura patriarcal, elas vão transformando suas realidades, afirmando que as mulheres não são passivas a opressão, e sim sujeitas de suas vidas, que resistem e avançam.

As mulheres camponesas dessa pesquisa a partir de seus conhecimentos e práticas contribuem para o fortalecimento da convivência do semiárido e da agroecologia como projeto político de desenvolvimento rural, pois estão integradas em associações, grupos de mulheres, ONGs, movimentos sociais, redes e articulações do campo agroecológico. Assim, pelo menos teoricamente, a práxis dessas mulheres contribuem e moldam essas comunidades políticas, que por sua vez dentro de sua diversidade, convergem para múltiplas frentes de ação para implementação de políticas públicas e práticas coletivas que transformem o desenvolvimento rural.

Até que ponto esses programas têm provocado a discussão da divisão sexual do trabalho nas comunidades? A gente não vê isso. A cisterna de 16 mil litros é a cisterna das mulheres, porque é de cozinhar, a de 52 mil litros é de produção então é do homem... até nisso entra a divisão. Então quando a gente entra na ASA, entra numa perspectiva de provocar essa discussão para que as mulheres entrem nesse processo de acessar essas tecnologias em uma perspectiva de diminuir o trabalho dela, de tirar a sobrecarga do trabalho dela, de valorizar o trabalho de produção dela na cisterna de produção, e provocar a divisão sexual do trabalho. Não é fácil. A gente tem conseguido avançar muito pouco ao longo desses anos, de 2008 pra cá, a gente avançou mas foi pouco, muito aquém do que gostaríamos em relação as políticas da ASA. (Célia, coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste no Pajeú)

Como existem relações de poder desiguais dentro e entre essas comunidades políticas do campo agroecológico, já que são reflexo de uma sociedade patriarcal e machista, para que as mulheres influenciem esses espaços e as decisões ali tomadas, existem diversas disputas de poder, assumidas pelas organizações de mulheres e feministas, que as vezes obtêm sucesso e as vezes não.

Ainda referentes as contradições das novas tecnologias de convivência com o semiárido e as transformações nas vidas das mulheres, por mais que algumas dessas TS acabem beneficiando principalmente as mulheres, facilitando os trabalhos atribuídos a elas, será que os saberes e experiências das mulheres foram considerados em todo o processo de idealização, escolha e construção dessas tecnologias? Será que as mulheres têm tido as mesmas

oportunidades que os homens, de se apropriar das tecnologias de convivência com o semiárido, em todas suas dimensões?

Não pretendemos responder aqui essas perguntas, pois não foi objetivo dessa pesquisa aprofundar a discussão sobre as TS, mas apontamos que historicamente as mulheres camponesas foram excluídas das discussões tecnológicas, mesmo no campo das tecnologias populares e sociais. Seus conhecimentos, experiências, habilidades e necessidades foram e ainda são desconsiderados e invisibilizados em muitos processos de configuração, definição e implementação das tecnologias sociais, relacionados a assessoria técnica e extensão rural com as famílias agricultoras.

Não faço sozinha não. Porque a bomba eu nem sei ajeitar, tem que ver direitinho, vai que queima. (Sueli, Sítio Serra dos Nogueiras, Santa Cruz da Baixa Verde)

Tem uma barragem ali atrás que foi feita, agora em setembro vai fazer 4 anos e ela nunca encheu. É de onde Alexandre as vezes puxa água, quando a cisterna tá secando, puxa com a bomba, pra agoar aqui a plantação ao redor de casa. (Solidade, Sítio Carnaubinha, Triunfo)

Para além dos percalços do caminho, o MMTR, as organizações feministas e agricultoras do Pajeú, têm construído estratégias e práticas inovadoras ao longo dos processos de convivência com o semiárido, que contribuem para a quebra de paradigmas e padrões, bem como para apropriação das mulheres as tecnologias de convivência com o semiárido, inclusive inspirando ações em outros territórios (CF8, 2006).

A gente não era da ASA ainda, mas em 2004 a gente se desafiou, fomos a primeira organização no Nordeste a fazer um curso de formação para mulheres cisterneiras. Porque esse campo da construção civil é dominado pelos homens, e havia algumas mulheres que tinham interesse em aprender. Foi fantástico, houve muitas críticas dos homens. Elas construíram as cisternas. (...) hoje a ASA apoia totalmente, em muitos estados existem muitas mulheres cisterneiras. Tem mulheres que fazem cisternas maravilhosas, elas são muito cuidadosas nos detalhes. Bem feito mesmo. (Célia, coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste no Pajeú)

Figura 29- Primeira formação de Mulheres Cisterneiras em 2004, Pajeú



Fonte: Acervo Casa da Mulher do Nordeste, 2004

Além disso, uma das mulheres da pesquisa, relata que suas filhas participaram da construção da cisterna como ajudantes do pedreiro responsável, provocando os padrões vigentes ao assumirem uma tarefa tradicionalmente masculina.

Na minha cisterna calçada elas (as filhas de Francisca) também fizeram massa, carregaram massa, peneiraram areia, eu ia levar o almoço chegava lá e elas estavam lá com a mão na massa, trabalhando. É um projeto que envolve toda a família mesmo. (Pretinha, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde)

O movimento de mulheres e organizações feministas atuantes no território, tais como o MMTR e CMN, encaram ainda grandes desafios dentro da própria ASA, um dos principais espaços de discussão e implementação de ações de convivência com o semiárido:

1-) desde a participação paritária das mulheres, com qualidade, nas comissões municipais do território, que em geral, são compostas majoritariamente por homens;

Todos esses programas (P1MC e P1+2) são discutidos nas comissões municipais, e vimos que essas comissões eram muito compostas por homens (...). Nós levamos para dentro das comissões municipais a paridade para a participação das mulheres, muitas de nós conseguimos mesmo, levamos em todos municípios em que atuamos (no Pajeú). (Célia, coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste no Pajeú)

2-) a construção de um grupo de trabalho de mulheres da ASA-PE, com o engajamento das organizações da articulação na construção de propostas e estratégias;

Atuamos no espaço de decisão política dentro da ASA, integramos a coordenação estadual da ASA, temos traçado uma batalha muito grande para criação do GT de mulheres. É muito difícil, porque não tem prioridade das organizações. (...) As organizações não dão importância a organização desse GT de mulheres, não dão prioridade, não reconhecem a importância do assunto. Quando falamos alguma coisa: “lá vem a questão das mulheres”, muitas organizações acham que equidade de gênero é falar na linguagem gênero, é garantir a paridade de gênero, sem discutir a qualidade da participação. Achamos que isso é um avanço, a gente luta por isso, mas também lutamos por uma participação com qualidade das mulheres na ASA, tem que pautar isso nas organizações, se não, não avança. (Célia, coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste no Pajeú)

3-) até a disputa política por metodologias que avancem nas questões de gênero na perspectiva feminista, garantir a vez e voz das mulheres nas tomadas de decisões da coordenação estadual da ASA-PE.

(...) as maiores beneficiárias dos programas da ASA são as mulheres. Achamos maravilhosa essa notícia, mas queremos qualidade na participação, empoderamento, achamos que ainda deixa muito a desejar, muito mesmo. Aqui em PE mesmo só temos duas organizações de mulheres que participam da coordenação da ASA, a CMN e MMTR, a gente se sente isolada nesse espaço, é um espaço muito masculino, muita disputa política, ou você tem pulso firme, muito empoderamento políticos, ou você é engolida. (Célia, coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste no Pajeú)

Por fim, os elementos levantados nessa discussão expressam os desafios para a desconstrução das relações assimétricas de poder presentes na busca de um projeto sociopolítico comum de gestão da água, capaz de sustentar o almejado desenvolvimento rural baseado na agroecologia e convivência com o semiárido. Aqueles desafios passam por questões como a desconstrução da divisão sexual do trabalho, consideração concreta das práxis das mulheres camponesas nos processos sócio-técnicos e políticos em torno da gestão da água na agricultura familiar, e favorecimento da auto-organização das mulheres dentro de todas as comunidades políticas envolvidas em todos os níveis (local, territorial, estadual, regional) nessa luta social do semiárido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma visão holística e complexa se fez fundamental para a compressão da questão da

água no semiárido brasileiro como parte da questão ambiental, fruto da separação sociedade e natureza e do sistema capitalista-colonial-patriarcal que ali se engendrou. Notamos que a problemática socioambiental se configura desde a instalação das primeiras sesmarias na região e subjugação dos povos indígenas que ali conviviam secularmente com a Caatinga. Isso a partir de um projeto exógeno de uso e exploração dos territórios sertanejos, voltado às necessidades e interesses político-econômicos da elite canavieira, das áreas de Mata Atlântica do Nordeste brasileiro, e de Portugal.

A apropriação da natureza no Sertão do Pajeú possui características comuns à região semiárida como um todo e também peculiaridades fruto das suas condições ambientais específicas e histórico de ocupação humana. A importante presença de machas úmidas, ou brejos, em áreas significativas do território, favoreceu a prática da agricultura camponesa voltada para alimentação familiar e da população local, de forma integrada as dinâmicas dos currais de gado do patrão e suas culturas de mercado (cana-de-açúcar, café, algodão).

As comunidades camponesas no território, buscam se adaptar e trabalhar com a natureza semiárida, desenvolvendo práticas tradicionais de agricultura e de gestão da água, todavia estão inseridas em um contexto sociopolítico que não favorece a co-evolução nessa direção. Os camponeses e camponesas são atores sociais que a partir de suas condições socioambientais, são subjugados no processo histórico de construção da questão da água.

A questão da água no Sertão Pajeú se estrutura a partir dos seguintes elementos: 1-) Tentativa de extermínio dos povos indígenas do semiárido, desprezando suas matrizes de conhecimentos; 1-) Concentração histórica da terra e da infraestrutura hídrica nas mãos da elite agrária local; 2-) Legitimação e reforço pelo Estado, das estruturas de poder restritivas ao acesso e controle sobre a água pelos camponeses, a partir de políticas públicas de combate a seca e indústria da seca; 4-) Degradação ambiental da vegetação nativa e das fontes de água (Rio Pajeú, riachos e águas subterrâneas) desde o modelo de desenvolvimento implementado; 3-) Ausência histórica do Estado na construção de políticas públicas contextualizadas à realidade semiárida, voltadas a gestão integrada e participativa da água da chuva, águas armazenadas nos açudes, águas subterrâneas e superficiais;

A distribuição dos ônus ou impactos negativos desse sistema de dominação e apropriação da natureza e da água na região, não é feita ao acaso na sociedade e sim está diretamente atrelada às condições de classe, raça, etnia e gênero. Nesse sentido, os camponeses estão subjugados a vivenciar na pele os mais intensos impactos sociais, ambientais e psicossociais das estiagens prolongadas, os quais revelam a mais grave face da questão da água

no território. As mulheres camponesas, a partir de suas condições sociais específicas, passam por esses processos de forma diferente, bem como percebem e se organizam politicamente, também a partir dessas especificidades.

O Sertão do Pajeú é um território de águas. A partir do olhar e conhecimento das mulheres camponesas, a área de estudo apresenta diversas fontes de água fundamentais para a população local, mostrando a importância de aproximarmos o olhar sobre os territórios e percebermos os diversos caminhos das águas a partir dos diferentes sujeitos que ali vivem. Fica evidente que não podemos considerar o semiárido uma região homogênea e seca.

Existem práticas tradicionais de gestão das águas realizadas pelas comunidades e famílias camponesas, mas também práticas específicas dos diversos sujeitos que as compõem relacionadas as relações de poder e condições sociais dos mesmos. Assim, as mulheres desenvolveram, a partir do lugar que ocupam na família e sociedade, conhecimentos e práticas de gestão da água, que envolvem coleta na fonte, transporte, higienização, armazenamento, e destinação da água.

A diversificação e integração das diferentes fontes de água é tradicionalmente praticada pelas mulheres, sendo historicamente o Rio Pajeú, riachos, olhos d'água, nascentes e águas das chuvas as principais fontes acessadas e manejadas por estas. Nessa prática as mulheres camponesas utilizam tecnologias tradicionais tais como as cacimbas, poço amazonas, barreiros.

Dentro da divisão sexual do trabalho as mulheres são as principais gestoras da água para alimentação da família, realização de trabalhos domésticos, além de realizarem a gestão da água para a produção nos quintais produtivos e criação de pequenos animais. Elas não percebem a gestão da água como algo fragmentado entre trabalho produtivo e reprodutivo e sim de uma forma sistêmica e holística. A partir do uso da água, esses trabalhos realizados pelas mulheres são interdependentes e complementares.

As mulheres camponesas foram modificando e aprimorando estratégias e práticas de gestão e uso da água, em termos do manejo ecológico e percepção do seu papel político, a partir 1-) da sua construção como sujeitos políticos em espaços auto-organizados, tais como o MMTR-SC, grupos, associações e redes de mulheres agricultoras; 2-) da participação nos espaços políticos tais como associações, STRs, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); 2-) do seu envolvimento nas redes sociotécnicas da agroecologia; 3-) da participação nos processos de mobilização social em torno da convivência com o semiárido e agroecologia.

A luta pela água permeia a aproximação e encontro das mulheres camponesas no

território para criação do MMTR-SC e outras formas de auto-organização que foram nascendo. Assim é uma de suas preocupações centrais (não a única) e tema importante das discussões nos espaços que constroem. Podemos dizer que, como elemento da natureza próximo as mulheres e um direito a ser conquistado, a água é um ponto comum que as aproxima e contribui na construção da identidade coletiva para transformação de suas realidades.

Além disso, a partir dessa história e vivências, somadas com o fortalecimento da agroecologia no território na perspectiva da convivência com o semiárido, a luta pela água passa a ser uma bandeira do movimento e organizações de mulheres do Pajeú. Considerando que não há questão ecológica que não seja uma questão humana, os movimentos sociais de mulheres camponesas, e em específico das mulheres que se organizam socialmente no Pajeú, constituem um campo político ambientalista, feminista e popular.

As mulheres organizadas têm protagonizado processos importantes de gestão da água no território, voltados para o fortalecimento da gestão social participativa da água. Buscam, junto as demais organizações e movimentos envolvidos, integrar as ações de monitoramento e mobilização social em torno do Rio Pajeú, seus riachos e nascentes, aos processos de reativação do Comitê de Bacia do Pajeú.

As TS e processos de mobilização social em torno da água, gerados pela implementação do P1MC e P1+2 como parte da construção do paradigma e projeto político de convivência com o semiárido, também tem modificado o acesso e gestão desse elemento vital pelas famílias camponesas do Pajeú. As cisternas de placas, barragens subterrâneas, barraginhas identificadas pelas mulheres, entre outras tecnologias sociais, têm garantido um maior acesso à água de melhor qualidade para beber e cozinhar, facilitado a gestão da água para o uso doméstico, e possibilitado a implementação ou aprimoramento de agroecossistemas, fundamentais para a segurança alimentar e nutricional. Tais aspectos geram impactos materiais e simbólicos na vida das famílias e especificamente em cada um dos seus sujeitos.

Os processos realizados na perspectiva da agroecologia e convivência com o semiárido no Pajeú, tais como os promovidos com a implementação do P1MC e P1+2, não levam necessariamente a desconstrução das relações opressoras de gênero, tais quais as expressas na divisão sexual do trabalho. Quando ocorreram algumas transformações nesse sentido, estiveram diretamente condicionadas a organização política das mulheres, bem como atrelada as disputas de poder realizadas por organizações e movimentos de mulheres que trabalham na perspectiva feminista.

Constatada a não consolidação dentro da própria ASA, sobre o caráter estruturante de

outras relações de gênero para a construção de outros semiáridos possíveis, os movimentos de mulheres e a perspectiva feminista se fazem cruciais para o avanço da luta socioambiental pela convivência com semiárido a partir da implementação de outro paradigma de desenvolvimento rural.

As mulheres camponesas além de estarem diretamente envolvidas nas dinâmicas sociais de gestão da água no território, protagonizando diversas ações, estão inseridas em alguns espaços de discussão e tomadas de decisões sobre políticas públicas relacionadas a esse bem comum, tais quais as comissões municipais da ASA e CMDRS. Todavia, a participação das mulheres camponesas precisa ser fortalecida, haja vista que, apesar de suas grandes contribuições nas práticas individuais e coletivas com a água e suas demandas específicas, elas ainda vivenciam muitos desafios dentro desses espaços para que essas sejam consideradas e influenciem as decisões.

As mulheres camponesas não estão inseridas no Comitê de Bacia do Pajeú, mesmo estando diretamente envolvidas nos processos sociais que visam, entre outros objetivos subsidiá-lo. É fundamental a participação dessas mulheres nesse espaço deliberativo sobre as políticas da água. Apontamos a necessidade de estudos de aprofundamento dessas questões e desafios vivenciados pelas camponesas no âmbito desses espaços de controle social e incidência política, relacionados a gestão de recursos hídricos no território.

A percepção e prática da água como bem comum, tradicionalmente fazem parte das dinâmicas camponesas de gestão da água no Pajeú e devem ser fortalecidas e consideradas em todas as políticas públicas e ações da água, que por sua vez devem ter a cooperação e gestão coletiva como base. Queremos sublinhar a importância dos reservatórios ou fontes de água comunitárias, geridas coletivamente.

Estas são estratégicas e devem continuar sendo fortalecidas pois: a-) garantem maior quantidade de água para períodos de estiagens prolongadas, contribuindo na diversificação das fontes; b-) fortalecem a perspectiva e prática da água como um bem comum, que não pode ser mercantilizado; c-) os rios, riachos, olhos d'água, nascentes são águas comunitárias que precisam ser recuperadas e conservadas com protagonismo das populações locais e ações coletivas; d-) historicamente fontes comunitárias do semiárido têm sido objetos de relações políticas coronelistas (poços artesianos, açudes, barragens) o que precisa ser desconstruído como uma realidade inevitável; e-) o poder coletivo das comunidades é fundamental na construção de um projeto contra-hegemônico.

A mercantilização da água no território é um processo que, a partir de um olhar mais

próximo, chama atenção, pois tem impactado a vida das mulheres camponesas que, muitas vezes, recorrem a esse mercado local de água para suprir necessidades básicas. Esse não pode ser percebido como algo isolado ou desconectado do processo global de mercantilização da natureza, ao mesmo tempo apresenta características peculiares pois envolve médios e grande proprietários de terras e configura uma outra face da indústria da seca, já que por mais que não esteja atrelado a políticas ou recursos públicos está relacionada as ausências do Estado no âmbito de direitos básicos como o abastecimento de água. Consideramos esse processo importante para futuros estudos.

No âmbito dos desafios e integração das políticas públicas e ações da água no território, a rede capilarizada de água constituída pelas cisternas e outras TS é muito importante como temos defendido, mas evidentemente não dão conta da garantia de acesso à água de qualidade e consolidação do direito à água, que ainda é muito frágil.

É impostergável que o Estado assuma junto a comunidade a gestão compartilhada da água comunitária (rios, riachos, cacimbas, pequenas barragens), promovendo condições de ações contínuas de conservação dessas águas com o protagonismo das comunidades locais. Assim como, o Estado deve ser responsabilizado em promover condições para a gestão também da água familiar, armazenada em cisternas e outras tecnologias sociais, é responsabilidade do mesmo garantir a qualidade dessa água e integrá-las as outras políticas. A cisterna gera transformações na vida das mulheres e da família, mas não é suficiente para uma mudança estrutural e consolidada rumo a convivência com o semiárido.

O armazenamento de água através de tecnologias adaptadas ao semiárido cria uma capilarizada malha hídrica que deve ser incluída nas estratégias e ações das políticas da água municipais, territorial e da bacia hidrográfica, bem como esses reservatórios não podem ficar desconectados das ou nas propriedades familiares, precisam ser integrados em sistemas de água comunidade-propriedades. Assim, em nossa concepção para se avançar no direito a água, a luta social pela ampliação e diversificação dessa malha hídrica descentralizada esta estreitamente relacionada a luta pelo saneamento básico rural, para, entre outras ações, a implementação de sistemas integrados e descentralizados de tratamento e distribuição de água no meio rural. Além disso, como já apontamos a água comunitária e conservação das fontes naturais são básicas para esse avanço impostergável. O direito a água necessariamente passa por essa integração das políticas públicas.

Outro aspecto importante é a presença dos movimentos de mulheres e movimento sociais do campo da agroecologia nos espaços específicos de gestão da água, tais como o

Comitê de Bacia do Pajeú para assim incidir na construção de um modelo de gestão da água participativo, equitativo e na perspectiva da agroecologia rumo a convivência com o semiárido. É nesse espaço que se constrói o Plano da Bacia Hidrográfica o qual por mais que seja reflexo do modelo de desenvolvimento pode ser disputado e moldado a partir de estratégias políticas que já vem sendo construídas no território, tais como as Caravanas em Defesa do rio Pajeú.

Por fim, o grande desafio dos povos do semiárido frente a problemática da água, uma face da questão ambiental, é a reapropriação social da natureza que vem sendo degradada e negada como direito natural a partir do modelo de desenvolvimento hegemônico e suas estruturas sociopolíticas. Na direção de Vandana Shiva, concordamos que a gestão da água precisa caminhar para o fortalecimento dos direitos coletivos ou comunitários, necessários tanto para a ecologia quanto para democracia da água, que para além das práticas superficiais deturpadas da falsa democracia que conhecemos, se estrutura na emancipação social das mulheres e de todos os grupos hoje oprimidos e subjugados.

A água é um presente da natureza
A água é essencial à vida
A vida está interconectada pela água
A água tem de ser gratuita para as necessidades vitais
A água é um recurso limitado e pode acabar
A água tem que ser conservada
A água é um bem comum
Ninguém tem o direito de destruir
A água não pode ser substituída

(Princípios da democracia da água, Vanda Shiva, 2006)

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 16, p. 5–59, 1999.
- ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll., 2004.
- ACTIONAID. Excluídas do Desenvolvimento. No prelo, 2016.
- AGUIAR, M. V. de A. Complementaridade de gênero e o papel das mulheres morroquianas para a manutenção da agrobiodiversidade em uma porção do cerrado brasileiro. In: Scott, Parry, Cordeiro, Rosineide e Menezes, Marilda (org). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha da Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. Pp.20-230
- ALMEIDA, M. Feminismo e Agroecologia: princípios para uma prática de assessoria técnica e social emancipadora. In: Assessoria Técnica com mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica. **Cadernos Feministas de Economia e Política**, n.4. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2008.
- ALMEIDA, V. Rede Mobilizadores. Entrevistas: participação, direitos e cidadania. **Caravana em Defesa da Bacia do rio Pajeú mobiliza Sertão Pernambucano**. Maio, 2011. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/caravana-em-defesa-da-bacia-do-rio-pajeu-mobiliza-sertao-pernambucano/>>. Acesso em 10/05/2016.
- ALMEIDA, V. **Ser mulher num mundo de homens**: Vanete Almeida entrevistada por Cornélia Parisius. Serra Talhada: SACTES/DED - MMTR/NE, 1995
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ANA- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: 2014.
- ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Atlas Brasil: Abastecimento urbano de água - Resultados por estado**. v. 2. Brasília: Engecorps/ Cobrape, 2010.
- ANA- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz?. **Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos**, v.1. Brasília: SAG, 2011.
- ANDRADE, M. C. DE. **A Terra e o Homem do Nordeste**. 3. ed. São Paulo: 1973.
- APAC- AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA. Comitês de Bacia. **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú**. Disponível em: <http://www.apac.pe.gov.br/pagina.php?page_id=7&subpage_id=46>. Acesso em 13/05/2016.
- ARCOVA, F.C.S; CICCIO, V. de; ROCHA, P.A.B. Precipitação efetiva e interceptação das chuvas por floresta de Mata Atlântica em uma microbacia experimental em Cunha - São Paulo. **Sociedade de Investigações Florestais**, v.27, n.2, p.257-262, Viçosa, 2003.
- ARSKY, I. da C.; SANTANA, V. L. Parâmetros de demanda hídrica no Semiárido. In: CONTI, I. L. e SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: IABS, 2013
- ASA - ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>>, acesso em: setembro de 2013.

ASA - ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Ações-P1+2**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em 02/05/2016.

ASCELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ÁVILA, M. B. Mulher e Natureza: dos sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. In: ARANTES, R; GUEDES, V (orgs). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife, 2010.

BAPTISTA, N. de Q. Acesso à água evita migrações e quebra histórico de subordinação no semiárido, **Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 12, n.3, p. 8-13, 2015.

BAPTISTA, N. de Q.; CAMPOS, C. H. Formação, Organização e Mobilização social no Semiárido Brasileiro. In: CONTI, I. L. e SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: IABS, 2013.

BARBOSA, A. A construção social do Nordeste. In: GALINDO, W. (Org.). **Vozes da convivência com o semiárido**. Recife: Centro Sabiá, 2013.

BARRERA-BASSOLS, N; TOLEDO, V. M. **A memória biocultural**: A importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BARROS JÚNIOR, G. **Relatório Analítico Simplificado da Situação Ambiental no Alto Pajeú** – Trecho de Afogados da Ingazeira a Brejinho. Afogados da Ingazeira: 2014

BRANCO, S. M. **Ecossistêmica – Uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente**. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, v. 6, p.51-62. Uberlândia: 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Direito humano à água**, 2014. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-agua>>. Acesso em: 3 de set. 2015

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da saúde. **Saneamento rural**, 2012. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/saneamento-rural/>>. Acesso em: 13 out. 2015

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania: Sertão do Pajeú PE**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/combate-a-desertificacao/convencao-da-onu>>. Acesso em 23/05/2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Monitoramento por Satélite do Desmatamento no Bioma Caatinga**. Brasília, 2011b.

CAATINGA - CENTRO DE ASSESSORIA E APOIO A TRABALHADORES/AS E INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS ALTERNATIVAS. **Projetos**. Disponível em: <<http://www.caatinga.org.br/>>. Acesso em 05/03/2016.

CAMPOS, C. S.S. **A face feminina da pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAMPOS, N. A. A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do Governo Federal em duas sub-regiões do Estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamus). **Teoria e Pesquisa**, v 44-45, 2004.

CAMPOS, V. N. O.; FRACALANZA, A. P. Governança das águas no Brasil: Conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. **Ambiente & Sociedade**. v. XIII, n. 2, p. 365-382. São Paulo: Campinas, 2010.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

CF8 - CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO. **Construindo cisternas, desconstruindo tabus: mulheres capacitando mulheres para o acesso à água**. Mossoró, 2006.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

CONTI, I. L.; PONTEL, E. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, I. L. e SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: IABS, 2013.

CORDEIRO, R. de L. M. **Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão Central de Pernambuco**. 2004. 188 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2004.

COSTA, M. A. M.; IORIS, A. A. R. Até a última gota: complexidade hidrossocial e ecologia política da água na baixada fluminense (RJ, Brasil). In: CASTRO, J. E.; HELLER, L.; MORAIS, M. da P. **O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. Brasília: Ipea, 2015.

COSTA, M. R. da. **Sustentabilidade Hídrica e Qualidade Das Águas: Avaliação Das Estratégias De Convivência Com O Semi-Árido**. 2009. 374 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Tecnologia Ambiental, Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2009

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O Empoderamento da mulher: Direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELGADO, G. da C. A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. p. 21-85. São Paulo: INCRA, 2005.

DI SABBATO, A; MELO, H. P. de; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N. **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. BUTTO, A. (Org.). Brasília: MDA, 2009.

DIEGUES, A. C. SANTANA. **O Mito Moderno Da Natureza Intocada**. Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 3. ed., v. 53. São Paulo, 2001.

EMBRAPA SEMIÁRIDO - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. ABC da Agricultura Familiar: Formas de garantir água nas secas 2. **Barragens, cacimbas e poços amazonas**. Brasília, 2004.

ESMERALDO, G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Orgs.). **Mulheres camponesas**:

trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

FBB - FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Cisterna de Placas: **Tecnologia Social como Política Pública para o Semiárido Brasileiro.** 1. ed. Brasília, 2014.

FERRAZ, S.; BARBOSA, B.F. **Sertão: Fronteira do Medo.** Recife: Editora UFPE, 2015

FERREIRA, A. P. L. A importância da perspectiva agroecológica no empoderamento das mulheres camponesas: processo Mulheres e Agroecologia como estudo de caso. In: **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2114-2117, nov. 2009.

FERREIRA, A. P. L. **Acercamiento entre las perspectivas feminista y agroecológica potencializando procesos de empoderamiento de las mujeres rurales brasileñas, desde el territorio del Pajeú, Sertão del Pernambuco.** 2105. 219 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais e Sustentabilidade). Programa de Doutorado em Recursos Naturais e Sustentabilidade, Universidade de Córdoba. Brasil, 2015.

FERREIRA, J. A.; CARDOSO, J. L. Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: a experiência de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, v.34, n.1, São Paulo: 2004.

FETAPE, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. **4 Décadas de Lutas.** Recife: 2006

FILHO MEDEIROS, J.; SOUZA, I. **A seca do Nordeste: um falso problema.** Petrópolis: Vozes, 1988.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação.** São Paulo: Paz Terra, 1988

GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, A. C. S. (org). **Etnoconservação.** São Paulo: Hucitec, 2000.

GONÇALVES, C. U. **Expansão e Intervenção do Estado: As faces do desenvolvimento territorial brasileiro.** Aracaju: Geonordeste (UFS), v. 1, p. 13-37, 2007.

GONÇALVES, F. C. **A força que nunca seca.** Mama mundi. Chico Cesar, 2000.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Algunas notas sobre agroecología y política. **Agroecología**, v. 6, p. 9–21, 2012.

GUERREIRO, L. G. Aportes para una economía para la vida, aprendizajes desde los mundos campesinos. In: MARAÑÓN-PIMENTEL, B. (coord.). **Solidariedad Económica y potencialidades de transformación em América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2012.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - Universidade de São Paulo**, p. 6774–6792, 2005.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapas de Biomas e Vegetação.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>. Acesso em 25/06/2016.

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Sistema de Alerta Precoce Contra Seca e Desertificação.** Disponível em: <<http://sap.ccst.inpe.br/metodologia.html>>. Acesso em 30/04/2016.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desafios do

desenvolvimento. **Um balanço social do milênio**. ano 10, ed. 80. Brasília, 2014.

IRPAA - INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA. **A busca da água no sertão: convivendo com o semiárido**. 4.ed. Juazeiro: 2001

JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, n. 1-2, p. 315-338, 2003.

JALIL, L. M. **As Flores E Os Frutos Da Luta O Significado Da Organização E Da Participação Política Para As Mulheres Trabalhadoras Rurais**. 2013. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2013.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: Lopes, M. J. et al. **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KINDON, S. L., PAIN, R., & KESBY, M. **Participatory action research approaches and methods: connecting people, participation and place**. London: Routledge, 2007.

LEAL, V. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

LEFF, E. Pensar a complexidade Ambiental. In: Leff, E. (org.). **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2003

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, A. de O. et. al. Barragens subterrâneas no semiárido brasileiro: análise histórica e metodologias de construção. **Rev. Irriga**, v. 18, n. 2, p. 200-211. Botucatu: UNESP, 2013.

LUCENA, F. G. de. Conflitos Socioambientais por Acesso à Água no Território do Sertão do Pajeú Pernambucano. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 167, p. 62–73, 2015.

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS **Água, Minérios e Modelo Energético: Para que? E Para quem?**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/artigo/gua-min-rios-e-modelo-energ-tico-para-que-e-para-quem>>. Acesso em: 13 ago. 2015

MALTCHIK, L. Ecologia de Rios Intermitentes Tropicais. In: POMPÊO, M. L. M. **Perspectivas na Limnologia do Brasil**, p. 5–15. PB, 1999.

MALVEZZI, R. A questão da água na América Latina. In: **Proposta: Revista trimestral de debate da Fase: Água, Territórios e Conflitos**. Rio de Janeiro, 2005.

MALVEZZI, R. **Semi-árido: Uma Visão Holística**. 1. ed. Brasília: Confea, 2007.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais. Bauru:USC, 2004.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Presidente Prudente: Revista NERA, Ano 11, nº. 12, pp. 57-67, Jan.-jun./2008.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración**. Barcelona: Icaria/Antrazyt/ FLACSO, 268-271, 2004

MARTINS, J. de S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo**

Social; Rev. Sociol. USP, vol.2, n.11, p. 97-128. São Paulo, 1999.

_____. À chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (org.). **O cerco está se fechando**, p. 15-33, Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª Ed. Petrópolis. Editora Vozes, 1990.

MELO, L. A. de. Relações de gênero na convivência com o semi-árido brasileiro: a água para o consumo doméstico. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MELO, M. F. Água: o direito de proteger. In: **Proposta: Revista trimestral de debate da Fase: Água, Territórios e Conflitos**. Rio de Janeiro, 2005

MMM - MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Carta Aberta a Francisco Caporal: Sem Feminismo, Não Há Agroecologia!**. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/12/20/carta-aberta-a-francisco-caporal-sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>>. Acesso em: 16 de julho de 2015.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A Religião dos Saberes: O desafio do século XXI**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NAZARETH, M. de; WANDERLEY, B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. 2004.

NOBRE, A. C.; SOUZA, E.; ALMEIDA, M. Unidades Agroecológicas de Mulheres: Empoderamento a partir da Gestão. In: ActionAid Brasil, GT Mulheres da ANA (orgs.). **Mulheres e agroecologia: Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras**. Rio de Janeiro, 2010.

NOBRE, M. Introdução à Economia Feminista. In: NOBRE, M.; FARIA, N. (Orgs.). **Economia Feminista**. Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF, 2002.

OCARETÉ. **Comunidades de Fundo de Pasto**. Disponível em: <<http://www.ocarete.org.br/povos-tradicionais/comunidades-de-fundo-de-pasto/>>. Acesso em 25/02/2016.

ODUM, E.P. **Fundamentos de Ecologia**. 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

OLIVEIRA, J. R. S. **Água no semi-árido**. Fortaleza - CE. ASA, sem data

_____. **Elas e Eles: Direitos e Deveres**. Fortaleza - CE. ASA, sem data

OLIVEIRA, L. A. de; KAZAY, D. F. Sistemas Agroflorestais e a provisão de serviços hidrológicos em Barra do Turvo (SP). In: PETERSEN, P. (Ed.). **Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 12, n.3, p. 8-13, 2015.

OLIVEIRA, L. C. de. **Da Montante À Jusante: A Água Como Elemento De Conflito Em Açudes Do Espaço Bacia Hidrográfica Do Rio Pajeú**. 2005. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

OLIVEIRA, S. R. V. **Será?**. Sibá e a Fuloresta. Sibá, 2002

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes: La evolución de las instituciones de acción colectiva**. 2 ed. México, 2011.

PEREIRA, A. A. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: Das Ligas aos**

Assentamentos Rurais. João Pessoa: Edéia/Editora da UFPB, 2008

PEREIRA, M. C. de B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S. et. al. (Orgs.). **Dicionário da educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

PERNAMBUCO. Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos. **Atlas de Bacias Hidrográficas:** Mapas temáticos. Disponível em: <http://www.srhe.pe.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=323:mapas-das-bacias-hidrograficas&catid=42:documentos&Itemid=75>. Acesso em 12/02/2016.

PERROT, M. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007

PETERSEN, P. **Metamorfosis Agroecológica:** un ensayo sobre Agroecología Política. 2011. 286 f (2011). Tesina - Universidad Internacional de Andalucía, Baeza, 2011.

PETERSEN, P.; SOGLIO, F. K. D.; CAPORAL, F. R. Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (Ed.); **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro.** Rio de Janeiro: ASPTA, 2009.

PETERSEN, P. et al. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PETERSEN, P. *et al.*, A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. **Oceania**, v. 7, n. 4.570, p. 2–510, 2008.

_____. O latifúndio genético e a r-existência indígena-camponesa. **Geographia**, ano IV, n.8, p.39-60. Rio de Janeiro, 2002.

PREZIA, G. **O pedreiro que inovou no combate à seca.** Maio de 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=187>>. Acesso 03/05/2016.

PULEO, A. H. Ecofeminismo para outro mundo possible. **Feminismos**. 1. ed. Madrid, 2011.

_____. Feminismo y Ecología: Un repaso a las diversas corrientes del ecofeminismo. **El Ecologista**, no 31, verano, 2002.

_____. Libertad, Igualdad, Sostenibilidad. **Por un ecofeminismo ilustrado.** Isegoría - Revista de Filosofía Moral y Política, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento Sustentável: dos conflitos de classes para o conflito de gerações. In: **Panorama da Geografia Brasileira.** Vol. 2. Annablume, 2006

ROMANO, J. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, J. e ANTUNES, M. (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: Actionaid, 2002

SÁ FILHO. Viagem ao Passado: **A primeira enchente do Rio Pajeú em ST**. Farol de notícias, 2016. Disponível em: <<http://faroldenoticias.com.br/viagem-ao-passado-extra-extra-confira-as-fotos-da-primeira-enchente-do-rio-pajeu-em-st/>>. Acesso em: 20 jun. 2016

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade**. Revista Lutas Sociais, Programa de Estudos Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SO, v. 2, p. 59-79, 1997

SANTIAGO, F. dos S. et.al. **Bioágua Familiar: Reuso de água cinza para produção de alimentos no Semiárido**. Recife: Projeto Dom Helder Camara, 2012.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos direitos-Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Petrópolis, 2005

SANTOS, B. D. S. La Sociología de las Ausencias y la Sociología de las Emergencias : para una ecología de saberes. In: **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social: Encuentros en Buenos Aires**, p. 13-41, 2006

SCALABRIN, L.G. **Energia a serviço do povo brasileiro: reforma política já!**. MAB, 2014. Disponível em:< <http://www.mabnacional.org.br/noticia/energia-servi-do-povo-brasileiro-reforma-pol-tica-j>>. Acesso em: 15 out. 2015

SCHISTEK, H. O Semiárido Brasileiro: uma região mal compreendida. In: CONTI, I. L. e SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: IABS, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013

SEVILLA GUZMÁN, E.; LÓPEZ CALVO, A. Agroecología y campesinado: reflexiones teóricas sobre las ciencias agrarias ante la crisis ecológica. In: **Agriculturas mediterráneas y mundo campesino: Cambios históricos y retos actuales: Actas de las Jornadas de Historia Agraria**, p. 69-92, 1993.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. Selección de Theodor Shanin. Fondo de Cultura Económica, México, DF, 1979.

SHIVA, V. El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade. In: **La praxis del ecofeminismo**. Org: Mies, Maria. Shiva, Vandana. Ed. Icaria. Barcelona, 1998.

_____. **Guerras por água: privatização, poluição e lucro**. São Paulo: Radical Livros, 2006.

_____. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**, p.139-150. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, A. e DANTAS, I. (Orgs.). **Autonomia e Cidadania: Política de Organização Produtiva para as Mulheres no Meio Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA 1º Edição, Brasília, 2011.

SILVA, J. G. da. **A modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e**

trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, R. M. A. da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, v. 18, n.1/2, p. 361–385. Brasília, 2003.

_____. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, p. 466–485, 2007.

_____. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, V. R. da. **Pluriatividade e Sustentabilidade em Comunidades Rurais do Semiárido Nordestino**. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOARES, D.N. **Gênero e água- desenhos do norte, alternativas do sul**: Análise da experiência do semi-árido brasileiro na construção do desenvolvimento democrático. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SOUSA SANTOS, B. Capítulo I. La Sociología de las Ausencias y la Sociología de las Emergencias: para una ecología de saberes. In: **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social** (encuentros en Buenos Aires). Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SOUZA, R. A. de. Micro-barragem subterrânea a experiência ONG Caatinga, Ouricuri-PE. **3º Simpósio Brasileiro de Captação de Água de Chuva no Semiárido**. Campina Grande, 2001.

SVAMPA, M. Pensar el desarrollo desde América Latina. In: MASSUH, Gabriela (org). **Renunciar al bien común**. Buenos Aires, 2012.

TITTONEL, P. Economia da água: aprendendo com a natureza. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 12, n. 3, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2015.

TOLEDO, V. A racionalidade ecológica da pequena produção camponesa. **Agroecologia e Desenvolvimento**, sem data.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A Etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 31–45, 2009.

UNICEF- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA. **Progress On Drinking Water And Sanitation: 2014 Update**. Suíça, 2014.

VAN DER PLOEG, J. D. Dez qualidades da agricultura familiar, **Agriculturas: experiências em agroecologia**. Cadernos de debate, n. 1, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS- PTA, 2009.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

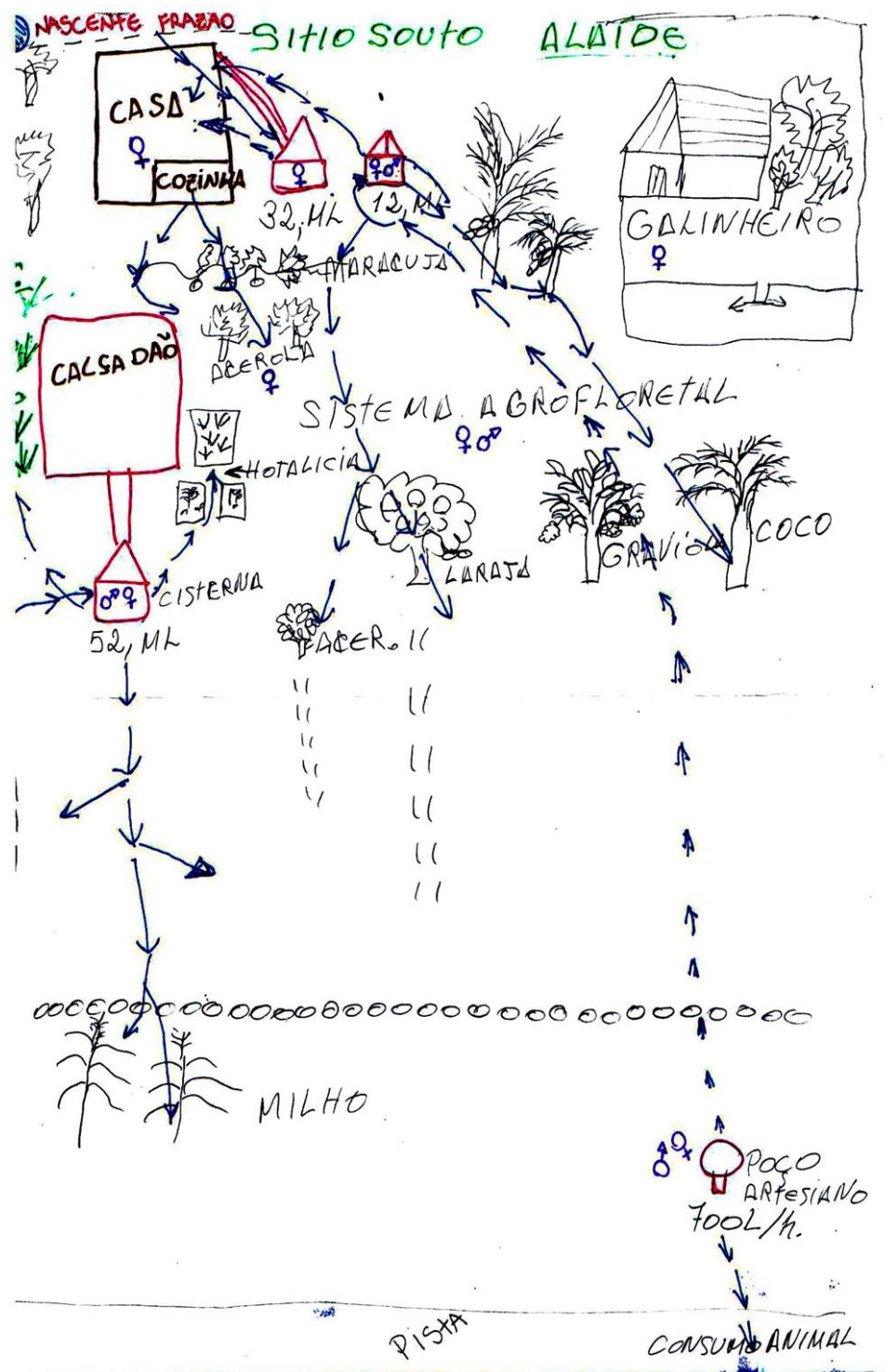
WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: EdUnB, 1997.

WOORTMANN, K. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: **Anuário Antropológico/293**. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 2001.

WORSTER, Donald. **Rivers of Empire: Water, Aridity and the Growth of American West.**
Nova York :Pantheon Books, 1985.

APÊNDICE A - MAPAS DAS ÁGUAS

A.1 Mapa Alaíde, Sítio Souto no Município de Triunfo



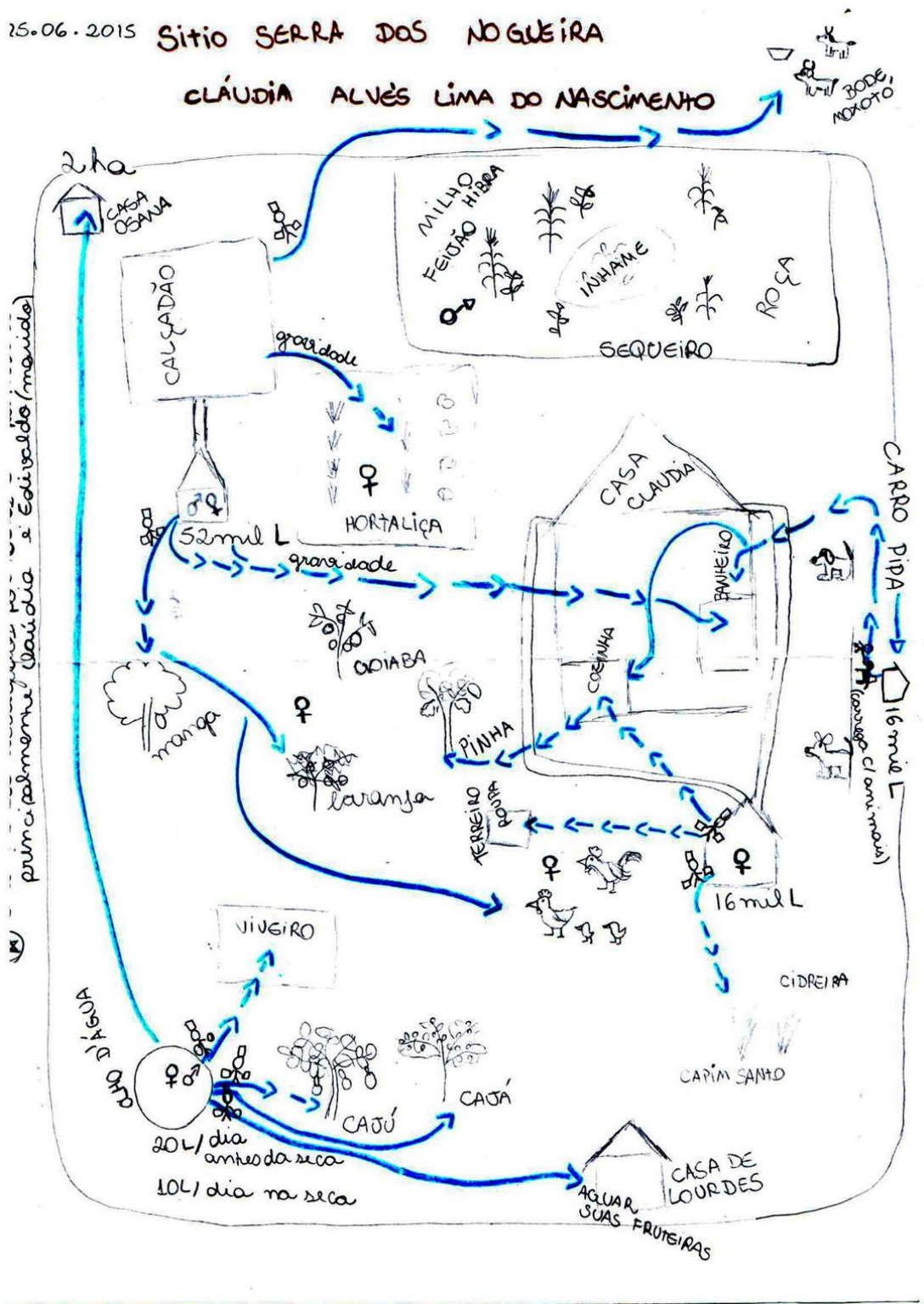
Fonte: Elaboração própria, 2015

A.2- Mapa Cláudia, Sítio Serras dos Nogueiras no Município de Santa Cruz da Baixa Verde

15.06.2015

Sítio SERRA DOS NOGUEIRA

CLÁUDIA ALVES LIMA DO NASCIMENTO



Fonte: Elaboração própria, 2015

APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

1. Você pode falar um pouco de você, o seu nome, idade, onde nasceu, há quanto tempo mora aqui?
2. Como você conheceu a agroecologia?
3. Como era a gestão da água na sua infância? Quem da família fazia cada função em relação ao cuidado com a água nesse período?
4. Como era o manejo da água no sítio e na região até os anos 2000? Quem da família fazia cada função em relação ao cuidado com a água nesse período?
5. Como ficou o manejo da água nos últimos 10 anos? Hoje quem da família faz cada função em relação aos cuidados com a água?
6. Você acha que a agroecologia contribui para a conservação e qualidade da água? Como está a mata e os animais atualmente?
7. Você participa/participou de algum espaço onde se trata do tema da água da comunidade ou da região? Tomam-se decisões nesses espaços em relação à água da comunidade ou da região?
8. As políticas da ASA, P1MC e P1+2, influenciaram a vida das mulheres?
9. Em sua opinião existe incentivo no seu município e região para uma gestão da água voltada à agricultura familiar?
10. Existe algum conflito pela água que atrapalha a vida das famílias agricultoras? E a vida das mulheres?
11. Em sua opinião o que poderia ser feito para melhorar a situação da água na sua região?

ANEXO A – CARTA ABERTA A FRANCISCO CAPORAL

Carta Aberta a Francisco Caporal: Sem Feminismo, não há Agroecologia!

Há alguns dias fomos surpreendidas por uma mensagem eletrônica do colega Caporal, tão respeitado entre todas as pessoas que militam em favor da agroecologia, comentando do seu incômodo com a livre utilização que esse termo tem tido no Brasil, e reclamando que se deveria ter mais vigilância epistemológica. Essa reclamação não é nova, Caporal e o saudoso Costabeber já escreveram vários textos sobre esse tema, sempre marcando sua posição de que é importante os conceitos serem apreendidos e utilizados corretamente para não serem desvirtuados. No entanto, duas questões nos incomodaram nessa mensagem, e não devem ficar sem resposta, sob pena de espalhar-se ideias equivocadas sobre o que vem acontecendo em nossas organizações e em nosso campo de atuação.

Em primeiro lugar – e não vamos nos alongar quanto a isso – nos estranha muito a referência feita por Caporal ao texto de Zander Navarro, em que este autor, de forma totalmente desrespeitosa, se refere às lutas de muitos setores sociais por uma agricultura sustentável no Brasil. Nos surpreende porque Caporal, ao chamar a atenção somente para os eventuais erros conceituais sobre a agroecologia (cometidos por pessoas que estão tentando acertar!), comentados no texto, não ressalte também a carga ideológica perversa e intencional com que aquele autor manipula os fatos. Em nossa opinião, Caporal acaba por corroborar, com essa atitude, um texto que deveria ser, no mínimo, contextualizado antes de ser divulgado.

Em segundo lugar, e mais grave para nós, mulheres que militam no campo agroecológico (e homens que nos apoiam nessa luta), é sua afirmação de que “se defendemos que a Agroecologia tem suas bases nas culturas indígenas e no campesinato (historicamente patriarcal e machista)”, a frase “não existe agroecologia sem feminismo” não se sustentaria. Nos ficou a impressão de que talvez Caporal esteja sofrendo da mesma confusão conceitual que atribui aos demais. Talvez não esteja claro para ele o que o termo feminismo quer dizer. Perdoem nossa pretensão, mas vamos tentar ajudá-lo nessa tarefa.

Feminismo, Caporal, é uma teoria crítica, um marco interpretativo, que nos permite dar visibilidade a aspectos do relacionamento opressivo entre os homens e as mulheres que de outra forma (em outros paradigmas) não seriam significativos ou seriam considerados normais. Quais seriam os pressupostos do feminismo enquanto teoria crítica? Fundamentalmente, o reconhecimento de que a realidade social se estrutura através de um sistema sexo-gênero, cuja expressão visível é a dominação das mulheres pelos homens. Tal realidade não é apenas uma construção sócio-histórica; é também uma ordem simbólica, uma forma de ver a realidade, de aceitar como normal uma situação que pelos parâmetros gerais da sociedade não seria aceitável, porque é opressiva.

A crítica feminista procura denunciar esses fatos, ao mesmo tempo analisando o passado e tentando construir uma utopia para o futuro. A teoria feminista por ser crítica (não legitimadora da ordem social), tem a obrigação de questionar os sistemas de pensamento existentes à luz dos pressupostos destes mesmos sistemas, mostrando as suas incoerências – no caso do feminismo ocidental moderno, mostrando que não existem direitos e liberdades iguais para todos, pois na verdade esses direitos são negados ou dificultados sistematicamente para uma parcela da

população, no caso, as mulheres. Poderíamos também falar de outras opressões, mas não vem ao caso no momento.

Assim, concordamos com você quando diz que as culturas indígenas e o campesinato historicamente tem sido patriarcais e machistas. A questão que se coloca é a seguinte: a agroecologia quer continuar cega a essa situação? Quer aceitá-la como normal? Seria possível transformar a realidade do ponto de vista do paradigma produtivo e ambiental, sem mudar essas relações entre os homens e mulheres? Sem considerar a desigual distribuição dos recursos produtivos, a desigual divisão sexual do trabalho, o não reconhecimento da contribuição que as mulheres trazem aos conhecimentos tradicionais sobre a gestão ambiental, dadas por suas práticas, marcadas pelas atribuições de gênero? Não reconhecer que as mulheres, por serem cerceadas em sua autonomia pessoal, são impedidas de participar como cidadãs de muitas das atividades concernentes ao desenvolvimento rural?

Se a agroecologia quer ser coerente em seus propósitos de redesenhar os agroecossistemas levando em consideração todas as dimensões que você e Costabeber explicitam em seus textos – incluindo a dimensão de gênero, como vocês citam inúmeras vezes – ela terá que ser feminista, sim. Porque vai ser necessário agregar ao conjunto de conhecimentos que já são utilizados (como os que vêm da ecologia política, da educação popular, da agronomia, da ecologia, etc.) os referenciais teóricos trazidos pelo feminismo, que permitem explicitar e combater as formas como a opressão de gênero se manifesta. Talvez você não concorde com isso. Talvez você ache que abordar as relações de gênero seja simplesmente reconhecer que homens e mulheres situam-se em posições diferenciadas em nossas sociedades, e tudo bem. Talvez você pessoalmente não seja feminista, ninguém pode obrigá-lo. Mas reconheça que a agroecologia que você defendeu até agora: crítica, transformadora, que prima por uma visão ética de justiça social e ambiental, ou será feminista ou não será. Permanecer nesta posição de invalidar todas as iniciativas concretas que se está fazendo no intuito de construir essa utopia só pode levar ao imobilismo e à aceitação do status quo.

Por isso, continuaremos a repetir: “Não existirá agroecologia sem feminismo.”

Em 17 de dezembro de 2013.